

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS**

**Diogo Alves Caminhas**

***“Perdeu, Perdeu! Isso é um assalto!”: uma análise dos processos de decisão, planejamento, execução e uso da força nos roubos em Belo Horizonte.***

**Belo Horizonte**  
**2018**

**Diogo Alves Caminhas**

***“Perdeu, Perdeu! Isso é um assalto!”: uma análise dos processos de decisão, planejamento, execução e uso da força nos roubos em Belo Horizonte.***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Minas de Minas Gerais, como um dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Sociologia do crime, do desvio e do conflito.

Orientador: Professor Claudio Chaves Beato Filho.

**Belo Horizonte  
2018**

301 Caminhas, Diogo Alves.  
C183p “Perdeu, perdeu! Isso é um assalto!” [manuscrito] : uma  
2018 análise dos processos de decisão, planejamento, execução e  
uso da força nos roubos em Belo Horizonte. / Diogo Alves  
Caminhas. - 2018.  
232 f.  
Orientador: Claudio Chaves Beato Filho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Roubo - Belo Horizonte (MG)  
- Teses. I. Beato Filho, Claudio Chaves. II. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.



Programa de Pós Graduação em Sociologia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais

## ATA DA DEFESA DE TESE

### DIOGO ALVES CAMINHAS

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro de 2018 (dois mil e dezoito), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, intitulada: **"Perdeu, Perdeu! Isso é um Assalto! Uma Análise dos Processos de Decisão, Planejamento, Execução e Uso da Força nos Roubos em Belo Horizonte"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Cláudio Chaves Beato Filho** (Orientador - DSO/UFMG), **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro** (DSO/UFMG), **Bráulio Figueiredo da Silva** (DSO/UFMG), **Luís Felipe Zilli Nascimento** (Fundação João Pinheiro) e **Luis Flávio Saporì** (PUC Minas).

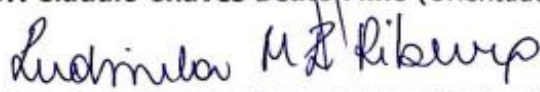
Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação   
Reprovação da Tese ( )

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2018.

  
**Prof. Dr. Cláudio Chaves Beato Filho** (Orientador - DSO/UFMG)

  
**Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro** (DSO/UFMG)

  
**Prof. Dr. Bráulio Figueiredo da Silva** (DSO/UFMG)

  
**Prof. Dr. Luís Felipe Zilli Nascimento** (Fundação João Pinheiro)

  
**Prof. Dr. Luis Flávio Saporì** (PUC Minas)

*Ao Caetano, atual razão dos meus esforços*

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo investimento em minha formação na maior parte do curso.

À Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Governo do Estado de Minas Gerais, pela disponibilização dos dados oficiais quantitativos e pela autorização para realização da coleta de dados primários qualitativos. Especialmente, à Ana Werneck e Camila Xavier do CINDS e à Andreza, Mayesse, Leo, Débora e toda equipe da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade.

À Érika Mirane, Gisele Andrade e Gustavo Silva, pela colaboração no árduo trabalho de transcrição das entrevistas qualitativas.

Ao Albert Xavier e Fernando Silveira pela amizade, força e compreensão. Ao Genilson pela oportunidade e aprendizado. À Aline, Douglas, Tiago, Mário, Calixto, Adonias, Rodrigues, Célia e tantos outros novos amigos da PBH.

À Geórgia, pela imensa sensibilidade, amizade e generosidade, sempre.

Aos meus grandes amigos, Rodrigo Fernandes e Mateus Rennó, pelos conselhos e orientações sobre os dados do REDS e outros apontamentos teóricos e metodológicos.

Ao CRISP, minha grande escola, e aos amigos Dani, Val, Victor, Rafael, Vinicius, Luana, Rafaella, Yolanda, Daniel, Desejus, Flora, Sara, Pietra, Tássio e Mariana. Em especial, ao Lucas pela força no curso de *Atlas.ti*.

Ao meu orientador e referência intelectual, Claudio, minha eterna gratidão pela oportunidade de aprender e trabalhar no CRISP e na PBH. Fico muito feliz e lisonjeado de ter seu nome marcado na minha trajetória acadêmica e profissional.

Ao professor Flavio Saporì, pelo pronto aceite para participar da banca e pelas contribuições para o aprimoramento do trabalho.

Ao Felipe Zilli, um dos meus maiores interlocutores nesse trabalho, pela paciência, inteligência e solidariedade.

À Ludmila Ribeiro, grande incentivadora desta de pesquisa, pelas valorosas orientações, bem como pela sensibilidade, paciência e amizade.

Ao Bráulio e ao Fred, pelos anos de amizade, aprendizado, oportunidade e pelas pertinentes dicas sobre a minha pesquisa e sobre paternidade.

À Andrea Silveira, pelo apoio e generosidade.

Aos amigos que acompanharam mais de perto essa jornada: Geelison, Kátia, Papaty, Bernardo, Wali, Zê, Luiz, Lauro Freitas, Deick, Gabi, Moreira e Carol Imura. Em especial, à Maria Alice, por ajudar, na mais pura amizade, a mitigar os problemas de revisão textual da tese.

Ao Davy, meu irmão no sentido mais amplo que essa palavra possa ter, pela colaboração e conversas sobre as dificuldades e alegrias de se escrever uma tese. À Fran, pela atenção, carinho e ajuda na tentativa de construção dos mapas.

Aos meus pais que, mesmo sem terem tido a oportunidade de fazer um curso superior, fizeram o possível e o impossível para que os filhos tivessem esse “privilégio” de fazer uma faculdade. Patrocinadores dos sonhos dos filhos que são, foram além do impossível para ver o filho concluir a pós-graduação longe do ninho, fora da sua cidade natal. Sei que minha imensa felicidade é minúscula perto da deles neste momento. Ainda assim, não tenho dúvida que a Dona Lucília e o Seu Jovan merecem muito mais.

A minha segunda família, Fanny, Manu, Rafa, Keka, Jordano e meus sobrinhos queridos: Victor, Malu e Alice. Em especial, ao meu segundo pai, que agora na reta final nos deixou, mas tenho certeza que, onde estiver, está cheio de orgulho por eu ter, finalmente, concluído essa interminável tese do doutorado. Minha eterna saudade e gratidão, José de Souza!

Ao maior presente que eu poderia receber, àquele que chegou de repente, virou minha vida de ponta a cabeça e me ensina, a cada minuto, o significado da palavra amor e intensidade, ao Caetano, meu filho e “assistente de pesquisa”.

Àquela que me ajuda a ser forte, a ser inteiro; que torna minha vida mais leve e me faz ter a certeza que, independentemente da situação, tudo ficará bem no final pelo fato de saber que ela está comigo, Ju.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos 41 entrevistados que confiaram em um mero desconhecido e compartilharam voluntariamente suas histórias marcadas por eventos, muitas vezes, tristes, constrangedores e comprometedores. A eles, o meu respeito, votos de mudanças positivas nas suas vidas e eterna gratidão!

Essa tese é apenas a ponta de um iceberg. Não é apenas um produto imperfeito de um esforço intelectual pessoal. É carregada de gestos de amizade, generosidade, desafios, medos, descobertas e muitas e muitas frustrações. Como ensina duplamente o saudoso Guimarães Rosa: *“o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”*. E *“o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”*.

## RESUMO

Essa tese tem como objetivo analisar os processos cognitivos e práticos que orientam a decisão, planejamento, execução e uso da força nos roubos em Belo Horizonte, Minas Gerais. Para tanto, se baseia nas Abordagens da Escolha Racional e da Cultura de Rua e utiliza como fonte de dados entrevistas em profundidade com 41 indivíduos que respondem judicialmente pelo crime de roubo, bem como registros oficiais dos roubos na capital mineira (2012-2017). O processo analítico e metodológico é baseado na triangulação dessas informações e tem como eixo estruturador categorias construídas a partir das experiências de roubos vivenciadas e narradas pelos entrevistados. Na primeira etapa da pesquisa, os resultados demonstram que, embora seja um crime patrimonial, o processo de tomada de decisão para realização dos roubos nem sempre é impulsionado por interesses econômicos e materiais. De fato, grande parte dessas decisões está sobremaneira associada à busca por dinheiro e objetos de valor de forma fácil e rápida e tem como objetivo o dispêndio quase que exclusivo e imediato com “*curtição*” e bens de consumo que dão prestígio. Contudo, significativa parte dos casos está associada a outros elementos de ordem não material, quais sejam, fatores emocionais e culturais, bem como fatores alheios a própria vontade do infrator. A segunda etapa da tese analisa o modo como os ladrões se organizam para planejar e executar os roubos. Especificamente, busca compreender em que medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e/ou por critérios mais organizados e estruturados. Nesse contexto, os dados evidenciam quatro tipos de configurações na realização dos crimes: i) os roubos nada planejados; ii) os roubos pouco planejados; iii) os roubos médio planejados e iv) os roubos muito planejados. O terceiro eixo da pesquisa analisa um tema transversal e definidor dos roubos: o uso da força. Os dados revelam que o tipo e o grau de violência empreendido durante os assaltos estão associados ao contexto ou à forma como a vítima reagiu ao roubo, à maturidade do infrator na prática de roubo, ao tipo de arma que o infrator possui e ao tipo de alvo roubado. De uma forma geral, a tese indica que maioria dos roubos analisados é pautada mais por critérios impulsivos e de oportunidade do que por procedimentos estruturados e organizados – de modo que todo o processo de decisão, planejamento e execução leva, em média, poucos minutos ou segundos. A pesquisa também evidencia o quão caótico, fluido e dinâmico é o comportamento dos roubos e seus autores. Os resultados mostram que o roubo é praticado com diferentes configurações de planejamento e que não é a modalidade de roubo que define a sua forma de execução. Os dados indicam ainda que geralmente um mesmo autor não fica restrito a uma única modalidade de roubo ou tipo de execução; ele realiza assaltos a diferentes tipos de alvos e, muitas vezes, emprega diferentes tipos de configuração no seu planejamento e execução. Além disso, praticamente todos eles se envolviam em outras modalidades de crimes e/ou trabalhos remunerados legais durante a sua trajetória criminal. Raramente se observa, portanto, uma evolução progressiva de roubos menos elaborados e lucrativos para os mais sofisticados e rentáveis. O que se percebe, via de regra, é um processo descontínuo e pouco especializado, realizado por autores inseridos numa lógica de cultura de rua e pautados sobremaneira pelo conjunto de oportunidades oferecidas pelo contexto e pela interação com a rede de amigos no momento ou pouco tempo antes da realização do roubo.

**Palavras-chave:** roubo; escolha racional; cultura de rua; decisão; planejamento; uso da força.



## ***ABSTRACT***

This dissertation aims at analyzing the cognitive and practical processes that guide the decision-making, planning, execution and the use during force of robberies in Belo Horizonte, Minas Gerais. This research is grounded on Rational Choice and Street Culture theories. The sources of data for this study are in-depth interviews with 41 individuals who are judicially liable for the crime of robbery, as well as official records of robberies in the capital of Minas Gerais from between 2012 and 2017. The analytical and methodological strategy relies on the triangulation of this information and has as its structuring axis categories constructed during the thefts experienced and narrated by the interviewees. In the first stage of the research, the results demonstrate that, although robbery a patrimonial crime, the decision-making process for robbery is not always driven by economic and material interests. Indeed, a substantial part of robberies are motivated by the search for easy and fast money and valuables, which are almost immediately spent with "tanning" and consumer goods that give prestige. However, significant part of robberies are associated with non-material motivations, including emotional and cultural factors, as well as factors unrelated to the will of the offender. The second stage of the thesis examines how thieves organize themselves to plan and execute robberies. Specifically, this part seeks to understand to what extent the planning and context of robberies are guided by impulsiveness and opportunity and / or by more organized and structured criteria. In this context, the data show four types of robbery configurations: i) the unplanned robberies; (ii) the little-planned robberies; iii) the average-planned robberies and iv) the very-planned robberies. The third part of the research analyzes the use of force, a cross-cutting theme that defines robberies. The data show that the type and degree of violence used during robberies is associated with the context and with how the victim reacted to the robbery, with the perpetrator's experience with committing robberies, with the type of weapon the offender possesses, and with the type of target. In general, results indicate that most robberies are more strongly related to impulsive and opportunity criteria than on structured and organized procedures. In fact, the whole decision-making, planning and execution of a robbery takes, on average, a few minutes or seconds. This research also highlights how chaotic, fluid, and dynamic are robberies and the behavior of their perpetrators. Results also show that robberies can employ different planning configurations and that it is not the type of robbery that determines how the crime will be executed. Generally, any one perpetrator is not restricted to a single type of robbery or to executing a robbery the same exact way. Offenders can have multiple types of targets, and often employ different configuration in their planning and execution of robberies. Moreover, practically all perpetrators were involved in other types of crimes and / or legal paid work during their criminal trajectory. Rarely do we see a gradual evolution from less elaborate and profitable robberies to more sophisticated and profitable ones. Generally, data describes a discontinuous and unspecialized process, carried out by perpetrators who are immersed in a street culture and who are mostly driven by the opportunities which occur naturally during offender's daily routines, or through the interaction with a network of friends. Moreover, these opportunities often present themselves moments before the actual execution of the robbery.

Keywords: robbery, rational choice, street culture, decision-making, planning; use of force.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Resumo da Distribuição dos Entrevistados e dos Eventos por Tipo de Alvo (Pesquisa Qualitativa).....	73
Tabela 2 - Resumo da Distribuição dos Entrevistados e dos Eventos, Segundo Roubos a Transeunte e a Estabelecimentos Comerciais e de Serviços (Pesquisa Qualitativa) .....	74
Tabela 3 - Evolução Mensal do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	81
Tabela 4 - Distribuição do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por Tipo de Alvo, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	82
Tabela 5 - Distribuição do Tipo de Material Roubado nos Registros de Roubos Consumados e Tentados, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17.....	85
Tabela 6 - Distribuição do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por Tipo de Bairros, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17.....	86
Tabela 7 - Distribuição dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por faixa horária e dia da semana, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	88
Tabela 8 - Distribuição do Quantitativo das Ocorrências do tipo de meio ou recurso usado pelo autor para realizar o assalto, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17.....	89

## **LISTA DE FIGURAS**

GRÁFICO 1 - Evolução Anual do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	81
GRÁFICO 2 - Evolução Anual do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados Segundo Alvo, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	83
GRÁFICO 3 - Evolução Anual do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados Segundo o Meio Utilizado, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	90
GRÁFICO 4 - Distribuição Percentual do Sexo da Vítima e do Suspeito (autor / coautor) nas ocorrências de Roubo Consumado e Tentado, em Belo Horizonte, de jan/2012 a dez/2017.....	92
GRÁFICO 5 - Distribuição Percentual da Raça/Cor da Vítima e do Suspeito (autor / coautor) nas ocorrências de Roubo Consumado e Tentado, em Belo Horizonte, de jan/2012 a dez/2017.....	92
GRÁFICO 6 - Distribuição Percentual da Faixa Etária da Vítima e do Suspeito (autor / coautor) nas ocorrências de Roubo Consumado e Tentado, em Belo Horizonte, de jan/2012 a dez/2017.....	93
GRÁFICO 7 - Distribuição dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por Alvo e Meio Utilizado, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17 .....	188

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
DESENVOLVIMENTO .....	18
CAPITULO I - O QUE A LITERATURA DIZ SOBRE OS ROUBOS E OS LADRÕES .....	18
1.1 Aspectos Conceituais e Gerais dos Estudos sobre os Roubos.....	18
1.2 O Processo de Decisão, Planejamento e Execução dos Roubos .....	29
1.2.1 O ladrão enquanto ator racional e enquanto um ator emocional .....	29
1.2.2 Decisão e Circunstâncias em que os infratores se tornaram motivados a roubar .....	38
1.2.3 Planejamento .....	45
1.2.3.1 Aspectos Gerais do Planejamento dos Roubos .....	45
1.2.3.2 Escolha do Alvo .....	49
1.2.4 Uso da Força e Escolha das armas .....	57
CAPITULO II - METODOLOGIA.....	66
CAPITULO III – ANÁLISE DOS DADOS .....	79
3.1 Panorama dos Roubos em Belo Horizonte.....	79
3.2 DECISÃO E MOTIVAÇÃO.....	96
3.2.1 Motivações Materiais .....	96
3.2.2 Motivações Alheias à Vontade.....	102
3.2.3 Motivações Emocionais.....	107
3.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DOS ROUBOS .....	115
3.3.1 Os Roubos Nada Planejados: “No impulso, na fissura, na loucura” .....	116
3.3.2 Os Roubos Pouco Planejados: “A ocasião faz o ladrão” .....	119
3.3.3 Os roubos de Médio Planejamento: “Boiou, perdeu!” .....	121
3.3.4 Os Roubos Muito Planejamentos: “Tudo escoltado direitinho” .....	147
3.4 O uso da força e de arma: “Todo ladrão vai trabalhar com a sua mente” .....	169
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	199
ANEXOS.....	206
ANEXO 1 – Roteiro de Entrevistas.....	206
ANEXO 2 – Autorização Uso dos dados do REDS .....	208

ANEXO 3 – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa.....	210
ANEXO 4 – Autorização Pesquisa de Campo no PRESP-SESP .....	216

## INTRODUÇÃO

O roubo é um crime versátil e complexo. Trata-se de uma ofensa em que o agressor usa ou ameaça usar de força para privar a vítima de dinheiro ou outro tipo de propriedade. Armas reais ou simulacros podem ou não serem usados. Em alguns casos, lesões corporais, danos psicológicos ou até homicídios envolvem a ação. Os ladrões podem ser amadores ou experientes, solitários ou acompanhados, impulsivos ou meticulosos. No cotidiano das grandes e médias cidades brasileiras, os alvos dos roubos são variados e incluem transeuntes, mercados, residências, motoristas e passageiros de coletivos, farmácias, postos de gasolina, instituições financeiras entre outros.

Esse caráter multifacetado dos roubos é evidenciado diariamente em histórias reais vivenciadas pelo próprio indivíduo, por pessoas próximas a ele ou divulgadas pelos meios de comunicação. Assim, quando se pensa em crimes de roubo, é possível imaginar situações que vão desde a subtração de um relógio de um transeunte por um adolescente armado com um caco de vidro a assaltos de grandes quantias de dinheiro de um banco realizado por um grupo de infratores organizados e fortemente armados. Ou ainda, é possível lembrar de uma praça ou lugar específico onde as pessoas que lá transitam são roubadas com frequência ou de uma farmácia na vizinhança que foi assaltada várias vezes seguidas.

Tais casos trazem apenas uma pequena dimensão do amplo espectro de comportamentos e situações presentes em eventos de roubo. É evidente que o roubo é constituído de variados tipos de cenários, infratores, alvos e níveis de gravidade e sofisticação técnica. Contudo, independentemente da considerável variação situacional supracitada, o crime de roubo provoca medo no público e é fonte de preocupação nas grandes cidades do Brasil e do mundo.

Pesquisas de vitimização mostram que as taxas de roubo tendem a ser significativamente altas nas principais cidades do mundo. Em média, 1,4% dos moradores de grandes metrópoles mundiais foram vítimas de assalto em 2004. Embora essa modalidade criminosa seja alta em cidades de países ricos como Nova Iorque (EUA) e Londres (Inglaterra) - 2,3% e 2,6%, respectivamente – os roubos são ainda mais frequentes em metrópoles dos países em desenvolvimento, em especial da América Latina. Nas cidades brasileiras Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, os percentuais de vitimização ultrapassaram os 5% e em Lima (Peru) 7,4%. A recordista é Buenos Aires, capital da Argentina, onde 10% da população alegou ter sido vítima de assaltos (UNICRI; UNODC, 2007: 74).

Se as taxas objetivas de vitimização por roubos são relativamente altas, a sensação individual de medo e de risco de ser vítima desse tipo de crime é ainda maior. Segundo pesquisa de Vitimização Nacional, no Brasil, os crimes mais temidos são os relativos a ter a residência invadida ou roubada (71,9%) e ter objetos valor tomados à força por outras pessoas em um roubo ou assalto (70,7%). Significativa parte dos entrevistados acredita ter grande risco de ser vítima dessas modalidades de roubo: 35,4% acham que podem ter a casa invadida nos 12 meses posteriores à entrevista e 37,8% acreditam que podem ter objetos tomados à força no mesmo período (DATAFOLHA; CRISP, 2013: 237).

A visão do roubo a partir dos olhos de quem os comete também constitui tarefa importante para a compreensão do fenômeno. Como em outras situações da vida cotidiana, para cometer um roubo o indivíduo precisa tomar uma série de decisões. Logicamente, o processo cognitivo e social que envolve essas decisões não é elementar, pois envolve o passado do indivíduo e sua situação atual. Contudo, se considerarmos o ladrão como um ator racional – que pensa antes de agir, ainda que apenas por um momento, levando em conta alguns benefícios e custos ao cometer a ofensa –, conforme descreve expressiva parte da literatura, é possível construir o caminho lógico a seguir.

Como o roubo é geralmente considerado um crime econômico, é plausível esperar que a decisão de roubar do indivíduo envolva algum tipo de cálculo mental para determinar se ele precisa de dinheiro e quais as oportunidades legítimas para ganhar esse recurso – que, no caso, poderia ser pelo trabalho, família ou amigos. Se estes cálculos indicam uma necessidade que não pode ser satisfeita por meios legítimos, é possível que ele considere, então, cometer um crime para adquirir o dinheiro. Ao fazer este cálculo, o indivíduo considera, hipoteticamente, os ganhos financeiros que podem ser obtidos a partir de cada um dos vários tipos de crimes possíveis e os riscos relativos de ser pego pela polícia ou prejudicado de uma outra forma. Presumivelmente também, o indivíduo considera quais ações e estratégias serão necessárias para executar o crime e como ele se sente em relação à execução dessas ações.

Sendo o roubo um crime grave, com penas severas e significativa possibilidade do autor se machucar e/ou ser preso, é plausível supor que os infratores consideram que o roubo deve ser executado com muita atenção. Assim, é esperado que os indivíduos desenvolvam um raciocínio meticuloso para eleger o melhor alvo, escolher as armas adequadas e saber claramente como e quando usá-las, pensar nas rotas de fuga, em estratégias para não ser identificado pela população e pela polícia. Enfim, é necessário uma série de estratégias que possibilitem minimamente aumentar os lucros financeiros e reduzir as chances de apreensão.

Mas será que essa descrição do processo de motivação, planejamento e execução de crimes de roubo corresponde realmente ao modo como os ladrões pensam, elaboram e realizam suas ações, de uma forma geral? Se não, como os ladrões decidem, planejam e executam os roubos? E, de forma comparativa, esse processo seria diferente se considerarmos diferentes autores e diferentes modalidades de roubos? Como esses indivíduos decidem cometer crimes ou em que situações esses indivíduos se sentem motivados a roubar? Uma vez decididos, como eles planejam e executam o crime? Como escolhem seus alvos? Como escolhem o tipo de arma usar e em que circunstâncias usá-la?

Tais questões constituem o eixo fundamental da presente pesquisa. Volta-se, portanto, não para os fatores etiológicos do roubo, mas para os processos e percursos que tem como ponto de partida a decisão de cometer o crime e que culminam na consumação do delito. Em outras palavras, não se tem a pretensão de discutir as causas dos roubos, mas compreender os mecanismos práticos e cognitivos que envolvem a execução de tipo de crime.

Importante destacar que, inicialmente, o objetivo da pesquisa era examinar o processo de decisão, planejamento, execução e uso da força dos assaltos, comparando apenas roubos a transeuntes e roubos a estabelecimentos comerciais. Tinha-se como premissa que essas duas modalidades envolviam diferentes processos de um ponto de vista empírico e teórico, bem como esse recorte ajudava a delimitar essa categoria tão ampla tal qual é o roubo. Todavia, a análise inicial dos dados empíricos revelou uma informação muito interessante, mas que inviabilizava a exploração dessa proposta: os autores dos roubos não concentram suas ações a um único tipo de alvo, ou seja, não foi possível verificar na amostra um ladrão especializado, que só cometesse roubo a transeunte ou só a estabelecimento comercial de forma reiterada. Quase todos eles realizam assaltos a diferentes tipos de alvos (transeuntes, estabelecimentos comerciais e de serviços, ônibus, residência, veículos etc.) e/ou diferentes tipos de crimes, sobretudo tráfico de drogas e furto.

Diante disso, foi preciso reconhecer que o campo mostrava que não era possível trabalhar com categorias apriorísticas e estanques, porque a trajetória de vida e criminal dos seus atores é sobremaneira fluida e instável. A construção de algum modelo analítico para a compreensão desse fenômeno, portanto, deveria ser trabalhado de forma ampla e emergir dos próprios dados, isso é, de baixo pra cima e não no sentido oposto. Essa mudança e ampliação no escopo inicial do projeto ao mesmo tempo que despertava um sentimento de angústia (e muitas vezes desespero) diante do tamanho do desafio e tudo que estava em jogo, gerava também grande entusiasmo pela quantidade de informações e contribuições importantes que a

pesquisa poderia oferecer para a criminologia no Brasil. Sobretudo, se considerarmos que se trata de um estudo quase inédito no país.

Neste contexto, o objetivo do presente estudo é compreender os mecanismos cognitivos e práticos que orientam a decisão, o planejamento e a execução e o uso da força nos roubos em Belo Horizonte – Minas Gerais. Especificamente buscou-se responder as seguintes questões: quais os fatores foram considerados pelos ladrões como instigadores o suficiente para que eles cometessem o roubo pela primeira vez? Como escolhem os alvos de sua ação e quais elementos são levados em consideração durante esse processo? Em medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados? Por fim, quais os fatores estariam associados ao uso da força e de armas e como essas questões são interpretadas pelos autores?

Para tanto, utilizou-se duas abordagens metodológicas distintas, porém trabalhadas de forma complementar. A primeira, de natureza quantitativa, teve como foco o crime em si e buscou compreender, sob uma perspectiva macro, os aspectos relativos à distribuição dos roubos no tempo e no espaço, bem como os principais alvos, perfil das vítimas, *modus operandi* dos autores e outras questões relevantes trazidas pelo banco de dados de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS). A segunda etapa possui caráter qualitativo e pretendeu compreender, por meio de entrevistas em profundidade com adultos que cumprem algum tipo de medida restritiva de liberdade pelo crime de roubo, quais os mecanismos que envolvem a execução de modalidades diferentes de tipos de roubos. Em outras palavras, de um ponto de vista empírico, procurou-se, no primeiro momento, entender o que os crimes – ou o que os registros oficiais de roubos – podem dizer sobre os ladrões, analisando os padrões agregados de comportamento do fenômeno que mostram como, onde, o que e quando os roubos ocorrerem. Tais informações foram combinadas, no segundo momento da pesquisa, à coleta e análise dos dados primários, em que se procurou investigar o que os infratores dizem sobre os crimes, ou seja, o modo como são construídos os processos contextuais, sociais e cognitivos que ajudam a compreender as decisões, percepções e estratégias que envolvem os roubos.

Investigações desta natureza constituem um modelo importante para o desenvolvimento de teorias criminológicas. Uma delas diz respeito à escassez de estudos específicos sobre os roubos e seus autores, sobretudo fora do contexto norte-americano e britânico. Sabe-se que ladrões armados são criminosos que costumam aterrorizar, muitas vezes ferir e, ocasionalmente, matar suas vítimas. Apesar da gravidade, amplitude e impacto desta modalidade criminosa na vida cotidiana dos cidadãos e instituições de controle, estudos sobre essa temática têm recebido pouca atenção dos pesquisadores.



Adicionalmente, acredita-se que a presente pesquisa traz ao debate acadêmico elementos importantes para entender tanto os números e padrões macroespaciais e temporais do comportamento dos crimes de roubos em uma grande capital brasileira quanto os processos individuais relacionados à decisão de roubar um determinado alvo. A partir deste tipo de análise, é possível aprofundar os conhecimentos sobre esse tipo específico de crime e comparar os processos de planejamento e a execução de diferentes modalidades de roubos – algo raro ou inédito no Brasil.

Aliada à contribuição acadêmica, é possível apontar retornos substanciais em se obter dos próprios autores de roubos informações sobre decisões táticas e os contextos factuais. Conforme afirma Feeney (1986, p. 68), “*robbers know a lot about themselves and about robberies that no one else knows*”. Deste modo, acessar as informações que os infratores possuem constitui um profícuo caminho para a construção de políticas de prevenção e controle desta modalidade criminal – uma vez que estratégias exitosas exigem, em grande medida, uma compreensão firme sobre como os criminosos pensam e agem em circunstâncias reais.

Esta tese está dividida em 3 capítulos, além da presente Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo 1 apresenta a discussão teórica sobre a temática proposta. Discute-se, primeiramente, os contornos conceituais e legais do crime de roubo, bem como um panorama dos estudos sobre os roubos e os ladrões na literatura internacional e nacional. Em seguida, aborda-se de forma mais direta os estudos que tratam especificamente do problema de pesquisa: o processo de decisão, planejamento e escolha dos crimes de roubo, especialmente os roubos a transeuntes e a estabelecimentos comerciais visto que são os crimes de maior volume de literatura. Duas matrizes teóricas que perpassam de modo explícito ou implícito a interpretação das etapas que envolvem essa modalidade criminosa introduzem essa seção. A primeira, denominada Perspectiva da Escolha Racional, proposta inicialmente por Clarke e Cornish (1985), tende a interpretar os roubos como fruto de lógica racional e intencional de atores, isto é, de um processo de avaliação custo-benefício da ação pelos infratores. Já a segunda, desenvolvida por Wright e colegas (2006), é denominada Cultura de Rua e analisa o roubo como uma perseguição cultural, onde o imediatismo emocional da ofensa e seus benefícios para o estilo de vida hedonista do infrator ocupam posição central em suas decisões. Posto isso, apresentam-se as principais dimensões avaliadas na presente tese: decisão/motivação, planejamento em geral, escolha do alvo, escolha das armas e uso da força e execução dos crimes roubos. Cada dimensão foi trabalhada em um tópico separado apenas como uma estratégia didática e analítica do objeto de estudo, reconhecendo que essa sequência e divisão do processo que envolve o roubo, muitas vezes, pode não coincidir com a realidade do evento.

O Capítulo 2 trata das questões metodológicas da pesquisa. Como dito anteriormente, a pesquisa envolve abordagens de natureza quantitativa e qualitativa. Assim, neste momento, discorre-se sobre procedimentos importantes que envolvem o uso do banco de dados secundários do REDS e a operacionalização das entrevistas em profundidade com adultos que respondem legalmente por crime ao roubo.

O Capítulo 3 dialoga diretamente com os elementos empíricos da pesquisa. Assim, a seção 3.1 apresenta os resultados quantitativos e tem como objetivo entender “*O que os crimes dizem sobre os criminosos?*” ou, especificamente, o que os registros de roubos da cidade de Belo Horizonte, do período janeiro de 2012 a dezembro de 2017, dizem sobre os ladrões. Neste momento, as análises se voltam para os dados quantitativos visando compreender as evoluções e possíveis padrões espaciais e temporais, bem como outras informações relevantes sobre os *modus operandi* e características dos autores e suas vítimas ou alvos. Além disso, nesta sessão, foi possível realizar análises de forma discriminada, procurando verificar similaridades e diferenças entre as modalidades de roubos. Dados da Pesquisa de Vitimização Nacional (DATAFOLHA; CRISP, 2013) foram usados para agregar mais qualidade a análise sempre que viável. Por conseguinte, a seção 3.2, denominada “*O que os ladrões dizem sobre os roubos?*”, constitui o cerne da tese. Nessa etapa, os achados dos dados quantitativos serviram de base para a realização da abordagem qualitativa, com a qual foi possível aprofundar nas questões sobre mecanismos e processos que envolvem e diferenciam a decisão/motivação, o planejamento e a execução dos de roubos em Belo Horizonte.

Posteriormente, são apresentadas as Considerações Finais da pesquisa.

## DESENVOLVIMENTO

### CAPITULO I - O QUE A LITERATURA DIZ SOBRE OS ROUBOS E OS LADRÕES

#### 1.1 Aspectos Conceituais e Gerais dos Estudos sobre os Roubos

Popularmente conhecido como assalto, o crime de roubo é uma estrutura jurídica complexa porque consiste em dois crimes distintos: furto e coerção. É geralmente definido como a obtenção ilícita ou tentativa de tomada de propriedade que está na posse imediata de outro, por força ou ameaça de força. Para além desta definição, que geralmente reconhece a propriedade como um objeto de crime de roubo, outras concepções definem a propriedade como qualquer coisa de valor que é retirada do cuidado, custódia ou controle de uma pessoa pela força ou ameaça de força. Por essa razão, o roubo é geralmente tratado como uma forma agravada de furto (CHANBONPIN, 2014:1; PETROVIĆ; DELJKIĆ; MUJANOVIĆ, 2011: 130).

Alguns teóricos destacam a linha tênue que diferencia a categorização do roubo como pertencente ao grupo de delitos contra a pessoa e dos delitos contra propriedade, uma vez que envolve uma conduta que apresenta ameaça não só à titularidade e gozo da propriedade, mas também para a segurança e a integridade física da vítima. Em alguns estados norte-americanos, esse delito é enquadrado como crime contra a pessoa. No entanto, embora o roubo envolva interação entre o agressor e a vítima, com potencial de violência contra a pessoa, deve-se notar que se trata de um crime que tem como alvo direto o patrimônio e, por essa razão, é classificado no grupo de delitos contra propriedade nos códigos penais de vários países, incluindo o Brasil (PETROVIĆ; DELJKIĆ; MUJANOVIĆ, 2011: 130).

O Código Penal Brasileiro prevê penas relativamente severas para aqueles que cometem roubo. De acordo com o Art. 157, subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência tem como pena reclusão, de quatro a dez anos, e multa. Essa pena pode ser ampliada, dentre outras situações, se a violência resultar em lesão corporal grave – reclusão, de sete a quinze anos, além da multa – e se resultar em morte –

reclusão de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996 - Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90)<sup>1</sup>.

A gravidade legal e social atribuída aos crimes de roubo não são infundadas. Apesar de ser um crime direcionado à propriedade – como arrombamento, fraude ou furto –, o roubo é um dos três crimes mais violentos contra a pessoa. Somente homicídio e estupro são considerados mais traumáticos para uma vítima. O contato direto entre o agressor e a vítima, a intimidação por algum tipo de arma, a possibilidade real de sofrer algum tipo de dano físico, além de financeiro, e o caráter amplo e inesperado dos ataques situam os roubos como um dos crimes que mais geram insegurança na população (HESS; ORTHMANN, 2010: 378).

Embora os dados sejam de fontes e de anos diferentes e, em função disso, devam ser avaliados com cautela, alguns relatórios nos fornecem um panorama importante sobre os crimes de roubos nos Estados Unidos. De acordo com o *Bureau of Justice Statistics* (BJS) e o *National Crime Victimization Survey* (NCVS), em 2014, os Estados Unidos apresentaram uma taxa de 2,5 roubos por 1.000 habitantes e um total de 664.210 eventos (TRUMAN; LANGTON, 2014). É uma das modalidades criminais com maior incidência nesse país, perfazendo 30% do total de crimes violentos e, ainda, apresenta níveis relativamente baixos de apuração pelo sistema de justiça, cerca de 25,2% dos casos. Em 2012, quase metade dos roubos (43,5%) aconteceu em ruas ou rodovias, 18,4% em estabelecimentos comerciais, 16,9% em residências, 1,9% em agências bancárias e 19,3% em outros lugares. Armas de fogo foram utilizadas em 41% e “puxão” 42,1% dos roubos avaliados. Os principais alvos são os idosos e lojas de conveniência e os autores homens jovens. De um ponto de vista financeiro, estima-se que, em 2012, os roubos representaram um prejuízo estimado em US \$ 414 milhões, sendo o valor médio dos bens

---

<sup>1</sup> CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 – Texto Completo

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

**I** - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

**II** - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

**III** - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

**IV** - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

**V** - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de quinze a trinta anos, sem prejuízo da multa.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25.7.1990)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão,

roubados de US\$ 1.167. Os bancos experimentaram a perda média mais elevada, aproximadamente US\$ 3.810 por ofensa (CRIME IN UNITED STATES, 2012). Além da população em geral, esse crime também representa um perigo definitivo para os policiais. De acordo com o FBI, o principal motivo da morte de policiais quando estão fora de serviço é porque eles interviram ou foram vítimas de um roubo tentado ou consumado (HESS; ORTHMANN, 2010: 378).

Embora o ato de cometer um roubo seja, na maioria dos casos, algo aparentemente descomplicado (basta escolher uma arma, uma vítima ideal e anunciar algo do tipo “*passa o dinheiro ou eu te mato!*”), não se pode dizer que os processos cognitivos, sociais e psicológicos subjacentes a esse crime sejam igualmente elementares. Empunhar armas e ameaçar vítimas é apenas um dos procedimentos entre as dezenas de atividades que envolvem a realização de um assalto. Por exemplo, os ladrões devem primeiro decidir se estão preparados para tentar obter bens – ou, mais comumente, dinheiro – ilegalmente. Eles então têm que considerar o roubo como um crime “aceitável” e realizável.

Uma vez que a decisão de cometer um roubo foi tomada, surge uma série de outras decisões importantes, como quanto dinheiro é “necessário” para executá-lo e que tipo de alvo teria que ser atacado, a fim de atender às expectativas de retorno financeiro. Fatores cruciais nesta conjuntura seriam as opiniões do ofensor sobre o tipo de armamento necessário para a ofensa – se uma arma de fogo real, réplica ou “simulada” – e sua prontidão para ferir efetivamente a vítima com a arma, caso suas ameaças precisem ser reforçadas durante o roubo. Dependendo do alvo, sua capacidade de influenciar ou ser influenciado por outros colegas para cooperar em um empreendimento tão arriscado também pode ser significativa.

O *modus operandi* pode incorporar uma estrutura simples, como um ladrão solitário com uma pistola de imitação que entra em um posto de gasolina à noite e exige dinheiro antes de escapar a pé, ou pode ser um esquema mais complexo, tendo um carro forte com dinheiro como alvo, envolvendo vários ladrões, informantes dentro da empresa, equipamentos para ouvir as ondas de rádio da polícia, uma série de armamentos letais e um ou mais carros de fuga. Sejam relativamente simples ou organizados e sofisticados, estes esquemas e as decisões subjacentes a eles podem fornecer informações importantes para a compreensão dos eventos de roubos, bem como para a avaliação e desenvolvimento de medidas de prevenção criminal (MORRISON; O’DONNELL, 1996). É exatamente sobre esses processos de decisão, planejamento e execução dos roubos que se situa esta pesquisa.

Mas como a literatura criminológica aborda essa temática? O que a literatura diz sobre os roubos e os ladrões?

Dentre os estudos de criminologia, é possível dizer que Sutherland foi um dos primeiros pesquisadores a se dedicar a compreensão do comportamento dos autores de roubos especificamente. Em sua obra clássica, *The Professional Thief*, publicada em 1937, o autor demonstra como as características das atividades desenvolvidas por ladrões especializados são bastante similares às atividades desenvolvidas por pessoas com profissões legais, como médicos, professores, advogados etc. Sua tese é que todas as profissões envolvem uma gama de habilidades específicas necessárias para a preparação e execução do seu “trabalho”, a diferença é que no caso dos ladrões essas habilidades são voltadas para a realização de meios considerados ilegais (roubar) e nos casos dos professores ou advogados para meios legais (lecionar ou advogar). De forma muito original, Sutherland escreve esse livro em parceria com “Chic Conwell”, um cidadão que cumpria pena por furtos e roubos e recebia visitas regulares de Sutherland no presídio para discutirem sobre a pesquisa. A primeira parte da obra apresenta um relato autobiográfico de toda vida e trajetória criminal de Conwell, demonstrando como ele tratava o crime de forma profissional, como um “emprego” e um modo de vida. Já a segunda parte consiste na análise sociológica dessas informações e é, neste momento, que Sutherland atua de forma mais direta e intensa. O autor então argumenta que o “comportamento criminoso é aprendido” por meio do convívio com outras pessoas que praticam as mesmas atividades e, assim, desenvolvem associações baseadas em características e valores que lhes são singulares – introduzindo a noção de sua Teoria da Associação Diferencial. Em outras palavras, segundo o sociólogo, só seria possível se tornar um ladrão profissional a partir do momento que esse indivíduo é reconhecido e recebido como tal por outros ladrões profissionais (SUTHERLAND, 1937: 206-209). O autor chama atenção para o sólido código de ética construído pelo grupo no qual o ladrão estava inserido, onde ele aprendeu as habilidades de como ser um ladrão profissional, tais como técnicas para não ser preso, para reconhecer policiais disfarçados, para manipular pessoas e vítimas, para migrar constantemente e a importância de nunca delatar os comparsas.

Contudo, o caminho para se tornar um ladrão profissional não é simples ou rápido. O indivíduo deve ser, primeiramente, aceito e selecionado como aprendiz pelo grupo. Então, ele é apadrinhado por ladrões experientes para aprender e desenvolver as habilidades necessárias para o ofício; são esses tutores que definem quando ou se esse indivíduo pode ser considerado um ladrão profissional. Assim como em qualquer profissão, o *status* oriundo dessa nova atividade está pautado no seu *know-how* técnico, na experiência, na ostentação de roupas e outros bens de consumo de valor elevado e na sua posição de poder dentro do círculo de colegas e amigos do qual ele faz parte. Sutherland (1937: 217), rompe com a tradicional noção moral e

patológica do crime e conclui que esse conjunto de características descritas evidencia que, como em outros ofícios legais, a profissão de ladrão está organizada em prol do esforço de conseguir obter dinheiro com relativa segurança. Nestes moldes, a busca por dinheiro e segurança, seja por profissões legais ou ilegais, representa apenas um meio para alcançar valores e bens amplamente valorizados pela cultura dominante nas sociedades ocidentais.

Apesar da grande contribuição da obra de Sutherland, os estudos posteriores sobre roubos apresentam uma direção diferente. Nota-se uma grande preocupação em explorar o universo tanto das características e circunstâncias dos eventos e das vítimas quanto das especialidades e habilidades dos autores, a fim de se construir categorias ou tipologias para os crimes de roubos. A ideia que se apresenta é que, como a categoria roubo abrange uma grande variedade de infrações, com vários tipos de cenários, dinâmicas e objetivos subjacentes, para se construir um modelo generalista do fenômeno, primeiro devem ser entendidos os componentes ou subgrupos que compõem essa modalidade criminosa (CURTIS, 1974: 356). Neste contexto, vários modelos de tipologias e análises foram desenvolvidos pelos pesquisadores.

Considerado um dos pioneiros em estudos desta natureza, McCintock e Gibson (1961) desenvolveram um modelo de categorização dos incidentes de roubo baseados nas circunstâncias em que eles ocorrem, principalmente no papel e na localização da vítima no momento da ofensa. Os registros de roubos ocorridos em Londres em 1950 e 1957 foram classificados em cinco grupos: (1) roubos de estabelecimentos comerciais, ou seja, de pessoas que durante o seu trabalho estavam encarregadas do dinheiro ou bens da empresa e foram roubadas, (2) roubos de rua, definidos como roubos que ocorrem nas áreas públicas, (3) roubos residenciais, isto é, ocorridos em locais particulares e geralmente perpetrados por criminosos que, ao invadirem o espaço, são surpreendidos por um membro da família, (4) roubos que ocorreram após um contato preliminar de curta duração entre a vítima e o agressor, por exemplo, de uma prostituta roubada por um cliente (ou vice versa) ou de uma pessoa que foi vítima depois que saiu para beber com o agressor e (5) roubos de vítimas que tinham contato anterior de média ou longa duração com o infrator, como amantes e colegas de trabalho. Os dois primeiros grupos correspondem a mais da metade dos registros roubos avaliados, sendo o roubo comercial o mais preponderante.

Alguns anos depois, Normandeau (1968) replicou o trabalho de McClintok e Gibson (1961) para examinar a configuração dos roubos na Filadélfia. Contudo, diferente do encontrado em Londres, aquele autor encontrou que os crimes de roubo de rua ocorrem com

maior frequência que os roubos comerciais. Resultado semelhante ao encontrado por Conklin (1972) em Boston e Dunn (1976) em Westchester, Nova Iorque.

Conklin (1972), no entanto, criou outro modelo para a classificação de roubo. Ao invés de classificar ocorrências desse crime, como fez McGintock e Gibson e Normandeau, Conklin identificou diferentes tipos de ofensores de roubo baseados na motivação para o roubo, nas técnicas utilizadas e o grau de comprometimento individual com o crime como forma de vida. Assim, a partir de entrevistas com 77 pessoas presas e condenadas por crimes de roubos em Boston, Conklin (1972) desenvolveu uma tipologia que incluía quatro categorias de ladrões: (1) o profissional, (2) o oportunista, (3) o viciado e (4) o alcoolizado.

De acordo com autor, *Ladrões Profissionais* são dedicados ao crime de roubo. O seu foco são os estabelecimentos comerciais que oferecem maiores possibilidades de lucros financeiros. Eles empregam um planejamento sofisticado e de longo prazo e, embora atuem com cúmplices, a estrutura de suas gangues é geralmente temporária e fluida. Armas de fogo são empregadas na maior parte de suas ações. Uma vez que esses infratores geralmente estão desempregados, eles dependem de roubo para sua subsistência. Estes indivíduos têm significativa experiência com este tipo de crime, o que - em última análise - contribui para um estilo hedonista de vida. Eles gastam rapidamente o dinheiro que conseguiram em festas e vários artigos de luxo e, somente quando eles esgotam seus recursos, desenvolvem planos para cometer outros roubos.

*Ladrões Oportunistas*, por outro lado, raramente são dedicados ao roubo. Os assaltos que cometem não são minuciosamente planejados e frequentemente envolvem alvos não comerciais. Eles usam a ocasião para cometer roubo devido às circunstâncias favoráveis. Seus alvos são muitas vezes indivíduos vulneráveis com uma pequena quantidade de dinheiro (US\$ 20 ou menos). Eles não dependem do roubo como uma fonte primária de renda, portanto, o dinheiro que adquirem a partir dessas infrações pode ser considerado renda suplementar. Esses infratores raramente têm armas de quaisquer tipos, mas, como eles tendem a cometer essas ofensas com cúmplices, o próprio grupo se torna a "arma", ou seja, a fonte de maior intimidação. Em comparação com ladrões profissionais, os ladrões oportunistas tendem a ser relativamente jovens, de nível socioeconômico baixo e geralmente inexperientes.

*Ladrões Viciados* são infratores tipicamente dependentes de drogas e são mais propensos a cometer crimes de furto que de roubo. Seus crimes são tipicamente menos planejados do que aqueles de ladrões profissionais, mas mais planejados do que aqueles de ladrões oportunistas. Contudo, algumas vezes seu desespero pela droga pode resultar em uma seleção descuidada de alvos, o que pode aumentar suas chances de apreensão. Ladrões viciados



tendem a ir atrás do dinheiro que lhes permite saciar momentaneamente seu vício e muitas vezes portam armas de fogo.

*Ladrões Alcoólatras* não são assaltantes de ofício, mas o seu envolvimento no roubo e outras atividades criminais está relacionado ao consumo excessivo de álcool. Embora circunstâncias aleatórias e a falta de planejamento possam fazer com que as ofensas cometidas por ladrões alcoólatras pareçam semelhantes às dos oportunistas, a natureza situacional das ofensas os distingue dessa última categoria. Alcoólicos não procuram uma vítima e raramente empregam uma arma. Frequentemente essas ofensas ocorrem em situações de oportunidade de assalto, ou seja, o roubo acontece a partir de uma reflexão imediata ou tardia. Estes indivíduos são menos cuidadosos e, portanto, menos preocupados a serem apanhados pela polícia do que os tipos de ladrões mencionados anteriormente. Para os ladrões alcoólatras, não há nenhum compromisso com o crime, embora quase todos já tenham participado de pequenos roubos. Estudos posteriores, em outros contextos, mostram que as classificações de ladrões alcoolizados ou drogados são bastante residuais dentro do universo dos roubos registrados, conforme aponta Petrović; Deljkić e Mujanović (2011), em Sarajevo, Bósnia e Herzegovina.

Conforme é possível notar, a tipologia dos crimes de roubos de Coklin (1972) é baseada nas características, especialidades e habilidades dos autores. Contudo, outros pesquisadores e profissionais da área criminal têm proposto novas tipologias para essa modalidade criminal.

Algumas delas possuem uma abordagem teórica e metodologicamente mais alinhada à psicologia, como é o caso do trabalho de Porter e Alison (2006). Para explicar a natureza e a dinâmica do roubo, os autores desenvolveram um modelo *Circumplex*, ou seja, uma ferramenta estatística para analisar possibilidades de variações nos roubos cometidos por mais de um autor e suas vítimas. Esse modelo parte do pressuposto de que há atributos coletivos, ou comportamentos, que definem semelhanças entre roubos de um tema que são diferentes de outros temas. Para tanto, os autores examinam dados dos infratores e vítimas em 116 casos de roubo de grupo (61 comerciais, 55 pessoais). Os pesquisadores concluem que as diferenças nos temas interpessoais eram evidentes entre roubos comerciais e pessoais. Roubos comerciais tendem a envolver maiores níveis de cooperação do que roubos pessoais, enquanto roubos pessoais envolvem mais hostilidade do que roubos comerciais.

É possível afirmar que as propostas mais recentes e conhecidas de classificação e análise dos crimes de roubos são aquelas que têm como referência apenas o alvo da ação e são baseadas em termos pragmáticos de detecção e repressão dos autores. Esse tipo de abordagem é utilizado e retroalimentado por pesquisadores e profissionais de segurança, que procuram formas não só de compreender o problema, mas, sobretudo, de promover estratégias mais qualificadas de

prevenção e controle dos roubos e outros crimes. Para esses pesquisadores, há evidências de diferenças na forma e no conteúdo do raciocínio e, conseqüentemente, nos *modus operandi* dos infratores, quando considerado tipos alvos de roubos distintos (CORNISH; CLARKE, 2008; HESS; ORTHMANN, 2010; BECKER, 2005).

Assim, no livro de Hess e Orthmann (2010: 380-383) sobre investigação criminal, por exemplo, os roubos são classificados em seis categorias, cada uma constituída por diferentes perfis de infratores usando diferentes técnicas de planejamento e execução do crime, quais sejam: (1) roubo à residência, (2) roubo a estabelecimento comercial, (3) roubo de rua, (4) roubo a condutor de veículo, (5) roubo a banco e (6) *Carjacking*. Esse último, de nomenclatura menos óbvia, é uma combinação de roubo de rua e roubo a condutor de veículo, que teve um drástico aumento desde a década de 1990, nos Estados Unidos. Tal tática, desenvolvida pelos ladrões, consiste em bater propositalmente na traseira de outro carro e, quando o motorista desce do veículo para reclamar sobre o sinistro, o assaltante age roubando a vítima. Outras ações semelhantes são usadas, como forçar o veículo a sair da estrada ou inventar um acidente ou lesões falsas para conseguir convencer o motorista a parar o veículo e então efetuar o roubo.

Ainda nesse contexto, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelo *Center for Problem-Oriented Policing (POP Center)*, organização norte americana, sem fins lucrativos, composta por profissionais da polícia, pesquisadores e universidades dedicados ao avanço do modelo de Policiamento Orientado a Problemas de crime e desordem em sociedades democráticas. Dentre os vários trabalhos disponibilizados pela entidade, é possível encontrar estudos específicos para algumas modalidades de roubos, tais como, Roubo de Rua (MONK; HEINONEN; ECK, 2010), Roubo em Caixas Eletrônicas (SCOTT, 2001), Roubo de Motoristas de Táxi (SMITH, 2005), Roubo de Loja de Conveniência (ALTIZIO; YORK, 2007), Roubo a Banco (WEISEL, 2007), Roubo de Farmácias (LAVIGNE; WARTELL, 2015), Roubo a Residência (HEINONEN; ECK, 2012). Tais trabalhos funcionam como guias que indicam os caminhos metodológicos e as estratégias a serem desenvolvidas pelas agências de segurança para controlar cada tipo de roubo. É possível dizer que os trabalhos do *POP Center* são os que levam mais ao extremo a subclassificação dos tipos criminais, considerando como fenômenos distintos roubos a lojas de conveniência e roubos a farmácias, por exemplo, enquanto a maioria da literatura inclui esses dois na categoria roubos a estabelecimentos comerciais.

Obviamente, é possível encontrar na literatura trabalhos acadêmicos preocupados com outros tipos de temas relacionados aos roubos. Alguns que examinam os casos de roubos que resultaram em lesões graves ou morte em Chicago (ZIMRING; ZUEHL, 1986). Outros examinam a questão de gênero, raça e roubo, como o trabalho de Fortune e Vega (1980) sobre

as mulheres autoras de roubos encarceradas em um presídio na Flórida; o estudo comparativo de Miller (1998) sobre os roubos cometidos por homens e por mulheres e a pesquisa de O'Flaherty e Sethi (2008) que discute disparidades raciais entre vítimas e autores de roubos. Contudo, tais temas ocupam uma posição ainda tímida dentro do debate mais amplo sobre os roubos, no que se refere a volume de pesquisas e publicações.

Embora importantes, os estudos sobre roubos no Brasil são raros. Tem-se alguns trabalhos, como o desenvolvido por Beato, Peixoto e Andrade (2004), que usaram modelos estatísticos *Logit* para estimar a probabilidade de os indivíduos serem vítimas de crimes de motivação econômica (furto e roubo tentado e consumado) e de crimes de agressão física, a partir das características socioeconômicas, familiares, dos hábitos cotidianos e das características ambientais dos locais onde esses indivíduos vivem. Contudo, considerando-se os trabalhos específicos sobre roubos e ladrões, possivelmente Jania Aquino seja uma das poucas pesquisadoras dedicadas a essa temática.

Desde 2002, Aquino tem se empenhado em compreender o fenômeno dos assaltos de grande porte, principalmente as ações contra empresas de guarda de valores, carros fortes e bancos. Em seus trabalhos, de 2003 a 2009, a autora desenvolveu um profícuo diálogo com 41 assaltantes, naturais de 11 estados diferentes. Alguns deles cumpriam pena em regime fechado, outros usufruíam de livramento condicional ou estavam foragidos da Justiça. Seus trabalhos apresentam detalhes minuciosos das diferentes fases de elaboração, performance e efetivação dos assaltos contra instituições financeiras (AQUINO, 2008; AQUINO, 2010a; AQUINO, 2010b). Chama atenção o caráter altamente racional e meticuloso que envolve as estratégias desenvolvidas por essas quadrilhas, algo bastante diferente do verificado nos casos dos ladrões de rua (e até mesmo comerciais) descritos pela literatura. Conforme ilustra a autora:

A elaboração de um assalto de grande porte é vivenciada como desempenho de atividades e execução de tarefas concretas, tais como observar atentamente empresas e agências bancárias, mapear e localizar câmeras e posições espaciais dos vigilantes dos estabelecimentos, seguir gerentes e tesoureiros no intuito de localizar seus endereços e se informar de detalhes de suas rotinas diárias, roubar ou comprar de outros ladrões carros com placas adulteradas para utilizar no dia do assalto, adquirir e transportar armas, reunir-se com colegas para apresentar as informações obtidas, discutir estratégias mais adequadas de abordagem do alvo de fuga, opinar sobre a escolha dos “colegas” que serão convidados para participar do plano em andamento, dentre outras tarefas. Empunhar armas, ameaçando vítimas, é apenas um dos procedimentos, entre as dezenas de atividades que envolvem a organização de um assalto. Conforme tenho mencionado, há casos mesmo em que altas somas são subtraídas sem que haja contato direto entre assaltantes e reféns em potencial, casos que prescindem do uso de violência (AQUINO, 2010b: 80).

Além da Aquino (2008; 2010a; 2010b) e Beato, Peixoto e Andrade (2004), destacam-se outros dois trabalhos sobre ladrões no contexto brasileiro. Um deles é a tese de doutorado de Grillo (2013), que apresenta uma rica etnografia sobre as visões de mundo e atitudes morais de traficantes e ladrões em um contexto de favelas cariocas dominadas pela facção criminosa conhecida como Comando Vermelho. A autora apresenta a impressionante história de Adriano, um morador que foi expulso do morro por violar a regra de roubar nas proximidades da favela e, por consequência, chamar a polícia para o território e prejudicar o tráfico de drogas. Ao descrever esse caso, Grillo apresenta uma série de prescrições normativas que incidem sobre a prática dos roubos postas tanto pelos traficantes que dominam as comunidades quanto pelos próprios assaltantes. Neste contexto, por exemplo, há uma recomendação sobre não roubar idosos, mulheres grávidas, deficientes, pessoas acompanhadas de crianças, trabalhadores e, sobretudo, moradores de favelas. Desobedecer a essas regras pode gerar sanções que vão desde a recusa de seus pares a roubar em sua companhia até a morte. Além disso, demonstra como os ladrões usam de estratégias como presentear moradores (*dádiva*) e traficantes com bens roubados, oferecer favores, bem como usar de simpatia e carisma para se conquistar a tolerância mínima necessária para prosseguir roubando, a despeito da indisposição dos traficantes e moradores com relação ao roubo.

O outro trabalho é a dissertação de Dalton (2009), uma etnografia que aborda vários temas e conceitos envolvendo os membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), a partir de conversas com presos, ex-presos e seus familiares em torno das experiências prisionais, em São Paulo. Dentre outras coisas, o trabalho demonstra como a categoria “ladrão”, para o PCC, nada tem a ver com a classificação jurídico-penal que embasa dos crimes de furto e roubo. Nesse contexto, trata-se de uma categoria elogiosa para se referir a qualquer bandido que alinha a sua própria “caminhada” com as expectativas do “proceder”, ou seja, segundo o arranjo inequívoco de “respeito”, “conduta” e “atitude”, além de “humildade” e “cabulosidade”.

Posto isso, a presente tese busca trazer para o debate uma temática e abordagem diferente dos estudos nacionais e, em alguma medida, internacionais. Essa pesquisa se ampara sobremaneira nas discussões aqui apresentadas de autores como Normandeau (1969), McClintok e Gibson (1961) e Conklin (1972). A ideia é investigar e desenvolver alguns recursos analíticos e metodológicos dentro dos crimes de roubos que permitam entender quais mecanismos envolvem e diferenciam o processo de tomada de decisão, o planejamento e a execução e uso da força e armas nos roubos.

A principal questão, contudo, não é compreender porque determinados indivíduos cometem roubos, mas sim como esses indivíduos pensam e executam diferentes tipos de roubos.

Mais especificamente, a presente proposta de pesquisa tentará responder as seguintes perguntas: quais os fatores foram considerados pelos ladrões como instigadores o suficiente para que eles cometessem o roubo pela primeira vez? Como escolhem os alvos de sua ação e quais elementos são levados em consideração durante esse processo? Em medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados? Por fim, quais os fatores estariam associados ao uso da força e de armas e como essas questões são interpretadas pelos autores?

Como é possível notar, tratam-se de perguntas que tocam diretamente os aspectos cognitivos e práticos que envolvem o ato de roubar, a partir da percepção dos próprios criminosos. A seguir, são apresentados alguns caminhos e respostas apontados pela literatura especializada para compreensão destas perguntas.

## 1.2 O Processo de Decisão, Planejamento e Execução dos Roubos

### 1.2.1 O ladrão enquanto ator racional e enquanto um ator emocional

A revitalização do interesse pela dissuasão e pelo controle das interpretações do crime nas últimas décadas do século XX deu um novo impulso às investigações sobre o processo de tomada de decisão/motivação, planejamento e execução de atividades criminais. No que se refere ao roubo, a literatura especializada apresenta duas abordagens importantes e recorrentes para interpretação dessas etapas que envolvem essa modalidade criminosa. Alguns pesquisadores compreendem o roubo a partir de uma lógica pautada na racionalidade, ou seja, de um processo de avaliação custo-benefício da ação pelos infratores. Outros estudiosos analisam o roubo como uma perseguição cultural em que os custos e recompensas ocupam posição secundária frente ao imediatismo emocional da ofensa e seus benefícios para o estilo de vida hedonista do infrator. Essas abordagens denominadas, respectivamente, de Escolha Racional e Cultura de Rua serão detalhadas a seguir.

Antes, contudo, é importante enfatizar que o objetivo desta tese não é testar empiricamente essas duas teorias. Isso porque, além da impossibilidade de realizar esse tipo de objetivo a partir de levantamentos qualitativos, o intuito é apenas apresentar brevemente esses dois conceitos e mostrar nas seções subsequentes como essas correntes podem ajudar no desenvolvimento não só da parte teórica do estudo, mas também na construção dos instrumentos de coleta e nas análises dos dados. Em última instância, a ideia de racionalidade e cultura estará presente – em alguns momentos de forma mais evidente, outras menos – nos argumentos usados por grande parte da literatura que trata sobre os processos de decisão, planejamento e execução dos crimes de roubos.

#### ***ESCOLHA RACIONAL***

A Teoria da Escolha Racional tem sua origem na Criminologia Clássica, nas teorias da dissuasão e na visão utilitarista da natureza humana propostas na segunda metade do século XVIII por Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. Ao concentrar-se nas ameaças de sanção e em como os réus podem reagir a elas, Beccaria (1764) presumiu que os infratores ponderam o que eles vão fazer e como eles vão fazer isso antes de fazê-lo. Bentham (1789), de forma similar, argumentou que os possíveis ofensores exercem um "*quantum de sensibilidade moral*" na forma

como eles constroem, definem e respondem a circunstâncias criminogênicas. Em outras palavras, os autores argumentavam que os indivíduos são sujeitos com livre-arbítrio e assim pesam os prazeres e as dores antes de cometer atos criminosos. Assim, a única causa eficiente da ação é, positivamente, a busca pelo prazer ou, negativamente, a fuga da dor.

Fortemente influenciados pela criminologia clássica, pela psicologia cognitiva e por economistas como Garry Becker (1974), Clarke e Cornish (1985) inauguram uma concepção do crime como resultado de escolhas racionais "por parte dos infratores". Neste contexto, o ofensor é considerado um ator ativamente envolvido no processamento de informações, analisando cada situação, avaliando a probabilidade de sucesso ou fracasso e, finalmente, desenhando planos para atividades criminosas com o objetivo de adquirir ganho. Assim, se os cálculos de custo-recompensa revelarem potencial ganho de ação ilegal, as chances de tomar uma decisão de seguir com um plano que irá beneficiar o agressor é alto. Esta abordagem é baseada no modelo de indivíduo (seja ele desviante ou conformista) como um ser livre, racional e hedonista.

A perspectiva da escolha racional considera que os crimes são atos intencionais e deliberados, cometidos com a intenção de beneficiar o ofensor. Os benefícios de cometer crimes incluem satisfazer os motivos humanos habituais, tais como desejos de gratificação sexual, excitação, autonomia, admiração, vingança, controle, redução do estresse, bens materiais e assim por diante. O dinheiro, evidentemente, pode comprar muitas dessas satisfações - sexo, drogas, liberdade e poder de controlar outras pessoas - por isso se torna uma meta conveniente e importante para se cometer um crime para o próprio benefício (CORNISH; CLARKE, 2008: 25).

Embora essa literatura se refira ao "raciocínio criminoso" e ao "componente racional" do crime, há um grande esforço dos pesquisadores adeptos dessa teoria para mostrar a quão limitada, circunscrita e parcial é essa racionalidade. A fonte mais citada sobre Escolha Racional e crime é a coletânea de artigos reunidos no livro "*The Reasoning Criminal: Rational choice perspectives on offending*", organizado por Cornish e Clarke (2014), em 1986. Neste trabalho, os autores não propõem um modelo de escolha racional pura, pois reconhecem que os modelos puramente econômicos são muito idealizados e demasiado abstratos para ser útil para a pesquisa empírica. Eles tomam como ponto de partida as seguintes suposições: (i) os infratores procuram beneficiar-se por seu comportamento criminoso; (ii) isso envolve a tomada de decisões e de escolhas, por mais rudimentares que sejam esses processos e (iii) esses processos exibem uma medida de racionalidade, embora limitada pela quantidade de tempo e esforço para execução e pela disponibilidade de informações relevantes.

A Abordagem da Escolha Racional considera os infratores como "tomadores de decisões racionais" porque os criminosos exercem algum grau de planejamento e previsão e adaptam seu comportamento para levar em conta as contingências tanto próximas e quanto distantes. O grau de planejamento não tem que ser grande para ser considerado racional por Cornish e Clarke e eles alertam que é preciso ser cauteloso com as definições de racionalidade que dependem muito de evidências de planejamento – corroborando com noção de racionalidade limitada.

Assim, o processo de tomada de decisão, planejamento e execução de um crime pode durar um período de tempo extenso ou pode ocorrer em questão de segundos. Por exemplo, a decisão de cometer um roubo por um criminoso que está andando pela rua e vê uma porta da garagem aberta, sem ninguém nas proximidades, pode ser feita em segundos – considerando que outro ofensor pode planejar um roubo de uma joalheria por meses e incorporar estratégias de ação mais elaboradas e qualificadas. Outra suposição é que esta abordagem é usada para analisar crimes específicos, ou seja, as decisões a serem tomadas e as habilidades necessárias para um tipo de crime são diferentes para outros crimes. Por exemplo, um roubo a banco requer informações e habilidades diferentes de um roubo desarmado no estacionamento de um bar.

A perspectiva da Escolha Racional na criminologia propõe uma abordagem realista do evento criminoso, tentando ver o mundo da perspectiva do ofensor. Ela procura entender como o criminoso faz escolhas de crime, impulsionado por um motivo particular dentro de um cenário específico, que oferece as oportunidades para satisfazer esse motivo. A Escolha Racional tem uma imagem do agressor que pensa antes de agir, ainda que apenas por um momento, levando em conta alguns benefícios e custos ao cometer a ofensa. O cálculo do infrator se baseia principalmente no que é mais evidente e imediato, enquanto negligencia os custos e benefícios mais remotos do crime ou sua evasão. É por isso que o delinquente habitual presta menos atenção a uma eventual punição ou impacto em longo prazo das suas ações do que aos prazeres imediatos ou próximos oferecidos pela ofensa (CLARKE; FELSON, 1998).

De um ponto de vista metodológico, esta perspectiva deu origem a modelos de entrevistas que perguntaram a cada infrator sobre questões concretas relacionadas a crimes específicos, sobre o que ele queria, o que pensava e o que fazia em determinada situação. Por exemplo, os pesquisadores levaram os ladrões/arrombadores em carros, perguntando-lhes especificamente porque escolheriam uma rua e não outra, uma casa e não outra. Outros pesquisadores têm ido em lojas com autores de furtos para ver quais itens eles teriam selecionado, como essa escolha é influenciada pela posição do objeto na prateleira e como eles



pensam sobre suas tarefas específicas ilegais. De fato, o *modus operandi* é uma preocupação central da teoria da escolha racional na criminologia.

A abordagem da Escolha Racional pode ter se tornado popular para muitos criminologistas não porque oferece uma alternativa atraente para o que consideram explicações excessivamente deterministas ou patológicas para a criminalidade, mas por prometer estratégias e táticas mais eficazes de política criminal e prevenção do crime (CLARKE, 1992). Com o desenvolvimento dessa perspectiva teórica, grande parte da política de justiça criminal nos EUA e Inglaterra se baseia na suposição de que os infratores são seres racionais e tomam decisões com base num raciocínio de custo-benefício para cometer crimes. A sua aplicação prática inclui medidas para reduzir a atratividade do crime, dado o pressuposto de que muitos indivíduos sucumbirão a ofensa criminal se for dada uma oportunidade.

Nesta direção, importante destacar que a perspectiva de Escolha Racional é o cerne da Abordagem das Atividades Rotineiras (AAR). Ambas as abordagens teóricas mantêm a suposição básica de que os indivíduos escolhem cometer crime e que é possível prevenir crimes diminuindo a oportunidade e o acesso ao alvo. Proposta por Cohen e Felson (1979), a AAR tenta construir uma síntese entre atividades cotidianas dos autores e vítimas de crimes, controle social e opções de escolha racional. Para os pesquisadores, a abordagem da Escolha Racional lida principalmente com o conteúdo das decisões. Já a AAR, é vista como adequada aos contextos ecológicos que fornecem a gama de opções a partir das quais as escolhas são feitas.

A AAR supõe que o crime ocorre quando há uma convergência de três elementos no mesmo tempo e espaço: ofensor motivado (que por algum motivo esteja predisposto a cometer um crime), alvo disponível (pessoa ou objeto que possa ser atacado) e ausência de guardiões capazes de prevenir violações (que não precisa ser necessariamente um policial ou vigilante formal - inclui vizinhos, os amigos, os parentes, os transeuntes ou o proprietário do alvo desejado). É uma abordagem, portanto, que tenta explicar a evolução das taxas de crime não por meio das características dos criminosos, mas das circunstâncias em que os crimes ocorrem.

Conforme apontam Beato, Peixoto e Andrade (2004: 74),

Trata-se de um modelo bastante econômico no que diz respeito aos elementos utilizados. Contudo, a própria definição desses elementos guarda muitas sutilezas. Embora esteja se tratando de uma abordagem preocupada com as características ambientais nas quais ocorrem os crimes predatórios, ela ainda mantém algumas ressonâncias na criminologia mais tradicional ao enfatizar a motivação dos ofensores como um dos elementos centrais. A origem dessa motivação, entretanto, é deixada em aberto. O segundo aspecto é que a ação predatória dirige-se a "alvos", ou seja, pessoas ou objetos em dada posição no tempo e no espaço. Isto termina por retirar o aspecto moral que a palavra vítima carrega consigo: um alvo define-se como coisas que tem algum valor, além de algumas propriedades que o tornam adequado à ação predatória.

Na abordagem de Atividade Rotineira, o risco de um alvo sofrer ataque criminoso é influenciado por quatro elementos, descritos pelo acrônimo VIVA (Valor, Inércia, Visibilidade e Acesso). O Valor está relacionado ao desejo material ou simbólico de um produto ou pessoa para os ofensores. A Inércia está relacionada simplesmente ao peso do item. Por isso, os bens eletrônicos pequenos e leves são roubados com mais frequência do que artigos grandes e pesados, pois esses exigem medidas adicionais de transporte para os ofensores. A Visibilidade refere-se à exposição de alvos de roubo para os ofensores, quando, por exemplo, alguém conta dinheiro em público ou coloca bens valiosos na janela. Por fim, o Acesso refere-se a padrões de rua e outras características da vida cotidiana, como o trancamento da propriedade para dificultar sua remoção e a capacidade das vítimas resistirem aos ataques com ou sem armas. Para que o crime predatório usual ocorra, um infrator em potencial deve encontrar um alvo adequado sem a presença de um guardião competente. Isso também significa que a vida da comunidade pode mudar para produzir mais oportunidades de crime sem necessariamente qualquer aumento na motivação criminal (CLARKE; FELSON, 1998: 5-6; COHEN; FELSON, 1979: 591).

Usando este pensamento e uma variedade de dados, a Abordagem de Atividade de Rotina ainda oferece uma explicação para o aumento do roubo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental durante os anos 1960 e 1970. Um dos componentes da evolução das taxas anuais de arrombamento estaria relacionado à progressiva redução do peso dos aparelhos de televisão vendidos. Outro componente importante da explicação é que muito mais casas neste período foram deixadas sem vigilância durante o dia devido ao aumento do número de mulheres no mercado de trabalho remunerado e de tempo integral. Como as pessoas passam mais tempo entre estranhos e longe de suas próprias casas, o risco de vitimização pessoal e patrimonial aumenta. Nestes termos, os autores mostram como fatores associados ao local de residência dos ofensores e das vítimas, à relação entre ofensores e vítimas, ao local e o horário das ocorrências, a idade das vítimas, ao número de adultos na residência ou no estabelecimento comercial estão relacionados à incidência de eventos criminais (*ibidem*).

Mesmo que as abordagens da Escolha Racional e das Atividades de Rotina difiram em orientação e propósito, eles têm muitas suposições comuns. Ambas se assentam em um único princípio: as oportunidades fáceis ou tentadoras atraem as pessoas para a ação criminoso e as dificuldades as repelem. Desta forma, para os defensores destas abordagens, o ditado popular “*a ocasião faz o ladrão*” não é apenas uma expressão de senso comum, mas uma premissa que

fundamenta oportunidade como causa do crime e ilustra como essas perspectivas ajudam a pensar e desenvolver mecanismos para prevenção ao crime (CLARK, 2012; CLARKE; FELSON, 1998).

Apesar dos defensores da Escolha Racional reconhecerem a limitação da concepção racional da ação individual, este ponto continua sendo uma das pedras angulares das várias críticas a essa concepção. Stanley Cohen (1996: 5), por exemplo, acusa Cornish e Clarke de retratarem seu “criminoso racional” como indivíduos que tem mais racionalidade do que as “criaturas determinadas da investigação sociológica”. Mais que isso, como seres constituídos quase que unicamente de escolha e racionalidade – onde elementos como privação, racismo, deslocamento urbano, desemprego são arriscadamente listados como fatores de segundo plano. Assim, desincorporados de todo o contexto social e agindo como se fossem máquinas de calcular infalíveis, esses criminosos racionais assumem seus riscos, avaliam suas oportunidades, têm suas metas endurecidas e afastam-se dos espaços defensáveis menos atrativos.

Contra esse tipo de crítica, Cornish e Clarke (1985: 170-73 e 2014, 6) certamente enfatizariam que seu modelo é uma imagem idealizada da tomada de decisões, que sua versão da teoria da Escolha Racional é meramente “informal” do comportamento criminoso e não têm de apresentar uma completa explicação sobre a conduta criminal. Na opinião dos autores, os relatos simples e parcimoniosos de infrações criminais podem ter considerável valor heurístico e serem suficientemente bons para acomodar pesquisas existentes. Argumentam, assim, que suas intenções não eram desenvolver uma nova Teoria, mas apenas um “quadro” dentro do qual as teorias e pesquisas existentes poderiam ser reunidas com o objetivo de proporcionar uma maior compreensão do comportamento criminoso. Portanto, eles deliberadamente chamaram sua abordagem de uma Perspectiva da Escolha Racional.

No entanto, como destacam De Haan e Vos (2003)<sup>2</sup>, este recurso a uma perspectiva meramente heurística não oferece saída. Pelo contrário, sem qualquer critério substancial de racionalidade, essa linha de defesa, ironicamente, cria vários paradoxos. Um primeiro paradoxo é que, em seu afã de fornecerem recomendações políticas práticas, Cornish e Clarke, prematuramente, abandonaram o conceito muito normativo de racionalidade que os economistas aplicaram com êxito às questões de criminalidade, punição e controle social. Um segundo paradoxo é que, como consequência do fato de que o número de suposições subjetivas

---

<sup>2</sup> Ver também: Karstedt, S. and W. Greve (1995) ‘Die Vernunft des Verbrechens’. Rational, Irrational oder Banal? Der “Rational-Choice”-Ansatz in der Kriminologie’, in K.-D. Bussman and R. Kreissl (eds) *Kritische Kriminologie in der Diskussion. Theorien, Analysen, Positionen*, pp. 171–210. Opladen: Westdeutscher Verlag.

que precisam ser feitas, bem como as consequências possivelmente antecipadas de qualquer curso de ação que o modelo formal exige são ambos aparentemente intermináveis, a ideia básica de escolha racional perde “sua elegância espartana” para se tornar quase "barroca". E, por último, mas não menos importante, está o paradoxo de que, sem um conceito claramente definido de racionalidade, os teóricos da escolha racional precisam diferenciar entre os processos decisórios dos "criminosos racionais", o que os leva de volta às explicações determinísticas e patológicas de uma criminologia de "tipos de pessoas" que eles, inicialmente, rejeitaram.

Hochstetler (2001: 738-40) chama atenção não somente para o aspecto conceitual da Escolha Racional, mas, sobretudo, para as questões metodológicas de alguns pesquisadores formados por essa abordagem. O autor descreve que, muitas vezes, tais investigadores pedem que os entrevistados se imaginem em contextos hipotéticos e avaliem as recompensas e os riscos potenciais da escolha do crime. As imagens apresentadas aos pesquisados normalmente contêm um pequeno número de variáveis. A partir disso, os pesquisadores acham consistentemente que os riscos e recompensas esperados são considerações significativas nas decisões ofensivas e na seleção de alvos. Contudo, Hochstetler critica esses tipos de metodologias que utilizam cenários criminais artificiais, pois acredita que essas estratégias obscurecem fatores motivacionais e contextuais que potencialmente complicam as avaliações de oportunidade dos infratores. Nesta direção, argumenta que os pesquisadores geralmente procedem como se as decisões criminais fossem tomadas por criminosos solitários e não consideram que a dinâmica interacional entre os coautores, ambiente e alvo produz contextos de tomada de decisão que os infratores potenciais não podem antecipar completamente através do cálculo antecipado de riscos e benefícios.

Wright, Brookman e Bennett (2006) reiteram que os modelos da perspectiva da Escolha Racional, ao considerarem a decisão de ofender é o resultado de uma deliberada pesagem dos potenciais custos e benefícios, simplificam bastante um processo altamente complexo. Tais modelos deixam muitas lacunas para a compreensão sobre como criminosos tomam decisões em contextos da vida real e em que circunstâncias. Por exemplo, é amplamente aceito que qualquer "racionalidade" que os aspirantes a criminosos possuem é “limitada” no sentido de que ele não leva em conta toda a informação teoricamente disponível para tomar a decisão. Mas, por que isto é assim? E em que esses limites ou limitações consistem? As teorias da Escolha Racional são inadequadas para responder a essas perguntas, porque elas se concentram em propriedades objetivas para situações criminais imediatas – que aumentam o risco potencial ou diminuem a recompensa potencial – e prestam pouca atenção ao contexto cultural mais

amplo dentro que os infratores cometem seus crimes. Esta é uma omissão grave, porque decisões reais nunca são feitas no vácuo, elas são incorporadas e moldadas pelo indivíduo numa “matriz de avaliação” sociocultural. Dito de outro modo, os potenciais riscos e benefícios inerentes a qualquer tipo de atividade criminosa serão inevitavelmente avaliados com referência a símbolos culturais e valores que são significativos para o possível ofensor. Pautados nestas críticas, alguns autores vão desenvolver outra forma de interpretação do processo de decisão e execução dos crimes de roubos, a abordagem da Cultura de Rua.

### ***CULTURA DE RUA***

A segunda abordagem que trata da escolha criminosa situa as decisões ofensivas no contexto sociocultural dos delinquentes. A ideia de que o crime pode ser explicado com referência à cultura tem uma longa tradição na teoria criminológica e inclui os trabalhos de Miller (1958), que descreveu a participação em gangues em termos de estilo e simbolismo gerados tanto por membros de gangues quanto pela sociedade em geral, e de Blumer (1969), que chamou atenção para os aspectos "simbólicos" da interação social e o papel que esses símbolos desempenharam no desenvolvimento das subculturas desviantes.

Nos últimos anos, essas ideias foram revisadas e consolidadas no que é às vezes descrito como "criminologia cultural". Isso inclui o trabalho de Katz (1988), que enfatizou as emoções, as seduções do crime e a maneira pela qual os significados do crime são gerados em subculturas desviantes. Inclui também os trabalhos mais recentes de Wright e colegas (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; JACOBS; WRIGHT, 1999; WRIGHT; DECKER, 1997), que introduziu a ideia de que os roubos, sobretudo de rua, podem, em grande medida, ser explicados pela participação dos criminosos em um contexto de Cultura de Rua, verificado tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha.

Os pesquisadores que se ancoram neste tipo de abordagem baseiam-se em entrevistas realizadas com ladrões ativos ou inativos, que tem como alvo, sobretudo, transeuntes. Eles argumentam que as decisões que envolvem o cometimento de crimes estão embutidas no estilo de vida caótico dos criminosos. Em seus estudos, foram verificados os aspectos culturais do agressor, destacando-se o desejo hedonista e de viver a vida no momento, sem considerar as consequências.

Os valores proeminentes que caracterizam a cultura de rua (terreno fértil para criminosos persistentes) incluem arrogância, coragem e prontidão para confronto. Ao mostrar essas características no ato de assalto de rua, os infratores aumentam sua "credibilidade nas ruas", ao

mesmo tempo em que adotam atitudes negativas em relação à lei, à ordem e às normas sociais. Isso contribui para uma percepção “virtuosa” do grupo no qual está inserido como sendo ofensores profissionais. Juntamente com o abuso de substâncias psicoativas, prisões periódicas pela polícia, falta de responsabilidade e orientação imediatista, o assalto à rua constitui um elemento vital na identidade e estilo de vida dos infratores. Muitos deles veem a vida como uma festa, exibindo uma atitude verdadeiramente hedonista, ao mesmo tempo em que são completamente inconscientes das consequências futuras de suas ações, que afetarão tanto eles quanto as pessoas mais próximas. Os criminosos estão convencidos de que o verdadeiro sentido da vida é "viver aqui e agora" e “viver pouco e intensamente”. Essa atitude é ainda mais reforçada por um fatalismo específico: a convicção de que está predestinado a morrer e, independentemente de "pequenos golpes de sucesso", prevalece o sentimento de fatalidade inevitável (PIOTROWSKI, 2011).

Contudo, alguns autores, como Hochstetler (2001: 738-40), observam que contextos povoados quase que exclusivamente por jovens, do sexo masculino e que usam drogas realmente não são o tipo de locais em que os processos de escolha e tomada de decisão dos indivíduos dão muita atenção aos riscos e a atitudes conformistas. No entanto, o autor argumenta que, embora o contexto da vida de rua produza a delinquência, o conhecimento preciso sobre quais aspectos da vida na rua causam a delinquência permanecem obscuros. Além disso, Hochstetler (2001) destaca que os investigadores da cultura de rua favorecem a análise dos hábitos e das rotinas mais enraizadas dos criminosos, mas não dão a devida importância ao papel de situações que ocorrem em momentos imediatamente anteriores ao crime. Em outras palavras, embora muitos pesquisadores observem que os infratores compartilham um estilo de vida e muitas vezes se relacionam com outros infratores, as pesquisas raramente examinam como a coofensa (ou relação entre os parceiros do roubo) afeta a decisão de cometer um crime em particular.

Conforme apontado anteriormente, a apresentação das abordagens da Escolha Racional e da Cultura de Rua tem como objetivo situar o leitor em conceitos trabalhados com frequência nos estudos sobre roubos. Em grande medida, a concepção dos assaltos é apontada pela literatura como um fenômeno ancorado predominantemente em processos individuais racionais ou em processos culturais/emocionais. Nas próximas seções, apresenta-se como a bibliografia aborda cada uma das etapas do crime de roubo analisadas no presente estudo. Inicia-se discutindo os aspectos relativos às circunstâncias em que os infratores se tornam motivados a cometer os roubos e, em seguida, apresentam-se as etapas importantes relativas ao planejamento e, por conseguinte, à execução dos crimes de roubos.

### 1.2.2 Decisão e Circunstâncias em que os infratores se tornaram motivados a roubar

Um dos pontos de partida para o cometimento dos crimes está na decisão do indivíduo em cometer um crime. Sem ir para questões amplas sobre as causas do crime e pensando em situações mais imediatas a ação, a discussão proposta nesta seção envolve três questões fundamentais: quando um ladrão (em potencial ou reiterado) decide cometer um roubo? Quais as circunstâncias ou fatores que tornam algumas pessoas motivadas a cometer esse tipo de crime? O ataque a alvos diferentes implicaria necessariamente em motivações diferentes?

Apesar de ser considerado um crime contra o patrimônio e de a decisão de roubar partir de algum tipo de desejo, a literatura aponta que a motivação para o roubo nem sempre é atribuída ao ganho financeiro. Estudos recentes realçam que os motivos dos roubos são amplos e o contexto de tomada de decisão é mais complexo que uma mera busca por dinheiro – sobretudo no se refere aos roubos de rua. Nesta seção, serão examinados os principais elementos e circunstâncias apontados pela literatura como motivadores dessa prática criminosa, com enfoque nos roubos de rua e nos roubos a estabelecimentos comerciais.

#### *Dinheiro rápido*

Talvez poucos leitores estranhariam a afirmação de que, na maioria das vezes, ladrões de rua costumam dizer que a decisão de roubar surge em face de uma necessidade imediata de dinheiro. Esse fato é documentado por alguns pesquisadores americanos (CONKLIN, 1972; JACOBS; WRIGHT, 1999; FEEENEY, 1986) e o mesmo é verdade entre os estudos sobre ladrões no Reino Unido (SMITH 2003;. FITZGERALD; STOCKDALE; HALE, 2003). No entanto, vários pesquisadores alertam que esse tipo de resposta precisa ser interpretado com cautela (DE HAAN; VOS, 2003; KATZ, 1988; WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006).

A primeira razão é que as perguntas sobre intenções e racionalidade de roubos provavelmente resultarão em respostas que podem ser óbvias e sem sentido se os ofensores não compreenderem a questão do modo esperado. Assim, a necessidade de dinheiro pode ser apenas uma das maneiras mais simples de explicar para o entrevistador um processo de pensamento complexo e talvez não inteiramente compreensível que leva o entrevistado a cometer um roubo. O segundo problema é que os relatos dos entrevistados são retrospectivos e, ao tentar explicar o comportamento, podem assumir a forma de desculpas e justificativas. O terceiro problema é

que simplesmente saber que um roubo foi cometido por dinheiro não nos diz muito sobre a motivação. De Haan e Vos (2003) dão o exemplo do ladrão de bancos que respondeu a um apresentador de TV que lhe perguntou por que ele preferia roubar bancos dizendo: "*Porque é lá que está o dinheiro*". Conforme sintetiza Katz (1988), para os ladrões de rua, cometer roubo é muito mais que uma maneira fácil de obter dinheiro e são nas razões para a necessidade de dinheiro que se encontram os elementos mais reveladores para compreensão do fato.

Nesta direção, os estudos de Wright e seus colegas (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; WRIGHT, DECKER, 1997; JACOBS; WRIGHT, 1999) dão algum apoio a estudos anteriores que mostram que os ofensores frequentemente mencionam a necessidade de dinheiro como motivação para o crime. No entanto, a relação entre dinheiro e o roubo era bastante variável. Os autores notaram que poucos infratores avaliados mencionaram precisar de dinheiro para subsistência, como pagar contas ou comprar comida. Um ladrão disse que usou o produto do roubo para comprar gasolina para o seu carro e outro disse que usou o produto do roubo para comprar cigarros. Contudo, para a maior parte, a relação entre dinheiro e roubo refletiu um compromisso para o que pode ser descrito como um estilo de vida criminoso, em que a busca de ações ilícitas gera uma necessidade contínua de "dinheiro rápido" que realisticamente só poderia ser satisfeito por meio do crime.

Conforme asseguram Wright e Decker (1997), alguns infratores cometem ocasionalmente um assalto à mão armada mesmo quando possuem dinheiro suficiente para atender às suas necessidades imediatas. De um modo geral, os roubos que se enquadravam nessa categoria não eram para melhorar a situação dos "fluxos de caixa" dos infratores, mas sim o resultado de oportunidades que pareciam boas demais para serem desperdiçadas. Economizar ou guardar os produtos dos roubos, no entanto, foi algo mais presente no discurso que na prática. Tais infratores, como muitos outros na amostra, estavam fortemente empenhados em um estilo de vida hedonista, ou seja, eles não economizavam o dinheiro derivado do assalto. Eles usam tudo ou mais que conseguiram para perpetuar uma vida que os entrevistados chamam de "festa agitada".

Isso leva alguns autores a acreditarem que nem um emprego bem remunerado é capaz de mudar a sedução da vida criminosa, pois essa prática lhe permite ter maior liberdade para exercer a vida hedonista. Assim, mesmo que os infratores tivessem um emprego de alta remuneração, é improvável que o mantivessem por muito tempo (ibidem). Como Shover e Honaker (1992) assinalaram, a busca implacável da ação de rua tem uma poderosa tendência de minar qualquer compromisso com atividades convencionais. Em particular, o uso intensivo de substâncias psicoativas promovidas pela cultura de rua muitas vezes faz com que esses



indivíduos comecem a negligenciar as demandas e os compromissos de um emprego legítimo em favor de desfrutar o momento. Como resultado, eles rapidamente encontram-se fora do trabalho e desesperados para localizar outras fontes de renda para manter sua crescente dependência de álcool e outras drogas.

#### *Festas agitadas e constantes*

Jacobs e Wright (1999), em seu estudo sobre ladrões de rua nos EUA, descobriram que conseguir dinheiro para "manter a festa animada" foi uma das principais razões para as infrações. O desejo de dinheiro rápido para realizar e participar de várias festas foi também uma das principais razões dadas para se cometer roubo entre a amostra de ladrões de rua analisada. Arelado às festas, o consumo de drogas lícitas e ilícitas foi apontado por quase todos os entrevistados como parte intrínseca à cultura de rua e à lógica de "desfrutar a vida ao máximo".

#### *Manter aparências*

Além da necessidade de dinheiro para festas e drogas, vários estudos documentam que boa parte dos criminosos analisados disse que usou o produto do roubo para comprar itens não essenciais e de valor e *status* elevados. Pesquisas nos Estados Unidos identificaram o consumo fetichizado de certos itens entre as "ruas" (tais como roupas ou joias específicas) como meio de transparecer sucesso (ou seja, "ostentar") e, conseqüentemente, ser visto como bem-sucedido (WRIGHT; DECKER, 1997: 40; JACOBS; WRIGHT, 1999). Já no Reino Unido, um dos itens de *status* mais comuns mencionados pelos ladrões era o automóvel. Tais relatos não enfatizavam tanto a utilidade funcional do carro, mas a imagem de poder que ele transmitia para os outros (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006: 6-11; FITZGERALD; STOCKDALE; HALE, 2003).

Shover e Honaker (1992: 283) argumentam que a intensa preocupação dos delinquentes com aparências externas e por festas surge de um forte apego aos valores da cultura de rua, valores que dão grande ênfase à ostentação, apreciação e exibição de itens de luxo. Neste sentido, Wright e Decker (1997) apontam para uma relação, no mínimo, paradoxal e inusitada, mostrando casos de infratores que às vezes roubavam pessoas não exclusivamente por dinheiro, mas simplesmente porque queriam as joias da vítima para se exibirem para outras pessoas. Não raro, esses mesmos infratores afirmavam que as pessoas que se exibem ou ostentam seus pertencem de valor na rua são merecedoras de serem roubadas. A ironia é que muitas vezes eles

roubam o produto para se comportar de maneira semelhante e que quase todos os infratores relataram que haviam sido roubados pelo menos uma vez.

*“Barato” / emoção / vontade de lutar / raiva*

Como descrito em detalhe por Katz (1988), mais que benefícios materiais, o ato de roubar provoca benefícios emocionais perigosos e estimulantes. Na maioria dos casos investigados pelo autor, os agressores simplesmente disseram que o roubo lhes proporcionou uma sensação de *“barato”*, ou seja, uma experiência divertida e emocionante. Um elemento da excitação do roubo era a vitória sobre a vítima e a obtenção da dominação sobre a situação. Em alguns casos, o *“barato”* era descrito como maior quando as vítimas resistem. Quando isso aconteceu, o desafio para o ladrão foi ainda maior e assim também foi a recompensa de finalmente vencer e completar o roubo. Essa descrição do prazer emocional gerado pela ação e pela adrenalina de roubar foi corroborada em vários outros trabalhos, como os de FitzGerald, Stockdale e Hale (2003), Wright, Brookman e Bennett (2006: 6-11) e Feeney (1986: 55-59).

*A justiça informal / erros de endireitamento*

Alguns roubos foram cometidos para alcançar uma medida de justiça informal. O uso do roubo como um “direito” ou reparação a um erro cometido tem sido descrito com relativa frequência na literatura dos Estados Unidos. Os autores apontam que os criminosos de rua raramente confiam na polícia para corrigir as injustiças perpetradas contra eles por medo de expor suas próprias atividades ilícitas. Assim, eles fazem “a lei pelas suas próprias mãos” e administram a justiça da sua própria maneira. Encontramos duas principais formas em que o roubo foi usado para corrigir injustiças: o primeiro foi roubo como “cobrança de dívida” e o segundo foi roubo como “vingança”.

Em estudo de Wright, Brookman e Bennett (2006:11), sete dos 27 entrevistados descreveram os roubos que realizaram como uma forma de “tomar de volta o dinheiro que acreditavam que lhes era devido”. Uma das razões mais comuns dada pelos entrevistados para a dívida de roubo envolvia disputas de drogas. Clientes de traficantes de drogas ilícitas, muitas vezes acabavam devendo-lhes dinheiro que eles não estão dispostos ou não conseguem quitar a dívida. Quando isso acontece, alguns traficantes vão recorrer ao roubo para tentar o reembolso do pagamento, ou seja, tomam algo de valor do seu cliente como forma de ressarcimento da dívida.

Além de confirmar os elementos motivacionais apontados até o momento, algumas pesquisas apresentam questões adicionais da decisão dos ladrões de rua em cometer o crime. Estudo realizado por Feeney (1986: 55-59) com 113 infratores acusados e condenados por roubos ou crime similar, na Califórnia, revelou que para mais de 40% dos criminosos o dinheiro não era a verdadeira finalidade. Para aumentar a emoção e adrenalina, para aliviar o tédio ou infelicidade geral, para impressionar ou ajudar amigos, porque estava bêbado ou drogado, era uma briga que se transformou em um assalto, o parceiro começou um assalto sem conhecimento prévio, dentre outros, compõe o corpo de motivações frequentemente apontado pelos ladrões. Neste contexto, há também outro grupo que não considerava estar tentando roubar, mas sim tentando recuperar um dinheiro que, por alguma razão pessoal anterior, entendiam ser deles ou devido a eles. Surpreendentemente, nem mesmo entre os ladrões de estabelecimentos comerciais o ganho financeiro pode ser entendido como a principal motivação. Todos aqueles que disseram que estavam desiludidos ou deprimidos eram ladrões de estabelecimentos comerciais.

Ao analisar aproximadamente 500 relatórios de arquivos da polícia de Amsterdã e realizar entrevistas e grupos focais com autores de roubos, De Haan e Vos (2003) destacam que, especificamente no caso de roubo de rua, não há uma conexão clara e racional entre as motivações, os meios e o fim que o ofensor tem em mente. Os ofensores apresentavam sentimentos mistos em relação aos atos ilegais, alguns eram toxicodependentes de álcool ou outras drogas, outros foram motivados pela necessidade de impressionar seus colegas com sua coragem e aumentar suas credenciais de rua ou para simplesmente "procurar aventura".

Outro estudo que analisou os fatores que influenciam a motivação para o roubo de rua foi desenvolvido por FitzGerald, Stockdale e Hale (2003), em Londres. A partir de grupos focais com 103 estudantes e 17 jovens de idade semelhante que cumpriam penas não privativas de liberdade para crimes de rua, os pesquisadores concluíram que parte dos jovens apresentaram motivações instrumentais, incluindo a necessidade de dinheiro para as despesas diárias. No entanto, outros apontaram razões diferentes. Alguns disseram que gastaram o dinheiro do roubo em objetos de *status*, designer, roupas, bebidas e drogas. Outros disseram que cometeram roubos por diversão e emoção e mencionaram o "*barato*" ou a adrenalina inerente a essas ofensas. Eles também mencionaram que cometeram crimes de rua como forma de proteger-se, gerando uma reputação de ser "durão" – resultado que coincide em grande parte também com os de Smith (2003) na Inglaterra e no País de Gales.

Katz (1988) e Cope (2003) consideram que o roubo de rua e o furto de veículos devem incluir o elemento subcultura e não somente a racionalidade do indivíduo. Os autores entendem

que a participação na cultura de rua constrange a avaliação subjetiva dos indivíduos sobre os riscos e recompensas do crime. As insignificantes recompensas financeiras da maioria dos crimes de rua não encorajariam a maioria dos membros da classe média a perseguir essa vida. No entanto, essas recompensas quando combinadas às outras recompensas intrínsecas do crime – tais como *status*, autonomia e ação – são suficientes para convencer muitas pessoas a aderirem ao cometimento de crimes de rua.

Como os resultados das pesquisas mostram, as motivações que desencadeiam os roubos de rua são amplas e as abordagens teóricas para essa modalidade tendem a interpretá-la sob uma ótica de cultura de rua, ou seja, percebem esse tipo de crime como uma perseguição cultural em que os custos e recompensas ocupam posição secundária para o imediatismo emocional da ofensa e seus benefícios para o estilo de vida do infrator. Por outro lado, os poucos estudos que abordam especificamente o roubo a estabelecimentos comerciais tendem a interpretá-lo enquanto um processo de escolha racional, fortemente pautado na necessidade de ganho financeiro aliado ao desejo de minimizar o risco de ser preso. Neste caso, os ladrões de comércio são motivados puramente por questões financeiras, isto é, para ganhar o máximo possível no menor tempo possível, apenas para gastá-lo em luxos logo depois.

A exemplo disso, destaca-se a pesquisa de Morrison e O'Donnel (1996: 183) sobre roubo à mão armada a estabelecimentos comerciais, em Londres, Reino Unido. Este estudo, além de demonstrar que há vários fatores que influenciam a decisão do infrator de cometer esse crime, traça um diálogo interessante entre estas evidências e a abordagem da Escolha Racional. O autor afirma que todos os infratores alegaram ter uma motivação e muitos acreditavam que suas motivações teriam encorajado qualquer pessoa (ou, pelo menos, qualquer pessoa nas mesmas circunstâncias) a fazer o que fizeram. Aqueles que tinham um vício para saciar ou tiveram graves prejuízos financeiros podem ter considerado este crime como a melhor alternativa disponível para obter uma quantidade suficiente de dinheiro de forma rápida. Mesmo quando a quantidade de dinheiro obtida era bastante pequena (um elemento frequentemente apontado como apoio da irracionalidade dos criminosos econômicos), deve-se reconhecer que até somas aparentemente pequenas podem ser adequadas para as necessidades imediatas e específicas do infrator. Assim, os ganhos podem ser subjetivamente muito maiores do que parecem. Aqueles que foram tentados por um "estilo de vida desejável" (um em cada cinco infratores) podem não ter tido outra maneira de obter os "símbolos de sucesso" que são tidos como essenciais nossa sociedade. Além disso, a maioria dos indivíduos entrevistados tinha embarcado em uma vida de crime algum tempo antes de sua entrada nas atividades de assalto à mão armada.

Nesse contexto, Morrison e O'Donnell (ibidem) asseguram que as interpretações subjetivas desses indivíduos podem ser vistas como cálculos lógicos baseados em uma história que permite que a ofensa esteja dentro dos limites de suas sensibilidades pessoais – em que uma motivação imediata ou necessidade exigiu uma solução oportuna. Além disso, suas interpretações podem ser vistas como baseadas em uma avaliação razoavelmente bem fundamentada, equilibrada e precisa da relação de custo e benefício.

Traços de maior racionalidade entre os ladrões de estabelecimentos comerciais foram evidenciados até nos estudos de Wright e Decker (1997) – defensores da ideia de roubo como ação altamente estimulada pela cultura de rua. Embora também apresentassem comportamentos hedonistas, os ladrões de comércios pesquisados pelos autores encontravam-se entre os mais bem-sucedidos e os que quase nunca roubavam por necessidade financeira urgente. Eles tentavam evitar esgotar suas reservas financeiras, pois temiam que o desespero financeiro resultante desta situação os levasse a correr riscos excessivos aumentando as chances de serem pegos pela polícia – comportamento menos comum entre os ladrões de rua.

Por fim, é importante destacar a defesa de uma abordagem interacionista para se compreender o processo de decisão e motivação dos autores de roubos, proposta por Hochstetler (2001). O autor questiona o fato de muitos pesquisadores, como Jacobs e Wright (1999: 164), por exemplo, retratarem a motivação criminal como uma predisposição duradoura ou como uma atração à ofensa que permanece adormecida até um encontro com um alvo. Assim, as teorias criminológicas sugerem modelos de indivíduos super determinados, que são levados ao crime e ficam sempre à espera de uma oportunidade de satisfazer suas preferências. Entretanto, as distinções conceituais entre oportunidade e motivação se desvanecem quando os etnógrafos e analistas situacionais examinam as decisões e a interação que precedem o crime.

Para o Hochstetler (2001), no contexto imediato de eventos criminosos, a motivação resulta frequentemente de percepções de oportunidade construídas de forma colaborativa. Assaltantes constroem oportunidades criminais comparando situações similares vivenciadas no passado com eventos em desenvolvimento. Mais tipicamente, as escolhas e motivações mudam na medida em que as oportunidades se abrem e se fecham, bem como na forma como os participantes interagem para fazer as escolhas. Os entrevistados de sua pesquisa afirmam que o fascínio e a motivação imediata do crime são incompreensíveis sem considerar a preparação, encorajamento e outras ações incentivadoras e restritivas que envolvem a interação dos coautores de roubos e as oportunidades situacionais do momento.

### **1.2.3 Planejamento**

Uma vez que o ladrão está decidido e motivado a cometer o roubo, a ação subsequente seria o planejamento do ato, isto é, a criação de um plano minimamente estruturado para alcançar seu objetivo. O planejamento é motivo de particular preocupação para os criminologistas por causa de suposições de racionalidade do infrator e, mais especificamente, da crença de que as definições sobre o que e como roubar depende das capacidades objetivas de processamento de informações dos infratores.

Nesta seção, o objetivo é: entender como os ladrões pensam a execução dos roubos? Em que medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade? E em que medida ou situação é pautado por critérios mais racionais e profissionais? Logo após essa abordagem mais geral sobre o processo de planejamento dos roubos, a discussão será aprofundada em três aspectos fundamentais do planejamento: a escolha do alvo e o uso da força e de armas.

É importante destacar que os processos de planejamento dos roubos pelos ladrões podem envolver outros elementos não abordados no presente estudo. Além disso, não há a pretensão de reproduzir neste momento uma suposta sequência lógica das etapas de preparação para o roubo propostas. A formatação aqui proposta é apenas uma estratégia metodológica desenvolvida no sentido de compreender algumas decisões importantes no processo de planejamento dos crimes de roubos.

#### **1.2.3.1 Aspectos Gerais do Planejamento dos Roubos**

De um modo geral, a literatura aponta que poucos assaltos são realizados a partir de um planejamento meticuloso tal qual se observa em assaltos a bancos e a carros fortes. A maioria dos roubos a estabelecimento comercial e de rua no Reino Unido e nos Estados Unidos apresenta uma performance com baixo nível de sofisticação técnica, executadas por indivíduos desesperados e impulsivos, ou seja, as práticas correspondiam a um estilo de vida orientado para valores de uma cultura de rua e não se encaixavam perfeitamente no perfil de criminosos meticulosos e calculistas (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006). Conforme assegura De Haan e Vos (2003), o roubo não é um ato irracional, mas os criminosos agem com "racionalidade limitada" e a maioria não dedica muita atenção à ponderação de custos e benefícios.

Alaridl, Burton e Hochstetler, (2009: 2-3) argumentam que apenas 25% dos eventos de roubo foram planejados, mesmo quando se aplicava uma definição flexível de planejamento. A maioria não envolveu preparações antecipadas do tipo que indicariam que foram cuidadosamente desenhadas para minimizar o risco e maximizar a recompensa. Se a vigilância do alvo é realizada com antecedência, normalmente isso ocorre de forma casual enquanto os infratores estavam realizando outras atividades de rotina e não a partir de um claro interesse de desenvolver um plano de roubo. Como dito anteriormente, o roubo é, muitas vezes, um crime onde as decisões dos infratores são fortemente influenciadas pelo álcool, drogas e dinâmica de pressão do grupo. A tomada de decisão também é alterada pela interação que ocorre em situações emocionalmente carregadas ou imprevisíveis. Resultados semelhantes aos encontrados por Piotrowski (2011) na Polônia.

Na mesma linha, o estudo de Feeney (1986: 60-61) revela que a maioria dos ladrões avaliados afirmou não realizar nenhum tipo de planejamento em seus roubos. Outro terço relatou que realizou planejamentos ligeiros, tal como encontrar um parceiro, pensar sobre onde deixar o carro para a fuga ou se pretendiam ou não utilizar uma arma. Tal grupo afirmou que esse planejamento ocorria geralmente próximo ao alvo e era posto em prática poucas horas depois – a depender da necessidade e disponibilidade das armas. Na verdade, boa parte desses infratores revela que realizava planejamentos simples porque já tinha um padrão de abordagem que eles gostavam. A pesquisa mostra que os ladrões adultos tendem a ser mais cautelosos. Praticamente todos os roubos com maior nível de meticulosidade foram realizados por adultos e direcionados a estabelecimentos comerciais. Esses infratores roubam carros adequados para fuga, detalham as rotas de escape e as ações de cada parceiro e avaliam as contingências.

Outro fator relacionado ao planejamento diz respeito ao entendimento dos criminosos sobre a possibilidade de serem presos. O mesmo estudo (ibidem) revela que 17% dos ladrões avaliados disseram que tinham pensado sobre essa possibilidade, mas não acreditavam que isso seria um problema. Por outro lado, mais de 60% afirmaram não ter avaliado o risco de ser preso antes do roubo e que somente pensavam nisso durante ou imediatamente após o roubo, ou seja, quando os planos começaram a dar errado ou se envolveram em perseguições da polícia. Outros afirmam que se preocuparam somente depois de já terem escapado. Apenas 21% consideraram a possibilidade de ser preso como um risco realmente relevante – a maior parte composta pelos ladrões que cometeram o ato pela primeira vez.

Nesta direção, Yochelson e Samenow (1976), ao desenvolverem um estudo sobre a estrutura de personalidade criminal, distinguem até 52 tipos de pensamentos dos infratores, dos quais o mais prevalente parece ser um otimismo exagerado, denominado de superotimismo.

Segundo os autores (ibidem, p.420 – 424), a perspectiva de ganho de ofensa obscurece a escala do risco concorrente. Assim, os infratores são incapazes de avaliar adequadamente o peso dos fatores acumulados que falariam em favor da renúncia ao ato planejado. Ao mesmo tempo, eles têm uma crença infundada de que, uma vez que sejam apreendidos, a consequente punição será adequada apenas ao crime pelo qual foram presos. Como no caso de apostadores, a memória de vitórias recentes – ou seja, dos “crimes bem-sucedidos” - fornece uma ilusão de controle da situação e é considerado um bom presságio para o futuro. Outro fator de reforço neste aspecto diz respeito ao fato de que os roubos são ganhos sem muito esforço. Conforme relembra Hochstetler (2002), os ladrões tendem a se lembrar de “bons eventos”, vangloriando a facilidade com a qual ganharam recompensas imediatas.

Jacobs (2010: 515) alerta que forças fenomenológicas como a emoção e a impulsividade desestabilizam a escolha e dão origem a erros de cálculo do risco e da recompensa. Os infratores podem não pensar nas perspectivas de sanções, podem pensar nas perspectivas, mas descartá-las, podem inflacionar recompensas antecipadas ou concentrar-se em recompensas antecipadas, excluindo riscos. Todas essas possibilidades indicam elementos consistentes de falta ou falhas de planejamento e estão, em grande medida, relacionadas aos roubos de rua (HOCHSTETLER 2001: 744; FEENEY, 1986; WRIGHT *et al.*, 2006).

Outro ponto importante para a compreensão do planejamento dos roubos é evidenciado por Wright e Decker (1997), que chamam atenção para o baixo nível de especialização de alguns dos ladrões investigados em seu estudo. Os autores verificaram que esses infratores estavam preparados para cometer outros crimes além do roubo à mão armada. Na verdade, tais criminosos queriam dinheiro rápido e não se mostravam exigentes na forma como eles iriam conseguir esse objetivo. Entretanto, em geral, o universo de crimes lucrativos entre os quais os infratores poderiam escolher era bastante limitado, sendo o roubo a ofensa de maior viabilidade e facilidade de execução para eles. Frequentemente, eles não possuíam empregos que lhes permitissem algum tipo de facilidade de acesso ao patrimônio financeiro da empresa. Tampouco possuíam o *know-how* técnico ou as habilidades interpessoais necessárias para perpetrar fraudes bem-sucedidas. Até mesmo o narcotráfico de rua não estava disponível para muitos, pois eles careciam dos meios financeiros para começar. Vários entrevistados relataram que, às vezes, faziam assaltos à mão armada como um meio de gerar o dinheiro necessário para financiar ou reerguer o seu ponto de venda de drogas.

Com efeito, é importante destacar que esse caráter espontâneo, impulsivo, com baixo grau de sofisticação e planejamento é apontado pela literatura como típico dos roubos de rua. Conforme relatam os criminologistas, a maioria dos roubos contra a pessoa é cometido por



jovens que não planejam a ofensa e nem realizam complexos cálculos de custo-recompensa, apenas aproveitam oportunidades de delitos que aparecem de forma espontânea (CORNISH; CLARKE, 2014; DE HAAN; VOS, 2003; HOCHSTETLER 2001: 744; FEENEY, 1986; WRIGHT *et al.*, 2006). Muitas vezes, os ladrões só sabem das verdadeiras intenções de seus colegas coinfratores quando o crime é iniciado. A grande maioria dos roubos com coofensores ou com infratores individuais é apontada como uma resposta a uma súbita vontade de gratificação materialista, como passar por uma rua e ver alguém que possuía algo que eles queriam (ALARIDL; BURTON; HOCHSTETLER, 2009). Tais argumentos endossam as ideias precursoras de Conklin (1972), que aponta que os assaltos à rua são fundamentalmente oportunistas em seu caráter

Por outro lado, alguns autores argumentam que um dos aspectos que diferenciam roubos de rua ao de comércio parece ser o modelo de planejamento mais profissionalizado do último em relação ao primeiro. Por exemplo, nas entrevistas de Wellford, MacDonald e Weiss (1997), de 148 ladrões de lojas de conveniência encarcerados em cinco estados norte-americanos, aproximadamente um terço indicou que planejou o roubo deste tipo de comércio com mais de 6 horas de antecedência. Entre 43 ladrões que tiveram experiência anterior em roubos, 40% indicaram que passaram mais de um dia planejando o roubo. Cerca de 16% da amostra relatou modificar um plano para roubar outra loja.

Na mesma direção, Morrison e O'Donnel (1996) realizaram um estudo interessante sobre se o valor ganho com o roubo de estabelecimentos comerciais era próximo ao que os criminosos esperavam. Para o autor, embora se possa esperar que o rendimento financeiro de um assalto seja imprevisível, a maioria dos ladrões parecia ser capaz de fazer avaliações bastante precisas do resultado provável. Ademais, eles pareciam planejar suas investidas para aumentar a probabilidade de que o ganho refletisse suas expectativas. Além de escolher tipos particulares de alvos, também foi empregado um tempo cuidadoso para aumentar a probabilidade de um rendimento tão grande quanto possível. Por exemplo, foi verificado que quase um quarto de todas as incursões em lojas ocorreu no mês de dezembro, o que pode estar relacionado com o armazenamento destes produtos no estoque como expectativa do aumento das vendas de Natal. Alguns ladrões alegaram ter planejados seus crimes para corresponder com certos períodos, como em véspera de pagamento de pensões e aposentadorias - quando as instituições financeiras aumentaram a quantidade de dinheiro mantida em cada balcão.

Contudo, indo de encontro aos achados de Wellford, MacDonald e Weiss (1997) e Morrison e O'Donnel (1996), os estudos de Petrosino e Brensilber (2003) evidenciam que os a maioria autores de roubos a estabelecimentos comerciais não realizaram planos minimamente

elaborados para executar seus crimes. As entrevistas com 28 ladrões de lojas de conveniência encarcerados em Massachusetts, nos Estados Unidos, indicaram um nível mais baixo de planejamento, onde 13 ladrões afirmaram não terem feito nenhum planejamento, 12 relataram ter dispendido entre 5 minutos a 4 horas de planejamento e apenas 3 disseram ter gasto uma semana ou mais planejando o crime. Embora Conklin (1972), se refira a ladrões que têm como alvo empresas como profissionais e os ladrões de rua como oportunistas, é possível que tais distinções, sobretudo no que refere aos ladrões de estabelecimentos comerciais, possam não se aplicar perfeitamente em amostras contemporâneas.

Por fim, o trabalho de Gagnon e Leblanc (1983) revela um fato interessante sobre a relação entre o nível de planejamento dos crimes de roubo e as prisões dos autores responsáveis por esses delitos. A partir de um estudo envolvendo 1.258 casos de roubo à mão armada na cidade de Québec (Canadá), a pesquisa constatou que os esforços de muitas partes respondentes (testemunhas, vítimas, oficiais de patrulha, investigadores) e a interação de diversas variáveis explicam as detenções dos suspeitos. Contudo, uma descoberta surpreendente foi que os tipos de roubo onde os níveis de planejamento e organização parecem ser os mais baixos (empresas de propriedade individual, lojas de conveniência e roubo a transeuntes) também são aqueles onde a taxa de solução é baixa, enquanto os roubos cometidos contra as instituições financeiras, que frequentemente são os mais bem preparados, são também os que apresentam as maiores taxas de solução.

Uma vez apresentada essa dimensão mais ampla do planejamento dos roubos pela literatura, a seguir, discute-se um elemento específico importante desse processo: a seleção de um alvo promissor.

### **1.2.3.2 Escolha do Alvo**

Qualquer crime requer a interseção de alvos considerados adequados e criminosos motivados, e o roubo não é exceção. Como uma construção criminológica, a seleção do alvo implica que algo/alguém está sendo selecionado e alguém está fazendo a seleção e ambos presumem agência. Compreender quais, quando e em que circunstâncias os alvos são avaliados como adequados, bem como as estratégias usadas para roubá-los, constitui um dos elementos mais importantes do planejamento do crime. Esse importante e complexo exercício teórico-analítico será discutido nessa subseção.

Como vimos anteriormente, há várias décadas, os criminologistas argumentam que a seleção de alvos de assalto é guiada pela escolha racional. Nesta abordagem, os investigadores entendem que os infratores pesam os custos e benefícios da oportunidade de concretização da conduta ilícita e procedem quando estes últimos ultrapassam os primeiros. Estes investigadores consideram o crime como o resultado de uma ação intencional resultante de avaliações de risco e recompensa (CORNISH; CLARKE, 2014). Na mesma linha, alguns pesquisadores (COHEN; FELSON, 1979) vinculam a racionalidade da opção delitiva ao fator oportunidade e ao contexto situacional do autor e do alvo. Essa abordagem, muito usada para explicar crimes predatórios contra a propriedade, entende que o crime ocorre quando há uma convergência entre um alvo potencial, a ausência de um guardião e um agressor motivado. Deste modo, a seleção do alvo estaria ligada não somente a sua atratividade, mas também ao contexto de oportunidades que facilitam e aumentam as chances do infrator conseguir cometer o crime (no caso roubar) sem sofrer qualquer tipo de punição por isso. Essa perspectiva, denominada Teoria das Atividades Rotineiras, possui grande prestígio e tem sido bastante usada como base para a elaboração de políticas públicas de prevenção voltadas para a proteção dos locais e alvos vulneráveis como forma a dissuadir os autores potenciais.

Contudo, um crescente corpo de pesquisadores sobre o tema tem verificado que essa abordagem racionalista do processo de seleção de alvos de assalto está cheia de ambiguidade. Eles consideram que essa visão é relativamente estéril, pois diminui as forças fenomenológicas que minam o cálculo racional. A pressão do tempo, a incerteza, a emoção e as necessidades de vários tipos podem influenciar a racionalidade e dar origem a escolhas mais ou menos espontâneas. Quando os infratores têm liberdade para falar abertamente sobre os eventos, descrevem não somente cálculos de custo e benefício, mas enfatizam processos de improvisação de ações, de dinâmica situacional do ambiente criminal, de influência do grupo de coautores e de outras variáveis que levam à sua escolha (HOCHSTETLER, 2001; WRIGHT; DECKER, 1997; JACOBS, 2010).

Grande parte da literatura registra que, uma vez que os infratores tenham decidido cometer um assalto à mão armada, eles enfrentam a tarefa de selecionar um alvo promissor. Este pode ser um exercício complicado. Os criminosos normalmente estão tentando resolver um problema financeiro urgente o mais rápido possível para que eles possam retomar seu estilo de vida marcado por um intenso consumo de drogas e festas. Ao mesmo tempo, muitos deles estão relutantes em fazer um golpe sem primeiro determinar os riscos e recompensas prováveis.

Em estudo robusto com assaltantes ativos, em sua maioria ladrões de rua, em Saint Louis, Missouri, EUA, Wright e Decker (1997: 61-95) entenderam que, à medida que os

infratores tentam escolher um alvo de roubo, eles são pressionados por duas exigências cognitivas aparentemente conflitantes: uma exigindo uma ação imediata, a outra aconselhando cautela. Os pesquisadores, então, buscaram compreender como os ladrões conseguem conciliar essas demandas para escolher um alvo específico e chegar a considerações importantes.

Wright e Decker (1997) perceberam que, ao procurar um alvo, os agressores normalmente eram obrigados a tomar duas decisões básicas. A primeira foi decidir sobre uma área adequada para sua busca e, a segunda, selecionar uma vítima específica dentro desta área. Ao selecionar uma área, os infratores não tinham uma infinidade de lugares para escolher, pois as barreiras físicas e psicológicas limitavam seus horizontes. Alguns criminosos, por exemplo, não tinham acesso a um carro. Isto significava que, para todos os efeitos práticos, eles eram restritos a áreas próximas aos locais em que viviam. Mesmo aqueles com um carro, muitas vezes, ficavam relutantes em ir para longe de seus próprios bairros, porque um longo caminho de volta pode aumentar a sua vulnerabilidade à apreensão.

Muitos ofensores também foram dissuadidos de viajar uma grande distância para cometer seus assaltos à mão armada pelo imediatismo de sua necessidade de dinheiro. Além dos constrangimentos práticos, havia fatores psicológicos que limitavam a gama de áreas disponíveis para os infratores. Quase todos os infratores restringiram suas buscas por potenciais vítimas de roubo aos locais com os quais já estavam bem familiarizados. Eles conheciam o *layout* da área e se sentiam mais confortáveis ou mais seguros ali, não se arriscando a encarar as incertezas ou terrores dos lugares desconhecidos.

Embora praticamente todos os assaltantes armados em busca de vítimas fossem atraídos para áreas que eles acreditavam serem frequentadas por pessoas que carregavam muito dinheiro, houve algum desacordo sobre quais lugares ofereciam os alvos mais lucrativos. São considerados territórios preferenciais as áreas onde há maior circulação de pessoas com dinheiro. Contudo, o centro da cidade não é uma unanimidade, pois lá as pessoas ricas andam com cheques e cartões. Nas periferias, especialmente em áreas próximas a shopping e supermercados, as pessoas andam com muito dinheiro em cédulas.

Ao decidir onde ofender, então, os ladrões armados foram fortemente influenciados pela recompensa potencial. Eles queriam encontrar um local com uma oferta abundante de alvos lucrativos. O risco predominante de detecção também desempenhou um papel em suas decisões de localização. Muitos deles notaram que a disponibilidade de boas rotas de fuga era um critério importante na seleção de um local de roubo. Para aqueles que usavam carros, isso geralmente significava escolher algum lugar perto de uma via principal. Por outro lado, aqueles que agiam a pé normalmente preferiam fazer seus assaltos à mão armada onde as vias de escape não eram

adequadas para o tráfego de automóvel. Eles viram isso como uma forma de aumentar suas chances de fugir, caso os policiais tentassem persegui-los em um carro.

Sobre a influência dos mecanismos de controle formal no processo de seleção do alvo, apenas alguns infratores mencionaram a quantidade de patrulhas policiais ou de segurança como sendo digno de consideração séria ao escolher locais de roubo. Um deles disse que preferia cometer seus ataques ao longo do caminho de qualquer delegacia de polícia. Outro afirmou que tenta dificultar ser identificado pela polícia não cometendo roubos na mesma vizinhança duas vezes seguidas. Outro afirmou que o melhor momento para assalto à mão armada é quando a polícia realiza a mudança de turnos das guarnições, deixando as ruas virtualmente sem patrulha por um curto período. E um casal de criminosos relatou que era importante medir o tempo dos movimentos de policiais e seguranças para poder evitá-los. Wright e Decker (1997) destacam que neste ponto reside o problema com a polícia e patrulhas de segurança como impedidores de roubo: um assalto à mão armada muitas vezes pode ser concluído em questão de segundos e patrulhas não podem estar em toda parte ao mesmo tempo.

A maioria dos infratores da amostra de Wright e Decker (1997) também levou em conta o risco de ser visto pelos transeuntes ao escolher os locais de roubo. Na tentativa de minimizar este risco, a maioria deles elegeu para cometer assalto à mão armada durante a noite em áreas mal iluminadas. Mesmo aqueles que realizam os crimes durante o dia, normalmente priorizavam áreas nas quais sombras obscureciam a visão. Os dois infratores da amostra dos autores que preferiram procurar por vítimas em potencial dentro de casa mostraram uma preocupação semelhante para reduzir o risco de serem vistos; ambos procuraram alvos em banheiros em casas noturnas, *lounges* e bares, porque esses lugares não eram propícios à vigilância casual.

Ainda sobre a percepção dos ladrões sobre os mecanismos de vigilância e controle, cabe destacar o trabalho realizado por Walsh (1986) sobre os procedimentos de seleção de vítimas de ladrões e arrombadores de estabelecimentos comerciais. O autor descobriu que, mesmo diante do fracasso, os criminosos de crimes contra a propriedade atribuíram o insucesso da ação à má sorte e ao fatalismo. A maioria dos criminosos entrevistados para os propósitos do estudo também atribuiu a culpa pela sua prisão e condenação à falta de sorte ou aos informantes, em vez de um bom policiamento investigativo ou aos seus próprios erros. O ponto mais importante a este respeito, no entanto, é que o infrator não teria encontrado qualquer razão para alterar as suas percepções da eficácia da polícia (o que, de qualquer forma, era bastante negativo) à luz da sua prisão e subsequente condenação. Isto significa que, mesmo se houvesse uma próxima

vez, os ladrões possivelmente não continuariam tendo dificuldade para calcular os custos potenciais da ação.

Saindo dos aspectos situacionais e ambientais da escolha dos alvos de roubos, a literatura traz alguns elementos importantes sobre as decisões que envolvem a definição de determinados indivíduos como vítimas atrativas. O estudo de Lejeune (1977: 134) sobre ladrões de rua, no Texas, mostra que – da perspectiva do assaltante – a polícia, a vítima e as testemunhas são percebidas como os três elementos que produzem maior sensação de risco e medo nos infratores durante a execução de roubo. Cada um deles representa uma ameaça de danos pessoais ou de prisão. Contudo, dos três, a vítima é percebida como o elemento de menor previsibilidade e controle. . Conseqüentemente, durante o período de tempo que o assaltante se desloca em busca de seu alvo, grande parte de sua atenção e preocupação é dirigida para a seleção da vítima ideal.

O estudo de Wright e Decker (1997) revela um tipo de alvo de roubo de rua no mínimo inusitado – ao menos se pensado em relação à realidade brasileira. Eles mostram que a grande maioria dos criminosos da sua amostra, quando confrontados com uma necessidade imediata de dinheiro, não se aventuram muito na busca de vítimas adequadas. Na verdade, boa parte deles geralmente roubava outros criminosos locais, especialmente traficantes de rua. Para eles, os traficantes de drogas são boas vítimas porque carregam muito dinheiro e não estão em posição de prestar queixa do fato para a polícia. Tal tema foi abordado em outros trabalhos sobre ladrões de drogas (JACOBS, 2010) e sobre roubos a traficantes e outros tipos de criminosos, os chamados “*moralist robbers*” (JACOBS; WRIGHT, 2008).

Todavia, Wright e Decker (1997: 94) afirmam que nem todos os criminosos entrevistados visam vítimas criminosas. Um número substancial deles normalmente rouba cidadãos que respeitam a lei. Corroborando os estudos de Lejeune (1977: 134), os autores demonstram que a maioria dos ladrões de rua, quando perguntados como eles escolhem suas vítimas, indicam dois princípios de senso comum que regem a sua seleção: baixa possibilidade de resistência ao ato e alto potencial de retorno financeiro. Os ofensores tentam fazer isso confiando em sinais facilmente observados, como vestuário e comportamento. Por esta razão, muitos deles preferem roubar indivíduos brancos, que são amplamente considerados como menos prováveis de oferecerem resistência do que os negros. Isso pode ajudar a explicar porque o roubo, ao contrário de outras formas de violência criminal, frequentemente é uma ofensa inter-racial que envolve uma vítima branca e um ofensor negro.

O sexo foi o segundo fator demográfico usado pelos infratores para avaliar a probabilidade de escolha da vítima. Muitos deles alegaram que as mulheres geralmente eram

vítimas mais interessantes do que os homens porque elas estavam menos inclinadas a lutar. No entanto, um ofensor foi enfático ao afirmar que, contrariamente à crença popular, as mulheres eram realmente alvos mais arriscados do que os homens. Ele afirmou que elas tinham uma tendência maior a entrar em pânico e tornarem-se histéricas no momento do assalto, atraindo assim atenção indesejada. Além dos indicadores demográficos, um número razoável de infratores mencionou que eles se baseavam em julgamentos subjetivos sobre o estado atual de alerta mental de uma pessoa. Vários disseram que eles geralmente escolhem as vítimas que pareciam estar embriagadas ou drogadas, porque geralmente esses indivíduos não se lembram do que aconteceu. Outros assaltantes relataram que normalmente visavam pessoas que pareciam estar distraídas do seu ambiente, dizendo que esses indivíduos eram especialmente vulneráveis ao ataque surpresa (WRIGHT, DECKER, 1997: 94; LEJEUNE, 1977: 133-36).

A aparência externa proporciona aos assaltantes nada mais do que uma indicação grosseira de quanto dinheiro as vítimas potenciais provavelmente teriam com eles. Contudo, como alertam alguns entrevistados, as aparências podem ser enganosas. Reconhecendo isso, vários dos ladrões de rua tentaram aumentar a certeza de que as vítimas que eles abordavam estavam realmente carregando muito dinheiro. Numa estratégia similar à denominada “saidinha de banco” no Brasil, a pesquisa de Wright e Decker (1997: 94) registra que alguns entrevistados normalmente se posicionavam perto de caixas eletrônicos, onde facilmente podiam observar o dinheiro sendo exibido à vista de todos os presentes. Neste contexto, a visão de uma pessoa que descontava um cheque de grande valor nos bancos ou realizava grandes saques no caixa eletrônico era o suficiente para convencer até os infratores desmotivados que esta era uma oportunidade boa demais para se deixar passar.

Somente a apresentação de sinais de riqueza, no entanto, é considerado insuficiente para fazer com que os infratores percebam tais indivíduos como vítimas de roubo. As vítimas potenciais também tiveram de ser avaliadas como de baixo risco. Os infratores avaliados não estavam dispostos a cometer um desatino, não importa quanto dinheiro a vítima pretendida pareça ter, quando eles percebem as chances elevadas de ser pego, ferido ou morto. Eles queriam vítimas que idealmente iriam entregar o seu dinheiro sem fazer barulho. Superar a resistência pode ser perigoso e demorado e pode aumentar as chances de ser pego no ato (WRIGHT; DECKER, 1997; LEJEUNE, 1977: 135).

Os resultados encontrados por Wright e Decker (1997) e Lejeune (1977) coincidem bastante com os encontrados por outros pesquisadores importantes, como Conklin (1972), por exemplo. O autor descobriu que os indivíduos muitas vezes veem a oportunidade a partir de intuições e noções preconcebidas sobre quando e em que circunstância um roubo seria viável e

rentável. Assim, o local e a vítima são selecionados de acordo com a típica e às vezes falsa crença de que a vítima tinha grandes quantias de dinheiro, ofereceria um baixo nível de resistência e estava num lugar onde o risco de ser apreendido era baixo.

Resultados semelhantes foram encontrados por Wilson (1984: 211), levando em conta alvos comerciais. Para ele, o julgamento com relação à atratividade é baseado em diversas características que envolvem o alvo, que pode ser percebido como fácil, mas se for pouco vantajoso, é considerado pouco atrativo. A vantagem, contudo, não é o único fator responsável para determinar a atratividade. Outras importantes características incluem a percepção de um baixo ou zero risco de resistência da vítima, um número pequeno de pessoas, boa acessibilidade, pouca ou nenhuma segurança e boas rotas para fuga. Quanto mais características positivas um alvo comercial tem, mais atraente torna-se. Como resultado, bancos, supermercados e lojas de joias foram vistos como alvos muito atraentes, enquanto trens, táxis e ônibus foram vistos como alvos de roubo pouco atraentes.

O estudo de Wright e Decker (1997), embora baseado em uma amostra pequena, analisou aspectos relevantes da escolha dos alvos a partir de entrevistas com ladrões armados de estabelecimentos comerciais. A maioria deles eram infratores que, assim como os ladrões de rua, procuraram alvos ao redor de seus próprios bairros. Desesperado para obter dinheiro rápido para manter o estilo de vida hedonista, a maioria dos ladrões armados está preparada para se contentar com o primeiro, em vez do melhor, alvo disponível para eles.

Os ladrões afirmaram preferir roubos a comércio, pois oferecem menos resistência dos operadores dos caixas e maiores quantidades de dinheiro. Já no roubo de rua, além de ser difícil prever o valor dos bens que ela carrega, há uma série de fatores desconhecidos oriundos de uma abordagem em local público e aberto que devem ser levados em consideração. Nesta direção, ressalta-se que os infratores são atraídos para as pequenas empresas (lojas de conveniência, posto de combustível, drogarias etc.) porque tais lugares raramente concentram uma grande quantidade de clientes. Os clientes são percebidos como um elemento que eleva o risco porque são difíceis de controlar todos ao mesmo tempo e suas ações impossíveis de prever (WRIGHT; DECKER, 1997; WILSON, 1984).

Nenhum dos ladrões de comércio que operavam dentro e ao redor de seus próprios bairros de alta criminalidade expressou preocupação sobre a presença de câmeras de segurança. Argumentavam que não se preocupavam com tais dispositivos por acreditarem que muitos aparelhos não funcionam adequadamente ou simplesmente não se importavam se fossem filmados ou fotografados, pois um par de óculos escuros e um boné ou máscara poderiam facilmente disfarçar sua identidade. A ideia é que câmeras de segurança são uma parte tão



comum dos estabelecimentos e da paisagem urbana que os ladrões armados haviam começado a considerar sua presença como certa e a planejar suas ações em conformidade com estes dispositivos.

Os ladrões armados comerciais da amostra discordaram sobre o valor de dissuasão dos guardas de segurança. Alguns disseram que não tentariam roubar um estabelecimento enquanto um guarda de segurança estava de serviço, o esperaria sair ou partiria para outra loja. Outros, no entanto, relataram que os guardas de segurança não eram uma grande ameaça. Isto era especialmente verdadeiro para os delinquentes que cometeram seus assaltos comerciais com a participação de coautores. Um agressor alegou que ele e seus parceiros costumavam assaltar empresas com guardas de segurança propositadamente, acreditando que este era um indicador confiável do potencial retorno financeiro (WRIGHT; DECKER, 1997).

Enquanto os ladrões armados comerciais claramente consideravam riscos e recompensas predominantes ao selecionar seus alvos, existe o perigo de considerar racionalidade ou profissionalismo demais em sua tomada de decisão. A maioria deles escolheu alvos da mesma forma que os ladrões de rua selecionaram vítimas prováveis. Diante de uma necessidade urgente de dinheiro para continuar na “farra”, eles roubaram o primeiro lugar que parecia razoavelmente seguro e rentável. Eles mostraram pouca inclinação para procurar o alvo ideal.

Os autores (ibidem) destacam o caso de três amigos do sexo masculino que realizaram assalto à mão armada a estabelecimentos comerciais de forma cuidadosa e calculada. Esses criminosos que, muitas vezes trabalhavam juntos, viajavam distâncias significativas para roubar lojas de joias em pequenas cidades. No entendimento deles, as pequenas cidades e as lojas de joias eram alvos perfeitos, pois possuem abundância de mercadorias valiosas e sistemas de segurança menos sofisticados, se comparados às joalherias das grandes cidades. Além disso, as polícias locais são percebidas como menos preparadas para lidar com esse tipo de crime e situação.

Esses criminosos não escolheram seus próprios alvos. Em vez disso, eles confiaram nos serviços de um funcionário da loja que lhes informou onde e quando cometer o ataque, bem como especificou exatamente quais as joias deveriam ser roubadas. Como resultado, esses ladrões tinham uma baixa fiscalização e controle e, portanto, tinham um forte incentivo para o investimento do seu dinheiro e ação no crime. No entanto, como estavam tão envolvidos em “festas desesperadas” - os três eram viciados em heroína, sendo um também viciado em jogos de azar - era difícil para eles controlarem seus gastos. Cada um admitiu que ele, às vezes, era

forçado a cometer um roubo armado mais impulsivo para se segurar até a próxima grande ofensa (WRIGHT; DECKER, 1997).

O estudo de Wilson (1984: 253), contudo, não considera o processo de seleção do roubo a estabelecimentos comerciais tão impulsivo quanto destaca Wright e Decker (1997). Para o autor, a seleção de um alvo de roubo pareceu ser o resultado de um processo de avaliação no qual as características positivas e negativas da meta foram pesadas. A duração desta avaliação variou um pouco dependendo do tipo de ladrão e do tipo de roubo e os critérios examinados sugerem que alvos de roubo não são escolhidos aleatoriamente. Dos critérios examinados, os que emergiram como os mais importantes são "recompensas", "localização" e "número de pessoas", "*design ambiental*" e "segurança" para executar a ação de forma rápida.

Na mesma linha, Cornish e Clarke (2014: 8) chama atenção para a necessidade de se estabelecer melhores critérios de desagregação dos roubos a estabelecimentos comerciais para realização de análises mais apuradas do fenômeno – roubos a joalherias podem apresentar diferenças significativas nas avaliações e estratégias usadas por esses infratores em relação aos assaltos às lojas de conveniência, por exemplo. Contudo, os autores apontam que, de modo geral, ao selecionar seus alvos comerciais, os ladrões aparentemente atribuem mais importância ao cenário geral - números de pessoas dentro do estabelecimento, seu tamanho e localização - do que às características pessoais das vítimas humanas envolvidas. Desta forma, uma vez que estudos como o de Lejeune (1977) e, em alguma medida Wright e Decker (1997), sobre assalto mostraram que as características da vítima desempenham um papel mais central em relação à seleção de alvos, seria interessante saber mais sobre a importância relativa das características do contexto e da vítima para esses dois tipos de ofensas.

#### **1.2.4 Uso da Força e Escolha das armas**

Como sabemos, o roubo é uma forma de coerção em que um ofensor tira mercadorias da posse de um alvo, contra sua vontade, por meio de ameaça ou força. Neste cenário, o agressor ameaça causar danos corporais ou matar se a vítima resiste ou impede o progresso do agressor. Geralmente, mas não invariavelmente, esta ameaça é apoiada por uma arma letal claramente visível, como uma arma de fogo ou uma faca. O confronto face a face envolvido no crime de roubo, portanto, pode representar uma grande quantidade de danos não só financeiros, mas também físicos e psicológicos para as vítimas e, em alguns casos, também para os infratores. A quantidade de variáveis envolvidas no momento do roubo torna o desfecho do crime algo tenso e relativamente imprevisível. Há situações, por exemplo, em que o agressor se limita a usar de

ameaça verbal mesmo diante de uma resistência inicial da vítima. Em outras, a vítima é gravemente agredida mesmo sem demonstrar nenhuma objeção, o que demonstra a variedade de meios usados pelos ladrões para tomar os bens de suas vítimas (BARTOL; BARTOL, 2014: 446).

Desde a década de 1970, alguns criminologistas têm investigado uma série de questões importantes sobre o elemento uso da força em roubos. Quais são os principais modos de força empregados na realização do roubo? Por que alguns assaltos terminam com uso de força agravada e outros não? Sob que condições diferentes modos de força são usados para alcançar o objetivo? Qual a relação entre o tipo de armamento usado e o nível de violência empregada? Em que medida a resistência, o sexo, idade da vítima são fatores importantes para determinar se os ladrões recorrem à coerção física? Ladrões de rua tendem a ser mais violentos que ladrões de estabelecimentos comerciais? Em que medida agir sozinho ou em grupo influencia no modo de força empregado nos roubos? Tais questões constituem o norte da discussão apresentada no presente tópico.

Em geral, para o ofensor, uma das questões fundamentais para o sucesso do roubo está em conseguir transformar a interação entre o agressor e o alvo em uma situação de rotina relativamente tranquila, similar àquela que ocorre entre um cliente e um funcionário. Assim, a execução do roubo consiste em dois princípios básicos: (1) para evitar a morte ou ferimentos graves, o alvo deve ser submisso e permitir que o ofensor tome os bens que deseja e, em algumas situações, ajudar o ofensor na transferência de tais patrimônios; (2) Para obter os bens do alvo, o infrator deve controlar a conduta da vítima por meio da ameaça ou força e gerir ou supervisionar a transferência de mercadorias (LUCKENBILL, 1980).

Nesta direção, Lejeune (1977: 141) argumenta que, instantes antes da execução do roubo, o assaltante tenta lidar com seus próprios medos para definir a situação como de rotina ou normal. Ele seleciona seu alvo e geralmente age de modo a reduzir as ocasiões de “alarmes” das vítimas. Como o infrator é quem inicia o confronto, ele tenta não só manter seus próprios medos sob controle, mas busca controlar a situação por meio da indução de medo moderado em sua vítima. Ele procura, em suma, tornar a situação anormal para a vítima enquanto ele tenta defini-la como relativamente normal para si – num cenário em que os únicos desejos da vítima naquele momento são não ser ferida e ficar livre o mais rápido possível daquela situação. A postura corporal, a linguagem, a entonação ameaçadora da voz e, muitas vezes, a demonstração de armas, complementa a atmosfera dramática e tensa construída pelo infrator para que ele conquiste o seu objetivo. Neste quadro, para obter a colaboração do alvo, o ofensor emprega algum modo de força.

Luckenbill (1980: 363), ao analisar os relatórios policiais de 257 casos de roubos no Texas, identificou quatro modos básicos de força usados pelo ofensor no momento do roubo e examinou as condições em que eles são empregados. Tais modelos diferem na magnitude da dor infligida e são classificados da seguinte maneira: *Ameaça de Força*, *Prodding Force*, *Força Incapacitante* e *Força Letal*. A *Ameaça de Força* é uma configuração de gestos físicos e simbólicos que informa ao alvo que o não cumprimento de uma ordem direta provocará a morte ou ferimentos. A ameaça de força não é fisicamente dolorosa, embora possa ser tão temível e eficaz quanto os outros modos de força. *Prodding Force* é quando ocorre um contato físico moderado entre as partes envolvidas. Embora haja a imputação de algum nível de dor, tal ato é incapaz debilitar ou imobilizar o alvo. Puxar, empurrar contra o chão, dar um soco ou tapa com as mãos ou uma arma são os tipos mais comuns de *Prodding Force* encontrados nos casos pesquisados. Tanto a *Ameaça de Força* quanto a *Prodding Force* constituem um nível de força limitada. Elas são orientadas para intimidar o alvo para cumprir uma diretiva e não para eliminar fisicamente o alvo da transação.

Já a *Força Incapacitante* constitui um nível de força elevado. É realizada não apenas para intimidar o alvo do evento, mas também para eliminá-lo momentaneamente e gerar uma submissão voluntária. Deixar o alvo inconsciente com um porrete ou punhos e pés amarrados são os tipos mais comuns de *Força Incapacitante*. Por fim, a extensão lógica deste esquema é a *Força Letal*, isto é, a infligência da dor orientada para matar, por exemplo, atirando ou esfaqueando o alvo, com o objetivo de roubá-lo. Obviamente, tal ato constitui uma das formas mais agravadas do roubo, sendo amplamente conhecido como crime de latrocínio. Entretanto, nenhum dos infratores entrevistados identificou a *Força Letal* como uma prática comum nos roubos. Em apenas quatro situações, o agressor atirou ou apunhalou o alvo. Em todos esses casos, os infratores alegaram ter usado a *Força Letal* de forma não premeditada, mas como uma consequência de um ato de resistência do alvo que colocou em risco o bem-estar do agressor. De uma forma geral, os ofensores consideravam a força letal inaceitável. Alegam que a força é simplesmente uma ferramenta para realizar o roubo e que, via de regra, isso fica aquém da força letal. Além disso, os infratores argumentam que a força letal eleva o risco de insucesso da ação, pois, nesses casos, a polícia e a justiça tendem a investir mais recursos para apreendê-los e condená-los com maior severidade. Contudo, ainda que raro, o uso de força letal não pode ser desconsiderado em situações de assalto (LUCKENBILL, 1980: 364).

Mas quando e em quais condições diferentes modos de força são usados? Por que em algumas situações é comum o uso de *Ameaça e/ou Prodding Force* e em outras de *Força Incapacitante*?

Luckenbill (1980) acredita que o grau de força utilizado para determinar a conformidade do alvo com o roubo é limitado por duas contingências. A primeira delas centra-se na avaliação do infrator sobre os seus recursos coercivos. Isso significa que, ao decidir entre usar, por exemplo, *Força Incapacitante* e *Ameaça de Força*, o infrator avalia a provável colaboração e resposta do alvo a uma ordem, dado os recursos coercitivos que o infrator possui. Deste modo, a pesquisa aponta que, quando o ofensor usa recursos letais, é provável que ele entenda que apenas uma ameaça ou advertência seja suficiente para que sua vontade seja cumprida pela vítima. Por outro lado, quanto menos letal for o recurso utilizado pelo ladrão, maior a probabilidade dele usar de *Força Incapacitante* na execução do crime. Tal entendimento, portanto, traz um fato muito interessante sobre o uso da força nos roubos: ao contrário do que se possa imaginar, o uso de armas mais letais, sobretudo armas de fogo, se relaciona a roubos com menor chance de dano físico à vítima e, de forma oposta, o uso de armas não menos letais com a maior chance de violação da integridade física da vítima.

Já a segunda contingência está relacionada ao significado do alvo para a transação. A variação da importância do alvo para a realização do objetivo do ofensor está relacionada à variação do tipo de força usado para execução do ato criminoso. Em outras palavras, quando o alvo é considerado crucial para a transação, é provável que o ofensor não lance mão de *Força Limitadora*, pois o ofensor depende da habilidade do alvo para facilitar o acesso aos bens no cofre ou caixas registradoras, por exemplo. Eliminar ou incapacitar o alvo, portanto, significa tornar o roubo dos bens mais complicado, se não impossível. Contudo, quando o alvo não é considerado fundamental para a transferência dos bens, o agressor pode usar de *Ameaça*, *Prodding Force* ou *Força Incapacitante*, dependendo do nível de letalidade dos recursos que dispõe no momento. O autor acredita que os padrões de força descobertos na pesquisa existem independentemente da variação na idade ou raça dos infratores ou no número de pessoas que operam como ofensor. Se os infratores eram jovens ou adultos, brancos, negros ou hispânicos, ou se operavam sozinhos ou com outros colegas, o modo de força usado dependia da força de seus recursos e do significado do alvo.

Lejeune (1977: 141-145), contudo, chama atenção para o uso da força como uma questão relacionada ao comportamento ou, especificamente, à reação da vítima às ordens estabelecidas no momento do roubo. O pesquisador argumenta que, na percepção do assaltante, uma das partes fundamentais do roubo é o momento em que o agressor comunica à vítima que, em troca de cooperação, o uso da força será limitado ou nulo. A partir deste momento, o agressor tem em mente que está estabelecida uma troca coercitiva, ainda que a vítima possa não entender ou não seja capaz de cumprir, e é provável que o assaltante defina qualquer falha no

cumprimento de suas expectativas como uma causa justificada para uma resposta violenta. Deste modo, há uma tendência dos ofensores de culpar a própria vítima pelas lesões que elas sofreram. A maioria dos entrevistados está bem consciente das implicações morais de um ataque violento provocado a outro ser humano. Porém, deslocando o peso da responsabilidade para a vítima, os agressores tentam se apoiar no descumprimento deste “acordo” para justificar sua violência. Em outras palavras, os danos físicos às vítimas são vistos como uma função das ações do agressor, mas são definidos como uma consequência do não cumprimento das ordens dadas pelos ladrões às vítimas. Outros ofensores relataram que fizeram uso da força devido à frustração e raiva de, por exemplo, lidar com uma vítima que não tinha nenhum dinheiro ou que gritava de medo.

Tais situações verificadas por Lejeune (ibidem) coincidem sobremaneira com as Técnicas de Neutralização, propostas por Sykes e Matza (1957), que atentam para os métodos psicológicos usados pelos ofensores de suspenderem temporariamente os códigos morais legítimos para justificar seus atos ilegítimos. De acordo com esses autores, os infratores usam de cinco métodos para justificar os seus atos reconhecidamente ilegais: i) negação da responsabilidade: o infrator alega que os seus atos desviantes foram um "acidente" ou ocorreram por motivos que estão além de seu controle, tais como rejeição dos pais, más companhias ou morar em um lugar violento. ii) Negação do dano: o infrator acredita que suas ações não causam nenhum grande dano. Neste contexto, assim como a ligação entre o indivíduo e seus atos pode ser quebrada pela negação da responsabilidade, a ligação entre os atos e suas consequências pode ser quebrada pela negação da dano. iii) Desprezo pelas vítimas: o infrator insiste que o dano não está errado à luz das circunstâncias. Para ele, o dano é uma forma de retaliação ou punição legítima. Nesse caso, o infrator se coloca na posição de um vingador e a vítima é transformada em uma malfeitora e, portanto, merecedora do infortuno sofrido. Condenação dos condenadores: o infrator muda o foco da atenção de seus próprios atos desviantes para o comportamento daqueles que desaprovam suas violações. Para ele, seus condenadores são hipócritas, desviantes disfarçados, corruptos, violentos, dentre outros adjetivos depreciativos. Ao atacar os outros, a ilicitude de seu próprio comportamento é reprimida ou ocultada mais facilmente. Apelo a valores maiores: o infrator demonstra que sua ação não foi tomada por rejeição às normas legais, mas porque outras normas (consideradas mais urgentes e que envolviam “um bem maior”) teriam precedência, como no caso de proteger um amigo.

Os achados das investigações realizadas na década de 1970 (CONKLIN, 1972; LEJEUNE, 1977) foram fundamentais para a compreensão do fenômeno e vão ao encontro, em

grande medida, de estudos mais recentes sobre roubo e uso da força. Os autores, contudo, desenvolvem algumas hipóteses adicionais sobre a heterogeneidade do uso da coerção física usada nas transações de roubos – sobretudo discriminando ou comparando os roubos de rua e roubos de estabelecimento comercial.

Neste contexto, destaca-se o estudo de McCluskey (2013), que desenvolveu hipóteses da literatura existente sobre fatores situacionais associados com a prevalência de coerção física aberta durante roubos comerciais e rua. A pesquisa usou modelos estatísticos para examinar o efeito das características situacionais (resistência e presença de arma) e pessoais (por exemplo, sexo da vítima e ladrão) sobre a escolha dos delinquentes de usarem força física contra as vítimas de roubo. Para tanto, teve como base os dados codificados de relatórios policiais de 1.281 assaltos de rua e comerciais em um distrito de Detroit, Michigan, entre 2000 e 2003. Os resultados da pesquisa são relativamente consistentes com os resultados da literatura sobre roubo nos últimos 40 anos: roubo de rua envolve uma maior prevalência de força física do que roubos comerciais, armas reduzem a probabilidade de força física e a resistência da vítima aumenta a força física. Além disso, as características das vítimas e dos infratores desempenham um papel secundário na previsão do tipo de coerção física exercida sobre as vítimas de roubo. Contudo, verifica-se que menos coerção física está associada a roubos de mulheres, roubos de afro-americanos e roubos que ocorrem durante o dia.

O autor traz uma hipótese adicional interessante sobre a diferença no nível de força comumente usada nos assaltos comerciais e nos de rua. O estudo indica que se deve considerar o fato de que as vítimas comerciais podem ser menos propensas a proteger ativos que não lhes pertencem - isto é, resistir - e assim facilitar transferências rápidas de dinheiro para ladrões, enquanto as vítimas de rua terão mais incentivos para resistir e não entregar seus bens pessoais (*ibidem*). Tal conjectura é suportada pelos achados de FEENEY (1986: 64), que demonstram que os ladrões de rua machucam suas vítimas mais do que o dobro de vezes que os ladrões de estabelecimentos comerciais. Além disso, dos criminosos que machucaram suas as vítimas, a maioria disse que agiu dessa forma porque elas resistiram. A maior parte escolheu usar os próprios punhos ou uma arma para bater em suas vítimas ao invés de atirar ou cortar a vítima. Um sexto daqueles que encontraram resistência, entretanto, tomou uma ação drástica: disparar, cortar ou pulverizar líquidos nos olhos de suas vítimas.

Outros trabalhos reforçam o argumento sobre a maior predisposição dos assaltantes de rua em realizar abordagens mais violentas em relação aos assaltantes comerciais. Wright e Decker (1997) revelam que nos roubos de predação oportunista, congruente com roubo de rua, os ladrões de rua apostam em criar “a ilusão de morte iminente”, por meio de uma abordagem

com uso de armas e agressões físicas e verbais às vítimas. Esse perfil de infrator coincide com o apontado por Katz (1988). Para esse autor, mais que um modo de conquistar seu objetivo, a persistência neste tipo de atividade pode levar os ladrões a entender o uso da violência e o controle da vítima como uma parte salutar e prazerosa do trabalho. Em muitos casos, um elemento da excitação do roubo é a vitória sobre a vítima e a obtenção da dominação sobre a situação - provocando uma sensação de excitação maior quando as vítimas resistem. Quando isso aconteceu, o desafio para o ladrão foi ainda maior e assim também foi a recompensa de finalmente vencer e completar o roubo.

Por sua vez, estudo realizado por Gill (2000, apud MCCLUSKEY, 2010: 422) com 341 ladrões de estabelecimentos comerciais em prisões inglesas identificou alguns indivíduos como profissionais, ou seja, eles tendem a realizar roubos comerciais e adotar armas e táticas que evitam ou minimizam a força física bruta usada nas vítimas. Assim, os roubos comerciais conduzidos por profissionais podem ser um pouco menos violentos, na medida em que esses ladrões explicitamente adotaram abordagens para evitar a violência. Muitos reiteraram o argumento de que o propósito de uma arma é evitar conflitos e que eles recuariam em vez de arriscar ferir alguém. Alguns ladrões colocam limites no nível de violência que estavam preparados para infligir, diferente do perfil apontado por Katz (1988). Em alvos comerciais, em geral, a literatura aponta que os ladrões parecem não ter nenhum prazer abstrato em causar danos às pessoas. Na amostra de Feeney, (1986: 63-65), por exemplo, apenas um entrevistado relatou usar da força por pura vontade pessoal. Ele disse que depois de ter acertado a vítima com uma chave de alças, seu parceiro bateu na vítima várias vezes mais. Ao comentar por que seu parceiro tinha feito isso, ele disse: "*Knowing him, he did it for meanness. He likes to hurt people*" (*ibidem*: 65).

A diferença de uso de força entre roubos de rua e comerciais também pode ser explicada, em alguma medida, pelo tipo de arma usada em cada evento, conforme indicou Luckenbill (1980). Segundo levantamento realizado por Feeney (1986), o uso de armas de fogo ocorre em quase todos os roubos a comércio, ao contrário dos roubos de rua. Mais especificamente, 80% dos ladrões de estabelecimentos comerciais usaram arma de fogo e 10% outros tipos de armas. Daqueles que usaram arma de fogo, quase 80% usaram uma arma real e carregada. Já no caso dos ladrões de rua, apenas um terço portava armas de fogo, sendo que somente metade deles usava uma arma carregada. Neste contexto, é possível supor que ladrões de rua tendem a ser mais violentos por portarem armas menos letais e por, normalmente, encontrarem maior resistência das vítimas em obedecê-los. De forma oposta, os assaltantes comerciais tendem a



usar armas mais letais e encontrar maior conformidade das vítimas, diminuindo os incidentes de maior violência.

A literatura revela outras informações importantes sobre a escolha e o tipo de arma considerada ideal para se cometer um assalto. O estudo de Morrison e O'Donnell, 1996: 174) realizado com ladrões de estabelecimentos comerciais na Inglaterra aponta que, quando perguntados por que eles escolheram o tipo de arma de fogo que utilizaram, evidenciou-se que, aqueles que optaram por usar armas reais carregadas não fizeram isso simplesmente porque tiveram facilidade para consegui-las. Muitos ladrões acreditavam que uma arma de fogo verdadeira era uma ferramenta essencial para o tipo de alvo que planejavam atacar. Eles acreditavam que em certas circunstâncias poderia ser necessário disparar suas armas e, portanto, qualquer outra coisa que não fosse uma arma carregada genuína não seria adequada. Quase três quartos daqueles que usaram uma réplica de arma de fogo ou que adotaram uma arma simulada alegaram que poderiam ter obtido uma arma real, mas decidiram por não usá-la. As razões mais comuns pelas quais uma arma verdadeira não foi utilizada eram porque os entrevistados acreditavam que se possuíssem uma, em certas circunstâncias, poderiam dispará-la (um risco que não estavam preparados para assumir) ou simplesmente sentiam que uma arma real não era necessária para o tipo de roubo que eles estavam planejando cometer. Além disso, quase todos esses criminosos disseram que, se tivesse uma escolha livre entre uma réplica e uma arma real, eles ainda teriam optado pela réplica. Tais resultados correspondem sobremaneira com os encontrados em pesquisas realizadas com ladrões em geral nos Estados Unidos, onde a maioria escolheu usar a uma arma descarregada ou uma réplica exatamente para evitar atirar acidentalmente na vítima. Outros usaram uma arma simulada ou mantiveram sua arma escondida na crença de que a pena seria menos severa se fossem pegos (FEENEY, 1986: 63).

Por fim, outro elemento importante para compreensão do uso da força nos crimes de roubo é se o crime é realizado apenas por um infrator ou em parceria com outros. Há fortes evidências de que as vítimas de roubos são mais propensas a serem agredidas por ofensores que agem em grupos do que por um único agressor. Alaridl, Burton e Hochstetler (2009) chamam atenção em sua pesquisa para o fato que a seleção de vítimas diferiu de acordo com outros fatores, como a quantidade de agressores envolvidos, presença de armas, a idade do agressor e o desespero do agressor. Os criminosos que tinham mais recursos coercitivos à sua disposição, como cúmplices ou armas, eram mais propensos a escolher locais e alvos mais lucrativos. Eles supõem que os coofensores reduzem preocupações sobre a resistência das vítimas, incluindo se as vítimas vão resistir e qual será o resultado do conflito físico se o fizerem. Além disso, a presença de pares pode levar a um desejo de demonstrar um *ethos* de extrema coragem e, desse

modo, aumentar as chances de enfrentar uma vítima potencialmente resistente ou retaliação. Os coofensores podem estar menos preocupados com a resistência da vítima do que os atores individuais e, portanto, podem ser menos seletivos quando se trata de minimizar a dificuldade e o risco. Os grupos prestam menos atenção à força da vítima e à estratégia para evitar a violência.

Além disso, os autores destacam que indivíduos que cometeram crimes com outros criminosos também podem ser mais propensos a atacar alvos múltiplos em uma noite do que pessoas que cometeram crimes sozinhos. O raciocínio por trás dessa lógica foi a necessidade de maiores recompensas e a excitação que o crime gera em grupos. Os coinfratores também despersonalizaram a interação entre os infratores e as vítimas, criando o anonimato do grupo ao invés de uma luta de poder individual, tornando as vítimas resistentes mais fáceis de manejar. Essa despersonalização diminuiu o custo intrínseco do roubo ao remover a incerteza em torno do resultado do confronto com as vítimas. Isso porque os coofensores em conjunto catalisam as oportunidades situacionais, encorajando os cúmplices a assumirem riscos maiores, aumentando as percepções de domínio e dando respostas mais intensas e violentas às circunstâncias minimamente inesperadas que se apresentam (JACOBS, 2010).

Nos tópicos anteriores, apresentou-se como a literatura aborda temas referentes às diversas decisões que os ladrões realizam ao cometerem os roubos. Apresentou-se os motivos e circunstâncias em que o infrator decide roubar e etapas importantes que envolvem o planejamento e execução dos roubos, com ênfase nas questões da escolha do alvo e das escolhas das armas e uso da força. A seção, a seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos para se responder as perguntas de pesquisa.

## CAPITULO II - METODOLOGIA

O objetivo dessa tese é compreender os mecanismos cognitivos e práticos que orientam a decisão, o planejamento e a execução e o uso da força dos roubos a partir da percepção dos próprios ladrões e de outras fontes de dados. Especificamente buscou-se entender: i) quais os fatores foram considerados pelos ladrões como instigadores o suficiente para que eles cometessem o roubo pela primeira vez? ii) Como escolhem os alvos de sua ação e quais elementos são levados em consideração durante esse processo? iii) Em medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados? iv) Por fim, quais os fatores estariam associados ao uso da força e de armas e como essas questões são interpretadas pelos autores?

Conforme é possível observar na literatura, as pesquisas com objetivos similares aos propostos tendem a concentrar seus esforços em análises de dados quantitativos, oriundos de registros criminais oficiais (NORMANDEAU, 1968; WILSON, 1984), ou de dados qualitativos, por meio de entrevistas em profundidade com autores de roubos (WRIGHT, DECKER, 1997; PIOTROWSKI, 2011; DE VAN, VOS, 2003). Poucos estudos utilizam as duas metodologias de forma simultânea e complementar (FEENEY, 1986; MORRISON; O'DONNELL, 1996). Seguindo a linha desses últimos autores, para se responder as perguntas colocadas e cumprir os objetivos propostos nesta tese, optou-se por trabalhar com a triangulação de metodologias quantitativas e qualitativas. Tal abordagem permitiu analisar tanto com uma dimensão objetiva e geral dos roubos em Belo Horizonte quanto com a dimensão subjetiva do fenômeno – possibilitando uma compreensão mais ampliada do tema estudado.

O primeiro passo para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho consiste em entender “o que os crimes dizem sobre os criminosos?”, ou seja, o que os registros oficiais de roubos da cidade de Belo Horizonte dizem sobre os ladrões. Essa etapa, apoiou-se em uma abordagem quantitativa, que tem como foco o crime em si, e busca compreender, sob uma perspectiva macro, as evoluções e possíveis padrões espaciais e temporais, bem como outras informações relevantes sobre os *modus operandi* e as características dos autores e de suas vítimas ou alvos. Tais análises foram realizadas de forma agregada (considerando todos os tipos de roubos) e, em algumas situações, de forma discriminada por tipo de alvo do roubo e pelo meio (tipo de arma), procurando verificar similaridades e diferenças entre essas categorias. Tabelas e Gráficos foram os principais recursos de apresentação e visualização dos dados utilizados para a análise.

Para tanto, essa etapa tem como fonte de dados principal o banco de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS)<sup>3</sup>, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), do Governo de Estado de Minas Gerais. Dessa base empírica, foram considerados apenas os crimes de roubos tentados e consumados, ocorridos em Belo Horizonte, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2017. Para a construção das análises, usamos as seguintes variáveis e campos do banco de dados:

- Identificação: número do registro de evento de defesa social;
- Dados Temporais: data e hora de registro da ocorrência; ano, mês (número e nome abreviado), dia do mês, dia da semana (número e nome) e horário do fato;
- Dados de Classificação: código da natureza, descrição da natureza, indicador de consumado ou tentado, classe da natureza, grupo da natureza;
- Dados de Descrição: grupo e subgrupo de complemento da natureza (código e descrição), causa presumida (grupo e descrição) e meio utilizado;
- Dados Geográficos: município (código e nome), coordenadas (latitude, longitude, X e Y);
- Dados de Endereçamento: logradouro (tipo, nome, número, número complementar, tipo e nome de cruzamento), complemento de endereço, bairro;
- Dados Organizacionais: RISP, ACISP, AISP, unidade de registro (código e nome), unidade militar (código e nome), unidade civil (código e nome);
- Dados do Material Roubado: grupo (código e descrição), material (código e descrição), quantidade, status;
- Dados dos envolvidos: idade, sexo e raça da(s) vítima(s) e autor(es) (também vinculado ao número do REDS).

Tais dados foram solicitados formalmente pelo autor da pesquisa para a SESP por meio do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, em 22 de agosto de 2018. Por sua vez,

---

<sup>3</sup> Criado em 2005, o REDS é o boletim de ocorrência unificado das instituições da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiro de Minas Gerais, que funciona numa plataforma *web*. Tem como objetivo evitar o duplo registro de ocorrências pelas instituições, assim como de garantir a continuidade do processamento de uma ocorrência entre as Polícias Militar e Civil. O REDS possibilita, além disso, a padronização dos formulários dos registros de ocorrências policiais, consistência dos dados (uma vez que interage com outros sistemas de Segurança Pública do Estado), identificação e envio automático à autoridade policial competente para a investigação do fato, transparência ao andamento do fato através do fluxo de justiça criminal e produção de estatísticas criminais no âmbito estadual sobre uma única fonte de dados, com maior grau de confiabilidade. (SAPORI; ANDRADE, 2008: 434; SEDS, 2008).

dia 04 de setembro de 2018 a Secretaria respondeu atendendo parcialmente ao pedido, visto que não era possível disponibilizar o georeferenciamento de algumas variáveis solicitadas por impedimentos legais<sup>4</sup>, não sendo possível confeccionar os Mapas de Densidade *Kernel* para a análise. Todo trabalho de correção, ajuste e análise desses dados foram realizados com o auxílio dos softwares estatísticos *SPSS e Excel*.

A segunda etapa constitui o cerne da tese, uma vez que foram agregados à análise quantitativa os resultados qualitativos, com os quais buscou-se compreender, dentre outras dimensões, quais seriam os mecanismos que envolvem e diferenciam a decisão, planejamento e a execução e o uso da força. Para operacionalizar essa fase da pesquisa, optou-se por trabalhar com análises de dados qualitativos, por meio de entrevistas em profundidade com os autores de roubos – numa perspectiva semelhante aos trabalhos de Wright e Decker (1997), Piotrowski (2011) e De Van e Vos (2003).

A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa destinada a obter uma imagem vívida da perspectiva do participante sobre o tópico de pesquisa. Durante entrevistas em profundidade, a pessoa entrevistada é considerada o especialista e o entrevistador é considerado o aluno. As técnicas de entrevista do pesquisador são motivadas pelo desejo de aprender tudo o que o participante pode compartilhar sobre o tema da pesquisa e orientadas por um roteiro de perguntas semiestruturado. As entrevistas em profundidade são mais apropriada para: 1) desenvolver descrições detalhadas sobre algum fato; 2) detalhar perspectivas múltiplas de organizações ou eventos que uma simples pessoa não poderia observar em sua totalidade; 3) descrever processos sobre alguma “empresa humana”, como ocorrem os eventos ou quais são os eventos produzidos; 4) desenvolver descrição holística com fins de unir processos sistêmicos de comportamento; 5) aprender como os eventos são interpretados, ou seja, quando se busca não só saber a sua interpretação sobre um evento, mas como os participantes daquele evento o interpretam; 6) captar intersubjetividades; 7) identificar variáveis e hipóteses para pesquisa qualitativa (WEISS, 1994: 9-11).

A construção da base de dados qualitativos desta pesquisa envolveu coleta de dados primários. Nesta direção, foram realizadas entrevistas em profundidade com indivíduos adultos que respondem ou já responderam legalmente por crime de roubo. Como estratégia metodológica para localizar e entrevistar o público alvo da pesquisa, trabalhou-se com os

---

<sup>4</sup> A SESP informa que, tendo em vista os preceitos da Lei de Acesso à Informação sobre a proteção de informações pessoais (art. 31), as variáveis logradouro, número do logradouro do fato, Latitude e longitude do fato são sigilosos. Destes apenas município e bairro podem ser disponibilizados de forma a não afetar a segurança dos indivíduos envolvidos, bem como a identificação dos mesmos.

autores de roubo que são usuários do PrEsp (Programas de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional) de Belo Horizonte, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Governo de Estado de Minas Gerais.

O Programa tem como foco indivíduos que sofreram processos de criminalização e cerceamento de liberdade. O objetivo é favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, trabalha com estratégias de fortalecimento de vínculos familiares, de apoio sociocomunitário, bem como de orientações gerais sobre o andamento do(s) processos dos usuários interessados. Atualmente, o escopo do programa contempla articulação com a rede de proteção social do município, estímulo ao acesso de serviços que visam o aumento da escolaridade e da qualificação profissional, discussões de casos, visitas domiciliares e formação de grupos com pré-egressos dentro de unidades prisionais<sup>5</sup>.

É considerado público do PrEsp os egressos do sistema prisional em cumprimento de regime aberto/prisão domiciliar, livramento condicional ou liberado definitivo, que residem no município, independente da Comarca que esteja o processo. Tais pessoas respondem pelos mais variados tipos de crimes do Código Penal e, em alguns casos, da Lei das Contravenções Penais. Na unidade de Belo Horizonte passa aproximadamente 1500 pessoas por mês para assinar o Livro de Apresentação dos Sentenciados, uma exigência legal do cumprimento da pena. Colher a assinatura dos apenados é uma tarefa importante para o PrEsp, pois é nesse momento que o atendente aborda o usuário e verifica se ele tem interesse por algum tipo de atendimento social oferecido pelo Programa.

Para acessar os usuários do PrEsp que respondem especificamente por crimes de roubos, utilizou-se duas estratégias: (1) os nomes dos usuários com esse perfil foram previamente assinalados a lápis no caderno de assinatura. O pesquisador acompanhava as assinaturas e, quando identificado o usuário alvo da pesquisa, ele respeitosamente perguntava se o usuário gostaria de participar voluntariamente da pesquisa. Quando aceito, o entrevistador e o entrevistado iam para uma sala reservada para realizar a entrevista individual. Tal estratégia foi a forma de coleta preponderante; (2) já a segunda forma, e não menos importante, era quando, no atendimento individualizado, a equipe do PrEsp identificava um usuário que cometeu crime de roubo. Nesses casos, o servidor perguntava se esse usuário estaria disposto a participar da

---

<sup>5</sup> Ver: <<http://www.seds.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/presp>>

pesquisa e, quando ele aceitava, indicava-o para o pesquisador naquele momento ou agendava a entrevista para outro dia.

Um roteiro semiestruturado de perguntas foi o instrumento utilizado para orientar a condução das entrevistas com os atores selecionados para pesquisa qualitativa. As perguntas foram elaboradas com base, sobretudo, nos pressupostos apresentados pelo referencial teórico. A ideia era que o roteiro contemplasse questões que envolvessem cada uma das dimensões do processo de decisão, planejamento e execução dos roubos abordado pela literatura.<sup>6</sup> Contudo, tal roteiro não possuía formato rígido e servia apenas como um instrumento de orientação dos eixos mais relevantes a serem abordados, possibilitando a inclusão e aprofundamento de novas questões durante as entrevistas. Tal estratégia foi fundamental, pois o que se observou no decorrer da pesquisa de campo é que não era possível construir categorias apriorísticas dos roubos e seus autores, uma vez que se tratavam de um objetivo de estudo extremamente complexo e com trajetórias criminais bastante específicas. Em grande medida, as classificações e as modalidades de roubos que seriam analisadas foram construídas e desenvolvidas a partir dos próprios dados. Fato que será melhor esclarecido mais adiante.

O dimensionamento da quantidade de entrevistas realizadas foi pautado em critérios de saturação<sup>7</sup>. Ao todo, o pesquisador autor do presente trabalho realizou, sozinho, 40 entrevistas, entre os dias 11 e 30 de janeiro de 2018<sup>8</sup>. A duração média de cada entrevista foi de aproximadamente 40 minutos, variando, dentre outras coisas, conforme a disponibilidade de tempo, a frequência e intensidade de roubos e outros crimes que o entrevistado esteve envolvido. Deste modo, as conversas em que os entrevistados relataram terem cometido apenas um roubo foram mais rápidas do que aquelas que os entrevistados de maior trajetória criminal. Teoricamente, os atores reincidentes ofereceram entrevistas maiores porque tiveram mais eventos criminais para serem detalhados ao longo de cada conversa.

Houve poucas recusas e, apesar de uma desconfiança inicial, os participantes diziam ter gostado bastante de contribuir para o estudo ao final da entrevista. Ficaram empolgados de poderem falar sobre suas vidas sem correr o risco de sofrer algum tipo de julgamento moral e legal, bem como de saber que a sua história de vida iria contribuir para confecção de um “livro”,

---

<sup>6</sup> Uma cópia do roteiro foi anexada ao final do presente trabalho.

<sup>7</sup> A amostragem por saturação teórica é operacionalmente definida como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008: 17-18).

<sup>8</sup> Caso excepcional foi a entrevista com um autor contumaz de grandes assaltos a bancos realizados em um presídio na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por ser um perfil muito difícil de se encontrar, tivemos que abrir essa exceção e considerar essa entrevista fora do universo dos atendidos pelo Programa PReSP. A entrevista foi realizada em março de 2017.

um estudo científico da UFMG. Todas entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas de modo integral para um documento no formato *word*. Por sua vez, esse conjunto de dados foi, então, consolidado e analisado com o auxílio do software *atlas.ti*.

Embora fosse esperado que maioria das pessoas que a pesquisa tivesse acesso fosse do sexo masculino, a ideia inicial era entrevistar homens e mulheres indistintamente, até para aproveitar a oportunidade de campo e tentar explorar - se não para a tese para pesquisas futuras – possíveis diferenças de gênero no que refere aos crimes de roubos. Contudo, nos momentos em que o entrevistador estava em campo, foi possível ter acesso a somente duas mulheres com esse perfil. Dessas, apenas uma aceitou participar da pesquisa e a outra alegou que não poderia porque tinha outro compromisso naquele momento. A entrevista realizada em questão foi arquivada nos registros pessoais autor da pesquisa, mas, em termos analíticos e operacionais, o universo de entrevistados avaliados no estudo corresponde apenas a homens.

De forma objetiva, sobre o perfil dos entrevistados, o universo amostrado é composto por homens com idade média de 27 anos, sendo que o mais jovem tinha 20 e o mais velho 42 anos. Já a idade média que eles afirmam ter cometido o primeiro roubo é 19 anos, o mais jovem foi aos 12 e o mais velho aos 30 anos. Mais de 27 entrevistados têm filhos, 18 são casados/amasiados e quase a metade (17) trabalhava na época que foram presos por roubo. Sobre a raça/cor, 09 são brancos, 23 são pardos e 08 são pretos. A média de escolaridade dos respondentes é relativamente baixa. A maioria (19 casos) estudou até o ensino fundamental. Apenas 03 deles conseguiram concluir o ensino médio e 01 concluiu o curso superior. O entrevistado com menor nível de escolaridade possui a 4ª série.

Os 40 entrevistados cumprem algum tipo de medida restritiva de liberdade pelo crime de roubo, sendo distribuídos da seguinte forma:

- 25 em livramento condicional;
- 10 em prisão domiciliar;
- 03 sem informação (possivelmente livramento condicional ou domiciliar, pois assinaram o livro de comparecimento no PResP);
- 01 em regime definitivo;
- 01 em regime fechado.

Os entrevistados residem em 37 bairros diferentes, distribuídos pelas nove administrações regionais de Belo Horizonte (Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste,



Pampulha e Venda Nova), mais o caso excepcional que está preso em uma Penitenciária da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tal dado indica que, embora não se trate de uma seleção aleatória, o público-alvo da pesquisa está bem distribuído no território, ou seja, não há uma concentração de respondentes que residem em um mesmo bairro ou região da capital.

Com efeito, o que era para ser mais um dado descritivo se tornou um dos achados mais importantes desse estudo. Até então se partia do pressuposto que a maior parte dos autores de roubos se especializava ou direcionava suas ações para apenas um tipo de alvo específico. Como observado, grande parte da literatura trabalhou com esse tipo de recorte analítico estabelecendo diferenças e/ou aprofundando os conhecimentos sobre assaltantes de rua ou de estabelecimento comerciais ou de agências bancárias. No entanto, o que se verificou com a pesquisa de campo em Belo Horizonte foi um diagnóstico diferente: as categorias de ladrões não são tão rígidas assim. Ao longo de sua trajetória, um mesmo autor pode transitar por diferentes modalidades de roubos e, inclusive, cometer outros tipos de crimes. Além disso, como apontado anteriormente, quase metade deles estava trabalhando quando foram presos. Vários relatam que oscilavam entre o trabalho legal e o envolvimento com atividades criminais.

Com é possível observar no Quadro 01, dos 40 entrevistados apenas 01 deles (código 08) afirmou que praticou roubos de forma reiterada a um único tipo de alvo (estabelecimento comercial) e não se envolveu em nenhum outro tipo de crime. Todos os demais entrevistados ou não se dedicaram exclusivamente a um tipo de alvo de roubo ou não se dedicaram a um único tipo de crime. Tais dados traduzem uma informação importante: praticamente não há um tipo rígido superespecializado de ladrões, mas um perfil fluido ou diversificado - ao menos no universo amostrado pela pesquisa. Praticamente todos, em alguma medida e de alguma maneira, tiveram ao longo da sua trajetória criminal envolvimento com modalidades diferentes de roubos e/ou outros tipos de crimes.

Neste contexto, como comparar processos individuais de decisão/motivação, planejamento e execução de roubos de rua e estabelecimento comercial – uma vez que, como se viu, na maioria das vezes, é que um mesmo ator comete mais de um tipo de assalto e/ou outros tipos de crimes?

**Tabela 1 - Resumo da Distribuição dos Entrevistados e dos Eventos por Tipo de Alvo (Pesquisa Qualitativa)**

Cod. Entrev	Transecto	Estab. Comercial	Ônibus	Veículo	Residência	Cx. Eletrônico / Ag. Bancárias	Soma Alvos	Qntas vezes cometeu roubo?	Outros Crimes	Qual
4	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
6	0	1	0	0	0	0	1	1	Não	NA
7	0	0	1	0	0	0	1	1	Não	NA
11	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
18	0	0	0	1	0	0	1	1	Não	NA
19	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
20	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
26	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
28	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
30	0	1	0	0	0	0	1	1	Não	NA
33	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	NA
37	0	0	0	1	0	0	1	1	Não	NA
3	1	0	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
13	1	0	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
16	0	0	0	0	1	0	1	1	Sim	Tráfico
23	0	1	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
24	1	0	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
27	0	0	1	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
1	0	1	0	0	0	0	1	2 a 5	Sim	Tráfico
14	1	0	0	0	0	0	1	2 a 5	Sim	Agressão / Furto
8	0	1	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Não	NA
25	0	1	0	1	1	0	3	Várias (+5)	Não	NA
12	1	0	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Sim	Tráfico e Furto
31	0	1	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Sim	Tráfico e outros
40	1	0	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Sim	Tráfico e Furto
5	0	1	1	0	0	0	2	Várias (+5)	Sim	Furto Qualificado e Simples
10	0	1	1	0	0	0	2	Várias (+5)	Sim	Furto Qualificado e Simples
17	1	0	1	0	0	0	2	Várias (+5)	Sim	Tráfico / porte de arma / Maria da penha/furto
21	1	1	0	0	0	0	2	Várias (+5)	Sim	Furto / Tráfico
35	1	1	0	0	0	0	2	Várias (+5)	Sim	Furto Qualificado
38	1	1	0	0	0	0	2	Várias (+5)	Sim	Tráfico
39	0	1	0	0	0	1	2	Várias (+5)	Sim	Tráfico
2	2	1	0	0	0	0	3	Várias (+5)	Sim	Furto / Tráfico
9	0	0	1	1	1	0	3	Várias (+5)	Sim	Tráfico
15	1	1	0	1	0	0	3	Várias (+5)	Sim	Tráfico
29	2	1	0	0	0	0	3	Várias (+5)	Sim	Tráfico
32	1	1	0	0	1	0	3	Várias (+5)	Sim	Furto / Tráfico
34	1	1	0	0	1	0	3	Várias (+5)	Sim	Furto
36	1	1	0	0	1	0	3	Várias (+5)	Sim	Tráfico e Furto
41	0	1	0	0	1	1	3	Várias (+5)	Sim	Sequestro / Tráfico
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>65</b>			

Fonte: Elaboração do Autor. Dados das Entrevistas Qualitativas. 2018

Uma solução para esse impasse seria filtrar a análise apenas para os entrevistados que tiveram um tipo de alvo de roubos (independente se cometeram outros tipos de crime ou não). Porém, tal estratégia reduz drasticamente o número de casos observados. Sairíamos de 40 casos para 19, sendo 13 de roubo de rua e 06 de estabelecimento comercial. Além disso,

trabalharíamos basicamente com ladrões que disseram cometeram apenas 01 roubo e foram presos (ver quadro 02) e são exatamente os entrevistados contumazes que melhor ajudaram a qualificar e compreender o fenômeno dos roubos na capital. Usando a famosa analogia da criminologia, “*jogaríamos fora o bebê junto com a água do banho*”.

**Tabela 2 - Resumo da Distribuição dos Entrevistados e dos Eventos, Segundo Roubos a Transeunte e a Estabelecimentos Comerciais e de Serviços (Pesquisa Qualitativa)**

Cod. Entrev	Transeunte	Estab. Comercial	Ônibus	Veículo	Residência	Cx. Eletrônico / Ag. Bancárias	Soma Alvos	Qntas vezes cometeu roubo?	Outros Crimes	Qual
3	1	0	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
4	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
6	0	1	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
7	0	0	1	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
11	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
13	1	0	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
16	0	0	0	0	1	0	1	1	Sim	Tráfico
18	0	0	0	1	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
19	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
20	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
23	0	1	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
24	1	0	0	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
26	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
27	0	0	1	0	0	0	1	1	Sim	Tráfico
28	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
30	0	1	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
33	1	0	0	0	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
37	0	0	0	1	0	0	1	1	Não	Não se Aplica
1	0	1	0	0	0	0	1	2 a 5	Sim	Tráfico
14	1	0	0	0	0	0	1	2 a 5	Sim	Agressão/Furto
8	0	1	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Não	Não se Aplica
12	1	0	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Sim	Tráfico e Furto
31	0	1	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Sim	Tráfico / outros
40	1	0	0	0	0	0	1	Várias (+5)	Sim	Tráfico / Furto
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>24</b>			

Fonte: Elaboração do Autor. Dados das Entrevistas Qualitativas. 2018

Diante disso, o recorte analítico e metodológico proposto para essa pesquisa é ter como foco analítico não com o indivíduo entrevistado, mas os eventos criminais de roubo cometidos e reportados por ele. Conforme indica o Quadro 01, temos informações sobre mais de 65 tipos de roubos, distribuídos entre as seguintes modalidades: roubos de rua (25), estabelecimento comercial e de serviços (20), ônibus (06), automóvel/moto (05), residência (07) e agência de valores/caixa eletrônico (02). Nesses termos, reconhece-se o caráter fluido da trajetória criminal de grande parte dos autores de roubos analisados, mas volta-se a análise para a compreensão agregada do processo de motivação, planejamento e execução dos roubos, bem como para as possíveis diferenças nesses processos considerando as diferentes modalidades de

crimes supracitadas. No caso do eixo motivação/decisão serão considerados os fatores e circunstâncias que motivaram o primeiro roubo e não todos que porventura foram descritos pelo entrevistado – visto que essa pergunta foi realizada de forma padronizada apenas para o primeiro assalto e não necessariamente para todos os outros.

Uma vez expostos os detalhes das fontes de dados quantitativas e qualitativas, em síntese, propõe-se, em um primeiro momento, entender o que os crimes – ou o que os registros oficiais de roubos – podem dizer sobre os ladrões, analisando os padrões agregados de comportamento do fenômeno que mostram como, onde, o que, quando os roubos ocorrerem. Tais informações serão combinadas, em um segundo momento da pesquisa, à coleta e análise qualitativa, em que se investiga o que os infratores dizem sobre os crimes, ou seja, o modo como são construídos os processos contextuais, sociais e cognitivos que ajudam a compreender as decisões, percepções e estratégias que envolvem os roubos e suas modalidades. Além disso, de forma complementar, serão usados os dados secundários da Pesquisa Nacional de Vitimização, realizada pelo Datafolha e CRISP, em 2010-2013.

Embora seja pouco utilizada, sobretudo em estudos sobre roubos, a integração de métodos quantitativos e qualitativos pode suprir as limitações de cada abordagem e potencializar seus pontos fortes (NEWMAN; BENZ, 1998). Nesse sentido, acredita-se que a conciliação de tais abordagens tornou possível não apenas dimensionar, quantitativamente, a extensão e os padrões do fenômeno, como também ajudar a compreender, qualitativamente, as lógicas que envolvem os pensamentos e ações dos ladrões durante o cometimento de crime.

Com efeito, é importante reconhecer algumas limitações relacionadas aos dados tanto quantitativos quanto qualitativos usados na presente pesquisa. Embora sejam construídos a partir de processos, métodos e lógicas diferentes, os dados do REDS e das entrevistas qualitativas estão inseridos em um mesmo contexto de produção, qual seja, o sistema de justiça criminal. Portanto, para compreender quais seriam os problemas associados a esses dados, antes, é preciso entender minimamente como funciona esse sistema.

Conforme resumem Vargas e Ribeiro (2008: 2), de acordo com os marcos legais e organizacionais que regulamentam o sistema de justiça criminal brasileiro, a entrada de um determinado fato dentro do sistema ocorre a partir do registro do crime pela Polícia Militar ou Polícia Civil, que normalmente chega ao conhecimento dessas agências por meio da vítima, testemunhas ou da própria autoridade policial. A fase seguinte é a instauração do inquérito policial, que nada mais é do que a investigação do delito, ou seja, é o momento onde são coletadas provas de autoria e de materialidade do crime. Essa fase é chamada pré-processual.

Após essa etapa policial, segue-se a fase processual, propriamente dita, a qual se inicia com a denúncia formalizada pelo Ministério Público. A esta denúncia segue o interrogatório do preso, a oitiva das testemunhas e defesa prévia realizada por um advogado particular ou um defensor público. Por conseguinte, a fase judicial finda em uma sentença que absolve ou condena o suspeito do crime que ele foi acusado. Se o desfecho do caso for o de condenação, o caso é dirigido para o sistema penitenciário, que, por sua vez, têm como função garantir que o sentenciado cumpra a sua pena privativa de liberdade dentro dos padrões legais estabelecidos.

Como é possível notar, as fontes de dados usadas na pesquisa encontram-se no momento da entrada da denúncia no sistema, ou seja, no registro da ocorrência no REDS pela polícia e no momento da saída condicional ou definitiva do sentenciado. Nesta direção, uma das primeiras e mais importantes limitações dos dados diz respeito ao caráter “afunilado” do fluxo do sistema de justiça criminal. Isso significa que trata-se de um processo constituído por muitos casos iniciados e poucos concluídos/condenados. No caso dos estudos sobre Justiça Criminal realizado no Brasil, por exemplo, foi verificado que poucos casos conseguem passar para fase policial e, entre os que conseguem avançar nesse empreendimento, poucos são os que sobrevivem até a sentença, confirmando a percepção difundida entre a população de que a maioria dos autores de crimes não são punidos. Esse formato funil do fluxo de justiça criminal varia em função do tipo de crime e da negociação feita pelos operadores em cada caso (RIBEIRO; SILVA, 2010).

É importante destacar que essa característica afunilada do sistema torna-se ainda mais crítica quando observado que vários crimes que ocorrem na vida real sequer chegam ao conhecimento das autoridades. Tal fato afeta significativamente a confiabilidade da produção e análise de dados oficiais (como o REDS) porque é como se para o sistema de justiça esses casos não existissem, evento conhecido como cifras ocultas ou subnotificação. Tais dados carregam, portanto, muitos vieses e variam, sobretudo, em relação ao tipo de crime, ao perfil sociodemográfico da vítima e à confiança que a população deposita nos órgãos policiais.

Conforme indica a Pesquisa Nacional de Vitimização (DATAFOLHA; CRISP, 2013: 10), 59,7% das vítimas de roubo no Brasil não reportaram o crime a polícia – resultado similar ao verificado nos EUA para os crimes patrimoniais (60%) e melhor que a média observada em outros países onde entre 66% e 75% dos entrevistados vítimas de roubo não comunicam este fato à polícia. Quanto às variáveis socioeconômicas e demográficas, as maiores taxas de subnotificação concentram-se entre os mais jovens (67,7%), os que integram as classes D e E (66, 5%) e os menos escolarizados (62,9% entre os que estudaram até o nível fundamental e 71% entre os que não têm instrução). Os motivos que levaram vítimas a deixarem de registrar

a ocorrência estão relacionados à ideia de que a polícia nada poderia fazer já que não existiam testemunhas ou provas (24,7%), porque o entrevistado não julgou importante a notificação (22%), a falta de confiança na polícia (15,5%) e a insignificância do bem roubado (15%) (*ibidem*, pp.125).

No entanto, os dados oficiais também oferecem uma série de vantagens como: a) grau relativamente alto de padronização das definições utilizadas para sua produção por parte dos Estados Nacionais modernos, o que torna possível que algumas modalidades de crimes sejam passíveis de comparação entre diferentes contextos, até mesmo entre países; b) a periodicidade e a continuidade da produção dos dados oficiais, uma vez que possibilita a realização não apenas de estudos comparativos, mas também de levantamentos sobre séries históricas, inferências estatísticas; além da validação, refutação e generalização das teorias com as quais trabalha; c) a grande capilaridade dos sistemas de registros criminais e o desenvolvimento de modernas tecnologias de georreferenciamento de informações, o que viabiliza compreender melhor a relação entre espaço urbano e criminalidade e construir estratégias de repressão e prevenção baseadas em evidências (BENNETT; LYNCH, 2000; ANSELIN *et al*, 2000).

Associado ao caráter afunilado, outro elemento que impacta na confiabilidade dos dados é a questão da “seletividade” do sistema de justiça criminal. Baseado na Teoria dos Rótulos, uma série de estudos em vários países demonstra que o tipo habitual de criminoso condenado pelo Estado revela muito pouco sobre a estrutura do crime em si e muito mais sobre a ideologia discriminatória e seletiva do sistema de justiça (POTERNOSTER & IOVANNI, 1996; BECKER: 2008). Sobre essa perspectiva, destaca-se o trabalho pioneiro de Campos Coelho (1986: 305) no Brasil que confirma a ideia que “*são os indivíduos de nível socioeconômico mais baixo a matéria-prima com que trabalham policiais, promotores, juízes e advogados criminais*”. Para ele, a prisão representa apenas um instrumento de controle dos grupos sociais marginalizadas, muitas vezes, constituída por procedimentos realizados de forma ilegal e arbitrária. Fato confirmado de diversas formas e abordagens pela maioria dos estudos posteriores sobre o assunto (PAIXÃO, 1982; ADORNO, 1995; VARGAS, 1999; KANT DE LIMA, 1997; RIBEIRO; SILVA, 2010; MISSE, 2010).

É sobre essa constatação do caráter afunilado e seletivo do sistema de justiça que repousa as críticas e as considerações dos dados qualitativos da pesquisa. Dessa forma, pelo fato da pesquisa trabalhar especificamente com pessoas que cumprem medida restritiva de liberdade pelo art. 157 do Código Penal, é importante ter em mente os vários vieses desse público-alvo. São indivíduos que cometeram o crime de roubo, foram identificados, processados, julgados e condenados em um contexto que, como vimos, os poucos que são

presos possuem características sociodemográficas muito similares. Além disso, outro viés está relacionado a própria escolha dos entrevistados, isto é, selecionou-se apenas aqueles que foram assinar o Livro de Apresentação dos Sentenciados, no PRESP de Belo Horizonte, nos dias e horários que o pesquisador estava no local e aceitaram voluntariamente participar da pesquisa.

Em síntese, embora esses vieses não invalidem a relevância da pesquisa, é importante ressaltar que tanto os dados secundários do REDS quanto os dados primários qualitativos não podem ser interpretados como se eles dissessem única e exclusivamente sobre os roubos e os seus autores. A partir de todas as considerações aqui expostas, tais dados refletem também, em grande medida, as formas como os governos classificam, lidam e reagem ao fenômeno do crime. Assim, quanto falarmos que o objetivo desse estudo é entender a forma como os assaltantes decidem, planejam e executam e usam a força em diferentes tipos de roubos, trata-se de uma análise restrita – que compreende apenas o pequeno grupo que foi entrevistado, considerando todos os vieses citados. Por mais que a triangulação das informações de duas fontes diferentes, somada a inclusão de dados da Pesquisa Nacional de Vitimização - PNV - (DATAFOLHA; CRISP, 2013) e o amparo teórico reduzam os vieses e aumentem a confiabilidade interna e externa da pesquisa, não há a pretensão de se estabelecer ou transparecer nenhum tipo de extrapolação do escopo proposto. Contudo, reconhecendo as limitações, acredita-se que as estratégias teóricas e metodológicas propostas poderão auxiliar na construção de novas proposições teóricas e/ou metodológicas, bem como fornecer informações valiosas para a construção de novas perguntas e hipóteses para o debate sobre esse tipo de crime no Brasil.

Por fim, destacamos que a presente pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFMG), conforme CAAE: 83332218.3.0000.5149 e Parecer Número: 2.616.643. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando o uso dos dados da sua entrevista mediante garantia de sigilo. Desta forma, todos os nomes correspondentes as falas dos participantes usadas nessa pesquisa serão receberão um código para evitar a sua identificação. Os documentos de aprovação da pesquisa pelo CONEP/COEP-UFMG e o TCLE encontram-se nos anexos dessa pesquisa. Do mesmo modo, consta como anexo também a autorização do uso dos dados do REDS pela Secretaria do Estado de Segurança Pública.

## CAPITULO III – ANÁLISE DOS DADOS

### 3.1 Panorama dos Roubos em Belo Horizonte

Esta seção tem como objetivo compreender os contornos gerais da dinâmica dos roubos tentados e consumados, em Belo Horizonte, considerado o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2017. Para tanto, utilizou-se fundamentalmente os dados oriundos do REDS para analisar as possíveis evoluções e padrões espaciais e temporais do fenômeno (o que, onde e quando), bem como outras informações relevantes sobre os *modus operandi* (como) e as características dos autores e suas vítimas ou alvos (quem). Tais análises foram realizadas considerando todos os tipos de roubos de forma agregada e, em determinadas situações, de modo discriminado por tipo de alvo do roubo e pelo meio ou tipo de arma utilizada, investigando as possíveis similaridades e diferenças entre essas categorias. Além disso, dados da Pesquisa de Vitimização Nacional (DATAFOLHA; CRISP, 2013), serão usados de forma complementar quando forem viáveis e oportunos para discussão. O desenvolvimento dessa etapa da pesquisa é fundamental para, na próxima seção, ajudar a analisar o material qualitativo e aprofundar na compreensão sobre os mecanismos que envolvem a decisão, planejamento e execução e uso da força nos roubos.

Conforme indicado, o contexto em que a pesquisa está inserida é o município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo de 2010, o município tinha uma população de 2.375.151 habitantes e o mesmo Instituto estima que, em 2018, esse número seja de 2.501.576 pessoas. Sua área territorial corresponde a 331,401 km<sup>2</sup> e apresenta densidade demográfica de 7.167,00 hab/km<sup>2</sup>, sendo a terceira concentração urbana mais populosa do país. Em 2017, estava posicionada como a quarta cidade mais rica do Brasil com uma participação de 1,46% do PIB nacional, cerca de 87,3 bilhões de reais. O setor terciário é o grande propulsor econômico do município, onde 80% da economia local concentra-se em atividades de comércio, prestação de serviços, atividades imobiliárias e na administração pública. Belo Horizonte possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,810 (20º lugar no ranking nacional geral e 5º entre as capitais), uma renda per capita de 1.497,29 reais e um indicador de desigualdade



de renda - Índice de Gini – de 0,6<sup>9</sup>. Em termos de vulnerabilidade social, em 2010, tinha 2,37% de suas crianças de 6 a 14 anos fora da escola, 4,8% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham e 19,7% de pessoas com 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal<sup>10</sup>. Por fim, no que se refere à violência letal e segurança pública, em 2016, a capital apresentou uma taxa de homicídio alta, 24,8 casos por 100.000 habitantes. Contudo, mesmo longe do ideal, Belo Horizonte está entre as 6 capitais menos violentas do Brasil, apresentando uma das menores taxas de homicídios do país<sup>11</sup>. Uma vez apresentado essa síntese de algumas características da capital mineira, é importante avançar na discussão que se refere especificamente ao objetivo da pesquisa.

Segundo os dados do REDS, em Belo Horizonte, foi registrado um total de 227.026 ocorrências de roubos tentados e consumados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2017. Isso significa dizer que, em média, foram reportados cerca de 37838 roubos por ano ou 104 por dia na capital. Ao analisar evolução histórica mensal desse período, nota-se que essa modalidade criminal apresentou uma curva crescente durante a maior parte do período avaliado (Gráfico 01 e Tabela 01). Nesta direção, em janeiro de 2012, o número de casos salta de 1996 e chega ao seu ponto máximo em março de 2016 com 4527 registros. Após esse ápice, todavia, há uma tendência de queda com pequenas oscilações, de modo que o número de ocorrências fecha em dezembro de 2017 com 2922 eventos. Embora o quantitativo de registros do último ano da série histórica esteja relativamente alto, é possível afirmar que é o mais baixo dos últimos dois anos. Em termos de variação percentual, considerando 2017 em relação a 2016, houve uma redução na ordem de 17%.

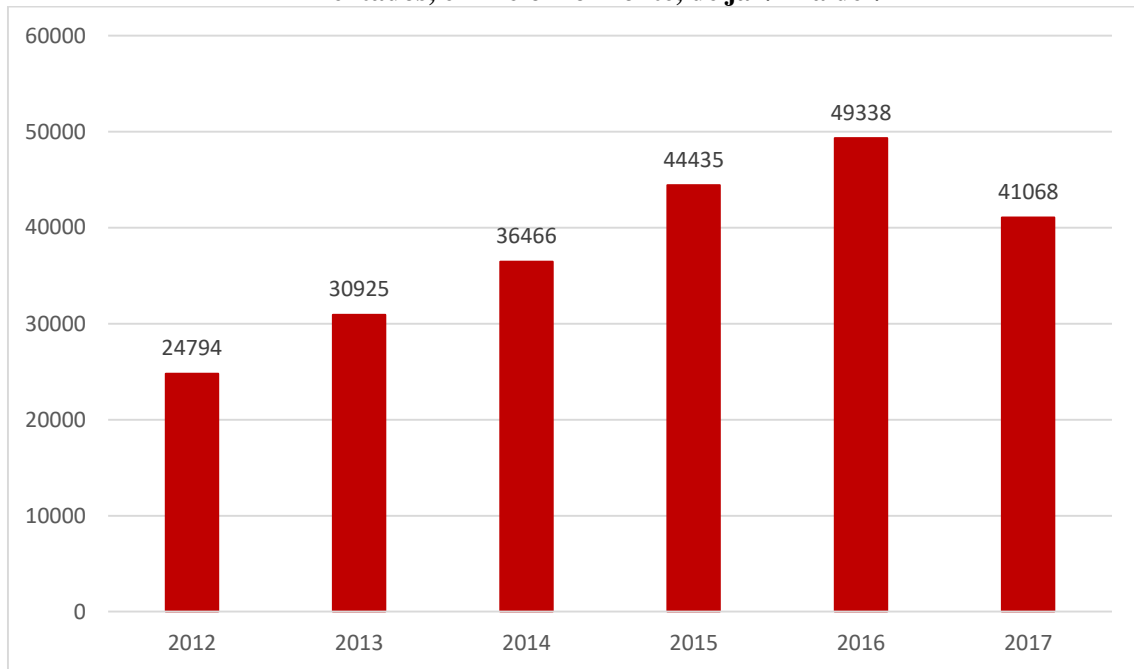
---

<sup>9</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama> Acesso dia: 24 de set de 2018.

<sup>10</sup> Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking> e [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/belo-horizonte\\_mg](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belo-horizonte_mg) Acesso em: 24 de set de 2018.

<sup>11</sup> CERQUEIRA, Daniel, LIMA, Renato Sérgio de, BUENO, Samira, et al. *Atlas da Violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro. IPEA e FBSP: 2017. Pp. 33. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf) Acesso dia: 24 de set de 2018.

**GRÁFICO 1 - Evolução Anual do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

**Tabela 3 - Evolução Mensal do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**

ANO	MÊSES												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2012	1996	1944	2241	2292	2192	2052	1854	2040	1837	2029	2147	2170	24794
2013	2322	2136	2610	2720	2439	2293	2640	2778	2514	2553	3014	2906	30925
2014	2953	2833	3268	3205	3363	2794	2920	3083	3029	3127	2971	2920	36466
2015	3049	3125	3620	3710	3767	3739	3661	3830	3787	4061	4191	3895	44435
2016	4371	4341	4527	4455	4048	3768	3878	3703	3662	4247	4411	3927	49338
2017	4300	3797	3928	3365	3728	3010	3094	3229	3104	3248	3343	2922	41068
<b>TOTA</b>	<b>1899</b>	<b>1817</b>	<b>2019</b>	<b>1974</b>	<b>1953</b>	<b>1765</b>	<b>1804</b>	<b>1866</b>	<b>1793</b>	<b>1926</b>	<b>2007</b>	<b>1874</b>	<b>22702</b>
<b>L</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Quando observado os principais tipos de alvos dos assaltos tentados e consumados, verifica-se que os casos direcionados a transeuntes correspondem a quase dois terços do total de ocorrências, ou seja, 58,3% dos registros dizem respeito à pessoas que foram abordadas por criminosos e tiveram (de forma efetiva ou tentada) um ou mais pertences subtraídos enquanto transitavam em vias públicas (Tabela 02). A segunda modalidade mais frequente é o roubo de veículos motorizados com 16,8% e, em terceiro lugar, os roubos a estabelecimentos comerciais e de serviços com 14,3%. Os assaltos a empresa, funcionários e passageiros no interior de ônibus coletivo representam 4,4% e a residência 1,3% do total de registros. Alvos como bancos e casas de câmbio, embora despertem grande atenção do público e das autoridades em geral,

perfazem 0,02% ou, especificamente, 43 casos. Outros tipos de roubos correspondem a 5% do somatório das ocorrências.

**Tabela 4 - Distribuição do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por Tipo de Alvo, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**

Alvos	Frequência	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Transeunte	132463	58	58
Veículo Motorizado	38047	17	75
Estabelecimento Comercial / Serviços	32404	14	89
Outros	11323	5	94
Ônibus	9883	4	99
Residência	2863	1	100
Banco / Casa de Câmbio	43	0	100
Total	227026	100	

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

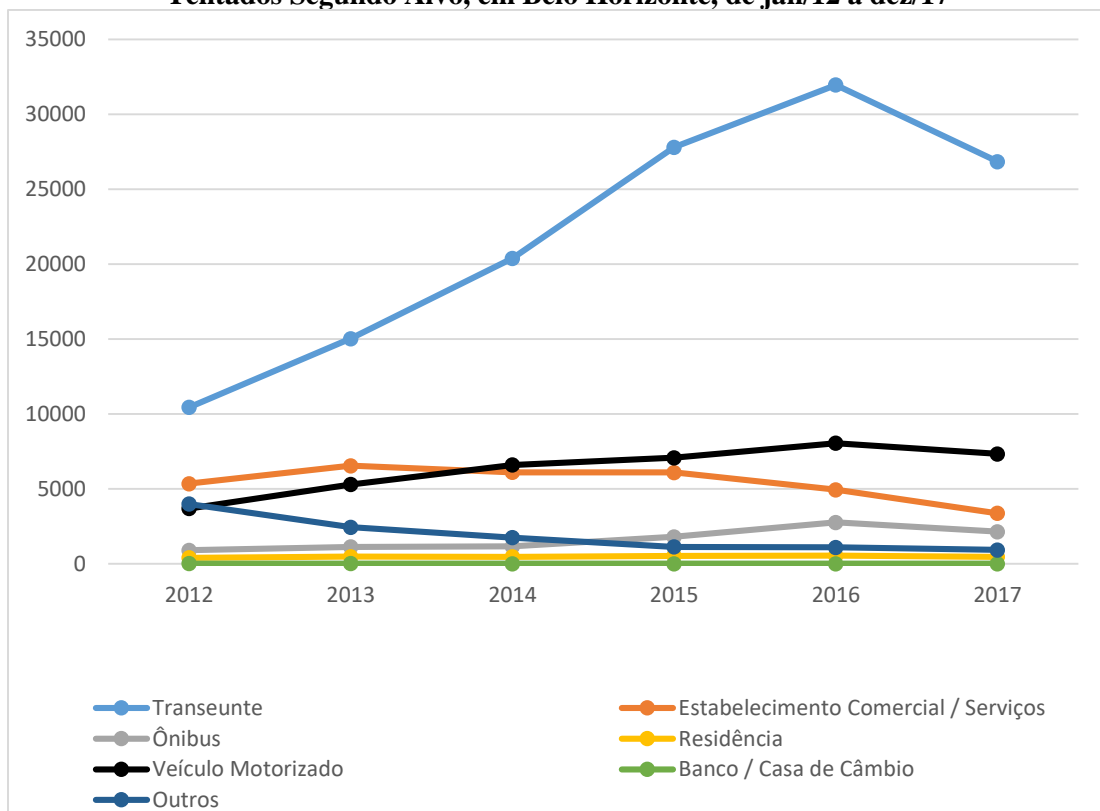
A análise da evolução das ocorrências de roubos em Belo Horizonte por tipos de alvos adiciona outros elementos importantes para compreensão do fenômeno na capital. É possível notar de forma mais clara que tanto o aumento (de 2012 a 2015) quanto a redução (de 2015 a 2017) do total de roubos na capital estão em grande medida relacionados à dinâmica dos roubos a transeuntes. Em outras palavras, essa modalidade de roubo, além de ser a que concentra o maior número de registros, é também bastante sensível a variações e, por consequência, a que impacta de forma mais contundente no quantitativo e no desenho da curva de assaltos de Belo Horizonte como um todo.

Outra questão relevante diz respeito ao comportamento das curvas dos roubos a estabelecimento comercial/serviços e dos roubos de veículos. Nota-se que até 2013 a primeira modalidade apresentava um número de registros maior que a segunda modalidade. Contudo, em 2014, o número de roubos de veículos não só supera o de roubos a estabelecimentos e serviços como vai ampliando significativamente essa diferença com o passar dos anos. Nesta direção, em 2017, houve mais que o dobro de ocorrências de roubos direcionados a veículos (7332 casos) que a comércios e serviços (3368).

Embora com proporções relativamente menores, as outras modalidades de assaltos apresentam um desempenho também bastante interessante e peculiar. Os roubos a residências, por exemplo, apresentam um padrão relativamente estável ao longo da série, variando em torno de 400 a 540 casos por ano. Já no que se refere aos registros de assalto dos bens da empresa, dos funcionários e/ou dos passageiros no interior do transporte coletivo urbano, observa-se uma elevação significativa dos casos nos últimos 3 anos, tendo seu ápice em 2016, quando foi contabilizado 2757 roubos.

Apesar do quantitativo pequeno, os assaltos a bancos e casas de câmbio apresentaram uma expressiva e progressiva redução durante o período 2012-2017. Ao todo foram registrados 43 casos dessa modalidade, onde 36 deles ocorreram nos três anos iniciais e apenas 7 nos três anos finais da série. Ainda que não testada na pesquisa, uma hipótese para essa questão é que, possivelmente, dado ao aumento das dificuldades de se cometer esse tipo de crime em grandes metrópoles, os autores dessa modalidade têm se deslocado para as cidades de pequeno porte e/ou investido em outras técnicas de roubo/furto como explosão de caixas eletrônicos. Outros tipos de assaltos apresentaram uma forte e constante redução, saindo de 3992 registros em 2012 para 925 em 2017.

**GRÁFICO 2 - Evolução Anual do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados Segundo Alvo, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Além do tipo de alvo para o qual o assalto dirige sua ação, é importante saber também informações sobre quais são efetivamente os objetos roubados durante esse crime. Ao todo, os dados indicam que, entre 2012 e 2017, foram subtraídos 1.101.133 materiais durante os assaltos em Belo Horizonte. Um breve resumo descritivo desses registros indica que, em média, em cada ocorrência, são subtraídos 3,4 pertences da vítima, sendo a mediana igual a 2 e a moda a 1. A quantidade mínima de objetos roubados por ocorrência é 1 e quantidade máxima registrada foi 77, que corresponde a um caso de assalto a um estabelecimento comercial/serviço.

Dentre esse universo de objetos roubados e informados na base de dados do REDS, os mais frequentes são telefone celular (38,6%), dinheiro em espécie (19,2%), bolsa e mochila (5,4%), documento diversos / Chave / Guarda-Chuva (4%), Equipamentos/Acessórios de Informática e Telecomunicação (3,5%), Carteira / Porta Moeda (2,2%), Relógio (2%) e Equipamentos Eletrodomésticos, como rádio, tv, dvd, som etc. (1,7%). Esses oito tipos de objetos listados correspondem a 76,6% dos materiais roubados.

Em termos comparativos, se observarmos resultados da Pesquisa de Vitimização Nacional (DATAFOLHA; CRISP, 2013: 129) nota-se que, embora os percentuais não batam de forma exata ou próxima, a sequência do ranking dos objetos mais roubados no Brasil coincide em grande medida com os verificados no REDS. Em ambos os casos, dentre os objetos roubados, celulares (54,8%), dinheiro (36,9%) e documentos (17,9%) despontam como os mais citados. Em seguida, na pesquisa de vitimização, aparecem as joias e relógios (13,8%), roupas e calçados (13,4%), cartão de crédito (10%), bicicleta (7,3%) e aparelhos eletrônicos e eletroeletrônicos (22,6%).

**Tabela 5 - Distribuição do Tipo de Material Roubado nos Registros de Roubos Consumados e Tentados, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**

<b>Material</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual Válido</b>	<b>Percentual Acumulado</b>
Telefone Celular	139605	38,6	38,6
Dinheiro (moeda Nacional e internacional)	69681	19,2	57,8
Bolsa / Mochila	19570	5,4	63,2
Documentos Diversos / Chave / Guarda-Chuva	14385	4,0	67,2
Equipamentos/Acessórios de Informática e Telecomunicação	12607	3,5	70,7
Carteira / Porta Moeda	8006	2,2	72,9
Relógio	7143	2,0	74,8
Equipamentos Eletrodomésticos (rádio, tv, dvd, som etc.)	6058	1,7	76,5
Boné / Óculos	5044	1,4	77,9
Cartão Alimentação/Refeição e Vale-Transporte	4902	1,4	79,3
Brinco / Broche / Anel	3155	0,9	80,1
Colar / Cordão / Gargantilha / Pulseira / Bracelete	2994	0,8	81,0
Notebook	2774	0,8	81,7
Bebidas e Tacabaria em Geral	1575	0,4	82,2
Acessório / Peça / Estrutura de Veículo	1553	0,4	82,6
Equipamentos diversos para Escritório, Esportes e de Segura	1553	0,4	83,0
Equipamento/Ferramentas para Industria e Construção	1210	0,3	83,3
Câmera Fotográfica / Filmagem e equipamento correlato	893	0,2	83,6
Telefone	843	0,2	83,8
Utensílios de Cama / Mesa / Banho / Tecidos	412	0,1	83,9
Medicamentos / Sintéticos	348	0,1	84,0
Papeis Negociáveis / Objeto de Arte / Antiquário	252	0,1	84,1
Munição e Carregador/Municiador de Arma de Fogo	125	0,0	84,1
Combustível / Derivados de Petróleo	112	0,0	84,2
Arma Branca	106	0,0	84,2
Simulacro de Arma de Fogo (uso restrito)	43	0,0	84,2
Animais diversos	28	0,0	84,2
Drogas Ilegais	20	0,0	84,2
Colete Contra Arma de Fogo	19	0,0	84,2
Outros objetos (discriminados apenas no histórico)	57097	15,8	100,0
<b>Total</b>	<b>362113</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Uma vez analisado alguns elementos para compreender o que é roubado, é importante entender onde, ou seja, como o fenômeno se distribui espacialmente no território. Nesse sentido, dentre os bairros com maior recorrência de roubos, só o Centro da cidade concentra 6,2% de todas as ocorrências de roubos em Belo Horizonte. Em seguida, aparecem o Padre Eustáquio e

Santa Efigênia com 1,6% e 1,4%, respectivamente. Na sequência, vem Barreiro, Céu Azul e Vila Cloris, todos com 1,3%, e Santa Amélia e São Gabriel, ambos com 1,1%. Já Nova Suíça, Venda Nova, Mantiqueira, Glória, Caiçara, União, Planalto, Carlos Prates e Santa Monica perfazem 1% dos registros cada. Interessante notar que somente esses 20 bairros concentram cerca de 24,4% do total de roubos da capital, evidenciando um alto grau de concentração espacial do fenômeno.

**Tabela 6 - Distribuição do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por Tipo de Bairros, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**

Bairros	Frequência	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Centro	13173	6,2	6,2
Padre Eustáquio	3333	1,6	7,8
Santa Efigênia	3032	1,4	9,2
Barreiro	2756	1,3	10,5
Céu Azul	2735	1,3	11,8
Vila Cloris	2729	1,3	13,0
Santa Amélia	2395	1,1	14,2
São Gabriel	2356	1,1	15,3
Nova Suíça	2228	1,0	16,3
Venda Nova	2209	1,0	17,4
Mantiqueira	2184	1,0	18,4
Gloria	2180	1,0	19,4
Caiçara	2172	1,0	20,4
União	2169	1,0	21,4
Planalto	2168	1,0	22,5
Carlos Prates	2108	1,0	23,5
Santa Monica	2066	1,0	24,4

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Outro elemento importante para análise dos roubos em Belo Horizonte é saber quando o fenômeno ocorre. Neste sentido, a Tabela 05, a seguir, sintetiza a distribuição dos registros desse tipo de crime considerando o dia da semana e a hora em que ocorreram. O graduação das cores das células da tabela foram construídos para facilitar a melhor visualização dessa distribuição e segue uma lógica semelhante à usada nos mapa de calor (*Kernel*). Assim, de uma forma geral, as cores verdes indicam uma baixa concentração de eventos, as amarelas uma concentração intermediária e as vermelhas indicam uma alta concentração. Essas três matrizes de cores variam de tonalidade conforme o quantitativo de casos em cada célula para demonstrar mais nitidamente a transição entre uma cor e outra. Desta forma, a medida em que se aumenta a quantidade casos, o tom do verde escuro vai clareado e migrando para o tom amarelo que, por sua vez, vai adquirindo um tom avermelhado até chegar na cor vermelha escura, que representa o nível máximo de concentração de ocorrências.

Como é possível verificar, os eventos seguem um padrão relativamente definido de distribuição temporal. De uma forma geral, o período da madrugada – entre uma hora e seis da

manhã – é a faixa horária com a menor incidência de registros de roubos. Esse nível baixo de ocorrências se estende até por volta de meio dia e começa a se intensificar um pouco até as 17:59 horas. Todavia, é no período noturno, das 18 à meia noite, que as ocorrências de assaltos se concentram de forma mais intensa, de modo que somente essa faixa horária concentra cerca de 46% do total de eventos. Sendo ainda mais específico, é possível notar que apenas duas horas do dia, o período de 20 até as 21:59 horas, corresponde a quase 20% dos registros. Por sua vez, no que se refere aos dias da semana, constata-se que a maior concentração de registros corresponde aos dias úteis, quais sejam, de segunda à sexta-feira. Interessante notar que não há uma diferença expressiva entre a quantidade de ocorrências desses cinco dias, cada um deles apresenta uma concentração de eventos que gira entre 35.067 e 35.875 casos. No final de semana, contudo, os sábados apresentam uma recorrência de casos relativamente superior aos domingos, respectivamente, 27.476 e 22.671.



**Tabela 7 - Distribuição dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por faixa horária e dia da semana, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**

Faixa horária	Dia da semana							Total
	dom.	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	sab.	
00:00 a 00:59	1169	1026	1000	1144	1151	1200	1287	7977
01:00 a 01:59	970	609	568	606	698	741	950	5142
02:00 a 02:59	754	476	374	403	474	531	787	3799
03:00 a 03:59	692	358	279	305	350	368	602	2954
04:00 a 04:59	585	418	295	321	376	432	632	3059
05:00 a 05:59	677	736	706	761	758	774	873	5285
06:00 a 06:59	681	1048	1063	1045	1074	1085	855	6851
07:00 a 07:59	502	1017	1073	1076	1083	1079	739	6569
08:00 a 08:59	440	988	994	1039	1066	1030	644	6201
09:00 a 09:59	453	974	987	1059	983	964	645	6065
10:00 a 10:59	559	1110	1135	1190	1070	1167	770	7001
11:00 a 11:59	579	1230	1348	1355	1316	1353	906	8087
12:00 a 12:59	658	1459	1451	1479	1504	1494	990	9035
13:00 a 13:59	685	1404	1518	1564	1411	1497	1033	9112
14:00 a 14:59	759	1482	1466	1467	1476	1587	1025	9262
15:00 a 15:59	740	1556	1577	1547	1462	1574	1005	9461
16:00 a 16:59	752	1353	1439	1438	1379	1531	1004	8896
17:00 a 17:59	763	1317	1412	1425	1321	1469	1042	8749
18:00 a 18:59	972	1919	1904	2027	1847	1953	1265	11887
19:00 a 19:59	1514	2844	2817	2864	2748	2745	1930	17462
20:00 a 20:59	2143	3475	3514	3415	3435	3146	2400	21528
21:00 a 21:59	2112	3388	3398	3406	3355	3024	2380	21063
22:00 a 22:59	1935	2892	2995	2908	2897	2579	2029	18235
23:00 a 23:59	1577	1988	2046	2031	2000	2021	1683	13346
Total	22671	35067	35359	35875	35234	35344	27476	227026

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Além de “o que”, “onde”, “quando” – é importante analisar também “como ou com o quê” os roubos são cometidos. Os dados indicam que a arma de fogo é o principal meio ou recurso utilizado pelos assaltantes na realização de seus crimes, especificamente em 57,9% dos casos. Em seguida, observa-se a ameaça com 11,5%, a arma branca, 8,1%, a agressão física, 6%, e simulacro de arma de fogo, 1%. Outros tipos de meios como, por exemplo, combustível, produtos químicos, corda etc., correspondem a 15,5% do total de registros. Oportuno destacar que essa informação deve ser avaliada com maior cautela porque ela diz apenas do relato da vítima sobre o que ela viu no momento em que foi abordada. Neste sentido, é possível que dados sobre o quantitativo de armas reais pode estar superestimado e o de armas falsas pode estar subestimado. Isso porque, na maioria das vezes, dada a surpresa, rapidez e tensão causada pela situação do crime, a vítima não consegue afirmar com segurança qual tipo de arma o autor portava e, sobretudo, diferenciar se o revólver que o assaltante estava (ou afirmava estar) era verdadeiro ou uma réplica. Na dúvida, geralmente, a vítima parte do pressuposto que a arma é verdadeira e prefere não reagir e por ainda mais em risco a sua vida.

Contudo, a Pesquisa de Vitimização Nacional (DATAFOLHA; CRISP, 2013: 124) fornece informações interessantes sobre os meios e uso da força nos assaltos e abre e adiciona

um parâmetro interessante para essa questão. Segundo esses dados, no Brasil, em 56,8% dos casos, os agressores usaram armas de fogo para praticar o roubo e em 14,9% uma faca. Do total de vítimas, 6,9% sofreram algum ferimento e 3% tiveram atendimento hospitalar em função do episódio. Conforme visto, embora os dados tenham fontes e parâmetros diferentes, as informações das duas pesquisas coincidem de forma muito próxima no que diz respeito ao uso das armas de fogo e agressão física e divergem consideravelmente no que se refere à arma branca/faca.

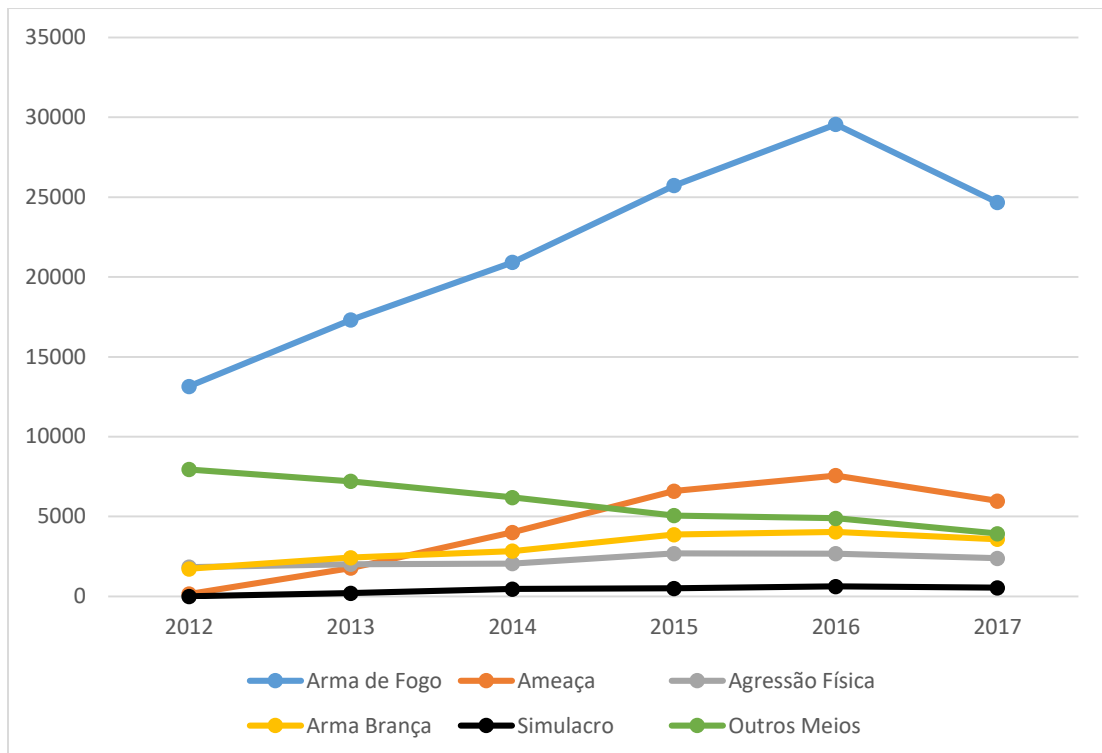
**Tabela 8 - Distribuição do Quantitativo das Ocorrências do tipo de meio ou recurso usado pelo autor para realizar o assalto, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**

Meio	Frequência	Percentual Válido	Porcentagem acumulada
Arma de Fogo	131350	57,9	57,9
Outros Meios	35226	15,5	73,4
Ameaça	26057	11,5	84,9
Arma Branca	18462	8,1	93,0
Agressão Física	13626	6,0	99,0
Simulacro	2305	1,0	100,0
Total	227026	100,0	

Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Quando observado a evolução histórica das tipos e recursos usados para o assaltante realizar o roubo, nota-se que quase todos eles apresentam um padrão de comportamento bastante similar, embora com proporções diferentes. Neste cenário, chama atenção a expressiva elevação do emprego de armas de fogo. De 2012 a 2016, o número de ocorrências salta de 13.153 para 29.1562, isto é, um aumento de 125%. Já em 2017, há uma queda em relação ao ano anterior, mas, de uma forma geral, o número de casos ainda se mantém em um patamar elevado (24.674). Comportamento análogo (porém, proporcionalmente mais marcante) é verificado nos casos de ameaça, onde a quantidade de casos salta de 147, em 2012, para 7.564, em 2016; uma variação que corresponde a um aumento de 5.046%. No ano posterior, 2017, embora ainda apresente um quantitativo relativamente alto, o emprego desse tipo de meio apresenta uma redução de 21%. O mesmo ocorre para os eventos envolvendo agressão física, arma branca e simulacro, com destaque especial para o último citado em que não houve ocorrências dessa natureza em 2012, mas apresentou, em 2016 e 2017, um quantitativo superior a 540 casos. A categoria “outros meios” foi a única que apresentou tendência constante de queda, partindo de 7.942 no ano inicial e fechando a série histórica avaliada com 3931 registros.

**GRÁFICO 3 - Evolução Anual do Quantitativo dos Registros de Roubos Consumados e Tentados Segundo o Meio Utilizado, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

Por fim, na composição desse diagnóstico dos roubos em Belo Horizonte é fundamental entender os fatores associados aos indivíduos envolvidos no crime, especialmente, sobre quem é roubado e quem rouba. Ao registrar a ocorrência no REDS, a vítima ou as vítimas de roubo respondem à algumas questões sobre as suas características sociodemográficas, bem como as do autor ou dos autores do crime. As informações sobre as características das vítimas apresentam um nível de confiabilidade maior, pois geralmente são fornecidas por elas mesmas às autoridades durante o registro. Todavia, as informações sobre os autores/suspeitos do crime demandam maior cautela ao serem analisadas pelas mesmas razões referidas sobre a questão do tipo de arma usado no assalto. Ou seja, porque não se trata de dados oriundos do processo final de investigação, apenas das impressões da vítima sobre as características de quem a roubou. Nesses termos, na maioria dos casos, por a vítima ter dificuldade de fornecer alguma informação sobre o autor, esses dados não são preenchidos. De todo modo, diante da ausência e dificuldade de se trabalhar com dados mais qualificadas e seguros, tais informações fornecem um parâmetro importante para a compreensão do fenômeno na capital.

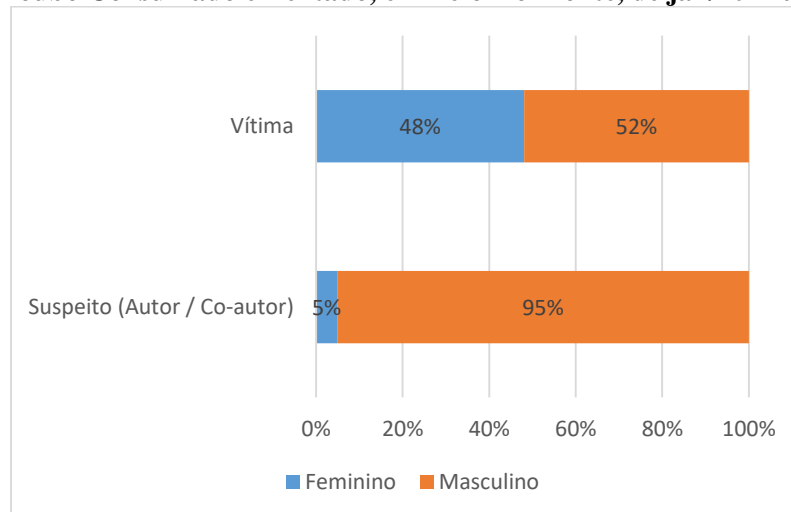
Posto isso, uma questão pertinente relativa ao perfil dos envolvidos diz respeito ao sexo dos autores e vítimas. É possível notar uma diferença muito marcante entre os dois grupos. No

caso das vítimas, há uma distribuição mais equilibrada, 48% delas eram mulheres e 52% homens<sup>12</sup>. Por outro lado, os suspeitos foram indicados como majoritariamente homens, compondo 95% dos casos, e apenas 5% como mulheres. Importante salientar uma informação que, embora com um número bastante residual, em 19 casos a vítima está registrada na base de dados como transexual masculino e em 1 caso o autor também é transexual masculino. Não se tem muitas informações adicionais sobre esse grupo. A grosso modo, é possível indicar que quase todos esses crimes tinham como alvo transeunte e que ocorreram com maior frequência em 2015.

---

<sup>12</sup> Tal informação do REDS coincide com a da Pesquisa Nacional de Vitimização, segundo a qual o percentual de homens que tiveram algum objeto roubado na vida (12,7%) também é superior ao das mulheres (9%).

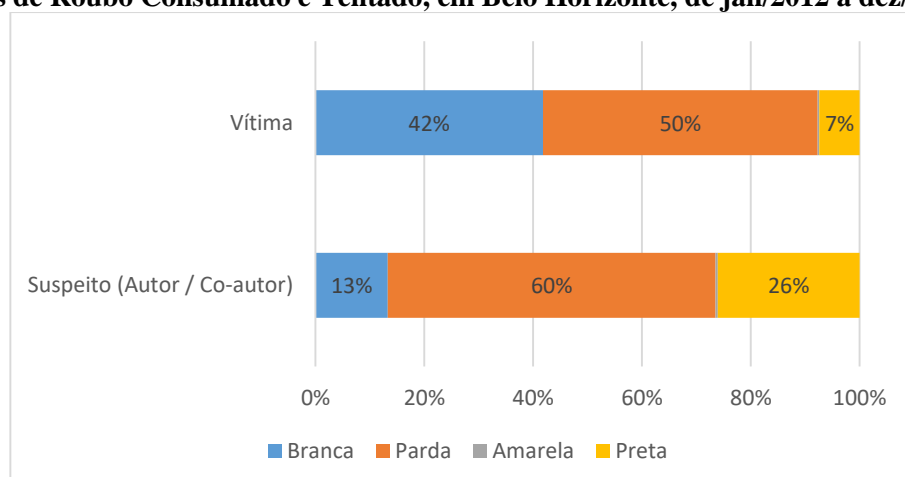
**GRÁFICO 4 - Distribuição Percentual do Sexo da Vítima e do Suspeito (autor / coautor) nas ocorrências de Roubo Consumado e Tentado, em Belo Horizonte, de jan/2012 a dez/2017**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

A raça/cor dos envolvidos nos registros de roubos também aponta para uma configuração bastante peculiar entre os dois grupos. As vítimas se classificam, quase na sua totalidade, como pardas (50%) ou brancas (42%). Apenas 7% delas se reportam como pretas. Por outro lado, a maioria dos suspeitos (autor e coautores) dos roubos é indicado como pardos (60%) ou pretos (26%). Já os brancos perfazem 13% desse universo. A partir dessas informações, é possível indicar que os autores tendem a se classificar como pardos e brancos e os autores como pardos e negros.

**GRÁFICO 5 - Distribuição Percentual da Raça/Cor da Vítima e do Suspeito (autor / coautor) nas ocorrências de Roubo Consumado e Tentado, em Belo Horizonte, de jan/2012 a dez/2017**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

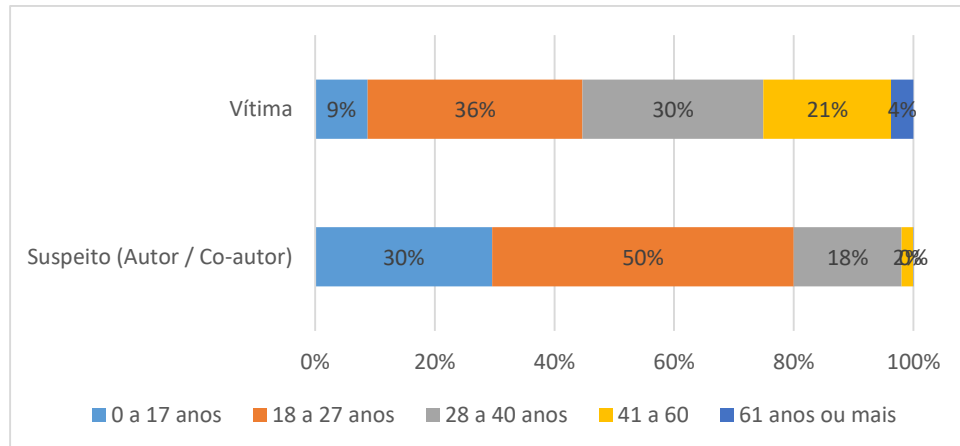
Ainda sobre o perfil dos envolvidos, os dados indicam que a idade média da vítima é de 32,4 anos, sendo a mediana 29 e a moda 19 anos. A vítima mais jovem indicada nos registros tinha zero ano e a mais velha 104 anos. Observando a faixa etária, mais de 66% das pessoas

que foram roubadas possuem entre 18 e 40 anos. Já 21,3% possuem entre 41 e 60 anos. Nos extremos, a faixa que compreende as crianças e adolescentes (0 a 17 anos) corresponde a 8,8% dos registros e a dos mais velhos (61 anos ou mais) compreende a 3,7% dos casos.

Já os suspeitos (autor e coautor) demonstram uma idade aparente relativamente mais jovem que a das vítimas. Possuem média de idade de 22,2 anos, correspondendo a uma mediana de 20 e uma moda de 17 anos. O autor mais jovem aparentava ter 10 anos e o mais velho 78 anos. Interessante notar que em mais de 50% dos casos os autores aparentavam ter entre 18 e 27 anos e em quase 30% entre 10 e 17 anos, ou seja, em mais de 80% dos casos assaltantes supostamente teriam até 27 anos. Em síntese, os dados apontam que, na maioria das vezes, os roubos envolvem um agressor mais jovem e uma vítima relativamente mais madura.

A Pesquisa Nacional de Vitimização (DATAFOLHA, CRISP, 2013: 129), fornece informações sobre o perfil das vítimas de roubos no Brasil e servem como um parâmetro importante com achados do REDS descritos acima. O *survey*, assim com os registros oficiais, aponta que o percentual de homens que tiveram algum objeto roubado na vida (12,7%) também é superior ao das mulheres (9%), bem como que a maioria das vítimas é da cor branca, 10,4%, e parda, 11,2%. Contudo, no caso da PNV a proporção de pessoas pretas vitimizadas não é tão acentuada em relação aos outros grupos como nos dados do REDS. De forma diferente ao REDS, na PNV (ibidem) a distribuição das vítimas por faixa etária segue um padrão mais equilibrado, tendo uma proporção menor de vitimização apenas no grupo das pessoas com mais de 60 anos. Uma informação interessante sobre o perfil da vítima, mas que só consta na PNV, é sobre renda familiar. Neste sentido, a maioria das vítimas são pessoas que têm renda familiar superior a três salários mínimos, sendo o grupo de maior concentração o de renda acima de 10 salários.

**GRÁFICO 6 - Distribuição Percentual da Faixa Etária da Vítima e do Suspeito (autor / coautor) nas ocorrências de Roubo Consumado e Tentado, em Belo Horizonte, de jan/2012 a dez/2017**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018

De uma forma geral, a partir da análise dos dados do REDS sobre as ocorrências de roubos tentados e consumados, em Belo Horizonte, de janeiro de 2012 a dezembro de 2017, foi possível verificar alguns padrões e outras informações importantes sobre os crimes e criminosos. Um dos pontos mais relevantes diz respeito a distribuição dos roubos no tempo e no espaço. Trata-se de crime bastante recorrente na capital mineira, em média, são registrados 104 assaltos por dia. Ao analisar a série histórica, nota-se que o número crescente e constante de ocorrências ao longo dos anos sofre uma inflexão a partir de 2016 e fecha com tendência de queda em 2017.

Os roubos a transeuntes correspondem a quase 60% do total de eventos. Veículos motorizados é o segundo alvo roubado com mais frequência, seguido pelos estabelecimentos comerciais. Na sequência, aparecem roubo de coletivos e a residência. Neste contexto, um dos achados mais interessantes foi a constatação da mudança no ranking dos tipos de alvos mais frequentes. Até 2014, os roubos a estabelecimentos comerciais e de serviços eram a segunda modalidade mais frequente de assalto. No entanto, dessa data em diante, ela sofre uma tendência de queda e é superada de forma significativa pelo roubo de veículos, que vinha em ritmo crescente. Outro ponto importante sobre os alvos é que, sendo o carro chefe, os assaltos a transeuntes são os grandes responsáveis pelas mudanças no comportamento da curva do total de roubos ao longo da série histórica analisada. Em outras palavras, essa modalidade é a responsável por puxar fortemente a média de eventos tanto para cima quanto para baixo ao longo dos últimos anos.

Dentre os tipos de objetos mais roubados, destacam-se aparelhos celulares (54,8%) e dinheiro (19,2%). O centro de BH é a área de maior concentração espacial dos roubos e abarca 6,2% do total, seguidos por Padre Eustáquio, Santa Efigênia, Barreiro, Céu Azul e Vila Cloris, com percentuais que giram em torno de 1,6% e 1,1%.

A grande concentração de roubos ocorre no período entre 19 e 23 horas, nos dias comerciais – segunda a sexta-feira. Destaque para faixa horária de 20 as 21:59 horas, que, isoladamente, corresponde a quase 20% dos registros.

A arma de fogo é evidenciada em mais de 60% como o principal meio para a realização dos assaltos, seguida por ameaça e arma branca. A arma de fogo segue um padrão semelhante à curva dos roubos a transeuntes no que se refere a distribuição ao longo dos anos - com forte ascensão até 2016 e queda em 2017. Destaque também para tendência relativamente crescente dos casos de ameaça.

Os autores são preeminentemente homens e as vítimas são homens e mulheres de forma quase equilibrada, com uma tendência maior para o primeiro. Ainda, 92% das vítimas se classificam como pardas e brancas e reportam que 86% dos autores são pardos e negros. A vítima tem, em média, 32,4 anos e o autor 22,2.

Em síntese, em média, o principal tipo de assalto é a transeunte, tendo como foco celular e dinheiro, na região do centro, no período de 19 as 23 horas, nos dias comerciais, com uso de arma de fogo. As vítimas são homens e mulheres de forma quase indiscriminada e os autores são predominantemente homens. Quase todas as vítimas são brancas ou pardas e quase todos autores são pretos e pardos. As vítimas têm em média 32,4 anos e os autores 22,2.

Nos tópicos seguintes, são discutidos os elementos centrais da tese, quais sejam, o processo de decisão, planejamento, execução e uso da força nos roubos em Belo Horizonte. Embora a principal fonte de dados sejam as entrevistas em profundidade, as informações apresentadas nesta seção e outras informações adicionais do REDS e da PVN serão incorporadas na discussão sempre que viável e necessário para melhor qualificação do fenômeno.



## 3.2 DECISÃO E MOTIVAÇÃO

Uma das dimensões do roubo avaliada nesta pesquisa diz respeito à fase inicial da ação delituosa, especificamente, o processo de decisão e os fatores que motivaram o infrator a cometer tal crime. O estudo, porém, não teve como objetivo trabalhar com os elementos etiológicos mais amplos do roubo; se interessa, unicamente, pelas situações imediatas da ação, ou seja, os fatores considerados pelos entrevistados como instigadores o suficiente para que eles cometessem o crime. Nessa direção, os resultados dos dados empíricos foram classificados em três grandes grupos: i) motivações materiais, ii) motivações alheias à vontade e iii) motivações emocionais. Cada um desses grupos apresenta alguns temas e/ou subgrupos de destaque que permitem compreender com maior qualidade as características que envolvem o fenômeno avaliado. Assim, nesta seção, a construção da narrativa se desenvolve, inicialmente, sob uma análise descritiva dos dados qualitativos e, ao final, agrega os elementos teóricos à discussão. Importante ressaltar que o banco de dados do REDS possui a variável “causa presumida”, mas, devido a sua alta inconsistência, não foi viável aproveitá-la na pesquisa<sup>13</sup>.

### 3.2.1 *Motivações Materiais*

Uma análise geral dos dados qualitativos aponta para a ideia de que a motivação dos roubos está ancorada na sedução de se conseguir dinheiro fácil, rápido e sem muito esforço. Quase sempre, esses são os argumentos mais usados por um amigo, geralmente um vizinho do bairro, para convencer o infrator em potencial a cometer ou a participar de um roubo. Essa proposta “tentadora” de dinheiro fácil é potencializada quando combinada a outros dois fatores. O primeiro deles, segundo os entrevistados, seria a chamada “cabeça fraca”, ou seja, a imaturidade de não conseguirem, naquela época, pensar cautelosamente nas consequências negativas dessa ação. Importante destacar que essa ideia de imaturidade aqui não está relacionada ao início, mas ao final da adolescência, visto que a média de idade de cometimento do primeiro roubo relatada pelos entrevistados é de 19 anos. O segundo fator estaria relacionado

---

<sup>13</sup> Trata-se de uma informação difícil de ser apurada, pois dependeria de prisão em flagrante do autor do roubo e da sua confissão livre e espontânea para os policiais no momento do registro da ocorrência. Em várias situações, o preenchimento desse campo é feito com base apenas na suposição da motivação pelo policial e/ou pela vítima. Fato é que 99% dos casos são classificados em categorias como “vantagem econômica”, “ignorado”, “outras motivações/causas”, “dificuldade financeira/cobiça”, “ações de gangues e facções criminosas” e “outros/causas comuns”.

à tensão entre as condições socioeconômicas limitadas dos entrevistados e o seu desejo latente de ter acesso a bens de consumo e a um estilo de vida hedonista. A fala do entrevistado, a seguir, resume a argumentação em questão.

Aconteceu o seguinte: já tinha uns colegas meus que já tava no ato, né, já tava fazendo aquilo, aí conheci o pó ali, conheci a maconha ali, minha cabeça foi virando, fui tomando cerveja. Colega buzinando “isso aí vai dar certo, vai pegar R\$ 2 mil pra cada, vai limpar o lugar, vai na boate, vai curtir, vai tomar whisky, vai pegar as melhor mulher, vai ir uma hora na melhor parte do motel”, e isso tudo é prazeroso de você ouvir. Você ir, você fazer, mas quando você é novo. Não é velho, quando você toma trem de cabeça, sua cabeça cresce, é melhor. Tão fazendo a ilusão porque me prejudicou bem. Eu sofrendo prejudicado, minha mãe não foi, meu pai não foi, meu irmão não foi, o juiz não foi. Fui eu. Eu perdi um ano da minha vida que podia ser alguém, podia ter uma profissão. Podia ter melhorado minha mente (ENTREVISTADO 25).

Seguindo as orientações de De Haan e Vos (2003) e Katz (1988), mais do que dizer que os crimes de roubos possuem, em sua maioria, motivação financeira, é importante avançar nessa questão no sentido de compreender um pouco melhor com o que e de que forma os entrevistados gastavam ou planejavam gastar o produto desse crime. Assim sendo, dentre as motivações materiais reveladas pelas entrevistas, é possível estabelecer dois subgrupos para análise: os ladrões que desejavam *curtir* e *ostentar* (hedonismo e prestígio social) e os que queriam levantar um capital para investir na venda do varejo de drogas.

### **Curtir e Ostentar**

O desenho de uma motivação prioritariamente materialista ganha contornos mais fortes quando observamos com o que os entrevistados pensavam em gastar o dinheiro que iriam obter com o assalto. Embora quase todos os entrevistados tenham alegado ser de origem pobre e passarem por certas dificuldades financeiras, somente dois deles afirmaram que pretendiam usar o dinheiro do roubo para comprar comida ou ajudar nos gastos da casa ou da família. Mesmo assim, um dos casos não se concretizou, pois ele foi preso em flagrante ao cometer o delito. Na maioria dos eventos, todos os ganhos oriundos do roubo tinham como propósito serem gastos quase que exclusivamente com “*curtição*” (festas, drogas, bebidas e mulheres) e “*ostentação*” de bens de consumo, sobretudo itens que garantam maior prestígio social (roupas, celulares, motos e automóveis). Alguns entrevistados usavam parte do dinheiro para viajar como turistas para outras cidades do Brasil, mas a maioria não saía da cidade de Belo Horizonte ou da Região Metropolitana. Nesse sentido, quando questionados sobre o que fariam com o

dinheiro do assalto, era comum ouvir dos entrevistados frases do tipo: “*Ia comprar umas coisas que eu tava precisando, entendeu. Umis roupas porque as minhas já estavam tudo véia. Tênis, essas coisas. Tava querendo tipo curtir a vida, sô. Com 18 anos pros bailes curtir a vida, entendeu?!*” (ENTREVISTADO 19).

Contudo, outra coisa que chama atenção não é somente os tipos de objetos de desejo dos assaltantes, mas a velocidade com que eles gastam tudo o que conseguiram com o roubo. Independente se o roubo fosse de pequeno ou grande valor, quase todos os entrevistados alegaram que nunca conseguiam guardar parte do dinheiro ou investi-lo em algo que rendesse um retorno maior em médio ou longo prazo. Como resumiu o Entrevistado 01: “*dinheiro fácil, vai embora fácil, entendeu!*”. Interessante notar que vários entrevistados demonstravam um sentimento ambíguo em suas falas, no sentido de que, ao mesmo tempo em que afirmavam que o crime não compensa, recordavam envaidecidos sobre como esbanjavam rapidamente todo dinheiro que roubavam.

Antigamente eu gastava o dinheiro mais rápido. Era um absurdo, eu gastei toda hora R\$ 800, R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, R\$ 4 mil toda hora. Então você podia curtir *as pampa*. Zoava nesse centro [da cidade de Belo Horizonte] de com força. Muita parada. Muita mulher, droga, então é muita treta nesse centro aí. (ENTREVISTADO 23).

**Entrevistado:** Não vou mentir pra você não, eu gastei o dinheiro comprando material lá pra casa, fiz um muro que tava precisando. Ajudei minha mãe também, uns R\$ 4500 pra cada. O resto tudo com puta, uísque, síndrome de pó e 25 grama do bagulho melhor. O dinheiro fácil, ele vai fácil. Da mesma forma que você rouba ele, ele vai. Se você roubou com dois segundos, você perde ele num segundo. Eu já perdi R\$ 1000 de roubo, já perdi R\$ 2000 de roubo. Perdi assim, de pôr na carteira. E... “cadê meu dinheiro?”. Da mesma forma que ele vem ele vai, não tem como. Se você tiver uma cabeça boa, se o cara tiver uma cabeça boa que ninguém te tire, ele não perde. Eu não tive uma cabeça boa, eu tenho espaço pra mim construir, mas não tinha dinheiro. E na época que eu tinha dinheiro eu não tinha cabeça.

**Entrevistador: Porque o cara não consegue fazer?**

**Entrevistado:** Eu penso que o cara tá tentado. Eu penso que o cara tá cego, tem cabeça só pra roubar. Igual eu, tinha cabeça só pra roubar, farra, mulher e droga. Você tá cego, velho! Você não estuda... moço nem roupa eu tava comprando não. Você fica cego “Ah, hoje tem Galopeira? Quanto que é, R\$ 170 pra pagar, vou pagar a sua também. Quanto que é um copo de uísque? R\$ 360? Toma! Acabou? Pega outro! Quanto que é o Chandon?”. Entendeu? “Ah, aqui é área vip? Chama aquelas duas pra mim lá que tá olhando pra mim demais”, “Ah, vou pagar R\$ 50 a mais pra elas”. Entendeu? A farra você... Eu não arrependo, cara.[...] Eu só me arrependeria se eu tivesse matado alguém. Sinceridade. (ENTREVISTADO 25).

Nesse sentido, praticamente não foi identificado entre os entrevistados um perfil puro de ladrão empreendedor, que aplicasse os lucros do crime em algo de médio ou longo prazo. Houve apenas dois entrevistados que disseram que – apesar de gastarem grande parte dos seus lucros com “curtição” e “ostentação” – conseguiram investir parte do dinheiro em algum tipo de negócio. Um deles montou uma pastelaria e outro uma fábrica de roupas íntimas. Embora

tenham ganhado altas somas de dinheiro praticando roubos e, de certa forma, terem uma preocupação em investir parte do capital, nem mesmo esses entrevistados alegam ter algum tipo de patrimônio atualmente. Tanto os assaltantes dispendiosos quanto os mais econômicos disseram passar por um momento financeiramente crítico atualmente. De forma geral, os entrevistados ressaltam que, quando vão presos, investem todo dinheiro que têm (e, muitas vezes, o que não têm) pagando advogados de defesa, subornando ou sendo extorquido pelas autoridades e/ou na sua manutenção e sobrevivência dentro sistema prisional.

**Entrevistado:** Aí o cara ganha dinheiro, só que ele toma muito prejuízo também. Então, é coisa de ilusão vê porque a maioria das pessoa que diz, às vez até você mesmo, "oh, fulano de tal, o cara é bandido, o cara tem dinheiro igual água", quem vê o cara passando numa barcona [carro grande], às vez o cara tem até uma casa mais ou menos mas é tudo ilusão que às vez o cara tem aquele carro, aquela casa que é dele, mas na hora que os homem [policial] põe a mão nele, meu fi...

**Entrevistador: Desmorona tudo o castelo, né?**

**Entrevistado:** E outra, se você for preso, se você tiver condições de pagar um advogado de dois mil, você vai arrumar um advogado de dois mil, se você tiver condições de pagar um de dois milhões, você vai, independente, que ninguém quer ficar preso não e nisso aí, se você tiver em dinheiro, em bens e tal, vai tudo embora pro advogado, fica praticamente nada pro cê. (ENTREVISTADO 02)

Outro achado importante da pesquisa é que, uma vez que o primeiro roubo foi realizado e bem-sucedido, os entrevistados alegam que a concretização dos desejos que os motivaram a cometer o crime acabou por estimulá-los a cometer outros assaltos novamente. Em outras palavras, o sucesso do primeiro assalto e o acesso a um estilo de vida que não tinham (festas, bebidas, mulheres, roupas, motos e carros) acabam por estimular o iniciante no roubo a continuar com essa prática. Como sugere a fala anterior (do Entrevistado 25) e reforça a seguinte, muitos entrevistados se referem a essa imersão na prática reiterada dos roubos como uma fase da vida em que ficaram “cegos” ou que se “viciaram” em assaltar para manter esse estilo de vida, que só foi freado com a prisão (ou após várias prisões) e, sobretudo, com a maturidade.

**Entrevistador: Quanto tempo você gastava esse dinheiro na época sua do “corre” [envolvimento com roubos] mesmo?**

**Entrevistado:** Na minha época? Eu andava com R\$ 5, 10 mil. Gastava em um final de semana. Tinha dia que eu gastava R\$ 7 mil com mulher, com piranha, puta. Chegava nos bar, fechava os bar pela porta os colega meu, nós tinha carro, nós tinha moto, Sahara, O cara ilude essa hora aí, ó. Porque ele consegue. Às vezes a família dele não consegue, a mãe dele não consegue, a família dele não dá. Tipo assim, o cara ainda é menor [...] Às vezes a mãe o pai vira alcoólatra, tipo a mãe fica dentro de casa, o pai não coloca alimentação direito, o filho quer um celular o pai não tem, o filho começa a morrer na rua aí vai lá hoje, rouba um celular, ganha uma grana de R\$ 100, R\$ 200 pra acertar um tênis, ele consegue quando tem. Aí amanhã ele volta de novo. E começa assim, quando vai olhar chega a morte ou chega a cadeia.

**Entrevistador: Vicia, cara?**

Entrevistado: Vicia. Vicia pelo motivo do dinheiro. Hoje quem não quer andar com dinheiro? Você tá aqui agora quebrado. Você vai ali, rápido, “se eu correr tudo bem”. Você vai ali e arruma R\$ 1 mil, R\$ 2 mil. No outro dia o cara não vai querer voltar não? O cara fala “puta que pariu”, aí o dinheiro acaba, que tem aquele ditado que tudo que vem fácil, vai fácil. O cara acha que o que vem fácil “ô fulano, chega aê!”, Eu era desse jeito. (ENTREVISTADO 36)

Algumas narrativas dão uma real dimensão sobre a dificuldade dos ladrões, quando imersos nesse estilo de vida da prática reiterada de roubos, de conseguirem parar “na boa”, ou seja, de usarem o dinheiro que conseguiram para levar uma vida minimamente normativa e calma, sem os riscos inerentes ao envolvimento com o crime de serem presos ou mortos. Nessa direção, quando questionados sobre porque não parou quando tinha obtido sucesso com um grande roubo ou se conheceu alguém que fez isso, um dos respondentes lembrou: *“Oh véi, tem até uma música dos Racionais que fala que ‘ninguém se regenera com lucro’. E eu acredito muito nisso!”* (Entrevistado 02). Outro relata que chegou a montar empresa promissora e viver dos lucros desse trabalho, contudo, acabou sucumbindo à tentação de realizar o que seria “o último” assalto antes de abandonar o crime e foi preso.

Na verdade isso aí é o maior engano do satanás a fita, por que o que quê é a fita? Sabe o que quê é 500 mil? Se você vier por que eu não tenho nem 1 real no bolso, mas se eu arrumar uns 200 mil eu pago eu vou comprar pra mim um golzinho queixo duro pra não chamar atenção e vou morar numa casa mais ou menos e vou montar um negócio pra mim. Eu ia lá e pegava 400 aí eu já não queria aquele gol já comprava um carro da época, uma Pajero, uma Mitsubishi, uma Mercedes, uma Kawasaki ninja aí já não morava num barraco, já morava numa mansão aí quer dizer o dinheiro já ia, aí ao invés de fazer uma compra de 500 real, já fazia uma compra de 2, 3 mil. Então nunca existe amor esse negócio de amor, é o maior engano por que, por exemplo, a uns ano de 2000 antes deu ir preso eu estava com uma loja eu tinha uma fábrica de cueca, calcinha, baby doll tudo registrado no meu nome era um nome falso por que eu tirava os documentos eu tinha facilidade de tirar um documento dentro da delegacia aí montei fiz uma marca exclusiva minha já estava bem já estava ganhando uns 5 mil naquela época eu ia começar a exportar para os Estados Unidos eu falei igual você falou: eu vou dar só mais uma pra quietar. Eu falei vou em Itabira que lá em uns 2 milhões, 1 milhão e meio lá vou lá pra pegar eu não precisava mais, mas fui dar essa aí a boa a fita agora aí acabou eu fui e perdi tudo. (ENTREVISTADO 41)

**Levantar a “boca de fumo”**

Se de um lado um grupo de entrevistados tinha como principal motivação conseguir dinheiro ou objetos de valor para consumir artigos de vestuário, festa e drogas, de outro lado um número pequeno de entrevistados cometeu assaltos com a finalidade de investir na venda

de drogas. Trata-se de um perfil muito interessante de assaltante, pois apresentam um viés empreendedor ao aplicarem parte dos seus lucros do roubo em um outro negócio, embora a forma de levantamento do capital e o tipo de empreendimento escolhido sejam ilegais. Isso porque, além dos assaltos, tais respondentes estavam envolvidos também com a venda do varejo de drogas. Assim, quando a “*biqueira*” ou “*boca de fumo*” (ponto de venda de drogas) tinha algum prejuízo, eles realizavam assaltos com o objetivo de capitalizar o empreendimento.

**Entrevistador: E como é que vocês desfazem? Como é que desfaz de um telefone [celular roubado]? Trocava na boca ou...**

**Entrevistado:** Não, não. É porque nós, além de assaltar [...] nós era as pessoas da boca, entendeu? Nós não ficava só por conta do tráfico, mas também por conta dos assaltos.

**Entrevistador: vocês faziam assalto também?**

**Entrevistado:** Assalto também.

**Entrevistador: E na boca, você trabalhava na boca?**

**Entrevistado:** Nós trabalhava na boca.

**Entrevistador: Hum. Mas por que vocês faziam os dois, assim?**

**Entrevistado:** É porque, quando a polícia vinha muito, a polícia vinha muito e prendia pessoa, prendia outros. E dava um prejuízo, tomava a droga e nós tinha que arrumar esse dinheiro para comprar droga.

**Entrevistador: Pra fazer o caixa.**

**Entrevistado:** Para fazer o dinheiro. Para, vamos supor, para comprar um quilo de maconha, comprar a cocaína, aí nós ia assaltar. E desse assalto nós levantava a boca. Comprava a droga com os fornecedores para nós vender, entendeu?

**Entrevistador: Entendi! Tá! Mas quando você começou o primeiro assalto você já trabalhava já no tráfico?**

**Entrevistado:** Não, não. Uma coisa foi levando a outra. [...] Uma coisa puxou a outra. (ENTREVISTADO 09).

### **3.2.2 Motivações Alheias à Vontade**

Embora os fatores financeiros e materiais sejam os elementos citados com maior frequência como catalizadores da decisão para roubar, a pesquisa empírica revela outros tipos de motivações que não podem ser tratadas como meramente econômicas. Dentre elas, um grupo de destaque é o dos indivíduos cuja ação não teve uma motivação proposital, pois a circunstância que ocorreu o fato foi em alguma medida involuntária ou alheia a sua vontade. Três tipos de eventos se enquadram nessa situação: o primeiro, e mais recorrente, está relacionado à questão da dependência crônica de drogas; o segundo, a dos entrevistados que até o último instante não sabiam que seus colegas iam cometer um roubo e, o terceiro, a dos que alegam quem foram incriminados injustamente pela polícia e justiça.

Nesse contexto, o primeiro grupo apresenta uma configuração especial, pois demonstra que a motivação está relacionada a um fator que foge da esfera individual ou mesmo da segurança pública e dirige-se diretamente a um problema de saúde, qual seja, a dependência química. Já os dois últimos demonstram que nem todos os casos de pessoas condenadas pelo artigo 157 do Código Penal tinham necessariamente uma motivação prévia – seja ela utilitarista ou não. Além disso, esses eventos chamam atenção para uma observação mais atenta da questão da natureza tempestiva da oportunidade dos roubos, bem como da relação do condenado com os seus amigos coautores e com o Sistema de Justiça criminal. A seguir será detalhado cada um desses subgrupos.

#### **Saciar o vício crônico de álcool e outras drogas**

Ao contrário do grupo anterior – que roubava com objetivo de levantar dinheiro para gastar com festas, drogas, roupas, mulheres etc. – um número significativo de entrevistados declarou ser dependente químico e que roubava com o único intuito de manter o vício. Importante destacar que ambos os grupos afirmaram que gastavam rapidamente tudo que roubavam, sem nenhuma preocupação de poupar para o futuro. Todavia, enquanto o primeiro grupo de ladrões relatou que usa(va) álcool e outras drogas (especialmente maconha e cocaína) de forma recreativa, como um dos elementos que compõe a “*curtição*”, os usuários crônicos utilizavam tudo que conseguiam com os roubos para saciar imediatamente o vício em drogas, sobretudo de crack e álcool. Esse tipo de perfil de ladrão é vulgarmente chamado de “*noia*” ou “*noiado*”, uma gíria que descreve o momento de “*paranoia*” no usuário causado pelo efeito ou abstinência do crack.

**Entrevistador: Saiu da escola. E me conta, você estava falando que te chamaram: “vamo fazer uma fita no ônibus”.**

**Entrevistado:** Me chamou... ai foi e me chamou a primeira vez, ai eu fique meio ressabiado, falei: “num vô não, tá?”. Falou: “não, sô, pode ir, pode confiar, tal. Vai dar certo, aqui é nata, que num sei o que...” ai eu fui com o cara e o cara era um monstro, era grandão, era negro...

**Entrevistador: Era mais velho?**

**Entrevistado:** ...era um negão lá, eu nunca vi ele ai eu... e nós usava pedra no começo, ai foi prato cheio cair nessa besteira.

**Entrevistador: A tentação foi maior, né?**

**Entrevistado:** Foi maior. Porque ai ele... ele já tinha essa prática e eu fui com ele, na garantia que ia dar tudo certo, ele fez o negócio e deu certo. Depois a vida virou.

**Entrevistador: Mas ai você pensou o que? “Com o dinheiro eu vou fazer o que?”**

**Entrevistado:** Era para usar droga. Que ai quando eu conheci ele, ele já tava usando droga no local. Ai, eu conheci ele a primeira vez... primeira vez que eu meti um assalto foi com ele e eu nunca mais vi ele.

**Entrevistador: Mas você era dependente ou era só de onda só, você usava de vez em quando?**

**Entrevistado:** Ah, eu usava, eu comecei a usar aquela época. Comecei a usar e depois não conseguia mais parar, viciiei. (ENTREVISTADO 10)

**Entrevistador: Assalto, né? E, no caso do ônibus, era sempre: pegava o dinheiro, depois gastava tudo rápido, como é que era? Você guardava alguma coisa?**

**Entrevistado:** Não, não conseguia. Era um dinheiro totalmente amaldiçoado pra mim, nunca tirei proveito disso. Era um dinheiro que me destruí, que auto me destruí eu mesmo. Porque eu num comia, eu num bebia e ficava só usando aquela droga. Parece que era um castigo, uma maldição que, as vez, eu praticava com as pessoa e hoje enxergo isso que, as vez, acontece comigo até hoje. As vez acontece alguma coisa, né, igual, as vez, já tive recaída e num aguentar e vender o celular e gastar todo o dinheiro. Mas eu já num sô igual antigamente, né, graças a Deus. Eu tenho ido à igreja, Deus tem me abençoado. (ENTREVISTADO 10)

Na maioria dos casos de usuários crônicos avaliados, é possível dizer que a dependência do crack motivou a cometer roubos, mas isso não constitui uma regra. Há relatos de entrevistados que já roubavam e, com o decorrer do tempo, conheceram o crack e só depois se tornaram dependentes. Nesses casos, a motivação – que no início da vida criminal era roubar para gastar com festas, roupas, mulheres, álcool e drogas de forma recreativa – foi evoluindo para a dependência química crônica.

Independentemente se a dependência veio antes ou depois dos roubos, quase sempre a entrada e dependência do crack são descritas como um ponto mudança significativo na vida dos entrevistados. Tal situação gerou grande impacto não somente na esfera familiar e profissional, mas também na frequência e no *modus operandi* do infrator. Ao que parece, ladrões cuja motivação do roubo é saciar a abstinência de drogas são ou tornam-se assaltantes que praticam o crime com maior frequência, menos cautelosos e, por consequência, presos com mais facilidade pela polícia. Além disso, são comuns os relatos de casos de roubo de dinheiro e



objetos de valor dos próprios familiares, algo que não apareceu nas falas dos outros entrevistados.

**Entrevistador: Deixa eu pegar aqui então a segunda fase sua. Aí você descobriu o crack.**

**Entrevistado:** Aí eu descobri o crack.

**Entrevistador: Você era todo certinho...**

**Entrevistado:** Isso, aí eu viquei no crack. Aí o crack, o que ele fez comigo, ele acabou literalmente com a minha vida social, emprego, tudo. Perdi meus filhos, não vejo mais meus filhos. Mais de seis anos que eu não vejo nenhum deles. Acabou com a minha carreira profissional que eu tinha construído pra mim, que ia ser vigilante. Trabalhei na área, o crack tomou de mim. Eu entrei em transtorno mental, aquela coisa toda, tive um afastamento...

**Entrevistador: Você roubava e trabalhava, tinha emprego fixo?**

**Entrevistado:** Fixo também antigamente.

**Entrevistador: Você fazia as duas coisas.**

**Entrevistado:** Antes do crack. Aí comecei a usar o crack, o crack começou a acabar comigo. Eu comecei a desempregar ali. Perder a confiança de todos, aquela coisa toda. Aí eu comecei a roubar muito. Ficava altas horas da madrugada no centro, o que eu via, tava com o celular, eu tava lá corria, às vezes o celular valia R\$ 10, trocava na boca e fumava. Passava cinco segundo e ia roubar de novo. Aí os homem pegava, levava, aquela coisa toda.

**Entrevistador: Tudo que você tinha aprendido, feito de certinho no crime [roubar e traficar com muita atenção para reduzir as chances de ser preso], você desapareceu por causa do crack?**

**Entrevistado:** Sim. Mas eu fiquei preso também pelo tráfico dez anos, mais ou menos isso.

**Entrevistador: Aí você começou a ter várias passagens pelo [art.] 157 por causa do crack, né?**

**Entrevistado:** Isso.

**Entrevistador: Caralho, então desestruturou você até nisso também.**

**Entrevistado:** O crack desestrutura, igual por exemplo, quando eu morava na Pedreira ali, se eu te contar lá tem delegado reformado, delegado que exerce usando crack, médico, psicólogo, qualquer classe que você pensar, qualquer classe que você pensar aí tem lá na favela. Mecânicos, engenheiros. (ENTREVISTADO 21).

O álcool e outras drogas são elementos motivadores dos roubos não apenas no sentido de conseguir dinheiro para saciar o vício ou, como no caso 3.2.1.2, investir em um ponto de venda desse produto (“biqueira”). Essas substâncias aparecem como pano de fundo de significativa parte das decisões para o cometimento dos roubos de outra forma. Grande parte dos assaltantes avaliados afirmou que, quando tomou a decisão de roubar, estava sob efeito de algum tipo de droga e que essa sua condição, em alguma medida, o encorajou a aceitar participar do crime. Todavia, em apenas dois casos o fato de terem bebido ou usado droga aparece como fator primordial para que cometessem o roubo. Em síntese, os respondentes dizem que cometeram o crime por não terem condições psicológicas de decidir participar ou não naquele momento, pois estavam tão bêbados e drogados que nem se lembravam do que aconteceu. Só

ficaram sabendo do que fizeram, no dia seguinte, pela polícia ou pelos amigos que participaram do assalto.<sup>14</sup>

**Entrevistado:** Remédio para pessoa que tem transtorno [Rupynol]. Quem não tem, vê coisas. Socaram aquilo e colocaram na bebida. Deram, nós tomamos no carro muito loucos, fumamos maconha e saímos. Fui no meu primeiro roubo sem saber.

**Entrevistador: Não lembrava nada?**

**Entrevistado:** Nada, nada, nada. Daí sempre fumava maconha, um baseado, 5 horas e pouco da manhã. Antigamente a gente podia andar a pé, à vontade, 4 horas, 5 horas da manhã. Aí saí, fui trabalhar e cheguei. No que eu cheguei, a cabeça ruim e tal, no que eu encontro a sacola no canto. Quando eu olhei tinha 20 mil na sacola.

**Entrevistador: É mesmo?**

**Entrevistado:** Tudo aquelas notonas grandes de Cruzado. Eu falei “gente, esse dinheiro todo...” [...] Mais ou menos hoje, uns R\$ 20 mil. Olhei aquilo, desci pra favela [tal] embaixo da farmácia. “Você viu dividiu o dinheiro, tal, o menino dividiu pra você o dinheiro”. Eu falei “gente, que dinheiro é esse?”, “você tava lá muito louco, babando, nós puxamos você pra frente, você querendo ir pra trás e nós jogou você pra dentro, você pulou o muro, escorou o muro e aquela coisa toda”, isso até empresa da [tal] na época, pode falar, não tem problema (risos)? (ENTREVISTADO 21)

### **Surpresa/Amigos não avisaram**

Entre as motivações alheias à vontade individual, um dos casos citados com alguma frequência diz respeito aos entrevistados que declararam não saber que os colegas iam cometer o roubo, isto é, só souberam que estavam envolvidos em um assalto no momento ou poucos minutos antes dos seus colegas anunciarem que realizariam o crime. Tais histórias seguem um roteiro relativamente comum: os entrevistados relatam que estavam indo ou voltando de algum *rolé* (passeio) com amigos e, inesperadamente, os colegas afirmaram que iriam cometer o roubo. Fato curioso é que, apesar de dizer ter sido pego desprevenido pelos amigos, grande parte deles acabou concordando com a situação e participando ativamente do fato. Apenas um dos entrevistados afirmou ser totalmente inocente no caso, não tendo nenhum tipo de envolvimento direto com o crime; ele alega que estava somente voltando para casa com as pessoas que resolveram cometer o assalto contra a sua vontade.

**Entrevistado:** Isso ai é o seguinte, que aconteceu, foi em 2004, eu conheci umas pessoas, fomos pra uma festa e tudo. Ai, lá nós bebemos pra caramba e tal. Ai, nós entramos dentro do ônibus e viemos embora. Nesse caminho, tinha um desses lá, que nem falo colega, mais é conhecido, entendeu, falou: “vamos assaltar o ônibus?” Ai, eu falei: não sô, não vamos mexer com isso não. “Vamos porque, se você não assaltar comigo, eu vou te matar ocê”. Que?! Vamos mexer com isso não... Então vamos! Eu tava ruim mesmo e falei então vamos! Ai, nós fomos, abordamos o ônibus. Ai nós acabamos de descer do ônibus, o policial foi, pegou a gente e prendeu. (ENTREVISTADO 07).

<sup>14</sup> Esse tipo de assalto será abordado novamente na próxima seção quando for discutido os tipos de planejamento dos roubos.

**Entrevistado:** Ai eu sentei numa praça assim e veio dois amigo meu com uma chave, eu lembro até hoje, com uma chave de carro, isso foi em 2015. Ai: “vamo dar um rolê ali, você sabe dirigir e eu num sei não” e esse rapaz era de menor, eu falei assim: “ ah vamo, num tô fazendo nada”. Na hora que eu fui ver, eles estavam com um carro roubado, o carro estava clonado... ai nós foi pra essa região do lado do Belvedere aqui [...] chegou lá eles falou: “para o carro”, eu fui lá e parei o carro, eles desceram... tem um deles que tava com uma i30, tem um console assim na i30, ele foi e rancou uma arma lá de dentro. Ai tinha um rapaz entrando na garagem da casa assim, eles foi e abordou o rapaz e entrou lá dentro, foi ai que eu fui preso.

**Entrevistador: E ai você viu aquilo...**

**Entrevistado:** Eu vi aquilo... eu fiquei assim: “nossa!”. Eu acabei de sair do emprego, mas assim, como eu tava com aquela raiva toda, eu cabei entrando na casa junto com eles também. Ai acabou. Ai daí pra lá eu comecei só crime, crime, crime, crime, crime. (ENTREVISTADO 16)

**Entrevistador: e como é que foi? Qual foi o motivo de você ter feito isso, você lembra?**

**Entrevistado:** eu tava lá em casa, só. Ai os meninos foi lá e me chamou eu. “Vamos lá comer um hambúrguer?” Ai eu fui com os meninos. Ai só que eles foram lá e roubou. Mas, só que eu tava com eles. Ai, eles foram lá e pegou e jogou em mim (a culpa).

**Entrevistador: a lanchonete que vocês foram comer o hambúrguer?**

**Entrevistado:** roubou foi celular, sô! [...] Pegou e saíram correndo, mas ai eu não entendi nada. Ai eu fui e sai andando normal, mas eles me pegou e falou que eu tava.[...]

**Entrevistador: E os meninos mexiam com roubo, você sabia disso?**

**Entrevistado:** ah, eu nunca soube que eles roubavam não. Isso ai...

**Entrevistador: e ninguém te livrou depois não? E pegaram eles também?**

**Entrevistado:** Pegou eles, ué! Mas eles era menor de idade, né?! Uns era de maior, outros de menor. Ai, liberou eles e ficou só eu. Eu paguei pra eles tudo. E estou pagando ainda, vindo assinar. (ENTREVISTADO 26)

## Acusados “injustamente” pela polícia

Casos de pessoas que afirmam terem sido acusadas injustamente pela polícia e justiça constituem outro grupo importante para a compreensão dos tipos de circunstâncias associadas às motivações para o cometimento dos roubos. Nesse contexto, alguns entrevistados alegaram que os policiais os prenderam como autores de um assalto que afirmam não terem cometido. Tal fato teria ocorrido por meio de um erro involuntário ou de um ato intencionalmente ilegal das autoridades para prejudicar alguém que era um dos seus desafetos. Assim sendo, apenas dois dos casos dizem respeito a uma suposta falha “involuntária” da polícia e da justiça na apuração da autoria de um roubo. Um dos casos foi um assalto a um salão de beleza, em que a vítima e os policiais atribuíram ao entrevistado a culpa do crime que havia sido realizado pelo seu irmão, que era muito parecido fisicamente com ele. No outro caso, o autor do roubo, sem dizer o tinha feito, chamou o entrevistado para sair de carro e, ao serem abordados pela polícia, ambos foram presos e condenados pelo crime que só um tinha cometido.

**Entrevistado:** Oh, esse crime ai nem foi eu que cometi. Na verdade quem cometeu o crime foi meu irmão, que já faleceu. Que daí meu irmão morreu com 27 anos, meu irmão morreu eu tinha 26... ele parecia muito comigo, então ele tava de cabelo pintado e eu também tava. Ai teve esse delito ai na onde nós morava lá, a vítima chegou e falou que era eu, uai.

**Entrevistador: Você se importa de contar essa história pra mim?**

**Entrevistado:** Não, ele chegou de tarde lá e meteu o assalto no salão lá e chegou e eu parei lá em casa lá, e chegou correndo e eu tava lá embaixo no salão de festa, né? Chegou ele e um menor e ele mandou eu correr, uai, mandou eu esconder que ele tinha metido um B.O. lá. Falando que tinha metido um assalto e mandou eu correr, falei: “num vô correr não, num posso. Foi você que roubou, uai?”, ai eu fiquei lá, uai. Ai a mulher chegou lá, já foi chegando e falando que era eu que tinha roubado ela e eu falando com ela que num foi eu, ela falando que foi eu. “Uai, então deixa então, uai. Foi eu!” Minha mãe mandou eu falar que era meu irmão, que era meu irmão, num falei não. E o sofrimento ia ser o mesmo, né véi, de se pegasse ele. Eu falei: “não. Não, tá tranquilo. A senhora só num me chama de ladrão, porque num fui eu que te roubei não, uai. A senhora vê na câmera lá, a senhora vê na câmera lá a senhora vai ver, que meu irmão ele tem um defeito no olho, ele olha assim, se a senhora vê na câmera lá a senhora vai lá que você vai ver, uai, num foi eu que roubei a senhora não”. E assim aconteceu. Foi tanto que na hora lá e no dia da audiência lá, foi todo mundo a meu favor, o síndico, foi todo mundo lá foi a meu favor. [...] Mesmo assim. Eu fui julgado e condenado. (ENTREVISTADO 06)

Contudo, o restante dos entrevistados desse grupo apontou que a sua prisão pelo roubo se deu por uma ação intencionalmente ilegal da polícia. Em dois casos bastante similares e emblemáticos, os entrevistados relatam que o fato de estarem envolvidos no tráfico de drogas quando eram adolescentes, a dificuldade de prendê-los e a insolência com as autoridades levou os policiais a atribuírem falsamente a eles um roubo ocorrido logo que completaram 18 anos de idade. Alegam que os policiais prometeram que, quando eles atingissem a maioridade, “*ganhariam de presente uma passagem de ida para a cadeia*”.

**Entrevistado:** Os policial falou bem comigo: “[nome do entrevistado], você tá dando trabalho demais pra gente, mas pode ter certeza, no dia dos seus 18 anos você vai ganhar seu presente”. Dito e feito, fiz 18 anos. Lembro como se fosse hoje, tinha acordado cedo, moro na porta do cemitério. Eu faço aniversário Dia dos Finados, dia dos mortos. Quando eu saí, rapaz, não curti nem meia hora dos meus 18 anos. O resto tudo foi cadeia.

**Entrevistador: Eles já tinham jurado você...**

**Entrevistado:** Já tinha jurado eu, dito e feito. Falei assim: “se eles não me levassem hoje, me levava uma outra hora”. Entendeu? Porque eu não ia passar batido, tava dando muito trabalho pra eles, sabe por quê? Quando eles vieram lá em casa eles nunca acharam nada. Eu falava “moço, eu tô ficando maior de idade...”, de tanto vir e não achar nada, o homem só de vir aqui e não achar nada tacava um revólver ali, tacava uma carga de droga ou pode forjar um homicídio. Eu tava doído pra já sair fora rápido. Dito e feito, no dia do aniversário eles vieram que nem boi. Os caras meteram uma fita, já aproveitaram esse embalo, já foram lá em casa. Espancaram eu, enquadraram eu e levaram eu. (ENTREVISTADO 40)

### 3.2.3 Motivações Emocionais

Para além de ganhos financeiros, alguns discursos sobre a motivação dos roubos verificados na pesquisa estão diretamente relacionados a fatores emocionais. A sensação de enfrentar a morte e o risco de ser preso, que para várias pessoas pode causar medo e repulsa, foi apontada por significativa parte dos entrevistados como um dos principais elementos que os motivaram a cometer o roubo. Conforme define um dos respondentes, a sensação de praticar um roubo é algo único, onde a *“adrenalina é muita. Tenta imaginar você pulando do penhasco sem paraquedas. É mais ou menos isso. Uma coisa que sobe adrenalina dos pés [gesto até a cabeça] pra dentro de você assim, você fala assim “pô, eu consegui, levei tudo”* (ENTREVISTADO 21). Essa adrenalina não está presente somente durante o assalto em si; ela se estende por horas, sobretudo no momento de contar o dinheiro e saber como irá gastar o que foi roubado.

**Entrevistado:** E quando você joga aquilo tudo, aquele monte de dinheiro, porra, dinheiro demais. É uma sensação muito louca, é uma adrenalina.

**Entrevistador:** Era só vocês dois.

**Entrevistado:** Só nós dois. Você não consegue dormir, você não dorme. Você não consegue dormir, só beber e fumar maconha.

**Entrevistador:** Vendo aquele tanto de dinheiro.

**Entrevistado:** E pensando o que eu vou fazer. Aí se vai pensando com a cabeça toda. Aí você espera dar de manhã cedo e você começa *“como é que eu vou guardar isso tudo?”*, aí nós já começa a separar, tanto pro cê, tanto pro cê, dividindo... (ENTREVISTADO 21)

Cometer um roubo é, antes de tudo, um ato de coragem, uma forma de tentar desafiar medos profundos, vencê-los e sair premiado e vitorioso no final. Para vários entrevistados, roubar não se trata apenas de ganhar dinheiro, mas sobretudo de vivenciar uma experiência de forte emoção, de sentir o corpo vibrar com a sensação de adrenalina e/ou provar para si mesmo e para os pares que é corajoso o suficiente para encarar esse desafio. Essa busca por adrenalina e a necessidade de reafirmar a masculinidade para os colegas e garantir maior prestígio dentro do grupo são abordados mais detalhadamente a seguir.

## **Adrenalina**

Ao contrário da maioria dos casos analisados na pesquisa, alguns entrevistados relatam que o dinheiro em si tinha pouco ou nenhum peso na sua decisão de roubar, pois não passavam por necessidades financeiras em casa. Para eles, a busca por emoção e adrenalina foram as principais motivações apontadas para cometerem assaltos. Nesse contexto, alguns enfatizam

que o prazer proporcionado pelo roubo provoca sensações tão intensas e estimulantes que acaba por criar uma espécie de vício no infrator, motivando-o a continuar com a prática.

Ah, tem pessoas que vicia né? Que gosta da adrenalina, muitos gosta de assaltar por causa da adrenalina, entendeu? Nem muito por causa do dinheiro. (ENTREVISTADO 01).

Pra curtir. Mas eu vou falar com você a verdade, eu nunca precisei do crime. Minha família é bem [financeiramente], entendeu. Foi só por adrenalina mesmo, curtição. [...] Vou falar pra você, tem gente que rouba por necessidade, tem gente que rouba por adrenalina. Eu mesmo era adrenalina, só! Gostava demais. (ENTREVISTADO 32)

**Entrevistador: É viciante?**

Entrevistado: É [...] É, tem adrenalina, quando você vê que a adrenalina é boa, você quer continuar tendo essa adrenalina. (ENTREVISTADO 15)

Essa sensação de adrenalina é algo presente em todos os assaltos narrados pelos entrevistados, independentemente da modalidade de roubo. Conforme aponta um deles, “*se for pro cê entrar aqui, se for pro cara roubar uma caneta dessa aqui, vai dar uma adrenalina no cara*” (ENTREVISTADO 01). Contudo, vários respondentes relatam que essa sensação de adrenalina e medo tende a diminuir de intensidade à medida que o assaltante comete outros roubos e se torna mais experiente. Mesmo os entrevistados que diziam ter sempre um perfil mais frio na realização dos assaltos confirmam que ficaram mais nervosos nos primeiros crimes e, com a prática, foram se tornando mais calmos.

**Entrevistador: E qual que é a sensação que você teve, assim, do assalto? É adrenalina? O que que é?**

Entrevistado: Ah dá. Eu sempre fui meio frio nesses trem, num ficava apavorado, esses trem não, agia naturalmente, sabe? Num é aquela adrenalina alta assim não, acho eu sinto mais adrenalina conhecendo uma mulher bonita do que com roubo.

**Entrevistador: Por que que cê acha isso? Desde o primeiro?**

Entrevistado: É, desde o primeiro. Mas ai depois foi ficando mais pior, né, que ai cê já cria uma experiência, ai já vai ficando mais tranquilo. (ENTREVISTADO 05)

Se para alguns entrevistados a busca pela sensação de adrenalina é uma das razões positivas que estimulam a realizar um assalto, para outros essa emoção é entendida como negativa e uma das grandes armadilhas do crime. Esses alertam que o controle da adrenalina é um dos fatores importantes para o sucesso do roubo, pois essa sensação – quando incontrolada – pode levar o infrator a cometer erros graves que o levam à prisão. Várias vezes, a simples postura e euforia do assaltante após ter cometido um crime induz o policial a presumir que ele praticou algum ato ilegal.

**Entrevistador: Você lembra da sensação que você sentiu na hora que você estava fazendo o assalto?**

**Entrevistado:** Sensação violenta, mas não foi das boa não.

**Entrevistador: Você ficou com medo?**

**Entrevistado:** Ficou muita adrenalina, muita adrenalina. Se o cara tiver problema de coração ele vai, ele vai mesmo. Aí você tá indo embora, você quer fumar um cigarro, você quer fumar uma maconha potente de tal forma que o coração tá saindo pela boca.

**Entrevistador: Com medo de estar sendo perseguido.**

**Entrevistado:** Por isso que o preso roda. Polícia tá lá tranquilo, passa o cara eufórico do lado dele. Às vezes você rouba, ele não consegue segurar a ansiedade dentro dele não. É muito esforço.

**Entrevistador: Ele se entrega.**

**Entrevistado:** Entrega, entrega. (ENTREVISTADO 25)

Mesmo passada a adrenalina, praticamente nenhum dos entrevistados afirmou que sentiu culpa ou remorso pela ação que cometeu na época que realizou o crime. No momento da entrevista, todos os entrevistados disseram estar arrependidos do que fizeram no passado. Contudo, lembram que, na época que cometeram os roubos, não pensavam nas vítimas, apenas nas vantagens e benefícios pessoais da ação. Essa ideia de frieza e dissimulação ao cometer os roubos é algo que chama muita atenção, sobretudo entre os ladrões mais experientes. Embora raros, há relatos de casos em que os infratores achavam graça da situação de pânico causado nas vítimas.

**Entrevistador: Como é que é sensação de fazer assim? Adrenalina...**

**Entrevistado:** Oh dá uma adrenalina boa e tudo, entendeu? Mas antes eu num pensava igual eu penso hoje, infelizmente a gente tava tirando de pessoas que trabalha, que luta pra ter aquilo ali, que o dinheiro que a gente tira deles, às vez é um dinheiro que tá pra comprar alguma coisa, é um remédio, pra pagar alguma coisa entendeu? Só que na época eu não pensava isso, eu queria arrumar meu dinheiro e não tava ligando quem era as pessoa e se precisava pra qualquer tipo de coisa, eu queria ganhar o meu e o resto era o resto. (ENTREVISTADO 01)

**Entrevistador: Quando você começou a fazer o primeiro assalto, você sentiu algum remorso, alguma culpa “o que foi que eu fiz?” com a sua cabeça daquela época, não na de hoje.**

**Entrevistado:** Naquela época eu não podia ter muito remorso, alguma culpa porque se acabasse tendo remorso não pegava.

**Entrevistador: E depois que passa, como é que fica? Você ficava alegre de ter feito?**

**Entrevistado:** Ficava feliz. Às vezes até ria da situação. Já teve situação já que na hora eu não ri, mas depois eu parei pra pensar e acabei rindo.

**Entrevistador: Qual situação foi essa?**

**Entrevistado:** Teve uma vez que eu fui pegar um carro, aí eu desci do carro, já desci do carro tropeçando, só que a vítima não viu eu tropeçando. Aí eu falar “desce”, aí a vítima falar assim, pedir pra tirar a família dela, aí eu falei assim “pode tirar”, só que aí eu não vi, eu só vi a pessoa correndo. Depois eu vi a mãe e a filha correndo. Aí eu entrei dentro do carro e saí. Aí quando chegou na parte depois que nós repartiu o dinheiro e os pertences que veio, já tinha guardado o carro já, o menino me falou que quando o carro do cara, o pai de família saiu correndo primeiro que a família.

**Entrevistador: Deixou a família dele toda pra trás.**

**Entrevistado:** É, deixou a família dele pra trás e salvou ele primeiro que todo mundo. E não sei se era dos Estados Unidos, só sei que ele falava meio embolado português. Ele não sabia muito muito português não (risos). (ENTREVISTADO 15)

## Provar Masculinidade

Por fim, outro elemento das motivações emocionais para o cometimento do crime de roubo está relacionado à questão de gênero, especificamente à necessidade de cometer o ato como uma forma de demonstrar coragem e masculinidade para os colegas. Esse grupo possui um perfil diferenciado, pois praticamente todos os entrevistados trabalhavam e não tinham nenhum envolvimento prévio com a criminalidade. Além disso, a decisão de roubar foi bastante impulsiva e em um momento em que a maioria dos entrevistados tinha passado por uma perda afetiva recente (término de relacionamento com namorada ou morte dos pais) e estava, portanto, muito abalada emocionalmente.

**Entrevistado:** Eu fui nas ideia deles e acabei entrando nessa pilha, fui entrando nessa pilha aí. Esses jovens que tavam sentado, levantaram pra ir embora, dois casais foram pum canto, e um casal se separou num canto sozinho e esse casal que foi sozinho era mais parrudo, era mais forte e eles falaram: “Ah então vai neles, já que você falou que você é homem e tal”, eu num tava armado nem nada, nem uso essas coisa, e eu falei “Eu vou mostrar pra vocês que eu vô, e eu vou mostrar pra vocês que eu vou sim, ainda mais que eu tava revoltado, que eu perdi meu relacionamento e aí que eles gostaram. “Ah então, eu quero ver”. E nisso... (ENTREVISTADO 04)

**Entrevistador: Ai vocês decidiram na hora.**

**Entrevistado:** É!

**Entrevistador: É esse aqui, vamos subir nesse aqui mesmo?**

**Entrevistado:** Isso! Eu estava indo embora pra casa. Pior burrada da minha vida.

**Entrevistador: E você resolveu fazer por que foi desafiado?**

**Entrevistado:** É! É! “Você não tem coragem. Vamos, sô! Você é bundão. Vamos, sô, se não vamos pegar você e quebrar você todinho!” [disseram os colegas]. Não, sô, não vou fazer isso não e tal. (ENTREVISTADO 07)

**Entrevistado:** [...] eu tava em casa, arrumando casa, aí eu desci pra jogar bola numa pracinha que a gente tem, tinha costume de jogar, aí tinha um colega meu lá que falou que precisava de roubar um dinheiro e tal, foi falou que ia roubar e eu tava com dinheiro no banco, que eu fazia um curso pelo projeto providência e ganhava 300 reais por mês, fazia curso de culinária ganhava 300 reais por mês e eu tinha esse dinheiro. Só que aí ele duvidou de mim e pra mostrar que eu era corajoso, fui com ele, aí acabou que eu fui preso. (ENTREVISTADO 28)

Esta seção teve como objetivo compreender quais circunstâncias ou fatores tornam alguns indivíduos motivados a roubar, bem como se os assaltos a alvos diferentes implicaria necessariamente motivações diferentes.



Apesar de o roubo ser classificado como um crime violento contra o patrimônio, os dados da pesquisa revelam que as circunstâncias ou fatores considerados pelos entrevistados como instigadores o suficiente para que eles cometessem o crime não são meramente econômicos. De uma forma geral, as circunstâncias ou fatores que tornam algumas pessoas motivadas a cometer o roubo estão associados tanto à busca de questões materiais quanto não materiais. Tais resultados são evidenciados, em grande medida, com a literatura analisada. Contudo, os dados também divergem das teorias em alguns pontos e trazem elementos novos para o debate.

No que se refere ao grupo das questões materiais, a busca por dinheiro e objetos de valor de forma fácil e rápida para o dispêndio com “*curtição*” (festas, álcool, drogas e mulheres) e com bens de consumo que dão prestígio (roupas, celulares, motos, veículos etc.) constitui mais da metade das motivações citadas pelos autores de roubos entrevistados na pesquisa. Tais situações são amplas e poderiam ser compreendidas e abarcadas dentro da perspectiva da Escolha Racional, pois os atos são intencionais e deliberados e foram cometidos com a intenção de beneficiar o agressor (CORNISH; CLARKE, 2008: 25). No entanto, a perspectiva da Cultura de Rua apresenta maior lastro com os resultados da pesquisa, visto que entende que a decisão de cometer um roubo está muito mais associada à questão do imediatismo emocional da ofensa e seus benefícios para o estilo de vida do infrator do que em uma análise minimamente criteriosa dos custos e recompensas da ação. Em outras palavras, os trabalhos de Shover e Honaker (1992) e Wright e colegas (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; WRIGHT, DECKER, 1997; JACOBS; WRIGHT, 1999) trazem evidências mais claras e diretas de que as decisões para o cometimento de roubos estão imbuídas em aspectos culturais do agressor, direcionadas a questões hedonistas de viver e aproveitar os prazeres da vida intensamente, sem se preocupar com as consequências. Nesse grupo, todavia, destacam-se ainda alguns casos especiais, em que os assaltantes realizam roubos com o objetivo de conseguir dinheiro para investir no tráfico de drogas e ampliar seus lucros em curto ou médio prazo – situação verificada de forma residual, mas que tende a ser mais alinhada com a Abordagem da Escolha Racional do que com a Cultura de Rua.

Não obstante, os dados demonstram outros tipos de razões e circunstâncias que motivaram a ação dos assaltantes que não são necessariamente consideradas materiais. Dentre elas, ressaltam-se questões de natureza emocional e cultural, tais como a busca por adrenalina ou a necessidade de provar a masculinidade e conseguir aceitação entre os pares. Esse tipo de descrição é corroborado sobremaneira com os trabalhos de Katz (1988), FitzGerald, Stockdale e Hale (2003), Wright, Brookman e Bennett (2006: 6-11) e Feeny (1986: 55-59).

Além disso, destacam-se os casos de motivação alheias à vontade individual. Nesse grupo, os casos mais emblemáticos dizem respeito aos dependentes químicos cuja motivação era unicamente conseguir dinheiro e/ou objetos de valor para saciar o vício crônico em álcool ou crack. Essa situação foi verificada de forma marginal no trabalho de De Haan e Vos (2003) e Petrović; Deljković e Mujanović (2011), mas apresenta destaque especial nos estudos de Conklin (1972), onde o autor cria duas tipologias específicas para o caso: os ladrões viciados e os ladrões alcoólatras. Os dois outros tipos de motivação alheia à vontade não foram verificados na literatura analisada. Todavia, trazem outros elementos importantes para o debate porque se referem a uma situação em que não houve uma motivação *a priori* para ação, uma vez que os entrevistados afirmam que não cometeram o crime pelos quais foram responsabilizados. Nesse grupo, enquadram-se as situações em que eles alegam terem sido acusados injustamente pela polícia e os eventos em que os respondentes não sabiam que os amigos iriam cometer um assalto naquele momento que estavam juntos.

Diante disso, seria possível dizer que o ataque a alvos diferentes implicaria, necessariamente, motivações diferentes?

A literatura aponta que ladrões de determinados tipos de alvos tendem a ter motivações específicas. No caso dos ladrões de rua, por exemplo, eles frequentemente buscam dinheiro de forma rápida para gastar com curtidão e bens de consumo e, ainda, ganhos emocionais (adrenalina, maior prestígio dentro do grupo). Já ladrões de estabelecimentos comerciais também são hedonistas, porém, menos dispendiosos, ou seja, tendem a gerenciar minimamente os ganhos oriundos dos roubos e não zeram completamente suas reservas para não ter que realizar impulsivamente outro roubo. Nesse caso, os ganhos financeiros têm maior peso que os emocionais (WRIGHT, DECKER: 1997; MORRISON, O'DONNELL, 1996).

Conforme apontado na seção anterior, é difícil estabelecer esse tipo de relação entre a motivação ou planejamento do roubo e o tipo de alvo, pois os resultados da presente pesquisa apontam que não há um ladrão especialista em uma única modalidade de roubo. No universo pesquisado, um único autor comete, ao longo de sua trajetória criminal, vários tipos de roubos e/ou outros crimes, salvo os casos em que o entrevistado cometeu um único roubo e foi preso.

Todavia, se considerarmos a motivação apontada pelo entrevistado em seu primeiro roubo, podemos notar que praticamente não há diferença entre as motivações relativas aos roubos direcionados a transeuntes e a estabelecimentos comerciais. As proporções de respondentes que cometeram roubos por razões materiais, compulsórias ou emocionais nos dois tipos de roubos são bastante próximas. Em última instância, é possível dizer que as motivações materiais são ligeiramente mais comuns nos roubos a transeuntes do que nos a estabelecimentos

comerciais e as motivações emocionais são mais comuns nos assaltos comerciais do que nos a transeuntes, ao contrário do verificado na literatura. As demais modalidades de roubos avaliadas (ônibus, automóvel, residência e caixa eletrônico e agências de valor) apresentaram poucos casos, o que fragiliza sobremaneira qualquer tipo de análise nessa direção. Um único adendo para a relativamente grande frequência de roubos a ônibus coletivos cujos autores tinham como motivo saciar a dependência crônica de drogas.

Uma vez discutidas as circunstâncias ou fatores tornam alguns indivíduos motivados a roubar, na seção seguinte, são tratadas as questões relativas ao planejamento e execução dos roubos.

### 3.3 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DOS ROUBOS

Posto que o ladrão está decidido e motivado a cometer o roubo, a ação subsequente seria o planejamento do ato, isto é, a criação de um plano minimamente estruturado para alcançar seu objetivo. O planejamento é motivo de particular preocupação para os criminologistas por causa de suposições de racionalidade do infrator e, mais especificamente, da crença de que as definições sobre o que e como roubar dependem das capacidades objetivas de processamento de informações dos infratores.

É importante destacar que os processos de planejamento dos roubos pelos ladrões podem envolver outros elementos não abordados no presente estudo. Além disso, não há a pretensão de reproduzir neste momento uma suposta sequência lógica das etapas de preparação para o roubo. A formatação aqui proposta é apenas uma estratégia metodológica desenvolvida no sentido de compreender algumas decisões importantes no processo de planejamento dos crimes de roubos.

O objetivo proposto nesta seção é, portanto, entender: como os ladrões pensam e executam seus roubos? Em medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados?

A ideia é tentar um caminho alternativo e analisar os roubos não a partir de diferentes processos de racionalidade, mas de diferentes processos de planejamento. O foco é compreender como os assaltantes planejam os roubos e o que eles levam em consideração para conseguir seu objetivo. Não se tem a pretensão de concluir se determinado tipo de ação é mais ou é menos racional que outros, apenas compreender em que medida os planos ou as estratégias criadas para conseguir roubar determinado alvo são pautados em critérios mais organizados e menos improvisados ou vice-versa.

Nessa direção, foi possível construir, a partir da análise dos dados, quatro tipos de configurações segundo o grau de planejamento estabelecido para a execução dos roubos: 1) roubos nada planejados; 2) roubos pouco planejados; 3) roubos médio planejados e 4) roubos muito planejados. A seguir são apresentadas cada uma delas.

### ***3.3.1 Os Roubos Nada Planejados: “No impulso, na fissura, na loucura”***

Uma das características mais marcantes dos casos de assaltos avaliados na pesquisa é o baixo grau de planejamento dos seus autores para a execução desses crimes. Contudo, alguns casos refletem níveis tão críticos de pouca organização para o cometimento do roubo, que merecem uma atenção à parte. Tais situações dizem respeito a ações tomadas por atores que estavam sob forte crise de abstinência ou sob efeito do uso excessivo de álcool ou crack – não permitindo sequer que eles se lembrem de detalhes sobre o ato. A condição da física e psíquica desses entrevistados, no momento do roubo, era tão debilitada que torna inviável terem desenvolvido algum tipo de organização ou sistematização das suas ações para realização do crime. Mais do que um impulso, tais delitos foram cometidos em um momento de desespero e extremo transtorno dos entrevistados e, portanto, fogem de qualquer tipo de enquadramento mínimo de racionalidade da ação. De acordo com os dados das entrevistas, é importante destacar que grande parte desses crimes foi cometida por dependentes crônicos de drogas (obviamente), sozinhos e tinha como alvo transporte coletivo urbano, transeuntes ou estabelecimentos comerciais. Os meios preponderantes utilizados para a realização do crime foram faca e uso de força física.

Nesse cenário, a descrição de três eventos de roubos envolvendo três alvos e tipos de drogas diferentes ajudam a compreender essa situação. No primeiro caso, o entrevistado, em desespero por abstinência de droga, entrou sozinho pela porta da frente de um ônibus qualquer, levantou a camisa e mostrou a faca para a cobradora. A funcionária, sem resistir, passou 150 reais para o assaltante. Ele desceu no ponto seguinte e foi imediatamente preso. Quando perguntado se ele tinha feito algum tipo de plano antes, ele respondeu: “*nenhum, nada! Foi por causa do crack, da droga*” (ENTREVISTADO 17). O segundo caso é de um entrevistado que era viciado em álcool e que, quando ficava embriagado, perdia totalmente o controle e quase sempre se envolvia em alguma confusão. Em uma dessas vezes, ele acredita ter roubado o celular de um desconhecido por imaginar que o aparelho era seu e querer ligar para mãe.

Eu não lembro, depois que eu fiquei sabendo. Depois que eu bebo só Deus que sabe. No outro dia que o povo fala comigo “o CFP você acredita que você fez isso, isso e isso?” [...]

Mas o que que aconteceu... 11 horas da noite quando minha mente tava voltando... eu tava querendo ligar pra minha casa, só que eu vi um cara com um telefone, um cara grandão. Ai eu disse “perdeu!”, falei com ele. Ai, peguei o telefone dele. Ele me deu a carteira e eu disse que não quero sua carteira, quero só o telefone... eu cismeiquei que o telefone era meu, não sei porque eu peguei o telefone dele. Só sei que eu peguei o telefone dele, me deu a carteira e eu disse não quero sua carteira. [...] Ai, eu peguei o telefone dele, atravessei a rua e disse: desce uma [bebida] pra mim ai. O cara só viu,

chamou a polícia e os caras pegou eu sentado no bar. Isso eu fiquei 1 ano e 6 meses preso. (ENTREVISTADO 14)

Já o último evento apresenta o caso de um entrevistado que estava há vários dias usando cocaína sem parar no centro de Belo Horizonte e, do nada, resolveu assaltar sozinho um posto de combustível. Em seu relato, abaixo, é possível notar que ele não realiza praticamente nenhuma avaliação sobre os riscos e benefícios da ação, nem mesmo se preocupa em ter uma arma ou um plano de fuga rápido. Esses três respondentes foram facilmente presos pela polícia em flagrante, condenados e ficaram mais de um ano e meio presos em regime fechado.

**Entrevistador: O primeiro que você fez, você já “rodou” [foi preso]?**

**Entrevistado:** Deu um desastre...

**Entrevistador: Mas me conta como você planejou esse aí.**

**Entrevistado:** Eu tava no centro, tinha cheirado, tava uns três dias que eu tava cheirado. Aí eu falei “sabe de um negócio, vou naquele posto ali”.

**Entrevistador: Daqui do centro mesmo?**

**Entrevistado:** É! A pé! Aí cheguei nele e falei pro cara “me dá, passa”, o cara me deu a nota. Aí fui eu chapado pro trabalho e tal, eu fui subir pra cima lá do XXIII ali, aí veio guarda municipal, um bocado de parada, não deu ouvido não, pegou eu. A pé! A peção.

**Entrevistador: Só que sem arma nem nada.**

**Entrevistado:** Tinha nada.

**Entrevistador: Aí você não tinha nem planejado como você ia fazer pra correr.**

**Entrevistado:** Nem nada disso.

**Entrevistador: Olhou pro posto, falou “é esse mesmo”?**

**Entrevistado:** Isso mesmo. Muito usuário de droga.

**Entrevistador: Caramba. Aí você pegou e foi preso com esse...**

**Entrevistado:** Fui preso com 157 e ainda com entorpecente, que eu tava com entorpecente na hora que fui pego.

**Entrevistador: Aí você ia pegar esse pra usar mais, né?**

**Entrevistado:** Na época eu tava muito desnorreado, eu cheirava demais, minha vida tava tipo... eu tava revirado.

**Entrevistador: Muito em função da separação?**

**Entrevistado:** É, mais ou menos isso aí também, mexe muito com o psicológico do cara. Perde tudo. Maior complicado [...] Muito, sai desorientado no mundão. Fala “foda-se, o que dá pra mim é isso mesmo”, você desgosta mesmo e já era.

**Entrevistador: Você foi pego em flagrante, foi pra delegacia e de lá foi pro CERESP?**

**Entrevistado:** Em flagrante. Foi, e eles correram atrás. Foi frentista, foi polícia, pegou tudo nós lá.

**Entrevistador: Quando você teve de dinheiro que você pegou, você lembra?**

**Entrevistado:** Mixaria, R\$ 800 e poucos (risos). (ENTREVISTADO 23)

Importante destacar que roubar sob efeito forte de substâncias alucinantes é algo que tende a ser evitado pelos entrevistados que não são dependentes químicos. Todos eles entendem que isso eleva sobremaneira a chance de o roubo dar errado – serem presos, morrerem ou matarem a vítima. Todavia, isso não significa que eles só cometam os crimes totalmente sóbrios. Os dados da pesquisa indicam que essa regra é seguida de forma mais séria apenas pelos ladrões mais experientes. Em vários eventos, os entrevistados alegam que tinham feito uso de álcool e outras drogas pouco tempo antes da decisão de cometer o roubo pela primeira vez, mas não a ponto de perder totalmente a consciência e o controle de suas ações. Como

apresentado anteriormente, o uso de drogas de forma recreativa é algo comum e recorrente entre quase todos os respondentes, faz parte da cultura de rua ou do estilo de vida que orienta o comportamento da maioria dos ladrões – como aponta Wright e Decker (1997) e vários outros pesquisadores.

Nesta seção, analisou-se os casos de roubos cometidos sem pensar, durante uma crise de abstinência e/ou sob forte efeito de drogas – situação que, na linguagem dos próprios entrevistados, é descrita como “*no impulso, na fissura, na loucura*”, respectivamente. Tais achados foram verificados também de forma residual nas pesquisadas de De Haan e Vos (2003) e Petrović; Deljković e Mujanović (2011) e encontram uma correlação muito grande com as descobertas de Conklin (1972). Para o autor, o desespero pela droga dos ladrões viciados, na maioria das vezes, pode resultar em uma seleção descuidada de alvos, elevando suas chances de serem presos. Entretanto, enquanto o meio mais comum utilizado pelos ladrões da presente pesquisa é a faca e a força física, no caso dos ladrões norte-americanos estudados por Conklin o meio mais frequente é a arma de fogo, fato que possivelmente está relacionado à maior facilidade da população como um todo possuir uma arma nos Estados Unidos que no Brasil. Oportuno destacar, além disso, a forte correspondência entre o segundo exemplo apontado nesta seção e a descrição do Ladrão Alcoólatra de Conklin (*ibidem*). Em ambos os casos, ladrões com esse perfil não são assaltantes de ofício, mas o seu envolvimento no roubo e outras atividades criminais está relacionado ao consumo excessivo de álcool. Eles não procuram uma vítima e raramente empregam uma arma. Frequentemente, esses crimes ocorrem em situações de oportunidade de assalto, sem uma reflexão prévia do autor. Esses indivíduos são menos cuidadosos e, portanto, apanhados com mais facilidade pela polícia. Não possuem nenhum compromisso com o crime, embora quase todos já tenham participado de pequenos roubos.

Casos extremos de ações completamente impulsivas como essas foram raros nos relatos dos entrevistados, porém, são importantes para demonstrar a multiplicidade de tipos de processos cognitivos e práticos que envolvem a categoria dos crimes de roubos. Nos demais casos avaliados na pesquisa, é possível perceber a presença de algumas ações com níveis maiores de organização na realização dos assaltos em comparação aos descritos acima. Na seção a seguir, é apresentada a análise dos casos que, ainda que rudimentar, possuem algum grau de planejamento.

### **3.3.2 Os Roubos Pouco Planejados: “A ocasião faz o ladrão”**

Dentre o universo de casos de roubos relatados pelos entrevistados, é possível afirmar que a maior parte deles descreve ações executadas com pouco ou médio grau de planejamento. Isso significa dizer que, na maioria das histórias observadas, a forma como os entrevistados se preparam para realizar os roubos foi mais pautada na impulsividade e na oportunidade do que em um processo minimamente organizado e estruturado de avaliações, decisões e ações. Basicamente, nesses casos, o processo de decisão, o planejamento e a execução do crime é realizado num espaço de tempo muito curto – geralmente todo esse ciclo dura poucos minutos, algumas vezes até segundos.

Esse baixo nível de sofisticação para realização do crime, amparado sobremaneira na ideia de oportunidade, não o torna menos complexo de ser analisado. Ao contrário, torna as categorias fluidas e abre espaço para uma variedade de contextos, alvos, estratégias e ações que envolvem os assaltos e seus autores. Nesse cenário, dentro da noção de oportunidade presente de forma central nos discursos dos entrevistados para a realização dos roubos, é possível estabelecer dois grupos: um em que o infrator não estava motivado e a oportunidade surge e “motiva” o infrator a cometer o crime e outro em que o infrator queria cometer o crime e saiu à procura de uma oportunidade para concretizar seu objetivo. Dentro de cada um desses grupos, é importante apresentar algumas variações fundamentais nas formas como os assaltos são desenvolvidos. Para tanto, o primeiro grupo corresponde ao que definimos como roubos pouco planejados e o segundo (a ser discutido especialmente na próxima subseção) foi classificado como de médio planejamento.

Posto isso, o grupo de roubos com pouco planejamento apareceu de forma significativa entre os eventos narrados pelos entrevistados. Essa configuração é composta por aqueles fatos em que os respondentes alegam que o roubo ocorreu de forma muito rápida, praticamente sem planejamento e em um curto espaço de tempo. Argumentam que, em determinado momento, se depararam com uma chance inesperada de conseguir dinheiro fácil (ou outro tipo de vantagem) que foi “*quase impossível*” desperdiçá-la. Geralmente, a decisão de cometer o crime é tomada na hora; muitas vezes, estavam apenas voltando de uma festa ou comendo em uma lanchonete quando viram uma oportunidade e, diante da pressão do grupo, resolvem abordar as vítimas para roubá-las. Para definir essa situação, alguns entrevistados usam o conhecido jargão “*a ocasião faz o ladrão*”.

Lá no Mega Space, longe, de lá nós viemos embora, né? Eu desanimei de ficar lá, eles trouxeram, que nós tava de moto, né? Eu tava de garupa, no carona, aí nós viemo parar



aí no [nome do bairro], numa lanchonete. Sentamos lá, pedimos lanche, todo mundo comeu, um amigo meu pagou pra mim o lanche, tal, chegou, sentou uns jovens lá, tudo bem, boa pinta, com as menina, né? E eu nem tava nem notando que chegaram e sentaram lá. E nisso, esses que tavam de frente pra eles, eu de costas, né? Pra esse pessoal que chegou, meus amigos tava de frente pros cara olhando pra eles falou: “Oh lá, esses jovem *playboy* aí, vamo pular neles, vamo roubar eles”! (ENTREVISTADO 04)

A maior parte dos entrevistados abarcados nessa configuração é de jovens, em duplas ou mais, que usaram a força física (puxão ou gravata) para pegar o celular ou bolsa de algum transeunte. Embora seja um crime cometido por autores com crimes ou atos infracionais anteriores (sejam roubos e/ou outros tipos de crimes), para uma significativa parte deles esse foi o primeiro e último crime que alegam ter cometido, pois foram presos em flagrante. Nesse contexto, se enquadram mormente os já referidos casos em que o entrevistado disse que não sabia que os amigos iriam cometer um roubo e, de modo semelhante à vítima, também foi pego de surpresa com a ação.

**Entrevistador: Rapidinho? E que que é que roubaram?**

**Entrevistado:** Telefone, bolsa.

**Entrevistador: Telefone. Viu a menina passando na rua, cês tavam andando e ai deu o pulo na bolsa dela?**

**Entrevistado:** Deu o pulo, puxô o telefone da mão dela.

**Entrevistador: Era de noite ou de dia?**

**Entrevistado:** Era de tardezinha.

**Entrevistador: Foi na hora de saída da escola?**

**Entrevistado:** Ai eu tava com eles, ai dava pra mim correr também, né, véi? Ficasse pra trás, de qualquer forma já ia ser julgado, né? Eu meti o pé também.

**Entrevistador: Ai os homem [polícia] correram atrás de você? Como é que foi?**

**Entrevistado:** É, aí teve um cara que tava perto lá, que ele é de lá do morro, entendeu? Aí ele foi e pagou de herói assim. O bicho correu atrás dos menino. Aí, foi rodando, foi rodando, eu fiquei sem saída, os homem [policiais] foi e me pegou eu.

(ENTREVISTADO 24)

Importante destacar que não se trata de uma configuração composta apenas por roubos de celulares e baixas quantias de dinheiro de pessoas que transitam pelas ruas ou dentro dos ônibus. O que está em questão não é somente o valor e os produtos roubados, mas o grau de planejamento e organização anterior para a realização do roubo. Nesse sentido, um evento interessante é o de uma tentativa de assalto iniciada em um estabelecimento comercial e concluída em um ônibus. O entrevistado relata que estava em um supermercado comendo um salgado e viu duas pessoas sacando uma quantia alta de dinheiro no caixa eletrônico. Então, ele entendeu aquela cena como uma ótima oportunidade para cometer um roubo e começou a planejar como atuaria “durante” a observação dos passos das vítimas. Pensou em questões muito práticas, basicamente como iria abordar as vítimas e como fugiria. Ao ver que as vítimas

entraram em um ônibus, o entrevistado rapidamente definiu sua estratégia de atuação: entrou no mesmo veículo, rendeu o motorista e anunciou o assalto. Contudo, surpreendentemente, a vítima antecipa a ação, reage ao assalto e acerta o infrator na barriga com um tiro de arma de fogo.

**Entrevistado:** Sabe o [nome do supermercado]? Eu tava vindo, era 9 horas da manhã. Tinha acabado de fumar um chá [maconha], tranquilo, tava com um 32 [revólver]. Aí entrei lá comer um salgado e tomar um suco. Aí tô lá comendo na lanchonete assim e veio dois caras. Um de terno e outro com a jaqueta. Ele veio, foi, sacou no caixa eletrônico e começou a contar. Só passou pro cara de jaqueta e o cara só guardou no envelope. E eu comendo o salgado e de olho ali. E pensei, como eu vou fazer isso. Esperei, esperei e pensei, se eu enquadrar ali, eu vou pegar, mas pra onde eu vou correr? Eu não estava de moto, não tava de carro, não tava de nada. Vou esperar eles saírem. Aí, eles saíram e eu fui atrás deles. Aí, eles parou no ponto de ônibus. No ponto de ônibus tinha duas mulher e um cara. Aí, na hora que eu tava chegando, o ônibus veio, tá ligado. Aí, ele entrou e sentou no segundo banco atrás do motorista. Entrou mais duas mulher e o cara. Aí eu abordei o motorista, tá ligado, “perdeu é um assalto!” Quando eu fui olhar o cara, ele já tava assim [arma apontando] e pá! Aí me acertou aqui e eu pá, pá, pá!

**Entrevistador: dentro do ônibus?**

**Entrevistado:** dentro do ônibus. Aí ele tipo desacordou e eu desci correndo ali pro rio Arrudas. Aí ele acordou e deu mais 2, pá, pá, e eu dei mais um, pá! Aí, eu falei, nú. Aí dentro do ônibus ele continuou. Aí que que eu pensei, vou voltar ao contrário correndo. Aí, os agentes da PIEP [Penitenciária Feminina próxima ao evento], da de maior lá, pegou eu, apertou assim ne mim. Me enquadrou. Aí eu falei, tô baleado. Tomei foi tiro, ff. (ENTREVISTADO 32)

Toda essa configuração, aqui descrita como roubos de baixo planejamento, tem forte aderência com o que a literatura atesta sobre os crimes de rua, ou seja, roubos em que o caráter espontâneo e impulsivo se sobrepõe quase totalmente a um esforço cognitivo de realização de cálculos de custo-benefício. Conforme apontam, com frequência, os ladrões só sabem que o crime acontecerá quando seus colegas já iniciam a ação. A maior parte dos infratores estabelece que sua ação foi resultado de uma vontade súbita de obter um bem material, em situações como se deparar com alguém com um objeto que desejam quando estava caminhando despreziosamente pela rua. Trata-se de um modelo mais evidente de roubo por oportunidade (CLARKE; FELSON, 1998; ALARIDL; BURTON; HOCHSTETLER, 2009; WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; CONKLIN, 1972).

### ***3.3.3 Os roubos de Médio Planejamento: “Boiou, perdeu!”***

Conforme apontado, o terceiro grupo é constituído por eventos reportados pela maioria dos entrevistados. Tais casos, ainda que forma rudimentar, são relativamente menos impulsivos

e apresentam um grau de planejamento levemente superior ao descrito anteriormente, aqui classificados como roubos com grau médio de planejamento. Tratam-se dos casos em que os atores saíam motivados a cometer um ou mais assaltos. Contudo, é importante destacar que a vontade de cometer esse crime se traduzia, em termos claros e estratégicos, apenas em uma definição de quem participaria do roubo (sozinho ou com coautores) e do bairro ou região onde atuariam. Embora de forma difusa, os infratores tinham, em alguma medida, uma ideia prévia sobre quem ou quais objetos seriam roubados, sobre como fugiriam e/ou a função de cada um dos integrantes no crime.

O local escolhido para o cometimento do crime varia. Entretanto, antes de entrar na especificidade de cada modalidade de roubo, é importante destacar uma das regras amplamente reconhecidas entre os ladrões (mesmo entre os iniciantes) sobre os locais onde é não permitido roubar. Independentemente do tipo de alvo, praticamente todos os entrevistados apontam que não se pode assaltar no bairro em que mora, pois nesses territórios há uma chance maior de ser reconhecido por algum morador. Com efeito, outra regra é nunca roubar em áreas onde há presença de tráfico de varejo de drogas minimamente organizado. Geralmente, nesses territórios, os traficantes locais não permitem roubos por duas razões principais: primeiro por ser considerado moralmente inaceitável subtrair um bem de algum morador que é pobre e conhecido, sobretudo se for parente ou amigo de um dos criminosos. Segundo, porque a vítima pode chamar a polícia para a área e, por consequência, causar prejuízo para o comércio de drogas, afastando a clientela e aumentando o risco de os traficantes serem presos ou terem drogas, armas e dinheiro apreendidos. Fato também verificado no estudo de Grillo (2013) no contexto das favelas do Rio de Janeiro. Alguns entrevistados da presente pesquisa afirmam que, em vários aglomerados, há uma gradação das punições, de modo que *“se você roubar lá dentro, primeiro você é “mijado” [é chamado atenção, toma uma bronca], segundo já é o couro [surra], o terceiro já é o cemitério [morto]”* (ENTREVISTADO 12).

Todavia, esse tipo de gradação de avisos para, em último caso, chegar a atentar contra a vida do assaltante desobediente [*vacilão*] não constitui uma regra. Neste contexto, um entrevistado apresenta um relato bastante interessante sobre o conflito e tensão que vivenciou ao assaltar uma casa lotérica em um aglomerado de Belo Horizonte notadamente controlado pelo tráfico de drogas. No caso em questão, o entrevistado e os seus parceiros eram moradores de um aglomerado e foram assaltar o estabelecimento em aglomerado vizinho. Os traficantes locais, ao passarem em frente e verem que a casa lotérica estava sendo roubada, imediatamente, atiraram nos assaltantes. Os ladrões, por sua vez, revidaram com mais disparos e conseguiram fugir sem serem feridos. Contudo, os traficantes localizam o entrevistado e exigem que ele

devolvesse o dinheiro que roubou, caso contrário seria iniciada uma guerra entre eles. Após uma negociação, o entrevistado convence os traficantes que só poderiam devolver 5 mil reais dos 35 mil que roubou e a questão foi apaziguada. De modo inusitado, o que se desenhava para um desfecho trágico e letal, terminou com uma proposta de parceria entre os grupos envolvidos em outros empreendimentos criminais.

Entrevistado: Era perto da [aglomerado X], aí nós roubamo, entramo no estabelecimento, pulei a questão cai de bunda no cofre. Aí ficou dois lá fora e dois lá dentro. Eu e o [parceiro 1] lá dentro, era eu e o [parceiro 2] e o [parceiro 3] lá fora. Nessa você sabe o que aconteceu? Dois cara passou armado de moto na Serra e deu tiro pro nosso lado. Pow, pow! Não vai roubar aê não, sô, desgraça! Nessas que os cara deu o tiro nós virou “Nossa, é os hõmi” eu já pulei, peguei as gaveta, peguei o dinheiro, peguei Tele Sena, Raspadinha, fui jogando tudo dentro da sacola, pulamo. Nós pulamo, véi. É Deus, os cara já assim “perdeu, perdeu, não vai roubar não”, os menino que tava do lado de fora começou a trocar com eles. Nós tava armado. Os cara “pow, pow”, “nós tá no corre, sô, nós tá no corre, sô, não vai dar corre não, nós é [aglomerado Y]”, “pow, pow”, já começou a correr. Guardaram tudo, foi e entrou pra dentro do carro. Pra quê? Taxista veio foi assim, taxista e esses dois cara. Ô, foi doido demais, mano. Foi cabuloso. E os cara “para, para que nós temo que desembolar”, “pode parar nada não, se vocês dar tiro, nós vamo dar tiro também”. Foi pro [aglomerado Y], fi. Os cara foi atrás de nós.

Aí os cara falou “Como vocês roubou de nós R\$ 35 mil, os nossos patrão tá querendo conversar com vocês lá. Se vocês não for lá ele falou que vai vim cá caçar vocês”. Eu falei “ó, não vou devolver dinheiro, se eu for morrer eu morro” falei desse jeito, “não vou devolver o dinheiro, roubei dentro da lotérica se você chamar os homem pode chamar, eu vou preso, mas não devolvo o dinheiro não”. Aí os cara foi e chamou. Aí os cara foi e falou assim “Você é doido, sô? Antes eu faze ruma cena dessas perto aqui, sô, chega em nós na biqueira dando ideia que você vai roubar. Rodou dois menino meu ali, quem vai pagar as armas, as droga? Vai ser vocês? E aí, como é que nós vai fazer, rodou por causa de vocês que chamou atenção dos polícia roubando aí. Vocês nem moram aqui, rapaz, vocês não tem que roubar aqui não. Vocês dá sorte, sô, que não tinha parente meu dentro da lotérica senão era guerra. Era guerra e vocês não iam sair vivo não. Eu falei “pô, nós tá no corre, Zé, nós tá devendo um cara aí, Zé, R\$ 20 mil, aí começou a inventar que tava devendo os outro R\$ 20 mil pro cara liberar nós, aí o cara foi e pediu R\$ 5 mil, o patrão lá pediu R\$ 5 mil, falou “Não quero saber não, se vocês não dar R\$ 5 mil pra mim é guerra, se vocês não mandar o dinheiro pra mim em 48 horas é guerra”. Aí, nós foi e falou “aí, Zé, vamo pagar esse cara, Zé”. Você é doido, os cara mais pesado que nós, os cara dono dos lugar, os cara dono de biqueira, dono de tudo. Aí nós foi e tirou, dos R\$ 35 mil tiramo R\$ 5 mil e deu ele. Pra você ver como é que é a coisa, como é o dinheiro, o dinheiro compra as pessoas. Sabe o que o cara falou com nós? “Ow, Zé, tem uma fitinha ali pela ordem, vocês não quer roubar não, pertinho”. O dinheiro compra o cara, sô. Aí nós foi e falou assim “não, nós parou, moço”. (ENTREVISTADO 25)

Uma vez esclarecido essa questão sobre o local do roubo, é importante destacar que, de uma forma geral, com a exceção dos roubos a estabelecimentos comerciais e a agências bancárias e casas de câmbio, todas as outras modalidades de roubos ressaltadas pelos entrevistados nesta pesquisa (transeunte, ônibus, residência e veículos) foram realizadas com a preponderância configurações se enquadram na lógica de médio planejamento. Dessa maneira, é importante analisar os possíveis padrões e divergências das estratégias e ações desenvolvidas

pelos ladrões para a realização dos roubos considerando os diferentes tipos de alvos, quais sejam, roubos a transeuntes, estabelecimentos comerciais, ônibus, residência e automóveis. A ideia é compreender as circunstâncias e o que os indivíduos levam em consideração quando cometem roubos a esses tipos de alvos.

### **Transeuntes**

Como apontado anteriormente, de acordo com os dados do REDS, os roubos a transeunte correspondem a mais de 58% do total de assaltos que ocorreram em Belo Horizonte entre janeiro de 2012 e dezembro de 2017. Ao conciliar essa informação com os dados qualitativos, é possível verificar que esse tipo de roubo é também a modalidade em que a configuração “roubos com médio grau de planejamento” ocorreu com maior frequência. Com base no REDS, o principal meio utilizado nos casos dos roubos a transeuntes é a arma de fogo (48,1%), seguido pela ameaça (15%), arma branca (10%) e agressão física (9%). Os autores são, em sua maioria, homens (95%), da raça/cor parda (60%), com idade entre 18 e 27 anos (48%).

Nesse contexto, a ideia de sair pelas ruas de uma determinada área para roubar quem estava “*boiando*” foi um dos discursos mais recorrentes nas falas dos entrevistados que compõem esse grupo. “*Boiar*” ou “*dar mole*”, no jargão dos criminosos, significa ficar desatento ou mais vulnerável em relação ao zelo dos bens pessoais – como falar ou manusear o celular, aguardar dentro do veículo, exibir joias, bolsas e outras coisas de valor em contextos pouco seguros. Um entrevistado descreve como ele realizava esse tipo de procedimento e abordagem quando assaltava quem estava *boiando*.

É, tava mostrando o telefone, tirando uma selfie, tá com o telefoninho fora do bolso, só passo, encosto a faca, “perdeu”, eu pego telefone, carteira, tudo de valor. Vai tirando cordão, brinco, anel, tudo caladinha. Só com a faca encostada nela ali [região inferior das costas]. Ela vai sem reação nenhuma, te dá e acabou, você coloca no bolso e vai embora. Pega a faca, coloca do lado da região assim e vai apertando um pouco. (ENTREVISTADO 40)

Esse tipo de assalto sofre algumas variações, mas, a grosso modo, consiste em ir a um determinado local – sempre fora do bairro ou vizinhança onde residiam – encontrar uma vítima que estivesse *boiando* e realizar um ataque surpresa e rápido. Esses dois últimos elementos são fundamentais para o sucesso da ação. Conforme aponta um entrevistado, “*O cara entra em choque. Aquele choque do [art.] 157, a mesma coisa quando tira o revólver pra você, já põe assim no seu rosto, “quieto!” Você toma aquele impacto, aquela coisa toda ali. É isso que*

*torna 157, ser muito agressivo e te deixar imobilizado” (ENTREVISTADO 21).* Em alguns casos, os infratores sentaram e aguardaram uma vítima passar, outros avistaram a vítima e a perseguiram por alguns metros para então atacá-la. Já em outros, os ladrões se deparam com a vítima e imediatamente a atacam. O número de integrantes por ação varia substancialmente, há casos de ofensores solitários e de grupos com até 10 integrantes – os popularmente conhecidos *arrastões*.

Nessa perspectiva, a escolha dos alvos dos roubos de transeuntes é pautada por informações rápidas e superficiais, onde o maior critério é a aparência e vulnerabilidade da vítima. A ideia de vulnerabilidade aqui não está associada necessariamente à questão física e ao sexo da vítima. A maior parte dos entrevistados afirmou que não fazia distinção se o alvo era mulher ou homem ou se era fisicamente forte ou fraco, pois confiavam que a arma utilizada e, em alguns casos, a superioridade numérica de criminosos durante a abordagem eram suficientes para intimidá-lo. Importante destacar que alguns respondentes afirmaram que não roubavam ou evitavam roubar mulheres com a justificativa de que elas costumam ficar apavoradas, gritar e chamar atenção em demasia – fato não corroborado pelos dados do REDS, que indicam que, no caso dos roubos a transeuntes, há um número maior de ocorrências com vítimas mulheres que homens, 54% e 46%, respectivamente.

De uma forma geral, de acordo com os entrevistados, é possível dizer que o perfil médio dos alvos preferidos dos ladrões de rua seria o homem, jovem, com características e vestimentas de classe média, transitando em áreas ou pontos de maior concentração de pessoas, lojas e serviços. Não por acaso, muitos dos autores desses roubos direcionavam suas ações para regiões próximas a escolas particulares e universidades. Tais informações são corroboradas com as informações do REDS, que possibilitam obter uma dimensão ampliada e quantificada do perfil médio das vítimas de roubos a transeuntes em BH como um todo: prioritariamente homens (54%), pardos (49%) e brancos (43%), de 18 a 27 anos (41%), que transitam por áreas com grande circulação de pessoas e bens de valor e concentração de comércios e serviços, como *shopping centers*, hospitais/Centros de Saúde e universidades e escolas, notadamente nos bairros Centro (8,3%), Santa Efigênia (1,7%), Vila Clóris (1,4%), Padre Eustáquio (1,4%), Céu Azul (1,4%), Barreiro (1,2%), São Gabriel (1,2%) e Nova Suíça (1,1%).

**Entrevistador:** E no caso do 157 tem essa questão de oportunidade também. Eu fico pensando, como descobre que a pessoa tem dinheiro, que aquilo ali tá fácil e que ela vale a pena ser roubado?

**Entrevistado:** Às vezes as pessoas é mais pela aparência por trás da pessoa.

**Entrevistador:** Homem, mulher tem diferença assim?

**Entrevistado:** Eu nunca gostei de roubar mulher. Mulher é muito escandalosa.

**Entrevistador: É mesmo?**

**Entrevistado:** Nossa, mulher grita demais. Você tá doido, mulher dá esparro demais.

**Entrevistador: O cara que não tem coragem de matar a pessoa...**

**Entrevistado:** Aí é embaçado, ele prefere sair. Não tem coragem não.

**Entrevistador: Então seria homem, com cara de *playboy* mais ou menos...**

**Entrevistado:** É, isso aí. Por aí. O bairro também, localidade que a pessoa anda. (ENTREVISTADO 34)

Além da aparência, a postura corporal e gestual da vítima é indicada por alguns entrevistados com maior trajetória criminal como um elemento que os permitia ter maior confiabilidade se a pessoa carregava ou não algo de maior valor. Assim, gestos como guardar o celular, colocar a bolsa junto ao corpo, tampar relógios e outros objetos de forma rápida e apavorada são entendidos pelos infratores como um atrativo adicional para o roubo. Alguns respondentes relatam que, quando esse tipo de situação acontecia, gerava neles uma grande revolta e então assaltavam a vítima mais por se sentirem ofendidos pelo gesto, entendido como “preconceituoso”, do que pelos bens propriamente ditos.

Nessa direção, um entrevistado explica que uma das formas de se prevenir esse tipo de situação é exatamente evitar transparecer esse tipo de nervosismo e insegurança quando a pessoa se encontrar numa situação similar. A recomendação é que, quando pressentir que irá ser assaltado num ponto de ônibus, por exemplo, a vítima deve guardar o celular tranquilamente e cruzar os braços e ficar com um semblante sério, passando um sinal de extrema segurança. Esse tipo de postura, segundo o respondente, já levou ele e seus colegas a desistirem da ação.

Primeiro, antes de te roubar, ele vai te analisar seus passos, de como você anda, o que você faz, a forma que você está. Geralmente eu conheço pessoas que já tão no ponto de ônibus, ela encosta, procura um pilar, uma marquise e encosta. Ela não fica com o fone. Tá mexendo no celular, mas ela tem uma maneira de segurar o celular. Dependendo da forma que a pessoa tá vindo, você já sabe “opa”, você também não tem que guardar correndo. Você não tem que mostrar pra ela que você tá com medo, totalmente. Tem que guardar, mexeu, guardou, cruzou o braço. Por que o cruzar do braço? Porque quando você cruza o braço, você não tá nem aí. “Pode vim”, entendeu? Serve pra você também na vida, cruza o braço, você cruzou o braço “não tô nem aí, pode vir”. O “tô nem aí” daqui. Igual se você tá relaxadão, você tá de peito aberto, um maneirão, porta tranquilamente. Não precisa nem olhar de novo pra lá. Você vê que tá vindo, você guarda tranquilamente, cruza os braços e deixa o cara. Como se diz “não sou bobo”. Aqui de braço cruzado você tá dizendo que ele não vai te intimidar. Muitas vezes no crime, quando a gente vai meter 157, a pessoa faz isso naturalmente e a gente já sabia um pouco. Desistia e vai embora.

**Entrevistador: O fato de ser mulher ou ser homem...?**

**Entrevistado:** Que seja. Não. Porque se a mulher cruzou os braços, tipo assim, aquele negócio também deixa pra muitas pessoas, eu quando tava nesses trem do crack, já roubei bolsa, já roubei celular, preso tudo por causa disso. Era um tal de...

**Entrevistador: Esse susto já pega, né?**

**Entrevistado:** Aí não tem R\$ 1000, mas uns R\$ 200 tem. Ali no 157 ele nunca joga pra R\$ 1000, 2000, 3000 não. Uns R\$ 200 ela tem que ela tá assustada, no mínimo.

**Entrevistador: Que é que ele espera num crime de rua, mais ou menos uns R\$ 200?**

**Entrevistado:** É, mais ou menos isso. R\$ 150 a R\$ 200. Vai saber se ela tem na bolsa. (ENTREVISTADO 21)

Nesses tipos de assaltos de transeunte com grau médio de planejamento, têm-se como foco principal, normalmente, roubar pertences da vítima que estão à vista. Segundo tanto as entrevistas quanto os dados do REDS, o patrimônio mais visado nos roubos a transeunte é o aparelho celular (43,1%), seguido por dinheiro (15,7%), bolsas e/ou mochilas (6,7%) e joias (3,1%). Caso o infrator tenha oportunidade de levar todos esses objetos, ele assim fará. Conforme destacam Clarke e Felson (1998: 5-6) e Cohen e Felson (1979: 591), tais objetos contêm as características que elevam o risco de ser alvo de um crime de oportunidade, quais sejam, Valor (o produto desperta desejo material ou simbólico para os ofensores), Inércia (é pequeno, leve e fácil de carregar), Visibilidade (está exposto e chamando atenção dos ofensores) e Acesso (possui poucos dispositivos para dificultar sua remoção e oferece baixa capacidade das vítimas resistirem aos ataques com ou sem armas). Por sua vez, os respondentes indicaram outras questões interessantes sobre esses objetos e as suas preferências.

Há uma ideia geral entre os entrevistados de que o roubo de celulares está muito atrelado aos usuários crônicos de crack, pois trata-se de um objeto que pode ser trocado facilmente por essa droga nas conhecidas “biqueiras” ou “boca de fumo”. Todavia, embora isso seja confirmado pelos próprios usuários, houve casos de não dependentes que também tinham como alvo preferido aparelhos celulares. Importante ressaltar que, quando revendido, tal produto chega a custar, no mercado ilegal, no máximo a metade do valor do modelo novo do aparelho. Contudo, se o ladrão é um dependente crônico e tentar revender ou trocar esse aparelho por drogas, o traficante costuma ser “menos generoso” e pagar entre 10% e 20% para esse tipo de cliente.

**Entrevistado:** A coisa que cê rouba, cê vai chegar na boca de fumo. Na bocada, cê num vai ter o valor legal que cê vai querer, né? E a pessoa também às vez que fazer aquilo ali mais é no efeito da droga, ai num tem jeito. Num tem valor nenhum...

**Entrevistador:** Um celular que vale 1.000, na boca vale quanto?

**Entrevistado:** Eles paga é R\$ 200,00 ou menos, num tem valor nenhum.

**Entrevistador:** E pro usuário aquilo já tá bom demais, que ele já vai poder usar?

**Entrevistado:** Nossa, pegou R\$ 100,00 ali, pra ele é um dia inteiro fumando e aquilo vai acabar, com certeza.

**Entrevistador:** Nem se pra isso tomou tiro e morreu e pra ela aquilo ali valeu a pena?

**Entrevistado:** É, acabou. Dando o último trago, o que tiver ainda pra ele tá usando... o foco dele é aquilo ali, infelizmente. Isso ai é todo viciado. O cara vende tudo, o cara nunca tem nada, o cara acaba com tudo. (ENTREVISTADO 10)

Outros entrevistados alegaram não gostar de roubar aparelhos celulares, preferem cordão e outros objetos de ouro ou prata. Para eles, apesar de serem lucrativos, celulares podem ser bloqueados e inutilizados – o que os levam, algumas vezes, a ter que devolver o dinheiro ou



“arrumar” outro aparelho para o comprador. Já as joias podem ser facilmente vendidas em pontos de compra e venda de ouro e prata tanto na forma original ou derretida. Fato importante é que, geralmente, os autores desse tipo de roubo não têm expectativas de conseguir grandes valores em dinheiro em espécie com essa ação, acreditam que conseguirão por volta de R\$150 ou R\$200, no máximo. O conjunto de objetos encontrados (celular, relógio, correntinha de ouro etc.) ou a quantidade de roubos realizada é que podem potencializar os ganhos. Geralmente, todo o lucro conseguido com roubos dessa natureza é rapidamente trocado por drogas e/ou gasto em festas, mulheres e roupas, conforme apontado anteriormente na seção sobre a motivação e decisão para cometimento do roubo e reforçado pela abordagem da Cultura de Rua (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; JACOBS; WRIGHT, 1999; WRIGHT; DECKER, 1997).

**Entrevistador: E pra vender esse objeto é difícil também.**

**Entrevistado:** Não, tem muita gente que compra.

**Entrevistador: Mas as bocas eu sei que troca por droga, mas vender o objeto paga muito barato.**

**Entrevistado:** É sim, geralmente é metade do preço.

**Entrevistador: O fato da pessoa estar com algo que chama muito a atenção... que chama atenção além dessa leitura de estar armado? Que objeto pode ser roubado, no caso de rua?**

**Entrevistado:** Cordão. Ouro, prata.

**Entrevistador: Relógio?**

**Entrevistado:** Relógio.

**Entrevistador: Se tivesse um cordão de ouro e um relógio já valia a pena?**

**Entrevistado:** Já valia a pena.

**Entrevistador: Pessoal tá falando muito de celular, andar com celular, essas coisas.**

**Entrevistado:** Celular eu já não gostava de roubar muito porque é coisa pouca. Dá dinheiro, só que é muito pouco e muito arriscado.

**Entrevistador: o cordão de ouro é mais valioso?**

**Entrevistado:** É. Depende do cordão. Ou você derrete e faz o ouro ou você vende inteiro. Ele tem essa vantagem, mais fácil que o celular. E celular muita gente pode até comprar, mas tem alguns que bloqueiam depois de um tempo. Acaba que você tem que devolver o dinheiro. Ou devolve ou não devolve. Ou então arruma outro telefone, aí é mais complicado. (ENTREVISTADO 15)

Dentre as questões contextuais, uma das poucas coisas levadas em consideração pelos ladrões na hora do ataque era ter um policial militar ou civil (um dos casos citou também a Guarda Municipal) ou um “*super-herói*” por perto. Segundo os entrevistados, esse *super-herói* seria um cidadão civil ou policial à paisana “*que pode correr atrás*” do infrator para recuperar o bem, agredi-lo e/ou até matá-lo ao presenciar o crime. A presença desses “guardiões” foi o único fator consensual entre os ladrões de rua capaz de fazê-los abortar uma ação. Câmeras de vigilância nas vias públicas, por exemplo, poderiam até gerar um certo cuidado adicional para o cometimento do crime (como uso de bonés e outros tipos de disfarces), mas nunca foi apontada como um impedidor ação. Nesse sentido, o ambiente ideal para o roubo é sempre aquele com pouco movimento de pessoas e veículos, por isso uma inclinação maior dos

entrevistados a assaltarem mais durante o turno noturno. Tal evidência é confirmada pelos dados do REDS, que atestam que a maior concentração de ocorrências de roubos a transeuntes acontece das 18 horas à meia noite, de segunda a sexta-feira. Oportuno reforçar, no entanto, que esses cálculos não foram realizados com muito cuidado e atenção pelos entrevistados, quase sempre tudo é feito de forma intuitiva e rápida.

**Entrevistador:** Falando assim do perfil. Como é que é o perfil de gente que... Como é que você escolhia uma pessoa pra roubar? Tinha um perfil de gente que você falava “Essa que eu vou”, ou “Essa eu num vou”...

**Entrevistado:** Não, era o seguinte: Igual assim, você olha pum lado, olha pro outro e num vem uma viatura ou então não tem nenhum *super herói*, aí é onde que a gente ataca, né? Eu não, atacava, né? (ENTREVISTADO 12)

**Entrevistador:** Tem esse negócio de ser de dia ou de noite? Você fazia esse tipo de cálculo? Assim, de dia é melhor...

**Entrevistado:** Ah, eu preferia à noite.

**Entrevistador:** Por que à noite?

**Entrevistado:** À noite é menos *super herói*.

**Entrevistador:** *Super herói* que cê fala é alguém que pode...

**Entrevistado:** É. Que pode correr atrás.

**Entrevistador:** Correr atrás... Já correram atrás do cê? Já alguma vez?

**Entrevistado:** Ah, não, eu já gostava de uma rua não movimentada, pra eu já fazer e dá minha fuga. (ENTREVISTADO 12)

Por se tratar de um crime pouco planejado e pautado em aproveitar a oportunidade naquele momento, é possível notar que, nesses casos, os entrevistados não investiam muita energia pensando em rotas de fugas. Na maioria das vezes – quando a pé e em dupla, trio ou mais, cada um dos infratores fugia para um lado diferente. Mesmo nos raros casos em que estavam de motocicleta ou carro, não havia um planejamento sobre como isso seria. A ideia era apenas montar no veículo e sair correndo após a ação.

Alguns casos relatados pelos entrevistados sintetizam e demonstram o caráter bastante inconsequente e pouco criterioso nos roubos direcionados a transeuntes. Eles relatam casos que saiam “*no louco, na doida*” de moto roubando todos que viam que estavam “*boiando*” pelo caminho, em sequência, sem se preocuparem com os riscos da ação “*... aí nós pegou e saiu lá fora [nas ruas do bairro], roubando telefone, tudo que nós via, sem arma sem nada. É, e de moto, tudo que nós via na, tipo assim, passando na rua “boiando” nós parava e roubava*”. (ENTREVISTADO 02). “*Agora nós não. Nós já saia metendo roubo em qualquer um, em vários estabelecimentos, misericórdia, mas graças a Deus me libertou. Isso aí é muito doido, isso aí era o que a gente fazia, um atrás do outro. Esses cara é doido demais*”. (ENTREVISTADO 34). De um modo geral, o medo de ser preso é reduzido ou adormecido diante de uma alta expectativa de sucesso da ação.

## Estabelecimento Comercial e de Serviços

Em termos objetivos, conforme indicado anteriormente, os assaltos a estabelecimentos comerciais e de serviços correspondem a 14,3% do total dos registros de roubos ocorridos em Belo Horizonte, de 2012 a 2017, e constituem a terceira modalidade de assalto mais frequente na capital.

Embora em proporção menor que nos assaltos a transeuntes, narrativas de crimes cometidos com grau médio de planejamento foram verificadas com frequência nos casos de roubos a estabelecimentos comerciais. Nessa situação, os entrevistados dizem que saíam intencionados a roubar algum estabelecimento comercial num perímetro definido. Todavia, não tinham necessariamente definido um tipo específico de comércio, se, por exemplo, atacariam um restaurante, padaria ou supermercado. Além disso, na escolha desse alvo, eles levam poucas informações em consideração; basicamente observam a possibilidade de uma rota de fuga fácil e fazem uma análise superficial e momentânea da quantidade de clientes presentes, seguranças e de dinheiro que aquele estabelecimento teria naquele momento. Todo o processo de decisão, o planejamento e a execução desse tipo de crime em questão é realizado num período muito curto, geralmente poucas horas ou minutos.

De acordo com os dados do REDS, o perfil médio dos autores de roubos a estabelecimentos comerciais é de homens (95%), jovens, com idade de 18 a 27 anos (54%), da raça/cor parda (65%) e preta (25%), portando arma de fogo (74%). De forma complementar, as entrevistas dão conta que essa modalidade criminal é cometida prioritariamente em dupla, sendo que no mínimo um dos autores portava arma de fogo. A narrativa do entrevistado abaixo resume esse processo.

**Entrevistado:** Eu precisava de dinheiro pra comprar roupa, esses trem entendeu? Aí eu encontrei com um colega meu e tudo, e ele foi falar “tem uma fita ali, se você quiser ir a gente vai”, aí eu fui com ele, tudo, aí assaltamos lá o posto...

**Entrevistador:** Mas você escolheu o posto, como é que foi? Ele falou o posto, “nós vamos em tal posto, tal hora?”

**Entrevistado:** Não. Não escolheu não, nós foi, foi andando, andando e viu o posto que tava mais fácil, tava mais vazio, e fomo nele fazendo o que tinha que fazer...

**Entrevistador:** Fizeram a fita. Como é que... aí vocês olharam, o que vocês avaliaram na hora que vocês viram o posto? Você disse que tá mais vazio, o que mais que vocês olharam pra poder escolher aquele mesmo?

**Entrevistado:** Nós olhamos primeiro. E vimo os frentista, vimo que eles tava com uma quantidade de dinheiro bom no bolso e aí pra não ir mais longe nós falamos “vamos nesse aqui mesmo”, que é mais perto e mais perto de dá fuga. E fomo...

**Entrevistador:** vocês estavam a pé?

**Entrevistado:** Nós tava a pé. Nós tava a pé e tava armado... É, com revolver. Aí fomo, metemo o assalto, aí na hora que nós tava quase vindo embora, ali perto do Madre Gertrudes, a polícia vai e cerca a gente e [...] eles foi e pegaram, me bateram e tudo, me levaram lá pra... na época era o DOPCAD, me levaram pra lá, aí fiquei de um dia pro outro, minha foi lá tudo, pra me tirar lá, eles num...

**Entrevistador: Você tinha dezesseis anos?**

**Entrevistado:** É. Bateram ne mim demais. Aí saí e tudo, aí depois dei um tempim, aí com dezenove anos fui e cometi esse outro assalto aí.

**Entrevistador: E quanto de dinheiro que tinha, você sabe?**

**Entrevistado:** Ah, só comigo tinha oitocentos e poucos reais, com o outro menino também tinha mais uma quantidade de seiscentos e pouco e o outro menino conseguiu ir embora com os restante do dinheiro, tinha acho que mil e setecentos real, dava pra nós acertar um dinheiro bão. (ENTREVISTADO 01)

Não obstante, é possível verificar casos ainda menos criteriosos nos processos de decisão, planejamento e execução dos roubos a estabelecimentos comerciais que o descrito acima. Chama atenção a fala de alguns entrevistados que diziam que nem mesmo essas questões mínimas avaliadas no processo de seleção do alvo – como quantidade de clientes presentes, facilidade para fuga, horário, estimativa de quantidade de dinheiro no caixa – eram levadas em consideração ou tinham grande peso na sua decisão. Em outras palavras, o processo era sobremaneira intuitivo, levava-se poucos riscos em consideração. Saíam intencionados a roubar um comércio em um determinado lugar e, sem muitos critérios, roubavam aquele que parecia mais apropriado naquele momento – estratégia similar aos achados de Wellford, MacDonald e Weiss (1997) e Morrison e O'Donnell (1996) e Petrosino e Brensilber (2003), que evidenciaram que os a maioria dos autores de roubos a estabelecimentos comerciais não realizaram planos minimamente elaborados para executar seus crimes.

**Entrevistador:** Uma coisa que eu fico... qual que é o melhor lugar pra poder cometer um assalto? O assaltante ele rouba perto da casa dele, é melhor roubar mais longe, como é que vocês pensam isso, assim?

**Entrevistado:** É longe. Porque se você roubar perto de sua casa, né, a sociedade, a vizinhança pode descobrir. Se tiver algum bandido ali, que sempre tem, todo lugar tem bandido, traficante, assim, eles num vai gostar que cê tá roubando ali no bairro, né, chamando polícia pra perto deles lá, ele num gosta não. Ai é sempre mais longe, afastado do bairro.

**Entrevistador:** Tinha que ser em área comercial, como que era? Você pensava nessas coisas, assim?

**Entrevistado:** Não, num pensava não.

**Entrevistador:** Se vai ser de dia, se vai ser de noite...

**Entrevistado:** Era aleatoriamente, assim, saia doido [...] Ah, eu era desse jeito, já saia pra roubar, num queria saber não.

**Entrevistador:** E pensava enquanto isso, só olhava e falava: “vai ser aquela padaria ali agora”.

**Entrevistado:** É, aquela ali agora. Num ficava esperando pra ver se tá movimentado, se tá sujeira, é aquela ali e vamo. Pronto e acabou.

**Entrevistador:** E sempre com um colega do lado?

**Entrevistado:** É, sempre. Mas, algumas vez, eu já roubei sozinho também. (ENTREVISTADO 05)

Embora em nível individual a maioria dos roubos a estabelecimentos comerciais se apresente como um fenômeno aleatório, sem padrão, no nível agregado e objetivo é possível notar uma significativa concentração temporal e espacial. Segundo os dados do REDS, o horário de maior concentração de ocorrências é de 19 às 22 horas. Em relação aos dias da semana, observa-se que o período de segunda-feira a sábado são os dias mais frequentes – com destaque especial para às quintas e sextas-feiras. Isso sugere que nessa modalidade de roubo há uma maior preferência por horários em que o comércio esteja fechando e, por consequência, com maior volume de dinheiro em caixa e com menos movimento de clientes. Além disso, como domingo é um dia em que a maioria dos estabelecimentos não funciona, há uma menor quantidade de alvos disponíveis e, conseqüentemente, menos roubos nessa data. Assim como nos roubos a transeuntes, os bairros com maior incidência correspondem a locais marcados pelo grande volume de pessoas e valores em constante circulação, bem como pela presença de áreas comerciais, de serviços e shoppings centers, bem como de hospitais e universidades: Centro (4,5%), Barreiro (1,8%), Céu Azul (1,7%), Mantiqueira (1,6%), Padre Eustáquio (1,6%), Glória (1,6%), Santa Efigênia (1,4%), Rio Branco (1,4%), Guarani (1,3%) e Venda Nova (1,3%). Juntos, esses dez bairros correspondem a 18% dos roubos a estabelecimentos comerciais da capital mineira.

Um dos entrevistados faz um exercício hipotético interessante que ajuda a compreender como um infrator observa e constrói mentalmente a cena de um roubo a um estabelecimento comercial, caso ele fosse cometê-lo. Basicamente, nota-se que a intuição ou o sentimento de olhar rapidamente para um determinado local e pressentir que “*ali tem*” algo que vale a pena ser roubado é um dos maiores critérios de seleção do alvo. Uma vez definido esse lugar, as maiores preocupações do ofensor estão grosseiramente relacionadas a como ele faria para render a vítima, pegar os bens e fugir rapidamente. Qualquer outra possível eventualidade não causa preocupação adicional, pois, no seu entendimento, poderia ser resolvida no momento e com o uso da força extrema, se assim fosse preciso. Ao que parece, o elevado grau de autoconfiança na intuição e na experiência nesse tipo de crime faz com que alguns ladrões não vejam necessidade de fazer um plano mais elaborado de atuação que, por exemplo, levasse em conta informações qualificadas de algum informante sobre a rotina e os procedimentos da loja e de seus funcionários antes de cometer o roubo. Curiosamente, mesmo tendo sido preso pela polícia mais de 44 vezes, esse entrevistado atribui o insucesso dos seus crimes à falta de sorte e não à ausência ou falha no planejamento ou qualquer outra razão objetiva.

**Entrevistado:** eu vou falar com você... eu não tô mexendo mais [...] Mas eu, fí, se eu der na teia ai, chego em alguém de moto e falo vamo ali. Ele fica na moto e nem desce. Vou lá, enquadro, pego e vou embora. Eu sou assim mesmo. Eu não escolto [planejo, estudo] nada, eu não pego fita com ninguém. Eu sei. Eu passo e olho e digo “Ali tem!”. Igual agora passei na loja na esquina ali lotada de havaianas. E lá só fica uma mulher. Na porta tem um vidro, você vai, pega a mochila e [assobio] enquadra e já era. Você limpa, só as havaianas todas na mochila, e sai de boas... amarra e prende ela no banheiro lá dentro, que é pequenininho. Só de havaianas você já faz um negócio e já era.

**Entrevistador: mas como é que faz? Não fica com medo de entrar alguém na loja na hora lá não?**

Entrevistado: se entrar, você enquadra também, fí!

**Entrevistador: Que precaução você toma? A loja tem que estar vazia, né?**

Entrevistado: tem que tá vazia. Se alguém entra, você enquadra, tô armado, então ninguém vai correr. Se entrar alguém e correr ou voltar pra traz, a gente baleia também, mata.

**Entrevistador: ai vocês iam sempre de moto?**

Entrevistado: sempre de moto ou carro, fica parado na porta e a gente desce.

**Entrevistador: sobre a escolha desse alvo, um trem que fico pensando, o cara sai com a intenção de roubar e ai ele olha e diz é aqui e vai, você era assim? Ou você pensava, olha vai ser tal lugar, vou levar tal coisa...**

Entrevistado: eu sou do tipo assim, eu passei, ai eu vejo, subo e falo com meu parceiro “vamo ali, zé, comigo”. Chama o [nome do outro parceiro], ele é só o piloto. Oh vei, pilota pra mim que vai ser assim, assim e assim. Já é? Já é! E vou!

**Entrevistador: o que mudou do primeiro assalto que você fez para o último? Você aprendia coisas novas ou você sempre repetia o mesmo modo em todos? Deu certo em um e por isso vou repetir a mesma coisa em todos...**

Entrevistado: [risos] rodei foi um bocado de vez. Igual eu falei pra você, de menor eu tive 44 passagens.

**Entrevistador: e o que você atribuía o fato de você rodar [ser pego]? Era um erro seu de planejamento? Azar? O que era?**

Entrevistado: é azar, ué! Isso ai não tem como não. Erro de planejamento não tem como porque eu não planejava nada. Eu já via [o alvo] e é isso mesmo, é isso mesmo.

(ENTREVISTADO 32)

Assim como no roubo a transeunte, a expectativa de ganho nos roubos pouco planejados a estabelecimento comercial também é relativamente baixa. Os valores giram no máximo em torno de 700 reais. Há uma ideia de que o que vier com o roubo é lucro. No entendimento dos entrevistados, esses roubos de baixos valores monetários e de produtos como cigarros, chocolates etc. são vantajosos no final das contas – desde que não fossem presos e pudessem trocar ou comprar drogas depois e/ou gastar rapidamente com “curtição” e “ostentação”. Além disso, existe uma expectativa de que, quando acabasse aquele dinheiro, eles poderiam realizar novos assaltos e assim sucessivamente num ciclo contínuo.

**Entrevistador: E ai... esses pequenos roubos e ai imediatamente você já trocava por droga? Era isso, era o essencial?**

Entrevistado: É. Ou vendia ou trocava o próprio produto pela droga.

**Entrevistador: Entendi. É fácil conseguir trocar o produto?**

Entrevistado: É fácil demais, moço.

**Entrevistador: Mas vende mais barato, né?**

Entrevistado: Fácil. Bem abaixo, da metade do preço. Se custa 100, cê vendia por 20, 25. Cê tá com vontade de usar a droga, cê vai trocar logo.

**Entrevistador: E ai troca e, imediatamente, já vem a vontade de novo, tem que fazer outra fita?**

**Entrevistado:** Ai já vai de novo, já vai de novo, roubar de novo.

**Entrevistador: E como é que foi o primeiro assalto seu, assim, primeiro roubo?**

Entrevistado: Ah, o primeiro roubo já tem muitos anos. Lá no... lá em Vespasiano, numa mercearia.

**Entrevistador: Quantos anos cê tinha nessa época?**

**Entrevistado:** Tinha uns 18 ou 19 anos. Eu conheci um traficante lá, aí eu sempre eu ficava na casa dele lá, mas num era... num mexia com tráfico com ele não, nós só ia lá pra fumar maconha na casa dele. Aí ele tinha um revólver, aí ele falou assim: “num quer meter um assalto ali pra nós, não?”. Eu falei: “meto, vou, uai”. Ele foi e me emprestou o revólver e foi eu e meu irmão gêmeo na mercearia e assaltamo. Esse foi uns dos primeiro assalto nessa idade.

**Entrevistador: Como é que foi que cê planejou? Você sabia que era mercearia que cê ia fazer...**

**Entrevistado:** Não, ele só me mostrou, nós num planejou não. Ele só me mostrou: “oh, é aquela lá”, nós só pegou o revólver e foi na doida.

**Entrevistador: Na hora mesmo, na tora.**

**Entrevistado:** Na hora, nem planejou fuga nem nada.

**Entrevistador: Vocês foram a pé?**

**Entrevistado:** A pé, fugimo a pé.[...] Correndo. Pegamo um... eu acho que num lembro, na época... mas isso tem muitos anos, 2004. R\$ 30,00 naquela época era um... tipo como se fosse assim R\$ 50,00 de hoje. Roubamo uns R\$ 30,00 e umas 3 caixa de bombom e umas barra de chocolate. ((risos)). Só trem doce.

**Entrevistador: [risos] E aí, cês foram pegos dessa vez, não?**

**Entrevistado:** Fomo não, dessa aí não.

**Entrevistador: Aí funcionou, deu certo. Vocês acharam que no final compensou, assim, o lucro? Qual foi assim... na cabeça sua daquela época, não a de hoje, assim, quando você terminou, você falou: “nó, deu certo”.**

**Entrevistado:** Ah foi. Roubamo uns maço de cigarro também, que nós tava começando a fumar cigarro. Compensou pra mim, uai, porque quando a gente tá mais novo, a nossa cabeça... (ENTREVISTADO 05)

Assim como no caso dos assaltos a transeuntes, alguns entrevistados revelaram que, às vezes, também “*saíam no louco*”, ou seja, saíam roubando vários estabelecimentos comerciais em sequência, sem muitos critérios de observação e seleção dos alvos. Quase todos eles levavam em consideração nos ataques apenas a vulnerabilidade do alvo e intuição dos autores naquele momento, não se preocupando muito se as consequências seriam positivas ou negativas. O que contava era a coragem e a “*disposição*” dos infratores para participar dessa aventura.

**Entrevistador: Você sabia tudo, vocês planejaram tudo pra fazer? Como é que você ia sair, pra que lado você ia ir.**

Entrevistado: Eu saí no louco é pá, pum, sair. Que a gente vê de valor num comércio grande, supermercado, uma drogaria. Põe lá pra dentro, sacudir, posto de gasolina...

**Entrevistador: No louco?**

Entrevistado: Foi no louco. Aí tinha vezes que dava certo, tinha vezes que dava ruim.

**Entrevistador: Mas isso é tipo...**

Entrevistado: Pô, tô quebrado, sem dinheiro, e um cara mais doído que você, com a mesma disposição.

**Entrevistador: Fala “vamo?”, “vamo”. Na tora.**

Entrevistado: Vamo. Na tora. (ENTREVISTADO 29)

Em termos objetivos, o roubo de bens da empresa, dos funcionários e/ou dos passageiros no interior do transporte coletivo urbano corresponde a 4,4% dos crimes registrados em Belo Horizonte, entre 2012 e 2017. Trata-se da quarta modalidade de roubo de maior frequências nos registros do REDS, conforme mencionado anteriormente.

Esse tipo de crime foi praticado por significativa parte dos entrevistados da pesquisa qualitativa. Nessa direção, se os roubos a transeuntes e a estabelecimentos comerciais apresentam muitas ocorrências com médio grau de planejamento, nos casos dos assaltos a transporte coletivo esse nível médio de organização dos ladrões para realização do crime é, proporcionalmente, ainda maior. Praticamente todos os roubos a ônibus analisados podem ser classificados como medíocres em termos de planejamento. Algumas informações adicionais podem ajudar a compreender um pouco melhor essa configuração.

De uma forma geral, os dados qualitativos indicam que, quando cometeram roubos a ônibus, todos os pesquisados eram jovens e iniciantes no crime de roubos, fato corroborado pelos dados do REDS, que demonstram que esse modalidade de crime em Belo Horizonte é cometido prioritariamente por homens (94%), de raça/cor parda (59%) e preta (27%) e jovens de idade entre 18 e 27 anos (49%) – destaque para a proporção alta de adolescentes de 10 a 17 anos (32%), o que fortalece a evidência de ser um crime de indivíduos com pouca experiência na prática criminal.

Além disso, os dados qualitativos demonstram que há uma preponderância de autores dependentes de drogas. Dos 07 usuários crônicos de crack e álcool contemplados nesta pesquisa, 03 afirmaram ter cometido assaltos a ônibus. No que se refere à trajetória criminal, somente um dos entrevistados cometeu apenas crime de roubo a ônibus e uma única vez. Ao longo de suas vidas, todos os demais combinaram os assaltos a transporte coletivo com outras modalidades de roubos (a estabelecimentos comerciais, automóvel, residência, transeunte) e/ou outros tipos de crimes, especialmente furtos e tráfico de drogas. Os instrumentos mais utilizados pelos entrevistados para esse crime foram arma de fogo, réplicas e faca. Em termos objetivos, o meio mais utilizado nos roubos a transporte coletivo em Belo Horizonte são arma de fogo, 53%, ameaça, 12%, e arma branca, 17%.

Nesse contexto, não foi possível perceber indícios de especialização e grande planejamento entre os casos de assaltos a transporte coletivo avaliados. Ao contrário, há casos de total improvisado e intempestividade (como descrito no tópico anterior sobre os roubos nada planejados) e algumas ações onde há um grau mediano de organização para realização da ação. A definição sobre os papéis desempenhados por cada um dos envolvidos – como quem iria recolher o dinheiro, quem ficaria com a arma e quais pessoas seriam assaltadas (motorista,



cobrador e passageiros) – constitui um dos poucos elementos que denotam um planejamento mínimo da ação.

**Entrevistador: Mas vamos com calma. Aí você pegou e os meninos te chamaram pra assaltar [...] Como é que foi esse primeiro, como é que foi?**

**Entrevistado:** Chamou pra ir, eu só fui mesmo só pra recolher o dinheiro mesmo, esse assalto que ocorreu foi em um ônibus... Esse dos 17 anos foi em um ônibus, sabe? Mas eu fui, mas é foi mais por incentivo.

**Entrevistador: E eram quantas pessoas? Você lembra?**

**Entrevistado:** Era 3 pessoas, eu e mais 2.

**Entrevistador: E vocês ensaiaram alguma coisa?**

**Entrevistado:** Não...

**Entrevistador: Como é que foi que eles te explicaram o que você tinha que fazer?**

**Entrevistado:** Não. Só pegou e falou assim: “não, nós chega lá, nós vai meter o revólver, você recolhe o dinheiro e...” aí chegou lá, foi e pagou a passagem, eu passei [na catraca] e eles meteu o revólver no trocador e no motorista. Aí eu fui recolhendo o dinheiro e nós saía.

**Entrevistador: Dos passageiros também?**

**Entrevistado:** É, recolhi o dinheiro e os trem dos passageiro tudo.

**Entrevistador: Aham! Celular, e...**

**Entrevistado:** Celular, aliança, esses trem.

**Entrevistador: Mas aí você não tinha arma não?**

**Entrevistado:** Não. Quem tava com a arma era os menino.

**Entrevistador: Quem rendeu foi só os meninos?**

**Entrevistado:** É. Mas, aí, depois, a gente vai vendo, a gente vai aprendendo. Aí, eu passei a deter a arma também. (ENTREVISTADO 09)

**Entrevistador: Mas como é que foi o plano? Vocês chegaram a planejar alguma coisa de como é que seria?**

**Entrevistado:** Ah, ele falou que já era em cima o local já, e sabia onde que ele ia, aí ele só precisava de uma companhia para ir com ele mesmo, só pra dá uma contenção e eu fui, primeira vez. Aí como a gente, né, eu tava no efeito [do crack], infelizmente eu fui. Ai...

**Entrevistador: E na juventude num tem coragem ir ainda, né?**

**Entrevistado:** E eu já era meio das... né, atentado já, quando era moleque, ai deu problema.

**Entrevistador: Mas foi com arma? Você foi armado?**

**Entrevistado:** Não, sugesta. Ele mesmo falou que ia... ele ia fazer a ação e eu ia ficar só na porta. Que eu ia por a mão na cintura e o cara ia ficar parado. Foi isso que ele falou comigo.

**Entrevistador: E ai ele pegou do pessoal que tava do...**

**Entrevistado:** Não, não. Só o trocador mesmo.

**Entrevistador: Por que não quis pegar das pessoas?**

**Entrevistado:** Era muito... foi muito rápido, né? (ENTREVISTADO 10)

Ainda sobre o planejamento dos roubos a ônibus, geralmente, o plano de fuga se resume a descer a pé do veículo e sair correndo em direção a algum lugar seguro após o delito. Alegam ter uma noção sobre aonde iam subir e aonde iriam descer – preferencialmente próximo a um aglomerado, local para onde corriam para se esconder. Não tinham uma linha de ônibus definida, no máximo a via que o veículo passaria e o horário, quase sempre durante à noite. Tais narrativas são melhor qualificadas quando trianguladas com os dados objetivos do REDS, os quais mostram que a maioria dos roubos a coletivos ocorre em vias próximas aos bairros

Cachoeirinha (4,5%), Centro (3,4%), Lagoinha (2,8%), São Francisco (2,6%), São Gabriel (2,4%), São Pedro (1,6%), São Cristóvão (1,5%), Sion (1,5%) e Califórnia, Santa Lúcia e Belvedere (1,4%). Somente esses dez bairros abarcam quase 25% do total de roubos a ônibus na capital.

Se levarmos em consideração a informação dos entrevistados de que os locais preferenciais de descida do ônibus para a fuga são próximos a aglomerados, é possível verificar uma forte aderência com os locais indicados pelos dados quantitativos. Os bairros Cachoeirinha, Centro, Lagoinha e São Cristóvão, por exemplo, encontram-se próximos ao aglomerado da Pedreira Prado Lopes; o São Francisco, a alguns pontos de aglomerado na vila Real, Vila Maloca e Nova Cachoeirinha; o São Gabriel, ao aglomerado do Primeiro de Maio; o São Pedro, o Santa Lúcia, o Sion e o Belvedere ao Aglomerado do Morro do Papagaio; já o Califórnia está às margens da BR 040, onde, ao longo da rodovia, encontram-se outros territórios vulneráveis. Outra proximidade entre as diferentes fontes de dados está relacionada ao horário, de modo que os dados do REDS também atestam que a faixa horária de maior frequência dos roubos a ônibus acontece das 19 horas à meia noite, especialmente de segunda a sexta-feira.

**Entrevistador: Mas assim, nesse aí vocês programaram qual linha que vocês iam pegar, qual coisa fazer?**

**Entrevistado:** Não, não, não.

**Entrevistador: Só entrou no primeiro que passou e...**

**Entrevistado:** É. Eles só falava assim: “não, nós vai entrar é nesse” e entrava. Num escolhia não.

**Entrevistador: E aí vocês fizeram esse assalto, desceram do ônibus...**

**Entrevistado:** E veio embora.

**Entrevistador: E saiu como? Vocês tinham um plano de saída?**

**Entrevistado:** Não. Nós veio embora foi a pé mesmo, que nós ia...

**Entrevistador: Saiu correndo?**

**Entrevistado:** nós ia mais... nós ia mais na madrugada, né?... aí, nós saia correndo [...]

**Entrevistador: E dá dinheiro à noite? Dava dinheiro à noite, assim?**

**Entrevistado:** É, vamo supor, não é mais pelo dinheiro do ônibus, é mais pelos telefone e pelas aliança, pelos relógio [...] que aí nós vende eles e fazia o dinheiro.

**Entrevistador: Ah tá. E aí vocês desceram do ônibus, nesse primeiro caso, e vocês desceram do ônibus, saíram correndo...**

**Entrevistado:** É.

**Entrevistador: ...e aí como é que vocês fizeram depois que saíram? Pararam em algum lugar?**

**Entrevistado:** Mas, nós assaltava mais era na Avenida [tal], né? Que é perto [de casa], né? Nós tinha o acesso mais rápido. (ENTREVISTADO 09)

Além da questão de ser perto de casa para facilitar a fuga a pé, outro critério observado pelos ladrões na escolha do alvo foi a quantidade de passageiros no veículo. Um ônibus muito cheio é considerado difícil de controlar todas as pessoas e um vazio não daria muito lucro. Há,

portanto, um meio termo, um número ideal de passageiros que torna o ônibus mais atrativo. Tais critérios e justificativas bastante subjetivos são resumidos nas falas a seguir.

**Entrevistado:** Quando eu ia pegar o ônibus, a gente não escolhia ônibus lotado.

**Entrevistador:** Ahan. Que iria dar mais dinheiro, em tese, né?

**Entrevistado:** Não. Ia dar mais dinheiro, mas era mais complicado. Tendeu? Você pegar ônibus muito lotado.

**Entrevistador:** Mas também não podia ser vazio?

**Entrevistado:** Não podia ser vazio, podia meio termo: não lotado e não vazio. Na medida certa. (ENTREVISTADO 09)

**Entrevistador:** Um colega, a gente tava conversando aqui mais cedo e ele também fazia assalto à noite. Aí, eu perguntei “qual que era o ônibus ideal, assim?”, aí ele falou: “olha, não pode ser muito cheio”. Você tinha isso também do ônibus muito cheio ser ruim?

**Entrevistado:** Ah, o cheio às vezes me pirava. Das pessoas, tipo, entrar em loucura lá e reagir todo mundo... dava essa sensação, né? Já que entrava, assim, só de dois e sem arma, às vezes. (ENTREVISTADO 10)

## Residência

Os roubos à residência correspondem a 1,3% do total de roubos registrados na capital mineira, no período entre 2012 e 2017, segundo os dados dos REDS. Apesar de apresentar uma proporção de ocorrências relativamente menor em relação as outras modalidades, o assalto à residência foi uma das modalidades de roubo praticada por parte significativa dos entrevistados da pesquisa qualitativa e também teve como principal característica um grau mediano de sofisticação. Considerando esse grupo de entrevistados, um dos elementos de destaque é que se trata de uma modalidade realizada por ladrões mais experientes no mundo do crime. Praticamente todos eles estiveram envolvidos em outras duas modalidades de roubos e outros tipos de crimes, sobretudo com o tráfico de drogas. Apenas um dos entrevistados se envolveu unicamente nesse tipo de roubo, mas, antes, era traficante de drogas na região em que morava. Vários alegam que foram cometer esse tipo de roubo somente no final de sua trajetória criminal, quando já eram mais experientes – pois a natureza do crime e período relativamente prolongado dos agressores com a(s) vítima(s) exigiam criminosos com um perfil mais frio.

**Entrevistador:** E aí você tinha quantos anos nessa época? Isso já foi no finalzinho já.

**Entrevistado:** É. Isso aí já foi quase no final, né? Aí a gente, depois que começou fazer isso, a gente tava fazendo um atrás do outro [Porque] tava dano certo, aí nós ia.

**Entrevistador:** E aí era a equipe sua... já era equipe fixo já ou já sempre chegava uma pessoa nova...

**Entrevistado:** Aí já era fixo já. Porque é que assim num pode ir pessoa nova não pra num ficar muito apavorada. É só pessoa que tava já mais frio, sabe? (ENTREVISTADO 09)

Tais narrativas encontram ressonância e complementação quando considerados os dados objetivos mais amplos sobre essa modalidade criminal em Belo Horizonte. De acordo com o REDS, a maioria dos agressores são do sexo masculino (93%) – destaque para o percentual relativamente alto de mulheres envolvidas nessa modalidade, da raça/cor parda (62%) e com idade entre 18 e 27 anos (58%). Entretanto, juntamente com os roubos a bancos e casas de câmbio, é a modalidade que apresenta a maior proporção de envolvidos com idade acima de 28 anos, cerca de 25%. Essa informação é bastante relevante, pois reforça a evidência do levantamento qualitativo sobre o perfil etário mais maduro dos autores desse tipo de assalto. Ainda em termos objetivos, dentre os registros de roubos à residência, 65% ocorreram com uso de arma de fogo, 8% com ameaça, 6% agressão física, 7% arma branca e 13% com outros meios.

De uma forma geral, esse crime é realizado da seguinte maneira: atuando geralmente em grupos de duas a quatro pessoas, os assaltantes circulam de carro nos bairros nobres da cidade observando as casas de luxo, com o objetivo de encontrar com alguma pessoa que esteja entrando ou saindo de sua residência. Ao se depararem com essa situação, os ladrões abordam e rendem a vítima usando arma de fogo, entram para a casa e rapidamente fecham o portão. Enquanto isso, um dos coautores do crime desempenha a função de vigilante na rua, pronto para avisar os colegas que estão dentro da residência sobre qualquer tipo de imprevisto que venha ocorrer.

Ao entrar, os ladrões vasculham todos os cômodos, rendem, amarram e, algumas vezes, prendem toda a família e funcionários em algum cômodo da casa. Em seguida, enquanto um deles cuida do controle das vítimas, os outros pegam a maior quantidade de objetos de valor que puderem e usam o veículo da própria vítima para transportar os produtos do roubo e saírem pela garagem sem chamar atenção. Durante o procedimento, é comum ameaçarem e/ou agredirem alguém da família na tentativa de saber se há cofres e outros bens escondidos na casa. A quantidade e variedade de produtos roubados nesse tipo de crime é, portanto, bastante diversa. Em termos objetivos, os dados do REDS indicam que, em média, são roubados 6,25 itens por roubo. Os materiais levados com maior frequência são: telefone celular (20,8%), eletrodomésticos como rádio, TV, DVD, aparelho de som etc. (14,2%), dinheiro em espécie (12,5%), joias (7%), equipamentos/acessórios de informática e telecomunicação (6,1%), relógio (5,0%), notebook (5,0%), bolsa/mochila (2,2%) e câmera fotográfica, filmagem e equipamento correlato (1,9%).

Os retornos financeiros desse tipo de crime também variam bastante. Sem considerar outros objetos de valor, apenas o dinheiro em espécie, de acordo com os relatos dos

entrevistados, os valores obtidos com esse tipo de roubo (alguns foram presos antes de chegar a gastá-lo) variaram entre 300 reais e 365 mil euros.

**Entrevistado:** Ai nós ia lá para as região rica da Pampulha...e nós ficava rodando com carrão. Ninguém ia desconfiar... e rodando. Assim que a pessoa chegava e ia entrando na garagem... na hora que ele entrava, nós já descia e entrava junto. E lá dentro eu metia o revólver. E colocava todo mundo lá dentro da casa.

**Entrevistador: Mas geralmente residência ou apartamento também?**

**Entrevistado:** Residência. Era casa, porque apartamento até você ir pro andar... é perigoso as polícia chegar. Aí a gente ia direto na casa. Aí assim que eles ia entrando com o carro... nós rendia e o outro já... ai nós já mantinha o contato com o outro lá fora. Aí, nós abria a garagem e o outro entrava. Aí ficava os 2 carro. Aí, além de nós pegar e levasse joia, e os trem tudo da casa, televisão, sons, móveis, nós já levava o carro da pessoa. Já fazia tudo completo. Aí amarrava as pessoa dentro dos banheiro... (ENTREVISTADO 09)

Os dados da pesquisa demonstram que, apesar de algumas pequenas variantes no método, a maioria dos roubos à residência são desenvolvidas majoritariamente na questão da oportunidade<sup>15</sup>. Há um grau mínimo de planejamento, no sentido de que há divisão das funções dos coautores (um vigia a parte externa, o outro rende e controla as vítimas e o outro recolhe os objetos). O critério de seleção do alvo é o bairro, o visual externo da casa e a oportunidade imediata de ter acesso ao interior da residência. Em outras palavras, os assaltantes tinham uma noção prévia apenas do tipo de crime que cometeriam, a região e como fariam. Porém, tinham pouca ou nenhuma informação sobre a vítima e sobre quanto conseguiram com a ação.

Vale destacar a correspondência das áreas de preferência de atuação dos entrevistados que assaltaram residências com os registros oficiais do REDS. Assim como as narrativas, os dados quantitativos indicam que os bairros com maior frequência dessa modalidade criminal correspondem a áreas com residências luxuosas e chamativas, onde residem boa parte das famílias de classe alta e média de Belo Horizonte. São eles: Bandeirantes (2,3%), Santa Amélia (2%), Santa Lúcia (1,8%), Belvedere (1,7%), Sagrada Família (1,7%), São Luiz (1,6%), Santo Antônio (1,4%), Carlos Prates (1,3%), Ouro Preto (1,3%). Somados, esses dez bairros concentram mais de 15% do total de roubos à residência da cidade.

Contudo, enquanto os entrevistados afirmavam que preferiam cometer esse tipo de crime por volta das 5 ou 6 horas da manhã, os dados objetivos indicam que os horários de maior concentração são entre 9 e 14 horas e entre 19 e 23 horas. De todo modo, os períodos indicados correspondem a um horário que normalmente as pessoas estão saindo e/ou chegando em suas

---

<sup>15</sup> Um dos casos de roubo à residência com um grau médio de planejamento será discutido na próxima seção.

residências, momento descrito como ideal para a abordagem dos criminosos. Já os dias de maior concentração são os dias úteis da semana, especialmente às terças, quintas e sextas-feiras.

**Entrevistado:** [eu gostava de roubar] Casas mesmo, só casão. Acordava de manhã cedinho, 5 horas da manhã, ficava lá na porta, na rua, e esperava. Quando abria o portão, putf [gesto mostrando que entrava na casa].

**Entrevistador: a pé ou...**

**Entrevistado:** com o carro, ué. O (parceiro) ficava com o carro lá fora e eu e meu parceiro entrava. E ele saía com o carro. Aí, eu amarava todo mundo e recolhia tudo e punha no carro da vítima. Abria a garagem e fiuuu... [gesto que sair correndo]. Todo mundo amarrado.

**Entrevistador: saía tranquilo... Quanto que dá um assalto destes de render gente em casa?**

**Entrevistado:** depende! Depende da casa, se tiver cofre mesmo, entendeu?

**Entrevistador: mas você não sabia disso não, né? A escolha da casa foi só pela aparência externa da casa?**

**Entrevistado:** Sim. Uns duzentos e poucos mil. Contando tudo, com eletrodoméstico, com tudo.

**Entrevistador: mas qual é o risco maior desses de casa aí?**

**Entrevistado:** tem risco não. Abriu o portão, você entrou e amarrado todo mundo acabou. (ENTREVISTADO 32)

Embora a fala do entrevistado acima minimize o risco desse tipo de roubo, a pouca ou nenhuma informação sobre a vítima ou sobre o que ou quem esperar quando estiverem dentro da residência torna esse tipo de estratégia extremamente perigosa para seus autores. Vários deles foram detidos e/ou sofreram riscos reais de serem mortos ao cometer esse crime. Um caso emblemático foi relatado quando um grupo de assaltantes não conferiu atentamente todos os cômodos da casa e um dos moradores que estava no andar superior se escondeu e ligou para a polícia, alertando-a sobre o roubo. Por consequência, os infratores foram presos pelos policiais logo após saírem da residência. Ao tentarem furar o bloqueio policial, os ladrões só se renderam quando tiveram o seu veículo atingido por vários disparos de arma de fogo dos agentes da lei.

**Entrevistado:** A ideia era render a família lá dentro, tanto que a gente entrou num tinha... ninguém passou informação, ninguém falou nada, foi do nada. Aí a gente achamos um cofre com 365 mil euros e mais 5 mil reais em cima da mesa.

**Entrevistador: Caramba!**

**Entrevistado:** Aí a gente pegou aquele cofre, né, colocamos dentro do carro, na hora que a gente foi sair, a polícia tava lá fora.

**Entrevistador: Cês iam levar o cofre inteiro?**

**Entrevistado:** Inteiro.

**Entrevistador: Mas os meninos sabiam que tinha esse tanto de dinheiro lá dentro?**

**Entrevistado:** Não. Ninguém sabia.

**Entrevistador: Foi na sorte?**

**Entrevistado:** Foi. Aí eles saiu assim, pelo que eu digo na minha cabeça, eles saiu pra um rolê, como eles falam, né, como a gente fala, saiu pra um rolê. Chegou ali, abordou o cara e nem eu sabia que tinha uma arma dentro do carro, então não foi premeditado, isso foi por acaso. Ai começamos a olhar a casa toda, os cômodos todos, aí na hora que eu abri a porta do guarda roupa tinha um cofre, aí nós pedimos ele a chave e ele falou:

“ah não, num vô dá a chave, num vô dá a chave”, eu falei: “então nós vamo levar isso aqui inteiro”. Ai eu peguei e coloquei dentro do carro deles...

**Entrevistador: Num ameaçaram atirar nele se ele num desse?**

**Entrevistado:** Não, que que acontece? Nessa parte eu fui tranquilo, porque eu não gosto disso de bater, de espancar, ai eu falei com ele: “aquí oh, vô fazer o seguinte, única coisa que eu vô fazer é só amarrar suas mãos, mais nada”. Amarrei a mão dele, fui, peguei o cofre e desci...

**Entrevistador: Tava só ele lá?**

**Entrevistado:** Tava ele... oh, o rapaz que a gente abordou, ele tava chegando. Na casa tinha o pai e a irmã do rapaz que a gente abordou. A menina... ela subiu, desceu a escadinha do sótão, do telhado, né, subiu lá pra cima, a gente num viu, chamou a polícia. Enquanto isso a gente tava com o pai e com o filho lá dentro da casa. Ai foi daí que entrou o crime na minha vida. Daí pra lá num parei, né?

**Entrevistador: E ai, na hora que vocês saíram, a polícia já tava esperando vocês lá fora?**

**Entrevistado:** Já. Tinha uma viatura. Eu tentei acelerar de qualquer jeito, eles deu tiro [...] vi bala passando aqui assim ne mim, estourando vidro do carro. Na hora que eu vi mesmo que o carro não queria ligar de jeito nenhum, ai eu fui e me rendi. Foi bem assim. (ENTREVISTADO 16)

## **Veículos**

Conforme indicado anteriormente, os roubos de veículos correspondem a quase 17% dos roubos em BH. De 2012 a 2017, essa modalidade criminal apresentou um comportamento bastante interessante. Até 2013, era o terceiro tipo de roubo mais frequente. Contudo, a partir de 2014, ela supera os roubos a estabelecimentos comerciais e se consolida como a segunda modalidade de assalto mais comum na capital mineira.

Os casos de roubos de veículos analisados na pesquisa qualitativa representam um caso interessante no sentido de apresentar aspectos de médio e muito planejamento. Essa modalidade de crime foi reportada por um número significativo de entrevistados e traz elementos importantes para a compreensão das formas de organização e execução dos roubos. De acordo com os dados desta pesquisa, trata-se de um tipo de crime cometido por ladrões mais experientes e diversificados, ou seja, que já se envolveram em outras modalidades de roubos e com o crime de tráfico de drogas. Todavia, há também casos de ladrões inexperientes, que foram presos na primeira vez que cometeram esse tipo assalto e nunca se envolveram com outros tipos de roubos e de crimes.

Em termos objetivos e mais amplos, os dados do REDS indicam que os autores envolvidos são identificados como sendo majoritariamente homens (97%) e da raça/cor parda (62%). No que se refere a idade, nota-se que uma maior preponderância de autores com idade entre 18 e 27 anos (57%). No entanto, destaca-se também o expressivo quantitativo de adolescentes de 10 a 17 anos (30%) envolvidos. Essa evidência de se tratar de um crime cometido não somente por ladrões maduros, mas em grande medida também por jovens, demonstra uma aderência entre as informações observadas tanto nos dados qualitativos quanto

nos dados quantitativos. Destaque para o fato que essa é a modalidade em que o emprego de arma de fogo é indicado com maior frequência dentre os tipos de assaltos analisados, 85% dos casos.

Outro ponto de destaque é que, apesar de provavelmente não se conhecerem, todos os entrevistados pesquisados relataram um padrão semelhante de atuação. Os veículos são roubados por encomenda, ou seja, um comprador diz as especificações do modelo de carro ou moto que ele deseja e o ladrão busca o produto conforme o “gosto do cliente”. Os assaltantes saem pelas ruas da cidade em carros ou motos roubados ou clonados, quase sempre em dupla ou trio, à procura do alvo. Uma vez localizado o produto, os ladrões perseguem discretamente a vítima até que ela pare em algum lugar menos movimentado. Então, rapidamente, os criminosos usam o seu veículo para fechar o veículo da vítima e impedir que ela fuja. Imediatamente, o criminoso que estava no banco de passageiro ou na garupa da moto desce do veículo com uma arma em punho, ordena que a vítima (ou as vítimas) desembarque e deite no chão e a revista. Em seguida, os assaltantes, agora em dois veículos, fogem juntos e deixam o produto roubado em alguma via pública por 24 horas. Segundo os entrevistados, essa estratégia é usada para “esfriar” o carro ou moto, ou seja, para saber se o veículo possui algum dispositivo de rastreamento da localização. Assim, se o produto não for encontrado pelo proprietário ou autoridades no período de 24 horas, significa que o veículo não tem essa tecnologia e os ladrões podem voltar ao local e levar a “encomenda” em segurança para o cliente. Se eles voltassem no outro dia e o carro ou a moto não estivesse no local, eles entendem que evitaram tomar o maior tipo de prejuízo com o crime: a prisão ou outro tipo de dano pessoal.

Adicionalmente, os dados quantitativos revelam que essa lógica dita pelos entrevistados de buscar momentos menos movimentados para o ataque encontra consonância quando considerado os horários de ocorrência dos roubos de veículos em Belo Horizonte. Nesse contexto, a maior concentração de eventos ocorre das 19 às 23 horas, de segunda a sexta-feira (principalmente às terças, quartas e quintas-feiras), ou seja, em uma faixa horária e dias em que há uma expressiva redução do fluxo de veículos circulando pelas ruas da cidade. Os bairros com maior concentração desse tipo de assalto são Padre Eustáquio (2,4%), Castelo (2%), Santa Amélia (1,8%), Caiçara (1,6%), Glória (1,5%), Serrano (1,5%), Vila Clóris (1,5%), Coração Eucarístico (1,4%), Palmares (1,4%) e Santa Terezinha (1,2%).

Essa modalidade de roubo foi apontada como uma das mais lucrativas pelos entrevistados. Geralmente, as “encomendas” são sempre de carros e motos de luxo e chegam a pagar entre cinco e dez mil reais, dependendo do tipo da especificação. Além disso, na maioria das vezes, os criminosos ampliam o lucro roubando outros pertences das vítimas.



Complementarmente, os dados do REDS indicam que, nessa modalidade criminal, os outros objetos mais levados pelos assaltantes são telefone celular (30,7%), dinheiro (14,7%), documentos diversos/chave/guarda-chuva (5,7%), bolsa/mochila (5,6%), equipamentos/acessórios de informática e telecomunicação (4,0%), joias e relógios (3,5%), carteira/porta moeda (2,7%), equipamentos eletrodomésticos (rádio, TV, DVD, som etc.) (2,4%) e boné/óculos (2,3%). Talvez essa segurança sobre um retorno relativamente alto e seguro sobre o tipo de crime, aliada a uma maior disponibilidade de veículos com o aumento da frota nos últimos anos, seja um dos elementos que ajude a explicar porque os roubos de veículos se tornaram mais atrativos e frequentes que os roubos a estabelecimentos comerciais. Lembrando que, por insegurança, cada vez mais os comerciantes têm desenvolvido ações e estratégias para reduzir atratividade dos roubos em suas lojas, como não deixar muito dinheiro no caixa, contratação de seguranças privados e uma série de modificações ambientais nesse sentido.

**Entrevistado:** É. Nós fazia só de ônibus. Ai depois nós recebia encomenda de carro. Ai nós ia buscar o carro é... colocava o carro num lugar, se tivesse rastreador, as polícia encontrava. Se num tivesse, nós deixava dum dia pro outro. E moto também, nós fazia a mesma coisa com as com as moto. Essas moto é... CB 300 é... 1000. Essas moto maior. Hornet, essas moto. Ai nós pegava, deixava elas num canto, se as polícia encontrasse, boa, levou. E se não encontrasse, nós entregava o cara, o cara entregava nós. Ele encomendava nós, nós entregava... Já era por encomenda, é.

**Entrevistador: Mas era furto ou era assalto? Vocês paravam...**

**Entrevistado:** Assalto mesmo, nós num fazia furto não. Era só na mão armada.

**Entrevistador: Como é que era o procedimento? De moto? Vocês iam de moto?**

**Entrevistado:** Vamo supor, de moto. Nós ia 2 de moto ou de carro... um carro roubado ou com uma moto roubada, a pessoa tava lá no... nenhuma pessoa era escolhida, era tipo a gente viu, a gente ia.

**Entrevistador: vocês saiam tipo, rodando a cidade, procurando o carro do modelo x que vocês queriam lá?**

**Entrevistado:** É, saia rodando. É! Ai nós chegava lá, ai esperava a pessoa descer, metia o revólver e mandava ela descer, deitar no chão, revistava ela pra vê se num tinha arma, nem nada. Pegava os documento, celular, é o dinheiro da carteira e ia embora.

**Entrevistador: Ai já o outro... o garupa monta no carro e já saia.**

**Entrevistado:** Já saia. Ai um ia seguindo o outro.

**Entrevistador: E o outro tá na escolta?**

**Entrevistado:** E o outro na escolta. E nós ia deixava o carro num canto pra vê se tinha rastreador. Se num tivesse rastreador, no outro dia ele tava lá. Ai nós já passava pro cara que encomendou. E se tivesse rastreador, as polícia pegava e levava.

**Entrevistador: E dá dinheiro? Dava dinheiro isso aí? Quanto que valia um carro?**

**Entrevistado:** Ah é, um carro que esses carro grandão ai, eles pagava nós é R\$ 7.000.

**Entrevistador: É mesmo?**

**Entrevistado:** É. E era carro grande, carro dos rodão grande mesmo.

**Entrevistador: Então a fita que dá muito dinheiro então mesmo assim, né?**

**Entrevistado:** É. A gente, vamo supor, vai pegando... vamo supor, nós pegava 1 por dia...se nós pegasse 1 por dia, nós tinha uma renda até boa. (ENTREVISTADO 09)

Uma das questões que chamam atenção nesse tipo de roubo é o caráter misto de médio e muito planejamento. Ao mesmo tempo em que há uma previsibilidade sobre os valores que conseguirão com a ação, há uma grande incerteza sobre o que esperar da vítima e do contexto.

Em outras palavras, os ladrões sabem com relativa clareza qual é a especificação do veículo que procuram e o quanto receberão por esse produto, mas têm pouca ou nenhuma informação sobre quem é o proprietário e quais tipos de eventualidades podem acontecer durante a abordagem.

Nesse contexto, todos os entrevistados foram presos, se envolveram em troca de tiro, foram feridos ou tiveram um dos seus parceiros mortos realizando esse tipo de crime. Todos eles relatam também que quebraram alguns dos procedimentos descritos acima quando a ação não foi bem-sucedida. Uns não esperaram o veículo “esfriar” tempo suficiente e a polícia os localizaram, outros não fizeram a abordagem em um lugar movimentado e/ou foram surpreendidos por algum policial à paisana. Seguir rigorosamente o *script* do que deu certo no passado parece ser a forma que os entrevistados encontram de reduzir as incertezas e terem maior chance de sucesso na futura ação criminal. O caso a seguir ilustra a situação.

**Entrevistador: E como é que foi a sua prisão?**

**Entrevistado:** No dia tava eu e mais dois, aí nós saiu pra roubar um carro, só que aí nós fez ronda em um lugar, não achou e nós fomos em outro. Só que nesse lugar que nós foi da primeira vez eu conhecia, esse lugar da segunda vez eu não conhecia não. Quem conhecia era o cara que tava dirigindo o carro. Aí nós andamos, só que a rua eu percebi que tinha muito movimento, tinha uma churrascaria [...]

Eu percebi que tinha gente estranha, tinha bandido e tinha gente que parecia que era polícia. Aí esse menino que tava com revólver, ele viu o carro e falou “vou pegar esse carro aí, porque não tem como, a rua tá muito cheia e esses, esse pessoal do restaurante tá muito esquisito. Volta o carro, eu vou pegar”. Aí nós voltamos, aí eu acho que ele ia pegar, vai e desce do carro. Daí desce do carro tira todo mundo e quando eu vi, desce do carro pra entrar e dirigir eu vi que tinha mulher, tinha criança, eu vi que não tinha como voltar atrás, tive que entrar dentro do carro. Aí eu entrei dentro do carro, dei a ré, saí pelo mesmo lugar que eu fui [...]

Aí foi consegui tirar a criança, aí a criança foi correndo pra mãe dela, aí eu entrei dentro do carro e saí. Nessa que eu tava saindo com o carro, outro carro fechou a rua, aí quando ele fechou a rua eu coloquei a ré no carro pra sair, eu tinha que dar um jeito de sair. Só que quando eu dei a ré e fui olhar no retrovisor, o reflexo eu vi um cara que tava armado do lado de fora. Aí eu vi ele puxando o carrinho do revólver, da arma e apontando pra mim. Eu levantei a mão e falei que eu perdi, só que eu falei “perdi” já acelerei com o carro pra trás. No acelerar pra trás, ele foi e deu um tiro, aí o tiro pegou no telefone.

**Entrevistador: Acertou você?**

**Entrevistado:** É, atravessou o carro e acertou [o celular que estava no bolso e evitou que a bala perfurasse seu corpo]. Aí quando pra não tomar mais tiro eu deitei dentro do carro e fiquei parado dentro do carro [...] Aí essa pessoa foi e me tirou do carro e ficou olhando os dois que tavam comigo, eles tinham fugido. Aí nisso aí que eles me tirou do carro veio uns pessoal que me chutou, outros tirando foto, filmando. Aí fiquei uns 3 minuto assim apanhando, aí chegou a polícia. Aí eles foi e me prendeu. (ENTREVISTADO 15)

De uma forma geral, independentemente do tipo de alvo, os roubos analisados nessa seção descrevem eventos que envolvem um esforço reflexivo mediano sobre os riscos e benefícios de se cometer o roubo ou não, mas ainda são, em grande medida, pautados numa

lógica de impulsividade e oportunidade. Assim como nos estudos de De Haan e Vos, (2003); Hochstetler (2001: 744), Feeney (1986) e Wright *et al.*, 2006, tais casos correspondem a maioria dos roubos pesquisados. Para fins analíticos, eventos com essa configuração foram classificados como roubos com médio grau de planejamento.

Na próxima seção, é apresentada uma configuração analítica de roubos planejados com procedimentos relativamente mais organizados e estruturados de avaliações, decisões e ações.

### **3.3.4 Os Roubos Muito Planejamentos: “Tudo escoltado direitinho”**

Ainda que com menor frequência, a partir dos dados empíricos qualitativos, é possível verificar alguns casos de roubos cometidos com um grau elevado de planejamento. Nesses eventos, a questão da oportunidade ainda é um elemento presente e relevante, entretanto, os autores são mais cautelosos nos processos de tomada de decisão e concretização das suas ações em relação aos casos descritos no tópico anterior. Mais que pensar no bairro onde se cometerá o crime e que tipo de alvo que será roubado, neste tópico os relatos dão conta de um conhecimento prévio e uma estimativa minimamente segura dos bens e valores que o assaltante iria encontrar com a vítima. Questões contextuais dos locais onde aconteceria o crime e medidas adicionais de disfarce para dificultar a investigação dos policiais também são levadas em consideração. Na linguagem dos entrevistados, é o tipo de roubo *escoltado*, ou seja, um crime em que há um estudo prévio de vários elementos que dizem respeito ao alvo antes de roubá-lo.

De uma forma geral, os eventos de roubos com maior grau de planejamento envolveram entrevistados com um expressivo histórico criminal. Todos alegaram ter realizado mais de cinco assaltos de duas ou mais modalidades diferentes, bem como já estiveram envolvidos em outros tipos de crimes como tráfico de drogas e furtos. Quase todos eles foram cometidos em duplas ou trios e com o uso de arma de fogo. A maioria dos respondentes estava trabalhando quando cometeu esse crime.

No universo da pesquisa qualitativa, a proporção de casos envolvendo roubos denominados muito planejados foi relativamente menor que os de médio planejamento. Tais eventos, por exemplo, não foram verificados nos casos de roubos a ônibus. Todavia, representam um caso para roubos à residência, um quarto dos roubos a transeunte e pouco mais da metade nos roubos a estabelecimentos comerciais. Em alguma medida, cada um desses alvos apresenta padrões e abordagens específicas a serem analisadas a seguir. Por terem sido usadas bastante informações do REDS sobre as modalidades de roubos no tópico anterior e evitando-se ser repetitivo, nesta seção será priorizada a análise dos dados qualitativos. Os Gráficos e tabelas com as informações adicionais, baseadas no REDS, encontram-se no ANEXO.

## Transeuntes

Apesar de os roubos a transeuntes serem caracterizados pelo baixo grau de planejamento, notam-se alguns exemplos de assaltos dessa modalidade realizados de maneira mais sofisticada e organizada. Tais casos são prioritariamente cometidos por duplas de assaltantes com ao menos um deles portando arma de fogo ou uma réplica. Os infratores possuem uma trajetória criminal significativa. Além desse tipo de crime, também se envolveram em outras modalidades de roubos (sobretudo a estabelecimento comercial) e outros tipos de crime, especificamente tráfico de drogas.

Se os roubos a transeunte com médio planejamento estão associados sobremaneira aos crimes aleatórios de rua, os casos de assaltos a transeunte com um grau elevado de planejamento são aqueles popularmente conhecidos como “*fita dada*” e “*saidinha de banco*”. A “*fita dada*” refere-se ao roubo ou furto cometido por meio de um informante – geralmente um funcionário ou conhecido da vítima – que passa ou vende informações para um criminoso sobre quem, quando, como e onde uma determinada pessoa irá depositar ou ter em sua posse uma quantia significativa de dinheiro ou outros bens valores. Geralmente, os ladrões usam essas informações qualificadas para realizarem diversos tipos de roubos, visto que a vítima pode ser abordada na rua (ao ir depositar ou sair com dinheiro, por exemplo), no comércio (no caso de um comerciante) ou na residência (no caso de um morador) etc. Essa modalidade apareceu com pouca frequência entre os roubos a transeunte e mais em relação a estabelecimento comercial.

Já a *saidinha de banco* diz respeito a uma modalidade de crime em que, usualmente, o infrator realiza o roubo logo após ver ou receber a informação de um parceiro que a vítima sacou uma determinada quantia (preferencialmente elevada) de dinheiro de bancos, caixas eletrônicos e/ou casas lotéricas. Diante dessas informações, a vítima é seguida a pé ou de moto e é abordada pelos ladrões em um lugar avaliado por eles como minimamente apropriado.

Nesse sentido, a *saidinha de banco* constitui um tipo de roubo que pressupõe um grau maior de organização e uso de informação para sua realização. Os entrevistados envolvidos nos roubos de *saidinha de banco* relatam uma série de cuidados para reduzir as chances de serem presos ou feridos, tais como observar se, no momento da abordagem, a rua “*tem muito movimento. Se tem alguém que tem acesso fácil pra chamar a polícia*”. “*Reparar muito bem nas pessoas, pra ver se é polícia ou se tá armado*” (ENTREVISTADO 15). E até mesmo trocar de roupa após contato direto com o local e com a vítima (ENTREVISTADO 02).

Nesse contexto, uma das estratégias chama bastante atenção: a troca dos veículos de fuga com regularidade (seja carro ou moto). Destacam que é importante usarem um veículo roubado, clonado ou com algum tipo de adulteração, sobretudo na placa, para dificultar a identificação dos veículos e dos infratores. Portanto, a preparação para esse tipo de roubo pressupõe, muitas vezes, a realização de outros crimes anteriores – como roubo, receptação ou adulteração de veículos. Além disso, o tempo de uso do carro ou da moto para esse tipo de atividade deve ser curto. Após poucas ações, os veículos são descartados em algum lugar ou vendidos por um preço relativamente baixo para outra pessoa.

**Entrevistado: Que medida que vocês tomavam pra poder diminuir a chance de vocês serem presos ... pra poder não ser preso?**

**Entrevistado:** Assim, todas possível, que tipo assim no nosso caso, acho que nós agia assim com um pouquim de inteligência, a gente tava sempre trocando de carro, moto, tipo ia fazer os trem, roubar numa moto tumulto, tumulto que fala assim, moto sem documento, não é roubada mas não tem documento... Porque se precisar de jogar fora igual eu já precisou de fazer, tipo assim, vai lá faz um roubo, pega e joga fora. (ENTREVISTADO 02)

**Entrevistador: por que esses roubos grandes começam com o roubo de um carro ou uma moto, vocês não fazem esses roubos grandes com veículo próprio não, né?**

**Entrevistado:** tem como não, sô. Eles [policiais] pegam tudo, pega cor, pega placa. Se pegar só a cor e placa, já era. A placa se você clonar ela, de mês em mês você troca. Todo mês você troca.[...]

**Entrevistador: e tem quanto tempo pra fazer essas fitas ai, por exemplo, com essa moto que foi roubada?**

**Entrevistado:** roubada desse jeito? Eu vou e guardo ela. Fico até no outro dia de manhã. Dependendo da placa nem coloco, mas outras eu coloco fita isolante.

**Entrevistador: por que tem que esperar um dia? Pra “esfriar”?**

**Entrevistado:** porque os homem [policiais] vai ficar na cola mesmo procurando. Vão ficar em cima mesmo pra ver onde que passou. Ai eu guardo ela de quebrada, ai eu trabalho com fita isolante e só altero. E não tiver como alterar, eu vou e clono ela. Fico lá umas duas, três semanas. Depois eu falo pros caras, me dá ai 100 reais e toma essa moto ai. Os caras, putf, na hora. Tá noiado mesmo (ENTREVISTADO 32)

Outro ponto interessante sobre os principais elementos levados em consideração pelos entrevistados nos crimes de *saidinha de banco* é que o perfil da vítima não intimida ou pouco influencia na desistência do cometimento do roubo – a não ser que eles saibam que a possível vítima seja um policial ou autoridade da justiça. Nos outros casos, mesmo se a vítima for fisicamente mais forte, estiver com outras pessoas ou até mesmo sabendo que ela está armada – os criminosos alegam que se organizavam em grupos maiores e mais armados para realizar o roubo. Um entrevistado relembra de casos de amigos que já assaltaram vigilantes exclusivamente para roubar as armas desses profissionais. Nesse cenário, a quantidade de dinheiro em jogo e a capacidade de se organizar dos infratores parecem ter um peso maior na definição se vale ou não a pena se arriscar para cometer o crime.

**Entrevistador:** E aí, o perfil da pessoa influencia, influenciava na saidinha de banco? Ou que influenciava mais, o dinheiro, a quantidade de dinheiro que vocês viam ele tirando...

**Entrevistado:** O dinheiro

**Entrevistador:** Ou o perfil do cara? Se o cara forte...

**Entrevistado:** Não. O dinheiro [...] Se tivesse com dinheiro, meu fi, podia ter o perfil que for.

**Entrevistador:** Três pessoas no carro, por exemplo, sair com três pessoas...

**Entrevistado:** Cinco, dez, o tanto que for.

**Entrevistador:** Quantos vocês saíam assim mais ou menos pra, a equipe suas, era de quantos?

**Entrevistado:** Oh tipo assim, o trem, véi, quando o trem tá fácil, o trem vai indo vira até bagunça... [Risos] Tipo assim, saía mesmo de três, igual nesses últimos que eu fui preso mesmo nós tava de três, eu e mais dois, mas já aconteceu de ir até de seis pessoas, esse mesmo que eu falei que a mulher tá falando que eu tava dentro do banco e tal, eu fui condenado, no dia nós tava de seis pessoa. (ENTREVISTADO 02)

**Entrevistador:** Um trem que eu fico curioso de saber também é negócio de arma, falando assim, se descobrir que a pessoa tem uma arma num assalto por exemplo, de repente você pega e vai me roubar e descobre que eu tenho uma arma. Isso é pior, isso intimida o ladrão a não roubar ou faz com que ele seja mais agressivo?

**Entrevistado:** Isso vai da circunstância, eu considero pior, é tanto que você pode me dar o porte de arma, você pode me dar a arma, tipo assim pro cê usar assim socialmente, a melhor que tiver, eu não quero. Porque, se você tá armado, agora não, se eu ver um policial civil, um delegado eu já vou, igual um dia desses eu fui fazer um serviço pra mulher, o marido dela é da Civil, na hora que o cara desceu eu falei quem que é esse cara aí? O cara desceu numa Mercedes, ele é Federal, quer dizer, uma bitela numa quadrada, aí eu andar, porque se a pessoa, ladrão, num pega, a não ser se você tiver com um milhão de cada lado aqui oh...

**Entrevistador:** Um grupo maior né?

**Entrevistado:** É. Os, entendeu? Agora se você tiver no dia a dia, apresentando uma arma, difícil alguém, até lá que eu conheço, já andei com uns cara, que os cara roubava nêgo que tava armado. Tipo ali no [local], mais ou menos onde que eu morava, tinha um lixão né? Tinha, até tem até hoje os segurança lá, os cara armado, os cara ia lá pra roubar as arma dos cara e roubava, imagina o grau de loucura... Aonde que eu te falo que tem doido de tudo quanto é jeito. (ENTREVISTADO 02)

A princípio, os dados demonstram uma série de procedimentos que supostamente aumentaria a chance de sucesso (conseguir um determinado valor) e reduziria suas chances de fracasso do roubo, ou seja, evidenciam que os riscos e benefícios da ação seriam minimamente calculados pelos seus autores – ainda que de forma incompleta ou imperfeita. Para além desses cálculos frios de planejamento e viabilidade da decisão no momento de cometer crime, é possível perceber nos discursos dos entrevistados algumas questões interessantes presentes nesse processo e que acabam ficando num segundo plano analítico. Uma delas é sobre o *know-how* ou como a experiência nessa modalidade de roubo pode levar o autor a ficar mais confiante e, por consequência, menos cauteloso na realização das *saidinhas de banco*. Assim, ao mesmo tempo que a realização frequente dos roubos aumenta a especialização do criminoso, também

cria a armadilha de fazê-lo pensar que é tão bom no que faz que ele nunca seria preso ou punido – elevando sua exposição ao risco. Há relatos de entrevistados que ficaram tão experientes e autoconfiantes que eles e seus colegas chegavam a realizar o roubo dentro da agência bancária, bem como fazer quatro ou até cinco *saidinhas* em Belo Horizonte em um único dia.

**Entrevistado:** E eu acredito também que eu participava tipo assim na parte da inteligência, do negócio. Porque eu, tipo assim igual muita das vez eu que era o cara que falava “oh véi, nós vão fazer assim, a gente não pode fazer assim, porque né? você fazer um trem você já tem que fazer todo...”

**Entrevistador:** A leitura de tudo né? No caso do, da saidinha do banco, quanto tempo você passava pensando nisso, estudando assim, você já sabia o banco certinho, a pessoa?

**Entrevistado:** Não. A saidinha de banco, na nossa época, a gente eu vou falar com cê, a gente cometia três, quatro assalto, dependendo do dia até cinco.

**Entrevistador:** No mesmo dia?

**Entrevistado:** Na sequência. Inclusive na última vez que eu fui preso... (ENTREVISTADO 25)

Essa maior flexibilização dos procedimentos de segurança pessoal desenvolvidos pelo infrator a partir da experiência adquirida com esse tipo de roubo está associada a outro elemento importante na configuração dessa modalidade de crime: a relação com a polícia. Os entrevistados relatam que a experiência em crimes como esse também os ensinava a contar com a possibilidade de negociação do “*arrego*” (liberação) de sua prisão em flagrante mediante pagamento de suborno ou extorsão para alguns policiais desonestos. Algumas vezes, após estabelecida essa primeira relação ilícita entre a autoridade e o criminoso, os respondentes contam casos em que o próprio policial passava a dar informações aos infratores sobre algum alvo específico ideal para ser assaltado. Obviamente, essas informações não eram de graça, os policiais exigiam grande parte dos lucros dos roubos por elas. Em um dos relatos, o entrevistado conta que só foi preso porque resolveu não ceder ao pedido de propina do policial para liberá-lo. Além disso, teve seu inquérito distorcido pela autoridade para que não restasse dúvida de que ele era culpado.

**Entrevistado:** De moto. Moto e carro, aí nesse dia, nessa hora, o menino já tava, tipo assim a vítima já tava saindo de dentro do banco, eu tava indo pra moto, pra montar na moto, pra já pra pegar outro, nisso aí nós já tinha pegado cinco mil e pouco numa mulher lá na Raja Gabaglia perto do BH Shopping ali, aí o policial foi e me abordou, tava passando de moto numa coincidência, tipo assim né, pulou pro meu lado, aí já veio uns policial tipo P2 à paisana aonde que eu te falo com cê [...]

É por isso que eu te falo com cê, a maioria dos bandido é os policial, aí vei um policial paisana tal, ficou conversando comigo de dentro do carro e eu achando que tipo assim, que também você tem medo, mas só que como você vai fazendo um trem muito e o trem vai dano certo...



Você perde um pouco o medo e também pela circunstância já acostumado a negociar com polícia questão de dinheiro e tal, aí o policial falou que não queria me prender, ele queria que eu desse ele cinco mil reais, às vez ele podia, poderia até na hora que eu desse ele o dinheiro ele até arrumar até mais um crime pra mim por suborno mas até então a conversa dele era cinco mil reais. Eu como eu tava tranquilo que a vítima não tinha me visto, eu já tava com outra roupa, entendeu?

Eu já tava com outra roupa então falei: “ah, Beleza!” se eu falar que vou dar o dinheiro, não era nem questão que eu não tinha não, eu tinha, entendeu? É, mesmo se eu não tivesse, se fosse o caso os cara arrumava pra mim...

Aí o cara me levou, o cara fez quando eu não dei o dinheiro, fez a menina falar que era eu, tipo até a blusa que eu já tinha trocado, fez a menina falar que era, só pro cê vê como que é as coisa, eu tava na moto, eu fui condenado e julgado como se fosse eu que tivesse... dentro do banco. Eu fui julgado, condenado como se fosse eu que tivesse... lá no processo tá falando que eu tava dentro do banco, que a menina me reconheceu como se fosse dentro do banco e tal. (ENTREVISTADO 02)

Sem generalizar, é importante destacar também que esse tipo de relação entre policiais e ladrões é pautado muito em função do perfil do assaltante. A partir dos relatos, é possível notar que, enquanto o tratamento das autoridades com os ladrões que cometem roubos de valores maiores é baseado na corrupção, com os ladrões de pequenos valores essa relação é pautada na violência, no popularmente conhecido *esculacho policial*. Para os policiais envolvidos nesse tipo de esquema, encontrar um assaltante que realizou grandes roubos é algo muito almejado e pode representar algo bastante positivo de um ponto de vista pessoal. Todavia, essa busca não é encarada para uma finalidade legal, mas sim como um negócio ilegal bastante lucrativo, onde esse ladrão pode ser forçado a realizar outros roubos e/ou passar o que possui para o policial mediante chantagem de prisão e/ou, raramente, tortura. Já com os ladrões de pequenos valores, não é comum essa margem de negociação com as autoridades. Como possuem poucos recursos financeiros a oferecer, ao serem presos pelos policiais, alguns desses assaltantes relatam que sofreram violência física para confessar o que cometeram, quem são os outros coautores, onde está a arma, os bens roubados etc. Esse tipo de prática é calcada numa lógica dos agentes públicos de se “fazer justiça”, ou seja, de conseguir esclarecer rapidamente o caso e garantir uma punição violenta e imediata dos supostos criminosos pelo crime que cometeram. Os relatos apontam que as relações de corrupção são mais frequentes com a Polícia Civil e as de violência com a Polícia Militar.

Mas pra mim, os verdadeiros bandidos mesmo é os policiais, não todos em geral e os políticos. Por que os policiais? Porque geralmente ainda mais bandido barra pesada, forte assim que tem carro, motão, igual no meu caso que eu cheguei a ter, quando o cara chega a ser preso às vezes até mesmo esses delegado ... É dando entrevista que prendeu quadrilha tal, sei lá, a gente também não pode generalizar porque eu não conheci todos os delegados, não conheci todos os policiais, mas eu era assim, eu era do jeito que eu era, tinha carrão, tinha motão, também não era aquele trem tudo não. Muitas vezes no bairro, porque policial gosta muito de rodar no bairro de periferia, aonde que eles sabem que vai encontrar esses caras, que às vezes o cara até mora num bairro bom, mas na

onde que ele sempre tá é naquele bairro ali, a Polícia Civil, Civil, Militar, imagina o polícia, você tá num carro de boa, polícia Civil pegar você e te levar você pra quebrada e falar "Oh, eu sei que você fez isso e isso e isso", mesmo, você sabe que você não fez... "Eu quero tanto!" (ENTREVISTADO 25)

Presta atenção, os cara que roubou relógio lá na Savassi, acho que de um playboy lá, e nós tava de boa, eles apanhou muito mais do que nós, nós teve muito mais respeito dentro da cadeia do que eles. Por quê? Porque nós teve a disposição de roubar muito. E ele teve a disposição de roubar um cara que tava com relógio. Choque, tava chovendo, ele apanhou demais. Nós tomamo um tapa. Fomo pra delegacia, aquela coisa toda, conversa vai, conversa vai. Eles tiraram um pouco de roupa minha já, tiraram a jaqueta de couro, cara, aí tchau, dinheiro demais. E eles cobravam. (ENTREVISTADO 21)

Por outro lado, se alguns infratores pecam pelo excesso de experiência e confiança nas suas habilidades e relações, outros pecam pela inexperiência e pela expectativa que iriam realizar um crime perfeito. Os dados mostram casos em que crimes aparentemente bem planejados foram descobertos por falhas triviais entre assaltantes menos experientes. A fala, a seguir, ilustra a situação ao apresentar o caso de um entrevistado que nunca tinha cometido um crime antes e tinha um emprego formal, mas a proposta de um amigo parecia tão certa, tão bem planejada sobre quem ia ser roubado, onde, quando e quanto iriam ganhar com o delito, que ele acabou sucumbindo à tentação. No entanto, mesmo diante de um plano supostamente com alta probabilidade de sucesso e de riscos controlados, ele acabou sendo preso. Na prática, a “*fita dada*” com as informações que obtiveram não era verdadeira e, além de usar uma motocicleta própria e regularizada, não tomaram o cuidado de descaracterizar esse veículo para realizar o crime. Com isso, assaltaram o indivíduo errado e foram facilmente localizados quando a polícia levantou as informações do veículo usado para o crime.

**Entrevistador: Vixi, moto quente [veículo legal] ainda?**

**Entrevistado:** É quente, moto quente. Nós saímo pra pegar uma arma e nós foi lá e fez o assalto né? Mas só que deu certo, mas só que alguém seguiu a gente e anotou a placa, a polícia pegou lá.

**Entrevistador: E como é que você pensou no lugar que você ia fazer, foi no comércio?**

**Entrevistado:** Não. Foi comércio não, foi um... Eu ia pegar um negócio de empresa, de acerto, acerto de firma sabe? Só que a gente deu falta de sorte, a gente foi e pegou foi um oficial de justiça (inaudível) aí deu esse problema aí.

**Entrevistador: Ahh! Aí foram [os policiais] atrás mesmo.**

**Entrevistado:** Foi. Foi no mesmo dia de manhã, pegamo chegou lá pra guardá a moto, a moto tá parada dentro de casa lá, ele só chamou, a gente num sabia que esse cara foi à paisana, chegou lá, ele foi e pegou a gente lá.

**Entrevistador: Vocês tinham esse, você tinham uma pessoa já em mente já que você sabiam que ia ter um dinheiro com a pessoa...**

**Entrevistado:** Já. Já. Informação. Informação que passaram, aí...Empolguei por causa disso, a empolgação era mais por causa disso.

**Entrevistador: E você tinha noção, você sabia mais ou menos quanto que era de dinheiro? Você esperava assim...**

**Entrevistado:** Não. O [fulano] tinha falado que era mais de R\$ 50, né? É. Mais de R\$ 50, falei “Ah, vamo vê!”... É uma loucura, mas num precisava disso né cara?

**Entrevistador: E aí foi você e seu irmão, arrumou uma arma, sabia mais ou menos o lugar que ia ser...**

**Entrevistado:** Sabia. Passaram o lugar, a hora que chegava, pra já descer na hora certa, parou lá e já saiu pela porta, só tem outra pessoa dentro do carro, aí nós desceu.

**Entrevistador: E aí cês planejaram até a fuga também como é que ia ser?**

**Entrevistado:** Já sabia já tudo.

**Entrevistador: E aí chegou, guardou a moto em casa...**

**Entrevistado:** Guardou e diz que eles tava investigando, viu a placa da moto parada na rua aí.

**Entrevistador: Você num tomou cuidado de alterar a placa?**

**Entrevistado:** Ia alterar, só que meu irmão que num quis “Ah, num precisa não”, só levantou a placa, assim, levantou a placa tá lá, aí os cara baixou a placa, entortou mas não entortou direito, aí deu pra ver. A pessoa seguiu a gente lá também.

**Entrevistador: E como é que é, aí você chega em casa e foi dividir o negócio...**

**Entrevistado:** Chegou, olhou lá, mas só tinha uma mixaria, mas espatifou o celular, documentos, fotos, processo... (ENTREVISTADO 13)

A despeito de ter um planejamento sobre quem especificamente será roubado, uma estimativa real ou aproximada dos valores que a vítima possui e um *modus operandi* definido, tais estratégias não reduzem totalmente o risco de os autores serem presos e, sobretudo, feridos. Conforme indica os dados da pesquisa, quase todos os infratores envolvidos vivenciaram situações de troca de tiro com policiais no momento em que realizavam esse tipo de roubo. Alguns tiveram amigos mortos e/ou foram eles mesmos baleados e quase faleceram com os ferimentos. Não é raro que pessoas que transportam grande quantidade de dinheiro para depósito ou saque em agências bancárias contratem algum policial armado em atividade ou reformado para fazer o serviço de escolta e segurança privada nessas situações. Assim, as chances de conflitos violentos no momento dos roubos são potencializadas.

**Entrevistado:** No caso, igual eu, depois que eu fui crescendo, eu parei de fazer isso. Depois eu tinha roubado um cara com arma grande, até duas armas às vezes. No centro, horário comercial. Saída de banco, então, como é que você não pega.

**Entrevistador: É que eu fico pensando que o centro é o lugar que mais tem roubo.**

**Entrevistado:** É o lugar, como se diz, pra você ter dinheiro.

**Entrevistador: E o pessoal anima mesmo sendo o lugar mais fácil de ser pego.**

**Entrevistado:** Eu fui baleado no centro. Fui baleado em 2010. Cada estopim aqui é tiro que eu tomei. Pegou gargalho.

**Entrevistador: Na mão... E quem atirou?**

**Entrevistado:** Policial à paisana. Tava fazendo escolta com dinheiro quando eu tava roubando.

**Entrevistador: Ah, da saidinha de banco.**

**Entrevistado:** Isso.

**Entrevistador: Eu tava conversando com caras aqui de saidinha de banco. Esse é o top, de pegar transeunte é o mais lucrativo? Você já sabe...**

**Entrevistado:** Tem dinheiro à vista, né? É dinheiro em espécie. E às vezes é grande quantidade.

**Entrevistador: O que é grande quantidade?**

**Entrevistado:** R\$ 5000, 10000, 20000, 50000, 100000, depende do dia, que é o dia de sorte ou o dia de azar. (ENTREVISTADO 29)

## **Estabelecimento Comercial e de Serviços**

Roubos com grau elevado de organização para a sua execução também foram observados na maioria dos casos de assalto a estabelecimento comercial e de serviços. Os entrevistados que compõem esse grupo possuem, em sua quase totalidade, um expressivo histórico de trajetória criminal. Tem um perfil diversificado, estando envolvidos também em outras modalidades de roubos (a transeunte, automóvel e residência) e outros tipos crimes, sobretudo tráfico de drogas. Para cometer os roubos a comércio, quase todos os entrevistados alegaram usar revólver, apenas um deles afirmou usar uma réplica de arma de fogo em algumas ocasiões. Adicionalmente, esses entrevistados sempre preferiam atuar com mais um companheiro para executar o crime.

Um dos pontos que permite classificar alguns casos dos roubos a comércio como muito planejado está relacionado mais à capacidade de organização e mitigação dos possíveis riscos da ação do que na impulsividade. Nesse contexto, vários elementos são levados em consideração no período entre a decisão de roubar e o cometimento do crime propriamente dito. Dentre eles, os entrevistados destacam os recursos ou dispositivos de segurança que a empresa possui, tais como câmera, vigilante, policial à paisana e se o dono possui arma. Além disso, por ser um crime mais planejado, alegam que demoravam de 1 a 5 dias estudando essas e outras questões antes de cometer o roubo (dias e horários de maior movimento e maior chance de dinheiro em caixa, por exemplo). A fala de um entrevistado resume essa ideia.

**Entrevistador: O que dá mais dinheiro, na rua ou no comércio?**

**Entrevistado:** Comércio dá mais dinheiro.

**Entrevistador: Mas ele é mais arriscado? É mais fácil ou mais difícil do que o de rua?**

**Entrevistado:** Não, é um pouco mais complicado, porque tem que ser estudado. Tem que observar se tem as câmeras, se tem segurança. Se o lugar tem muita polícia à paisana. Se o dono do comércio tem arma. Tem que saber a rotina da pessoa.

**Entrevistador: E tem que se preocupar que horas tem mais dinheiro no caixa, que horas tem menos dinheiro no caixa? Ou não?**

**Entrevistado:** É bom saber.

**Entrevistador: No caso do comércio, vocês saíam pra roubar e aí achavam, o comércio “é esse aqui”, parava e entrava, ou não?**

**Entrevistado:** Passava e observava. Só que um dia antes de pegar um comércio, eu passava várias vezes pra observar. Observava se tinha muito movimento, qual era a hora que tinha mais movimento e qual a hora que tinha mais dinheiro no caixa.

**Entrevistador: Isso demorava um dia mais ou menos?**

**Entrevistado:** Depende, uns três dias... tinha que observar mais. (ENTREVISTADO 15)

Contudo, os fatores apontados no discurso do entrevistado acima não podem ser considerados como uma regra. O nível de importância dada a cada um desses e outros elementos para a realização dos roubos varia bastante entre os respondentes. Um dos pontos mais interessantes está relacionado à presença de câmeras nos comércios. Poucos infratores disseram que o uso desse tipo dispositivo os faziam desistir de um roubo. Alguns alegavam que não inibia a ação porque usavam um boné, touca ou capacete como disfarce, outros não acreditavam que as imagens fossem capazes de identificá-los e/ou usadas para a investigação da polícia. Além disso, alguns apresentavam um argumento semelhante ao da literatura (WRIGHT; DECKER, 1997) e falavam que estão tão acostumados a serem filmados o tempo todo pelas câmeras de vigilância do espaço público, que não faz diferença serem filmados também dentro do comércio. Portanto, mesmo se usassem um disfarce dentro das lojas, poderiam ser facilmente identificados pelas filmagens das vias públicas, se os policiais assim quisessem.

Assim como nos roubos de baixo e médio planejamento, uma das únicas coisas capazes de fazer o infrator recuar e abortar a missão, mesmo tendo analisado e decidido assaltar um determinado comércio, é a questão do chamado *super-herói*. Desse modo, como estratégia para evitar ser surpreendido por alguém que pode agredi-lo ou prendê-lo, os entrevistados relatam que, poucos instantes antes do crime, analisavam se no lado externo da loja havia *“muita gente observando. Muito carro passando e olhando, carro passando devagar. Carro que passa e para, fica parado”* (ENTREVISTADO 15). Porém, nos casos de empresas que possuem um vigilante privado, os respondentes apontam que é necessário analisar com mais tempo e cuidado a rotina de trabalho desse funcionário antes de cometer o roubo. *“Agora, eu vejo que tem vigia esse trem de firma [...] tem muitas pessoas que, antes de fazer isso, onde tem vigia e tudo, eles escolta tudo direitinho, procura saber como é que é o sistema da empresa, o horário que o vigia entra, que ele sai, pra fazer tudo certim, pra num dar errado, entendeu?”* (ENTREVISTADO 01),

Mais que apontar o que é levado em consideração no planejamento dos roubos, é importante ressaltar como são construídas as informações para a elaboração e execução desse crime. Roubos a estabelecimentos comerciais com grau elevado de sofisticação estão sempre associados ao uso de informação qualificada sobre o alvo e a sua rotina, especificamente sobre o momento em que esse alvo estaria com o maior valor disponível e maior vulnerabilidade para o roubo.

Os dados da pesquisa possibilitam dizer que o levantamento e uso dessas informações pelos ladrões podem ser divididos em dois grupos: i) o ladrão e seus parceiros adquirem as informações sozinhos, observando o comércio a ser roubado e a rotina dos seus funcionários e

clientes; ii) um funcionário, policial ou outra pessoa passa ou vende as informações para os criminosos – a já mencionada “*fita dada*”. Algumas informações adicionais importantes – como localização e senha do cofre – muitas vezes são obtidas pelos infratores por meio da intimidação e uso de violência com os funcionários no momento da ação. Importante destacar que essas classificações são construídas meramente para fins analíticos e não constituem tipos estáticos e rígidos; é possível que os casos, em alguma medida, contenham ingredientes dos dois grupos.

No que se refere ao primeiro grupo, o trabalho de levantamento de informações é relativamente mais demorado, pois os próprios ofensores observam a rotina do comércio e seus funcionários e clientes. Nos eventos relatados pelos entrevistados, esse tempo variou de três dias a três meses. Vários elementos foram levados em consideração, dentre eles, a hora que o comércio abria e fechava, horário de maior movimentação de clientes, o volume de dinheiro em caixa, o dia que a empresa realizava o pagamento dos funcionários e até mesmo aspectos da vida pessoal dos empregados.

**Entrevistado:** Vou falar pra você, o último assalto meu foi em 2016, o do sacolão. Nós ficou escoltando o sacolão três meses, a hora que abre, fecha, a hora do almoço, o gerente, a caixa. Tudo, velho. Quem é o fulano, quem é o gerente, que é o caixa.

**Entrevistador: Estudando mesmo.**

**Entrevistado:** Três meses, cara! Deixa eu falar pra você, pelo jeito que eu fiz o crime lá não precisava escoltar nenhum. Era só pegar algum dia útil, você pode ir lá, tem o dinheiro no envelope, você abre a gaveta e o dinheiro tá lá, que o cara taca só o dinheiro. Pra você ver como eu entrei, o cara tava de cabelo grisalho, tava com uma réplica de plástico. Eu coleí na parede dele, ele tava no caixa. Eu cheguei nele assim “Ô doutor, como é que eu faço pra mim ir lá na Contorno?” e lá “Você tem que pegar aqui, fazer isso, pegar o ônibus ali”, eu falei “beleza, eu vou comprar uma latinha ali, tá tranquilo?”, “não, tá tranquilo”, fui lá dentro do espaço dele, olhei se tinha polícia, eu olhei os possível perigo que eu podia correr. Nessa que eu peguei a latinha, eu falei com ele “quanto que é?” ele “é R\$ 2,50”, eu coleí na parede assim...

**Entrevistador: Você tava sozinho?**

**Entrevistado:** Não, tava eu e mais dois mano. Esses mano foi só pra mim recolher o caixa, esses trem. Eu tirei a réplica e fiz assim, de plástico, falei “Velho, é um assalto, nós tá escoltando vocês já tem seis meses, certo? Eu sei que você tem uma filha pequena e aqui eu já vi ocê com ela aqui, se você peidar, se você correr, gritar, vai dar tiro”, ele falou só assim: “Não faz nada comigo não, eu tenho família, tenho filho pequeno mesmo. Eu vou te dar você tudo, tá lá no escritório, eu sou o gerente”, eu falei “eu sei que você é o gerente, nós sabe que você é o gerente”. Eu fui e abracei ele aqui ó, pus a mão na reta e falei assim “Não tenta nada, não tenho nada a perder não, e não olha pra mim não” eu falei com ele. Subi lá em cima, dois envelopes, cada um com R\$ 1500.

**Entrevistador: Você esperava mais ou menos quanto? Você tinha uma ideia de quanto vocês iam acertar?**

**Entrevistado:** A bolada foi de R\$ 30 mil. Lá era R\$ 30 mil, mas nós fomos burro porque nós pegamos dia 20. Se pegasse dia 5, quinto dia útil, nós acertava o dinheiro bom. Mas nós pegou adiantamento de pagamento, entendeu. Eu acho que trinta e tantos funcionário. Aí eu acho que foi adiantamento de pagamento que nós pegou. E eu vou falar com você, velho... (ENTREVISTADO 25)

No segundo caso, o “escoltamento” é relativamente menos trabalhoso para os criminosos, pois alguém que já conhece bem o funcionamento e rotina da empresa e de seus funcionários passa essas informações para o infrator – sem a necessidade de um levantamento *in loco*. Um fato interessante destacado pelos entrevistados é a questão do segredo sobre quem é esse informante e como conseguiu a informação. Praticamente todos os respondentes diziam que foram convidados por outros amigos para realizar um assalto a um determinado estabelecimento e que esses amigos que tinham um informante “secreto”. Apesar de alguma insistência, pouco se dizia sobre isso. Não é possível afirmar ao certo se falar sobre esse informante é um tabu entre os ladrões parceiros, apenas entre os entrevistados e o pesquisador ou as duas possibilidades.

**Entrevistador: Só vocês dois?**

**Entrevistado:** Só nós dois.

**Entrevistador: Parceiro fixo.**

**Entrevistado:** Fixo. Aí até chorei quando ele morreu, porque foi o último assalto que eu fazia em Venda Nova, nós tava de quatro nesse dia, roubar uma lotérica, tinha muito dinheiro. Chegava mais ou menos a uns R\$ 300 mil. Aí o carro-forte tava buscando, não sei como é que descobre esses trem.

**Entrevistador: Só ele sabia?**

**Entrevistado:** O cara, Deus me perdoe, não sabia o que esse cara tinha na cabeça de saber que tinha R\$ 300 mil ali guardado.

**Entrevistador: E nunca erraram? Sempre acertaram em cheio?**

**Entrevistado:** Certinho, batia certinho. Não sei o que ele fazia. Tinha vez que ele sumia e aparecia, não sei se ele dava dinheiro pros outros, o que ele arrumava também não. (ENTREVISTADO 21)

## **Residência**

Embora a maioria dos assaltos à residência apresente um nível elevado de improviso, a pesquisa revelou alguns casos de roubo à residência com um nível médio de planejamento. Nessas situações, os assaltantes tinham informantes que lhes ajudaram a saber com detalhes qual residência roubariam, a rotina da(s) vítima(s), uma estimativa aproximada dos bens e valores disponíveis e, por consequência, o melhor dia e hora para atacar. Isso significa que houve um estudo prévio e longo, em que se usou de informação qualificada para reduzir as incertezas e os riscos da ação em comparação ao que se observa nos casos em que apenas a fachada das residências e a oportunidade para entrar são levados em consideração para o roubo. Um dos exemplos emblemáticos é de um amigo de entrevistado que simulou uma paquera com um homem homossexual pela rede social, conquistou a confiança dele, conseguiu todas as informações necessárias e combinaram de marcar um encontro na casa da vítima. No dia desse

encontro, o amigo levou o entrevistado e outra pessoa. Uma vez dentro da residência, eles amarraram a vítima e roubaram mais de 15 mil reais em objetos de valor e dinheiro.

**Entrevistado:** Não, eu fui preso no do carro, em 2010. Foi meu último. Esse do [nome do bairro] foi uma mansão que a gente pegamo. Um colega meu tinha um Facebook, hoje ele tá até meio doido por causa da rua, do que aconteceu na nossa vida, com a família dele também, deixou o cara meio lerdado da vida. Tá lerdão. Esse menino na época era atividade, era muito ativo. Lá na roda, fumando maconha, chegou “Nó, Zé, ...” sempre tem o que tem a mente mais poluída de todos. Chegou falando “O cara chamou eu de gostoso no *Facebook*...”. “É [nome do amigo], para aí, tá sendo viado então, né Zé?”. Aí o colega meu levantou e falou assim “Quê? Não! Você vai conversar com esse cara na internet, que nos vai acompanhar”. Então o colega meu “Aí vamo”. Nem era computador, era *Lan House*. A gente foi na *Lan House* “Senta aí, vamo ver. O cara é gay, o cara é gay! Ô [nome do amigo], como você encontra um cara desses?”, aí ele “não, Zé, o cara que mandou solicitação pra mim, eu respondi e o cara falou que eu sou gostoso, que eu sou bonito”. Aí o colega meu “Vai conversando com ele. Pergunta ele onde ele mora”, ele respondeu “[nome do bairro]”. “Agora amanhã nós vamo conversar com ele”. Outro dia, a mensagem do cara lá “Onde você mora?”. Três dias nós ficamo conversando com esse cara. Marcamo encontro dos dois. Na hora que passou em [nome do bairro] pra pegar o menino, nós abordou o carro “nós vamo lá pra sua casa”. Chegamo lá de carro, entramo na casa e limpamo tudo. Esse assalto aí, a gente fizemos esse.

**Entrevistador: Esse foi o mais planejado**

Entrevistado: O mais planejado. O meu que eu tinha envolvido. Agora não...

**Entrevistador: Quanto vocês levaram nessa aí?**

Entrevistado: R\$ 15 mil.

**Entrevistador: Em dinheiro?**

Entrevistado: Em dinheiro foi R\$ 7 mil. Tinha um pente de ouro que a gente conseguiu vender, só o pente de ouro, acho que foi R\$ 3 mil, teve um notebook, uma câmera. Umas coisa pequena. Deu em torno de R\$ 15 mil. Na época era dinheiro pra caralho, velho. A gente comprou muita coisa, a gente zuiu no baile. (ENTREVISTADO 36)

Conforme apontado, os roubos aqui indicados como muito planejados corresponderam a uma parte relativamente pequena dos roubos narrados pelos entrevistados. A maioria deles apresentou configuração de roubos classificados como médio e pouco planejado. Por mais que haja fortes evidências para acreditar que a maioria dos roubos que ocorre em Belo Horizonte seja realmente com médio ou pouco planejamento, é importante lembrar os vieses metodológicos da pesquisa (BECKER: 2008; COELHO, 1986; RIBEIRO; SILVA, 2010). Assim, é oportuno ponderar que o público alvo deste estudo representa mais os indivíduos que o sistema de justiça conseguiu apurar e condenar do que um retrato real dos roubos e seus autores na cidade. Talvez esse perfil de assaltantes que executem roubos com nenhum, pouco e médio planejamento estejam superestimados, pois são, em tese, os mais fáceis de serem criminalizados e a “clientela” preferencial do sistema de justiça. Por conseguinte, é possível também que o perfil dos roubos com muito planejamento seja, em alguma medida, subestimado porque apresenta maior dificuldade de serem presos, tanto pela sua própria forma de atuar (que



visa minimizar os riscos) quanto pelas relações ilegais para relaxar sua prisão com alguns agentes da lei corruptos ou pela contratação de bons advogados.

Nessa direção, se foram infrequentes os relatos de roubos muito planejados, foi praticamente inexistente os casos de roubos extremamente planejados, como os assaltos de grande porte contra empresas de guarda de valores, carros fortes e bancos, estudados por Aquino (2008; 2010a; 2010b). Apenas um dos entrevistados se enquadrou nesse tipo de perfil, tornando a parte da discussão sobre esse tema um estudo de caso, visto que não foi algo recorrente na pesquisa. Trata-se de um crime com um quantitativo relativamente pequeno também em termos quantitativos, visto que, de acordo com o REDS, de 2012 a 2017, os roubos a banco e casas de câmbio corresponderam a 0,02% (43 casos) do total de roubos em Belo Horizonte. De todo modo, é importante apresentar uma síntese da história da trajetória desse entrevistado para compreender, ampliar e complexificar os diferentes níveis e formas de se planejar e executar os roubos.

Esse respondente, autor de grandes roubos, embora também tenha uma origem muito semelhante aos demais entrevistados, apresenta uma trajetória e forma de atuação bastante diferente da quase totalidade dos pesquisados. De estalo, já inicia sua carreira criminal aos 16 anos com um grande assalto a uma casa de câmbio, em Belo Horizonte. Na ocasião, foi o responsável por estudar minuciosamente o funcionamento do estabelecimento. O planejamento desse crime durou aproximadamente 6 meses até a sua efetiva execução.

Segundo o entrevistado, a própria relação dele com o sistema de justiça criminal, de modo oposto ao esperado dos mecanismos de controle formal, fez com que ele se envolvesse ainda mais no mundo do crime, numa relação perniciosa de suborno e extorsão do/pelos policiais. O entrevistado revela que, após ser preso ao roubar a casa de câmbio, os policiais civis “acharam a galinha dos ovos ouro” e sempre lhe extorquiam dinheiro, pois sabiam que ele era um dos poucos criminosos capazes de fazer grandes assaltos em Minas Gerais. Além disso, pagava regularmente suborno para os policiais para o liberarem do flagrante de um crime. Muitas vezes, ele fazia os assaltos para pagar sua “dívida” com os policiais.

A polícia começou a perturbar [após o roubo a casa de câmbio], aí prendeu a minha família toda, toda, toda. Namorada, mãe, pai, irmão meu que está aqui também, meu irmão que hoje é advogado, na época levou todo mundo preso pra me achar. Aí eu apresentei, eu não apresentei, eu apareci pra pegar uma moto e eles me prenderam, aí nunca mais tive sossego ... chegou um certo momento da minha vida que eu não tinha mais paz por causa da polícia. Eu digo pra você que, eu sou de Contagem, Contagem é grande, mas Contagem ficou pequeno pra mim, pois a polícia me considerava a “menina, a galinha dos ovos de ouro”.

A militar foi uma vez, só que eu não acreditava que eles iam aceitar suborno, mas eles

aceitou, mas a civil... a polícia civil eu digo e falo que eles são ladrões autorizados pela lei, eles tem carteira, tem viatura e tem arma. Eu falo porque eu conhecia muito policial, muito policial ganhava dinheiro meu e, como ninguém quer ficar preso, eu já cheguei a pagar 120 mil pra não ficar preso. Então pra mim Contagem ficou pequeno e eu fui envolvendo tanto no crime, tanto assalto, assalto, assalto que o estado já ficou pequeno pra mim, já fui preso em Divinópolis, já fui preso em Valadares, então quer dizer, ficou estranho aquilo pra mim.

Eu já não tinha mais paz nem na casa da minha mãe, então as coisas ficou difícil pra mim por causa dos crimes que eu cometia, não porque a polícia queria me prender, eles queriam me pegar porque eu era como um cheque. Oh [nome do entrevistado], agora você está na nossa mão, eu quero 30 mil, eu quero 50 mil, cada um tem o seu preço, eu quero x. Eu não tenho, mas me solta que daqui a uma semana eu te pago, daqui um mês eu te pago. Então eu fui, eles foram me envolvendo de uma forma que a gente não percebe, eu já passei a ser procurado. Aí o que acontece, aí já passei a juntar o útil ao agradável, eu vou ali e pego 500 mil, 300 mil, dou 50 mil pra eles e compro uma casa, uma mansão e vou viajar e curtir a vida. (ENTREVISTADO 41)

Como visto, esse ciclo de extorsão e suborno com as polícias foi relatado também nos roubos muito planejados. Entretanto, o diferencial na questão em cena é que esse tipo de relação também ocorria de modo recorrente entre o entrevistado e os operadores do sistema penitenciário. Fato extraordinário é que o entrevistado alega ter fugido de 13 presídios em que passou, o que reforçava ainda mais o envolvimento do entrevistado com a criminalidade e lhe garantia grande sensação de poder e impunidade. Considerando apenas os crimes pelos quais foi condenado e suas fugas, ele responde por uma pena de 88 anos de prisão. Afirma nunca ter subornado um Juiz de Direito, embora alegue conhecer casos em que houve esse tipo de transação.

“Agora tem 10 anos, 10 anos que eu estou preso. Por incrível que pareça, a 88 anos de pena.”

“Eu fui preso, aí eu falei: vou fugir. Aí fugi mais algumas vezes, sempre caçando a boa... que eu sei né, eu era uma desgraça pra isso, é mesmo, 13 fugas eu não ficava preso mesmo não, não ficava preso.

É, essa aí eu fui preso, fui parar lá na [nome da penitenciária], eu fui resgatado lá de dentro, os caras vieram da rua e me tomou lá de dentro. Veio um carro, veio de metralhadora, de pistola, entrou lá dentro e pegou os guardas na portaria e pegou e foi lá dentro e me tirou.

Eu nunca fui de liderar dentro de cadeia, porque primeiro o meu objetivo era fugir e eu não sou trouxa, que quem lidera chama atenção e quando chama atenção eles te vê e dificulta. Eu sempre fui de chegar e ficar quieto no meu canto, não era de conversar muito nem com o preso, nem com ninguém a não ser quando às vezes eu era preso e a polícia fazia os [...] pra mim, me mandava pra Itaúna, lá você vai ter polícia assim, assim e você já vai chegar e ele vai te procurar, o nome dele é fulano, eu já ia sabendo quem estava lá, aí eu procurava essa pessoa pra conversar, mas eu não era muito de ficar conversando não porque o meu objetivo não era ouvir. (ENTREVISTADO 41)

Os demais assaltos cometidos por esse entrevistado envolviam técnicas e procedimentos diametralmente distantes dos roubos aqui classificados como pouco, médio ou mesmo muito planejados. Nesse caso, a realização de um crime envolve um planejamento de longo prazo, com a participação de integrantes com perfis diferenciados e não somente pessoas com a disposição de portar armas e abordar a vítima. O trabalho de levantamento de informações, por exemplo, é realizado por pessoas definidas como “*de boa aparência*”, ou seja, pessoas brancas, bonitas e bem vestidas. Os mínimos detalhes são analisados “*passo a passo, rota de fuga, quantas pessoas ia usar, que tipo de arma na mão, que tipo de arma ia deixar no carro, quantos carros eu ia usar, se eu ia usar moto, eu planejava tudo, arquitetava tudo*”. Nota-se que ele tentava antecipar e prever soluções para todos os possíveis riscos, mesmo sabendo que chance daquilo acontecer era baixa. Esse processo durava geralmente de seis meses a um ano. Ele alega que já chegou a pagar um curso de vigilante para uma pessoa virar sua informante num assalto a um carro forte. “*Já paguei um curso pra vigilante, eu falei: oh, você vai entrar aqui. Não demorou. Eu paguei o curso, ficava tranquilo e eu banquei o cara, a família do cara pro cara poder entrar, eu sabia que estava investindo num retorno grande*” (ENTREVISTADO 41).

As ações apresentavam organização extrema e funções variadas dentro da equipe, de maneira que até comportamentos pouco cobrados em outras configurações, como pontualidade e nunca usar drogas para cometer o crime, eram tratadas com muito rigor. Além disso, sempre portavam armamento pesado em suas empreitadas. Todos os roubos eram “*com arma, arma pistola, naquela época não tinha pistola, era revolver. Depois veio as pistolas, né, as .40, as 9 milímetros, 3.80, metralhadora, fuzil, aí veio a desgraceira toda né.*” Conforme outros entrevistados descrevem, em grandes roubos é preciso ter dinheiro para investir para participar. Contudo, os lucros esperados são sempre muito grandes (superiores a 100 por integrante) e, em contrapartida, os riscos de morte também são mais elevados. Fatos esses bastante similares aos apontados por Aquino (2010a) em seu estudo sobre um grande roubo realizado por um grupo de assaltantes a uma empresa de guarda de valores do Ceará.

Para finalizar, importante destacar que o grau de preocupação e organização do entrevistado para evitar ser preso era tão grande que se estendia até para momentos de sua vida pessoal e não somente na realização de um grande roubo. Conforme indicou, ele evitava morar em territórios vulneráveis, com presença constante de policiais, e se relacionar socialmente com outras pessoas envolvidas com o crime, pois isso, segundo ele, “*chama cadeia*”, ou seja, levanta muita suspeita das polícias. Dessa forma, tentava levar uma vida pública mais normativa possível para evitar quaisquer exposições e riscos desnecessários. Tal tipo de postura foi confirmado por outros entrevistados, que, em determinadas situações, disseram que grandes

assaltantes rompem com o estereotipo comum de bandido. “*Porque os cara que é bandido mesmo, véi, você olha assim você, os que é bandido mesmo, assim que rouba muito dinheiro, que mexe com os trem errado mesmo, você vê, você acha até que é doutor. Os cara aí que você vê na rua, que você fica com medo, neguim de cabelo amarelo, os pé tudo vermelho [de terra / poeira], esses cara aí é tipo, tipo assim, é ladrão tal, mas é noiado, os cara que é ladrão mesmo, só anda de carrão*”. (ENTREVISTADO 02).

Nesta seção, buscou-se compreender o modo como os assaltantes pensavam e se organizavam para cometer os crimes de roubos ao longo de sua trajetória criminal. Em outras palavras, procurou-se responder como e em que circunstâncias os ladrões planejam e executam os roubos. Especificamente, em que medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados.

Nesse contexto, a partir de uma análise retrospectiva da memória dos entrevistados e dos dados do REDS, foi possível construir quatro tipos de configurações com base na forma como os entrevistados se organizaram para realizar os assaltos, a saber: i) os roubos nada planejados; ii) os roubos pouco planejados; iii) os roubos médio planejados e iv) os roubos muito planejados.

A primeira configuração abarca as situações em que o autor cometeu o roubo em um momento que extrapola a noção de impulso, pois ocorreu em uma situação de extremo transtorno devido à abstinência ou ao excesso do consumo de drogas, como álcool, cocaína e crack. O grau de impulsividade nesse contexto é tão elevado que o entrevistado não conseguia sequer lembrar com detalhes o que aconteceu naquele momento, o que demonstra a dificuldade de quaisquer tipos de enquadramento mínimo de racionalidade da ação. Tais crimes foram realizados “*no impulso*”, “*na fissura*”, “*na loucura*”, conforme expressão dos próprios entrevistados. Basicamente, é cometido por dependentes crônicos de drogas, que atuam sozinhos, usam faca, *sugestia* ou força física e têm como alvo preferencial os bens de passageiros, funcionários e da empresa de transporte coletivo, bem como os bens de transeuntes. Via de regra, casos com essa configuração apareceram com pouca frequência nessa pesquisa, bem como em outros contextos (PETROVIĆ; DELJKIĆ; MUJANOVIĆ, 2011; DE HAAN; VOS, 2003), sendo classificado por pesquisadores de vanguarda sobre o assunto, como Conklin (1972), como Ladrões Viciados e Ladrões Alcoólatras.

A configuração subsequente compreende os assaltos pautados majoritariamente na impulsividade e oportunidade, aqui definidos como roubos com pouco planejamento. Esse

grupo concentrou significativa parte dos roubos narrados pelos entrevistados e é constituído pelos eventos em que os autores não tinham uma intenção *a priori* de cometer um crime, mas, diante de uma oportunidade inesperada e da pressão dos colegas, sucumbiram à tentação e realizaram o roubo. Nesse grupo, todo o ciclo de motivação, planejamento e execução é realizado em poucos minutos ou até mesmo segundos, podendo ser definido pelo clássico jargão “*a ocasião faz o ladrão*”. Trata-se de um grupo composto, em sua maioria, por jovens, em dupla ou mais, que usam de força física (por exemplo, um puxão ou gravata) para roubar celulares e/ou bolsas de transeuntes.

Já a terceira configuração é classificada como roubos de médio grau de planejamento e abarca a maioria dos roubos cometidos pelos entrevistados. Nesse cenário, os autores realizaram os assaltos de forma menos impulsiva e, por consequência, mais planejada que nos grupos anteriores. Ao contrário da configuração anterior, os autores saíam motivados a cometer um ou mais assaltos e tinham uma noção minimamente precisa sobre quem participaria do roubo e o bairro ou região onde atuariam. Todavia, não tinham a devida clareza dos passos seguintes da ação, apenas uma vaga ideia da função de cada um dos integrantes, sobre quem e quais objetos seriam roubados e sobre como fugiriam. A oportunidade e impulsividade ainda ocupam lugar na central realização do crime, que, basicamente, consiste em ir a um determinado local e realizar uma análise quase imediata e superficial da vulnerabilidade e dos bens mais evidentes do alvo naquele momento. Todo esse processo entre a decisão de roubar e a execução propriamente dita leva, em média, poucos minutos ou horas. Por ser um grupo que abarca um grande volume e variedade de roubos, foi possível verificar padrões e divergências dos crimes conforme diferentes tipos de alvos, dentre os quais destacam-se os roubos a transeuntes, a estabelecimentos comerciais, a ônibus, a residência e de veículos. Apesar das idiossincrasias de cada tipo de alvo, os modos de atuação dos roubos enquadrados nessa configuração constituem um esforço mediano em termos de organização e sofisticação de planejamento e ainda tem, em grande medida, a impulsividade e oportunidade como elementos centrais das ações.

Nesse contexto, denominado por muitos autores de crimes de oportunidade, tanto a configuração anterior (roubos com pouco planejamento) quanto a configuração em cena (roubos de médio planejamento) são referendadas por pesquisadores de diferentes orientações teóricas. Clarke e Felson (1998) e Cohen e Felson (1979), por exemplo, irão considerar que, ainda que em grande parte impulsivos e limitados, os autores realizaram cálculos de custo e benefício e fizeram leituras contextuais e ambientais mínimas antes de cometer o roubo. Desse modo, embora pouco planejados, há forte presença de racionalidade em tais ações. Já Wright, Brookman e Bennett (2006) vão argumentar que tais ações são muito mais baseadas no

imediatismo emocional da ofensa e seus benefícios para o estilo de vida hedonista do infrator do que por ponderações frias e racionais. Por sua vez, é importante destacar o trabalho de Conklin (1972) que, apesar de estar mais centrado numa questão descritivo-analítico que propriamente teórica, encontrou e classificou os ladrões da cidade de Boston, que atuavam de modo muito semelhante a esse tipo de configuração, como Ladrões Oportunistas.

Embora em menor proporção que as configurações anteriores, foi possível verificar alguns roubos classificados como muito planejados, ou seja, eventos em que a oportunidade ainda permanece como um componente relevante, mas há um processo mais organizado no que se refere à tomada de decisão, planejamento e execução dos roubos. Nesse contexto, além do território e o tipo de alvo, vários elementos que dizem respeito ao roubo são levados em consideração antes da sua execução. Nos crimes aqui abarcados, houve um “*escoltamento*”, ou seja, um estudo prévio sobre os bens e os valores que o autor iria encontrar com a vítima, bem como sobre os elementos contextuais que deveriam ser analisados e mitigados para aumentar a chance de sucesso da ação, como, por exemplo, medidas para evitar ser filmado, uso de veículos adulterados ou ilegais, analisar a presença ou risco de vigias, policiais e “*super-heróis*” etc. Além disso, nessa configuração, há uma mudança nos discursos no que diz respeito às relações estabelecidas entre os assaltantes e as autoridades, de modo que se nota uma diminuição das queixas sobre violência policial e o surgimento frequente de narrativas sobre a corrupção de alguns agentes policiais, sobretudo da Civil.

Em termos práticos, os roubos denominados muito planejados foram direcionados a transeuntes e a estabelecimentos comerciais e de serviços (houve apenas um caso de roubo à residência com esse enquadramento). Tais crimes eram realizados somente com o uso de informações minuciosamente qualificadas, obtidas por meio de coleta e observação direta dos próprios assaltantes ou por pessoas externas que tinham informações valiosas sobre o alvo. Essas ações são conhecidas popularmente como *saidinha de banco* e *fita dada*.

Assaltos com essa configuração envolveram entrevistados mais experientes e com significativo histórico criminal, tanto no que se refere ao crime de roubos quanto de outras modalidades criminais. Curiosamente, grande parte alegou que também tinha um trabalho formal quando cometeu esse crime. Os roubos desse universo foram realizados, em sua maioria, por dois ou três autores, com ao menos um dos integrantes portando arma de fogo. Tal configuração de roubos talvez seja a que a abordagem da Escolha Racional e das Atividades Rotineiras se enquadrem com melhor ajuste (CLARKE; FELSON, 1998; COHEN; FELSON, 1979). Nesse contexto, os autores são mais cautelosos, se organizam e levam mais elementos

em consideração antes de realizar as ações, o que não implica, obviamente, na ausência de improvisos ou suspensão de elementos emocionais na realização do empreendimento criminal.

Importante destacar que, dentro do universo pesquisado, apenas um dos entrevistados e eventos se enquadraria entre os grandes roubos a instituições financeiras, em que os detalhes para realização do crime são pensados de forma extremamente meticulosa – tal qual estudado por Aquino (2008; 2010a; 2010b). Tal configuração envolve, entre outras coisas, grandes investimentos, armamento pesado e uma rede de parceiros e de competências diversas que vão além da coragem e disposição para pegar em armas, invadir, abordar pessoas e enfrentar policiais. Em síntese, essa configuração se refere aos casos de extrema organização e planejamento, algo que não pode ser captado e mensurado de forma minimamente apropriada ou com a devida saturação necessária para afirmações mais embasadas na pesquisa. Esse evento, portanto, é tratado apenas como um estudo de caso, que, porventura, se enquadraria de modo próximo ao Ladrão Profissional, descrito por Sutherland (1937).

De uma forma geral, as evidências empíricas demonstram a impossibilidade de se pensar os roubos e seus autores em uma categoria ampla e comum. O que se percebe é uma categoria bastante fluida tendo em vista o modo como os autores se organizam e executam suas ações. Desse modo, a construção desses quatro modelos de configurações deve ser entendida apenas como um recurso analítico e metodológico importante para a melhor compreensão do fenômeno. Tais configurações não representam, nem podem ser interpretadas, como objetos estáticos, pois sua matéria prima é constituída por atores vivos, fluidos e dinâmicos. Um olhar mais aprofundado sobre esses modelos demonstra melhor a natureza desse fenômeno.

Quando pensamos em modalidade de roubos, por exemplo, nota-se que os assaltos direcionados a transeunte e a estabelecimentos comerciais foram praticados dentro das quatro configurações de planejamento estabelecidas (nada, pouco, médio e muito). Contudo, os roubos a transeuntes tendem a ser realizados com maior frequência com pouco e médio planejamento e os roubos a estabelecimentos comerciais com médio e muito planejamento. Já outros tipos de modalidades de roubos, como assaltos a ônibus, foram classificados sempre como nada, pouco e, especialmente, médio planejados. Por sua vez, os roubos à residência e a veículos foram as modalidades que apresentaram médio planejamento. Importante destacar que os roubos a veículo apresentam características muito específicas, sendo idealmente posicionado com uma configuração mista entre médio e muito planejado. Essa variedade de cenários, portanto, reforça o caráter fluido e dinâmico dos crimes de roubos. Indica que o tipo de modalidade criminal não necessariamente dita o nível de planejamento desenvolvido pelos seus autores, sobretudo no que refere aos roubos a transeuntes e a estabelecimentos comerciais. Nesse sentido, foi possível

verificar casos (ainda que raros) que fogem do padrão apresentado por grande parte da literatura, em que roubos a transeuntes foram executados com muito planejamento e roubos a estabelecimentos comerciais com pouca e nenhuma organização (HOCHSTETLER 2001: 744; FEENEY, 1986; WRIGHT *et al.*, 2006, CONKLIN, 1972; WELLFORD; MACDONALD; WEISS, 1997, MORRISON; O'DONNEL, 1996),

De maneira semelhante à questão das modalidades, essa fluidez foi observada também no que se refere aos indivíduos, especificamente à trajetória criminal dos entrevistados. De todos os respondentes, apenas um cometeu um tipo de roubo usando exatamente o mesmo procedimento de forma reiterada. Todos os outros 39 entrevistados transitaram entre diferentes modalidades de roubos e diferentes tipos de configurações. Essa dinâmica ocorre de forma tão aleatória que é difícil estabelecer um padrão nas trajetórias criminais dos entrevistados. Se individualizarmos os casos, nota-se trajetórias como a do ENTREVISTADO 09, que inicia sua carreira assaltando ônibus e pedestres com pouco ou médio planejamento e, com o tempo, começa a realizar grandes assaltos a residências e veículos com médio e muito planejamento. Nessa fase de sua vida, não mais assalta transeuntes e transporte coletivo e é preso ao roubar uma motocicleta. Já o ENTREVISTADO 21 tem uma trajetória no sentido inverso. Inicia sua carreira criminal realizando assaltos muito planejados a grandes estabelecimentos comerciais e de serviços, mas, em um dado momento de sua vida, torna-se viciado em crack e passa a viver na rua praticando assaltos nada ou pouco planejados a transeuntes e ônibus. Outros, como os ENTREVISTADOS 06 e 37, foram presos já no primeiro roubo e não puderam ou quiseram continuar com a prática criminal. De um ponto de vista analítico, grande parte dessas histórias tornam-se ainda mais particulares, descontínuas e complexas quando consideramos que tais envolvimento com o roubo ocorriam, de modo concomitante ou sequencial, com a prática de outros tipos de crimes e, muitas vezes, trabalhos legais.

Esse estilo de vida caótico da maioria dos entrevistados é verificado sobremaneira nos estudos sobre ladrões de Katz (1988) e Wright e colegas (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; JACOBS; WRIGHT, 1999; WRIGHT; DECKER, 1997). Tal comportamento estaria associado aos aspectos da Cultura de Rua, onde se destaca o desejo hedonista e de viver a vida no momento, sem considerar as consequências. Nesse contexto, o roubo é apenas mais um desses meios de se conseguir dinheiro para essa finalidade, a despeito das preferências pessoais de alguns entrevistados por uma modalidade de roubo ou, algumas vezes, outros tipos de crime. As narrativas dão conta de roubos e escolhas de alvos que são, quase sempre, decididos na hora, ou seja, tais crimes ocorrem muito em função do contexto das interações desenvolvidas entre o entrevistado e seus pares no momento do ato. Isso ajuda a



entender, por exemplo, porque as configurações e as modalidades de roubos não são fixas, visto que os atores, inseridos nessa lógica de cultura de rua, transitam entre essas formas de atuação e tipos de alvos dependendo de como as oportunidades contextuais de roubar se apresentam e da rede de pares na qual eles estão inseridos.

### ***3.4 O uso da força e de arma: “Todo ladrão vai trabalhar com a sua mente”***

O roubo é um ato que, necessariamente, envolve uma interação face a face entre o agressor e a vítima e, para sua realização, tem como elementos centrais a ameaça e/ou o uso da força. Nesse sentido, o tipo e o grau da força empenhada nesses eventos criminosos é um tema transversal a todas as modalidades e tipos de planejamento. Revólveres de verdade ou réplicas, facas, facões, puxões, golpes, gritos, sussurros, gestos e outros tantos artifícios podem ser usados como meios para intimidar e convencer a vítima a obedecer às ordens do infrator. Dada a tensão e a quantidade de variáveis envolvidas numa cena de roubo, as situações e os desfechos dos eventos são quase infinitos e imprevisíveis. O assaltante pode conseguir o que desejava sem machucar a vítima ou ocorrer exatamente o oposto. Pode surgir, inesperadamente, outra pessoa na cena e ferir alguém ou ser ferido. A vítima pode acatar as ordens e ser ferida ou desobedecer e o ladrão desistir e fugir.

É exatamente sobre esse caleidoscópio de situações que envolvem a questão do emprego da violência que está inserida a discussão tratada na presente seção. Nesse contexto, esse tópico tem como objetivo compreender quais fatores estariam associados ao uso da força e dos tipos de armas e como essas questões são interpretadas pelos autores.

Embora seja classificado como um crime violento, a questão do grau e do tipo de força usado na realização do assalto é um assunto bastante controverso na percepção dos seus atores. Duas frases ditas por entrevistados diferentes resumem uma ideia consensual dos respondentes da pesquisa sobre o tema: “*Todo ladrão vai trabalhar a sua mente*” (ENTREVISTADO 21) e “*o prazer do assaltante é entrar na cena e ver [pegar] o dinheiro e ir embora - sem dar um tiro*” (ENTREVISTADO 25). Tais falas indicam um esforço dos entrevistados em mostrar que, ao menos em termos discursivos, no modelo de crime ideal não se machuca a vítima. No que se refere ao uso de força e violência, para se conseguir o objetivo, o ladrão tem como foco a mente e não o corpo da vítima. A agressão deve, portanto, ser sempre mais psicológica que física, na avaliação dos entrevistados.

Nessa direção, o fator surpresa e o choque causado no momento da abordagem é descrito como uma das principais armas para se conseguir roubar a vítima sem que ela ofereça resistência e, conseqüentemente, sem a necessidade de o autor empregar violência física. Alguns entrevistados descrevem essa tática como “*causar o impacto*”. Esse impacto está relacionado não somente ao susto ocasionado por uma abordagem surpresa, mas à transmissão de uma mensagem direta e certa na mente da vítima de que ela poderá morrer a qualquer

instante. Para o ladrão, durante o assalto, é fundamental manter viva na mente da vítima a ideia “*ele vai me matar, ele vai me matar, ele vai me matar*”. Tal fato é evidenciado e descrito na literatura por Wright e Decker (1997) como criar uma “*ilusão de morte iminente*”. A fala do entrevistado, a seguir, resume esse tipo de situação e técnica:

**Entrevistado:** Olha, trabalho com aquela linha de, como eles falam, entrar na mente [...] No choque, psicológico. Então, se eu quero te amedrontar, eu vou olhar dentro dos seus olhos. Eu não vou falar com você, não, eu vou olhar dentro dos seus olhos firme. Primeiro eu vou olhar sua caminhada, vou te estudar. Então eu sei quando eu vou chegar pra te abordar. Eu vou chegar assim, eu posso não tá nada, mas a reação que eu vou chegar perto de você que você vai tomar aquele choque. Ou você vai me agredir ou você vai correr ou você vai paralisar. Entendeu, é esse como o 157 funciona. É aquele que o juiz odeia. É o impacto. Às vezes você tá sentado ouvindo o foninho. No ponto de ônibus. E tá no celular. Você tá mexendo aqui distraído, conversando com um amigo ou esposa, seja o que for. Tá conversando ali. Então eu não vou chegar pulando. Vou chegar falando não é “passa o telefone”, é “quietinho, não se mexe senão eu dou um tiro na cabeça”. Já pensa “pô, na minha cabeça?”

**Entrevistador: Pessoa já trava.**

**Entrevistado:** É. Geralmente 157 é na cabeça. Eles não vai falar que vai dar um tiro no seu pé, na sua mão. Não é filme. O cara vai aterrorizar você. Ele vai falar assim “passa o que você tem, não mexe. Eu não tô de brincadeira. Fica quietinho, age naturalmente”, ele vai levar tudo que é seu no ponto de ônibus. Você vai ficar em choque. Porque você não esperava aquela reação. (ENTREVISTADO 21)

Há, todavia, formas diferentes de causar esse impacto e subjugar a vítima sem agredir o seu corpo, apenas a sua mente. A maior parte entrevistados disse que, quando abordava a vítima, usava um tom de voz baixo, porém firme, e mostrava a arma de forma discreta. Contudo, ia elevando o tom da voz e o nível das ameaças à medida que a vítima fosse oferecendo resistência às suas ordens. “*Eu só apontava o revólver, falava ‘perdeu’ ou então ‘passa, desce’, aí a pessoa já via que eu tava tranquilo e ficavam tranquilas também e passavam o que eu queria. Outras ficavam paralisadas e eu tinha que dar um choque, tinha que dar uns gritos, xingar um pouco pra poder abordar e sair de perto*” (ENTREVISTADO 15). Já uma proporção menor de respondentes afirmou que, sobretudo quando estava iniciando com a prática de roubo, preferia gritar e imputar terror logo no primeiro contato com a vítima. Mas, mesmo nesses casos, os entrevistados alegam que as agressões nunca passavam do nível de empurrões para fazer, por exemplo, a vítima deitar no chão – mas, nada mais grave que isso.

Importante destacar que, embora raros, houve relatos impressionantes sobre uso de estratégias de violência psicológica extrema pelos infratores para conseguir o que queriam das vítimas. Dois casos chamam atenção. O primeiro diz respeito a um roubo de um determinado estabelecimento comercial em que, após renderem e amarrarem os dois seguranças de plantão, um dos assaltantes deu um tiro próximo ao ouvido de um desses vigias para forçá-lo a abrir o cofre. O segundo caso é de outro entrevistado que, durante os assaltos à residência, se o dono

da casa se recusasse a dizer onde estava o cofre com dinheiro e joias, eles jogavam gasolina na filha ou no filho da vítima e ameaçavam atear fogo na criança com um isqueiro. Tal estratégia criava uma situação de terror tamanha para as vítimas que levava a mãe e/ou o pai da criança a confessarem imediatamente onde era o local.

**Entrevistado:** E antigamente dava pra pular [o muro do estabelecimento]. Hoje não dá mais, hoje tem trava, tem sensor. Nós chegou, pegou, rendeu os vigias, eram dois.

**Entrevistador: Eles já sabiam já que tinha os vigias?**

**Entrevistado:** Já sabia. Nós pulava pra nadar lá também quando era moleque. Já rendeu um, amarrou, rendeu outro, já amarrou, depois pôs o revólver na cabeça e falou assim “onde que é o cofre? Ah, não vai falar não?”, deu um tiro no pé do ouvido, pum! E barulhão! [...] Aí já amarrou “vem cá, meu filho, dá tudo que a gente quer”.

**Entrevistador: E no seu primeiro já teve coragem de dar tiro de susto assim?**

**Entrevistado:** Na hora que ele [coautor] deu eu assustei... Foi ele que deu. Porque levei um impacto, não imaginava que dava pra fazer um barulho tão grande[...]

**Entrevistador: Aí abriu o cofre pra vocês.**

**Entrevistado:** Abriu o cofre. Direitinho, bonitinho.

**Entrevistador: Quem abriu?**

**Entrevistado:** Os vigias. Ele abriu, sendo que o carro-forte tinha passado [...] R\$ 35 mil [...] Aí nós ficamos pensando, aquela coisa toda.

**Entrevistador: Entrou no monção [carro modelo monza] e saiu vazado...**

**Entrevistado:** Saiu vazado, até pesado. (ENTREVISTADO 21)

Casas mesmo, só casão. Acordava de manhã cedinho, 5 horas da manhã, ficava lá na porta, na rua e esperava. Quando abria o portão, putf [gesto mostrando que entrava na casa]. [...] Só que a gente ia em tudo. Pegava, enquadrava e falava vamos subir. Ia lá dentro do quarto e olhava tudo, via se tinha cofre e amarrava todo mundo. Perguntava “cadê o dinheiro?” – “tenho não!” - “cadê o dinheiro? - “tenho não!”. Pegava a gasolina e sempre levava gasolina. “Vai dar não?” sempre tinha um menino pequeno. Sempre tinha. “Vai dar não? Vai dar não?” Pegava a gasolina e jogava no menino só pra por terror mesmo. Isso sempre a mãe ia e contava e o dinheiro aparecia. Tem não, né? Ai, ô! Meu parceiro é escamado... (ENTREVISTADO 32)

Essa ideia de atuação pautada estritamente no uso de violência verbal e psicológica na prática dos roubos adiciona um elemento importante na composição das justificativas que envolvem os discursos dos assaltantes. Embora a maioria dos entrevistados afirme que tinha plena consciência que, quando se vai cometer um assalto, machucar, matar ou morrer são riscos bastante reais, é muito marcante em seus discursos um esforço em demarcar um caráter estritamente material e pouco ou nada colérico de suas ações. Praticamente todos eles afirmaram que nunca agrediram fisicamente ninguém. O objetivo era apenas o dinheiro e não havia intenção e muito menos prazer em provocar dor e sofrimento nos alvos da ação. Em outras palavras, os discursos vão na direção oposta à significativa parte dos entrevistados de Katz (1988), que argumentavam que controlar, entrar em luta, agredir e vencer a vítima é uma parte prazerosa do trabalho.

Contudo, é possível perceber três elementos presentes nos discursos dos entrevistados da presente pesquisa que tornam a noção de uso da força algo bastante controverso. Primeiro porque considera a violência verbal e psicológica como um ato não violento, como algo que não fere ou que não deixa marcas e traumas, muitas vezes, permanentes na vítima. Conforme aponta a PVN (DATAFOLHA; CRISP, 2013: 124), metade das pessoas que tiveram algum objeto roubado (48,4%) afirma que essa experiência teve como principais consequências o medo de um modo geral (34,9%), temor de sair de casa (32,4%) e prejuízo financeiro (19,7%). Segundo porque avalia que o patrimônio roubado sempre teria um valor meramente material, facilmente substituível e nada afetivo para a vítima. E, terceiro, porque o uso de agressão física de forma deliberada ou o apreço por esse tipo de postura durante os assaltos é algo bastante sensível para o respondente. Desse modo, é importante levar em consideração que, em alguma medida, alguns respondentes podem ter tido uma dificuldade em assumir esse tipo de comportamento durante a entrevista por se sentirem constrangidos e por, supostamente, evitar transparecer uma imagem (para o pesquisador e talvez para si próprio) de que ele agia de forma covarde. Nesse cenário, mais que se auto avaliar como um assaltante não violento, vários entrevistados tentavam justificar seus atos apresentando relatos sobre ações quase heroicas que tiveram durante alguns de seus roubos. Várias vezes afirmaram que intercederam pelas vítimas quando seus parceiros se mostravam exaltados ou tinham impulsos reais de machucar as vítimas durante o assalto.

Importante destacar que tais argumentos apresentados pelos entrevistados sobre a forma como usam de estratégias não violentas (algumas vezes “heroicas”) e voltada apenas para o patrimônio coincidem sobremaneira com o que Sykes e Matza (1957) denominaram de Técnicas de Neutralização. Tal técnica nada mais é que um conjunto de métodos psicológicos usados pelos infratores para suspenderem temporariamente os códigos morais legítimos para justificar seus atos ilegítimos. Notadamente, os discursos dos entrevistados se enquadram no que os autores chamam de negação do dano, ou seja, a crença discursiva do ofensor de que as suas ações, embora sabidamente ilegais, não causam nenhum grande dano à vítima e à sociedade. Situação similar é verificada nos estudos de Grillo (2013: 149), onde um dos seus entrevistados dizia roubar apenas carros luxuosos, porque eles tinham seguro e assim não prejudicava a vítima.

A relação entre uso de violência e os parceiros revela uma das questões mais interessantes sobre o assunto: apesar de todos os entrevistados afirmarem que nunca agrediam fisicamente as suas vítimas, todos eles conheceram ou tiveram parceiros denominados “*com sangue no olho*”. Assaltantes com esse perfil são descritos pelos entrevistados como aqueles

indivíduos que usam a força de forma gratuita durante os assaltos, sem demonstrar nenhuma preocupação com a integridade física da vítima nem com as consequências de uma ação violenta ou mesmo letal. Independentemente de a vítima oferecer algum sinal de resistência ou não, os ladrões com “*sangue no olho*” não hesitam em “*dar uma coronhada com a arma ou dar logo um soco pra que a [vítima] caia dura [no chão]. Ele não tá nem aí, faz e não tá nem aí*” (ENTREVISTADO 29). Sinais de revide, resistência ou tentativas de fugas podem ser fatais para a vítima em situações envolvendo assaltantes com esse tipo de personalidade. Em alguns casos relatados, esses parceiros chegaram a atirar na vítima só porque a ela gritou assustada.

Não, igual teve que eu fui com esse menino, inclusive esse menino tá preso, ele matou dois policial de uma vez. Na saidinha de banco, entendeu? Depois disso tudo, então eu já sabia que, foi até, inclusive, foi até a primeira vez que nós foi junto, ele, mas o cara que me apresentou ele já falou: “oh, esse menino aí é desse jeito ele é ‘*sangue no olho*’”, aí nós foi pegar um cara, o cara reagiu, entendeu? Então por esse menino não matar o cara, eu descí da moto, imobilizei e tal, tipo assim, pra tipo assim, pra amenizar a situação pro cara não, mas me fala quem que tá fazendo um trem desse que tem um tiro de consciência dessa. (ENTREVISTADO 02)

Embora não questione ou invalide sua veracidade, é preciso analisar mais atentamente esse tipo de discurso inicialmente proposto pelos entrevistados. De imediato, nota-se que, para eles, o uso de uma violência tanto verbal e leve quanto agravada estariam relacionadas à traços da personalidade do assaltante. Nesses termos, asseguram que – apesar da Justiça, da imprensa e da sociedade em geral considerarem os ladrões como todos iguais – há uma distinção entre quem usa a força de forma gratuita ou “fazem covardia” e aqueles que buscam apenas o dinheiro. Contudo, nesse tipo de separação, colocam eles próprios enquanto ladrões nada ou pouco violentos e alguns dos seus parceiros como ladrões violentos ou *sangue no olho*.

No ser humano, na cabeça da sociedade, quem tá de fora vendo, quem tá de dentro vê os dois lados e quem tá de fora não vê os dois lados. Quem tá vendo de fora acha que todos que roubam têm a mesma disposição. O jornalismo, o policial, todos falam o seguinte, “ladrão é um só, traficante é um só”. Infelizmente é um só sim, mas cada um com um pensamento. Uma pessoa que quer roubar pra descontar a raiva de alguma coisa, uma pessoa sai pra roubar aí. A pessoa desconta a raiva num inocente que tá lá na hora, quer bater, quer fazer isso. Outro já quer roubar porque quer roubar o dinheiro mesmo. (ENTREVISTADO 39)

Nesse contexto, a partir de uma análise mais aprofundada das entrevistas, é possível ir além do discurso relativamente pronto e simplificado dos entrevistados que atrela o grau e tipo de força empregada à questão da personalidade do assaltante e que estabelece uma diferenciação entre os ladrões que buscam apenas o dinheiro e ladrões *sangue no olho*. Assim, somado ao perfil do ladrão, o uso da força nos assaltos estaria relacionado a outros quatro

fatores: i) ao contexto ou a forma como a vítima reagiu ao roubo, ii) a maturidade do infrator na prática de roubo, iii) ao tipo de arma que o infrator possui e iv) ao tipo de alvo.

O primeiro fator demonstra que o grau de violência empregada nos roubos está sobremaneira relacionado ao contexto e à forma como a vítima reagiu ao crime. A rigor, nas narrativas sobre as ações que os entrevistados realizaram, nota-se que não usar de violência agravada não é propriamente uma lei entre os ladrões, mas apenas uma intenção. Em outras palavras, o uso de violência grave nos assaltos pode até não ser uma ação desejada, porém, não é algo completamente descartado. Nesse contexto, observa-se um exercício reflexivo interessante dos entrevistados. Como a ideia inicial é evitar ao máximo ferir gravemente a vítima, a razão para atirar, esfaquear ou agredir violentamente alguém é considerada pelos entrevistados como uma forma de “legítima defesa” dos ladrões, em virtude de uma ameaça de reação da vítima ou de um *super-heroi* ao assalto. Ações abruptas como ir para cima do assaltante ou colocar a mão na cintura são interpretadas como alertas que desencadeiam o sinal de reação no infrator, levando-o a “ter que” atirar ou machucar primeiro para se defender.

Nota-se, portanto, um mecanismo interessante de neutralização da culpa do ato por parte do infrator, onde o fato de ele não ter a intenção inicial de machucar fisicamente a vítima faz com que ele transfira a responsabilidade do possível ferimento ou do assassinato para a própria vítima. Trata-se de uma análise interessante: se, normalmente, para os olhos da vítima e da sociedade, os ferimentos ou o assassinato da vítima são culpa exclusiva do infrator, aos olhos dos infratores tais danos são considerados “*acidentes de trabalho*”, que só ocorreram porque a vítima vacilou e tentou agredi-lo primeiro ou não obedeceu fielmente às ordens. Numa lógica inversa à convencional, para o assaltante, ele não teve culpa porque só agiu em legítima defesa, numa situação de “*ou era ele ou era eu!*” e, nesse caso, prevalecem as máximas do mundo do crime “*antes ele do que eu!*” e “*antes a mãe dele chorar que a minha*”. Tais situações foram verificadas na pesquisa de Lejeune (1977: 141-145), bem como coadunam – dentre as Técnicas de Neutralização, propostas por Sykes e Matza (1957: 668) – com a ideia de “desprezo pelas vítimas”, segundo a qual o infrator acredita que, dependendo da circunstância, o dano é algo legítimo. Mais que isso, em sua mente, há uma inversão dos papéis normativos, em que o agressor se torna um justiceiro e a vítima alguém que “merece ser punida”.

**Entrevistador:** Qual o tipo de roubo que era mais propenso de acontecer? Por que algumas pessoas machucam outras pessoas no roubo? Qual que é o mais...

**Entrevistado:** Vamo supor, você vai assaltar um restaurante ou que seja uma lotérica, aí você meteu o revólver... a pessoa, com medo de perder as coisa, já vai em cima de você. Ai, só dele ir em cima de você, já cria uma ira no cê. Aquela tranquilidade já foge. Aquele controle já foge. Aí, o que que você vai fazer? Você vai chutar, você vai bater. Agora, se a pessoa vim em luta corporal, você só vai atirar só na hora que tiver em luta corporal memo. (ENTREVISTADO 09)

Nesse cenário, é importante destacar ainda outras duas questões importantes. A primeira diz respeito ao fato que essa busca inicial de uma aversão à violência gratuita não pode ser pensada como um ato de pura compaixão pela vítima. As narrativas dão conta que essa estratégia tem um objetivo mais utilitarista que solidário. Apesar de afirmarem que nem conhecem a vítima e só visarem o dinheiro, em vários momentos explicam que, se o roubo se tornar um latrocínio, as chances de prisão e o tempo da pena são elevados exponencialmente. Por sua vez, a segunda questão verificada na pesquisa demonstra que o fato de a vítima estar armada nem sempre é considerado como um impeditivo para alguns autores de roubos. Nos casos de seguranças, por exemplo, a arma acaba sendo um estímulo adicional para os ladrões, que veem o revólver do vigilante como um objeto valioso a ser roubado. *“Quando a gente quer revólver, quando a gente quer arma, a gente rouba segurança. Nós chega e mete o revólver neles e toma a arma deles. E se a gente vê que a pessoa tiver arma... tá armada, se ele dá mole, a gente pega o revólver dele”* (ENTREVISTADO 10).

O segundo elemento associado ao uso da força está relacionado à maturidade do infrator na prática de roubo. De acordo com vários entrevistados, quanto mais maduro e experiente o ladrão, menos violento ele tende a ser. Em outras palavras, a maior experiência no cometimento de roubos torna o ladrão menos tenso, menos impulsivo e, conseqüentemente, menos agressivo. Na avaliação dos respondentes, sobretudo dos mais experientes, essa suposta frieza e tranquilidade do infrator no momento do crime é importante porque o tipo de postura do assaltante tende a contagiar a vítima. A ideia é que um criminoso muito nervoso tende a transmitir esse nervosismo para a vítima, o que eleva as chances de ela realizar alguma ação imprevisível. Como o objetivo não é machucar vítima, há uma preocupação com o *timing* entre fazer a vítima sentir que deve entregar os bens para não ser agredida e não deixá-la desesperada e fora de controle. O desenvolvimento desse autocontrole das emoções do autor e da situação do assalto como um todo é refinado e sedimentado com a experiência.

**Entrevistador: E com o tempo... essa frieza, ela vem com o tempo?**

**Entrevistado:** É, vem com o tempo... Com o tempo, como se diz, você fica mais experiente, né? No mundo do crime, que fala.

**Entrevistador: Com o passar do tempo e com a experiência o cara que faz 157... o cara vai ficando mais agressivo ou menos agressivo com a vítima?**

**Entrevistado:** Não, menos agressivo. Porque quando ele tá no começo, se a pessoa apavorou, ele fica apavorado junto com a pessoa. Mas, quando ele tá mais frio, ele tem aquela frieza de passar uma tranquilidade pra vítima. Fala assim oh: “você pode ficar tranquila...” eu mesmo, por parte eu falava: “...cê pode ficar tranquila. Se você não reagir eu não vou fazer nada com você”. “Se você não reagir eu vou ficar... eu vou... num vou fazer nada com você, pode ficar tranquilo.” Aí quando você é inexperiente, se



a pessoa “negoçou”, você já mandava... eu tiro por mim, na minha experiência, já mandava calar a boca, que eu ia matar, não sei que, entendeu?

**Entrevistador: E isso é ruim quando você tá mais especializado, né?**

**Entrevistado:** É ruim, é ruim. (ENTREVISTADO 09)

Nessa direção, alguns entrevistados chamam atenção para o fato que – quando adolescentes – grande parte dos assaltantes com características mais agressivas tendem a não ouvir os ensinamentos dos ladrões mais experientes. Para esses adolescentes, tais conselhos são vistos como ofensas pessoais à forma como realizam os crimes e não como críticas construtivas. Além disso, principalmente entre os jovens, ladrões com esse perfil mais agressivo tendem a ser mais conhecidos e falados entre seus pares, garantindo-lhes um certo prestígio adicional no grupo.

**Entrevistador: Essa tranquilidade ela vem com a experiência ou ela é do cara? Ele já nasce.**

**Entrevistado:** Tem cara que vem com a experiência, mas tem cara que é mais tranquilo.

**Entrevistador: Quanto mais novo, mais agressivo? Ou não?**

**Entrevistado:** É.

**Entrevistador: E com o tempo ele vai ficando mais tranquilo?**

**Entrevistado:** Eu já saí com menino que era de menor. Ele morreu já, acho que foi ano passado, ele morreu. Aí na época ele tava começando a roubar, aí eu tinha que ensinar ele. Aí eu via que ele era muito folgado, gostava de encarar os outros, eu falei “o negócio não é assim não, se você continuar assim, você não vai durar muito tempo não”. O negócio é você ter humildade e saber ser agressivo na hora que precisa ser. Aí acabou que ele mudou e continuou roubando do jeito dele, não quis me escutar, e acabou que assassinaram ele.

**Entrevistador: Esses meninos, a maioria você encontrou assim, não aceita muito conselho, aceita?**

**Entrevistado:** Não. Muitos não aceita não. Tem alguns que aceitam, outros que não [...] Têm uns mais novos que eles acham que é ruim escutar as coisas, eles falam “você tá me tirando, você tá querendo que eu não ganhe dinheiro não, tá achando que eu sou moleque”. Tem uns que pensam assim. Tem outros que já pensam “ele tá falando é pro meu bem mesmo”.

**Entrevistador: O fato de você ser um cara mais agressivo, ele tem mais prestígio ou ele tem menos prestígio?**

**Entrevistado:** Fica mais conhecido no grupo. É o mais falado, começa a ser mais falado, mais conhecido... Que nem você falou, tem uns que é agressivo que gosta de mostrar pra todo mundo que é agressivo. (ENTREVISTADO 15)

Por conseguinte, no que se refere ao terceiro item, o tipo de arma que o infrator possui constitui outro fator importante para a compreensão dos elementos que explicam as variações do emprego do uso da força nos assaltos. Na coleta das informações qualitativas, os entrevistados apontaram quatro tipos de instrumentos usados na ação criminal, quais sejam, “puxão” ou “gravata”, armas brancas ou objetos perfurocortantes (faca, facão, canivete etc.), simulacro de arma de fogo ou “sugestia” e arma de fogo. A seguir, é detalhado o modo como

cada um desses meios podem influenciar no fenômeno em questão, bem como as suas vantagens e desvantagens, segundo os entrevistados.

### **“Puxão” ou “Gravata”**

Um tipo de instrumento de uso da força nos roubos apontada por boa parte dos entrevistados diz respeito ao “Puxão” ou “Gravata”. Trata-se de uma técnica bastante rudimentar em que os elementos oportunidade, surpresa e velocidade são fundamentais – mais até que a força física em si. Consiste em abordar a vítima num momento de distração, geralmente pelas costas, e puxar a bolsa, carteira, celular, correntinha e/ou outro objeto de valor que esteja à mostra e disponível e, imediatamente, sair correndo. Na maioria das vezes, esse tipo de ação é tão rápida que o autor nem chega a anunciar em voz alta o assalto, nem a vítima consegue ver nitidamente o infrator. Em alguns casos, um dos agressores imobiliza a vítima pelo pescoço, num golpe conhecido como “gravata”, ou a derruba no chão para que o outro coautor recolha os objetos.

De acordo com os casos avaliados na pesquisa, trata-se de um crime exclusivamente usado em roubos a transeunte, com o emprego de pouco ou nenhum planejamento e sempre envolvendo autores jovens em trio ou com mais parceiros. Relatos de crimes dessa natureza foram comuns nos casos em que o entrevistado alegou ter sido pego de surpresa pelos amigos, isto é, não sabia que os colegas iam cometer um roubo naquele momento, bem como nos casos em que o respondente disse que roubou para provar a masculinidade para os colegas.

Complementarmente, os dados do REDS indicam que o uso de agressão física nos roubos foi empregada em 6% dos roubos ocorridos em Belo Horizonte, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2017. Tal percentual posiciona a agressão como penúltimo tipo de meio empregado nos assaltos, superando apenas o simulacro de arma de fogo. Corroborando os achados das entrevistas, os dados objetivos atestam que a agressão física ocorreu com maior frequência nos assaltos a transeunte (9%), mas também chamam atenção para o fato de ser relativamente comum nos roubos a residência (8%). Tal fato pode ser explicado, em alguma medida, com base no que é possível ver na análise sobre o planejamento e execução do presente trabalho. Como visto, muitas vezes assaltos a residências envolvem empurrar, derrubar, imobilizar, amarrar as vítimas dentro do domicílio.

Uma das questões mais interessantes levantadas pela pesquisa é que o fato de os autores optarem por usar “*puxão*” ou “*gravata*” não significa necessariamente que eles não tinham

armas. Em várias situações relatadas, um dos ladrões portava alguma arma branca ou mesmo de fogo, mas, naquele momento, optaram pelo puxão ou pela gravata para roubar a vítima e fugirem em seguida. Em princípio, tal estratégia parece ser produto de um cálculo mais ponderado em que os assaltantes avaliaram que seria melhor agir usando esse tipo técnica que abordar a vítima apresentando a arma em público. Contudo, uma leitura mais atenta dos relatos indica que essa escolha se deu muito mais por impulsividade e desorganização do que o contrário. Em praticamente todos os casos avaliados, não houve planejamento algum, pois nem mesmo os entrevistados sabiam que os colegas iam cometer o crime. Ao verem a oportunidade, algum ou alguns dos envolvidos resolveu realizar o roubo de modo bastante impulsivo.

Aí ele foi, nisso que ele foi, ele foi e puxou uma mochila duma menina, puxou. Aí, fiquei lá. Aí, eu levantei e mais eu fiquei tipo assim perto dele, né? E a menina assim e eu olhando, portanto eu nem ajudei eu só fiquei olhando e entendendo o que que ele tava fazendo, falei assim “noh”, aí eu fui e tal, tirei o canivete, canivete na mão sem maldade nenhuma ele correu. Aí ele corre pum lado, corre pro outro, aí eu corri, desci correndo pra descendo pra baixo assim no sentido da direção do móvel... (ENTREVISTADO 11)

**Entrevistador: ai eles pegaram o celular da pessoa e saíram correndo?**

Entrevistado: Pegou e saíram correndo, mas ai eu não entendi nada. Ai eu fui e sai andando normal, mas eles me pegou e falou que eu tava.

**Entrevistador: e a vítima falou que era você, que você estava no meio deles?**

Entrevistado: é, uai! Me viu com os meninos ali perto do ponto de ônibus, ai eu só vi eles atravessando a rua e pegando e saindo correndo. Os que pegou. Aí, eu sai andando. Eles foram lá e me pegou e falou assim que eu tava também. (ENTREVISTADO 26)

**Entrevistador: Tinha revólver?**

Entrevistado: Tinha.

**Entrevistador: Ah então num rendeu, foi todo mundo em cima não?**

Entrevistado: Não, ninguém pôs o revólver nele, a gente só deu uma gravata, o menino deu uma gravata assim... (ENTREVISTADO 28)

### **Arma branca ou objetos perfurocortantes (faca, facão, canivete etc.)**

A arma branca, ou, especificamente, objetos perfurocortantes (faca, facão, etc.), é um instrumento de baixa preferência e usada com pouca frequência pelos entrevistados para a realização dos roubos. Embora haja casos de registros isolados de situações de roubos a ônibus e residência, os usos mais comuns desse tipo de arma tinham como alvo transeuntes e foram cometidos por usuários crônicos de drogas. Tais casos são marcados por um desencadeamento de ações que envolveu pouco ou nenhum planejamento e a faca foi o meio mais fácil e disponível para os autores tentarem ameaçar e convencer a vítima a entregar os seus pertences.

Nesse contexto, algumas dessas informações qualitativas divergem um pouco dos dados apontados no REDS<sup>16</sup>. Ao contrário do verificado com os dados subjetivos, a arma branca é o terceiro instrumento mais comum nos roubos em geral, em Belo Horizonte, correspondendo a 8,1% do total de casos. Contudo, as duas bases de dados convergem no que se refere aos três tipos de alvos mais comuns – o REDS indica que o uso de arma branca é mais recorrente nos roubos a transporte coletivo (17%), transeunte (11%) e residência (7%).

A baixa preferência por facas e armas brancas em geral por praticamente todos os entrevistados vão no sentido de um mesmo argumento. Tais armas não são consideradas instrumentos que transmitem segurança para os assaltantes. Na visão dos entrevistados, ao ver que o ladrão está com uma faca, algumas vítimas costumam “*desacreditar*”, ou seja, achar que o criminoso não terá coragem de agredi-la e, conseqüentemente, podem tentar fugir, reagir e/ou desarmar o infrator. Nesse contexto, as chances que o ladrão não alcance seu objetivo e/ou ocorra a morte de algum dos envolvidos é bastante elevada.

Quando o cara tá com a faca, a pessoa... ele não se sente totalmente seguro com ela, entendeu? Ele não se sente totalmente seguro com a faca, não. Ele acha que o camarada pode pular nele, ele acha que o camarada pode render o braço dele. Domina lá, vamo supor, leva só um arranhão e o cara consegue tomar sua faca e dar em você uma surra, umas furada ainda. Então vai muita coisa, agora arma de fogo o cara só puxou ali e o trem tá ali, então ninguém vai desacreditar, né? (ENTREVISTADO 34)

Embora não tenha aparecido nenhum relato de agressão física grave em roubos com arma branca nesta pesquisa, os entrevistados alertam que crimes dessa natureza são de alto risco para a vítima. Essa tensão causada pelo medo de a vítima “*desacreditar*” no agressor, muitas vezes aliada a um momento de descontrole do infrator causado pela dependência ou pelo efeito de drogas pesadas, pode levá-lo a agredir violentamente a vítima com maior facilidade. Mesmo ciente das conseqüências de um latrocínio, se o autor se sentir minimamente ameaçado, ele não hesitará em usar a faca para ferir a vítima.

Apenas um dos entrevistados afirmou preferir arma branca para realizar os assaltos e tinha uma técnica interessante para tornar suas ações mais efetivas e eficientes. Esse indivíduo é dependente químico de crack há mais de 15 anos e tinha como *modus operandi* ameaçar as vítimas – geralmente pedestres que estavam transitando pelas ruas ou parados no ponto de ônibus – sempre com facas de lâminas muito grandes. No seu entendimento, o fato de usar uma

---

<sup>16</sup> Nesse caso, essas diferenças podem ser influenciadas, em alguma medida, pelo fato de a categoria “arma branca” no REDS contemplar outros instrumentos que não somente as armas brancas perfurocortantes, tais quais relatadas nas entrevistas qualitativas.

arma tão imponente causava um impacto visual e um medo tão grande na vítima que dificilmente ela oferecia algum tipo de resistência ao assalto. Nesses termos, corroborando em parte com os outros entrevistados, para esse ator, a baixa capacidade de impacto da arma branca está associada ao seu tamanho e não ao instrumento em si, ou seja, uma faca pequena causará um efeito intimidador muito menor para a vítima que uma faca grande. Interessante notar, contudo, que, ainda que esse entrevistado alegue ter desenvolvido uma forma mais segura de roubar com arma branca, tal estratégia não lhe passava total confiança. Mesmo portando uma faca grande, ele selecionava vítimas teoricamente mais vulneráveis e evitava, por exemplo, homens que, na sua leitura, poderiam “*desacreditar*” e tentar agredi-lo.

**Entrevistado:** Ué, é chegar, abordar a pessoa. Eu sempre andava com uma faca, que ela tinha... Eu sempre gostei dessas facas do tamanho de 40 a 50 centímetro, só de lâmina [...] Eu gostava só de faca grande, porque é aonde que a pessoa tem mais medo.

**Entrevistador:** E aí todos os assaltos que você fazia eram com faca?

**Entrevistado:** Com faca.

**Entrevistador:** E sempre é transeunte? Sempre é a pessoa andando a pé assim, na rua? Como é que é?

**Entrevistado:** Ah, andando é... a pessoa no ponto de ônibus, andando, a gente ... assim, pega homem, mas num é qualquer cara que você vai abordar, porque tem cara que desacredita até da mãe.[...] Desacredita até da mãe, aí é aonde que o cara, cê arranca uma faca, aí o cara quer pular no cê, aí acontece igual é eles fala, né? Que é o latrocínio, é o roubo seguido de morte, muitas vez acontece que a pessoa quer reagir ao assalto, então aí é quando a pessoa tá metendo um assalto e tá com aquela, e tá na abstinência de usar o crack, a pessoa tá ali pra qualquer coisa...

**Entrevistador:** Não tem medo de nada né?

**Entrevistado:** Não tem medo, então, se ele tiver que matar ele mata, se tiver que meter só uma faca, ele mete a faca, mas sabendo que corre o risco de ser preso. Mas tem uma coisa, todo mundo, toda pessoa que comete o erro paga a pena, que a cadeia num é perpétua, que a cadeia cê vai pra ela, cê paga, paga o veneno, cê paga, mas um dia cê é solto. (ENTREVISTADO 12)

### **Simulacro ou “*sugestia*”**

Roubar com simulacro de arma de fogo (numa linguagem técnica), ou na “*sugestia*” (na gíria dos criminosos), indica formas de realizar o crime portando uma arma falsa. Essas armas podem ser desde réplicas de brinquedo bastante similares às originais até mesmo uma garrafa ou o dedo escondido por baixo da blusa ou da jaqueta para “sugerir” que se trata de uma arma verdadeira e enganar a vítima. O uso de tais instrumentos, contudo, foi relativamente pequeno entre os entrevistados da pesquisa. Não foi possível perceber um padrão nesses tipos de casos, sendo usado nos relatos de assaltos de pequenos e grandes valores a estabelecimentos comerciais, ônibus, residência e, sobretudo, transeuntes. Ainda dentre os roubos com simulacro, houve uma maior preponderância de casos envolvendo ladrões mais experientes, embora

constem também eventos com ladrões que cometeram apenas um roubo e usuários crônicos de drogas.

De um ponto de vista objetivo, algumas dessas evidências das entrevistas coincidem com os dados apontados pelo REDS. Reconhecendo a dificuldade da vítima de diferenciar, no momento do assalto, se é verdadeira ou não, os dados indicam que o simulacro é apontado com menor frequência nos roubos em geral, perfazendo 1% dos casos. Além disso, é também relativamente inexpressivo considerando os tipos de roubos de forma discriminada, apresentando percentuais praticamente iguais ou inferiores a 1% em todas as modalidades avaliadas.

Poucos entrevistados afirmaram preferir usar armas falsas para realizar roubos. Para eles, dentre as principais vantagens, estariam o fato de não ter que se preocupar em tomar um prejuízo muito grande caso perca a arma e, sobretudo, evitar que o criminoso mate alguém durante a ação e complique ainda mais sua relação com a justiça. Além disso, eles tendem a considerar que as consequências de suas ações estão relacionadas não somente a questões objetivas, mas, em grande medida, a questões subjetivas, espirituais e religiosas. Em outras palavras, eles entendem que as chances de se ferir ou morrer, caso a vítima ou um *herói* reaja ao assalto, são relativamente iguais estando o infrator com arma de verdade ou não, pois, no final das contas, o único que sabe a hora que todos vão morrer é Deus.

**Entrevistador: Uma simulação dessa aí sua... vocês ficaram com medo de lidar com a arma de verdade ou não?**

**Entrevistado:** Ah, eu vou falar com você, nós até tinha arma de verdade, mas sabe qual é que é o medo de você perder a arma de verdade? É você ter que pagar o cara.

**Entrevistador: Alugada, né?**

**Entrevistado:** É. R\$ 3 mil no mínimo. Você acha arma de quase R\$ 7 mil, R\$ 12 mil

**Entrevistador: Isso é bom então.**

**Entrevistado:** Pelo fato da arma de verdade e a réplica, eu vou ser sincero pra você, eu já larguei isso de lado mesmo, eu sou mais ainda a réplica. Porque você não fere, você pode correr. Você tem que botar na cabeça que você pode morrer, mas se for pra você morrer, pode tá com a de verdade e com a de mentira que você pode morrer. É um tiro pra você morrer. E eu penso o seguinte: eu já roubei demais, já roubei mais de cem pessoas, isso eu não nego pra você não. Já roubei lotérica, já roubei correio, já fui em Nova Serrana, já fui em Divinópolis, já roubei nesses trem todo. Mas eu vou falar com você o seguinte, eu não morri por causa de Deus, não tem outro sentido.

**Entrevistador: Sempre com réplica?**

**Entrevistado:** Sempre com réplica, cara. Sempre com réplica [...] Mas vou falar com você, Zé, muito nego não morre por causa de fé em Deus lá em cima, fé em Deus. Mas vou falar com você, já entrei em restaurante lotado, você não saber quem que é quem, render um assalto e recolher telefone aqui, ouro seu, aliança sua. (ENTREVISTADO 25)

Por outro lado, a maior parte dos entrevistados tem uma interpretação mais pragmática e entende que assaltar na “*sugestia*”, fingindo estar armado, traz um risco bastante elevado para

o autor, uma vez que a vítima pode perceber que o criminoso não está verdadeiramente armado e reagir. Situações como essa não foram raras nos discursos dos entrevistados, sendo possível indicar vários relatos interessantes. Foi muito comum casos em que o entrevistado entrou em luta corporal ao cometer o primeiro assalto, porque a vítima percebeu que a arma que ele portava não era verdadeira. Alguns afirmam que, após isso ter acontecido, nunca mais realizaram roubos com réplicas, somente com armas de fogo verdadeiras. Em uma situação em especial, o motorista percebeu que o entrevistado não tinha uma arma e disse que só pararia o ônibus na delegacia, apesar das incisivas ameaças e ordens do infrator. O ladrão, então, quebrou o vidro e pulou do ônibus em movimento para não ser preso. Ele teve apenas ferimentos leves com a queda, mas não conseguiu escapar da prisão em flagrante.

Na época, eu tinha 22 pra 23 anos... E eu mais o outro que tava na moto, o companheiro, nós paramos, eu fingi que ia urinar e ele vinha com a mulher dele, com a namorada, num sei. Eu fui lá e ataquei ele e falei com ele que ele perdeu, me passa tudo, telefone, corrente, cara e tudo, e ali eu fui fazendo isso, pegando tudo e ele percebeu falou: “cê tá armado?”. Nós começou a querer dar uma luta corporal, eu engravatei ele né? Ele era mais forte que eu, segurei, no momento da raiva né? Cê num tá em si... Então cê acaba sendo maior do que o cara ainda, não sei de que forma, e acabei domando ele, tomei as coisa dele, fiz sugestia né? Ele viu que num tava, aí acabou se entregando, só que aí de imediato, a viatura evinha apagada de tudo, num tinha nada aceso. (ENTREVISTADO 04)

Teve uma vez que eu tava roubando um coletivo, lá na MG 10, eu tava de sugestia esse dia, tinha arma não. Ai o motorista num queria parar o ônibus, mas nem... eu só pus a mão na camisa dele assim: “para o ônibus aí e tira o trocador, os passageiro...”, mas ninguém quis! “Para o ônibus, vei!” Ai, ele falou: “ah, vou parar, vou parar só na delegacia”, o motorista falou. Eu falei: “Nossa Senhora, esse cara vai me complicar” eu fui e estourei a saída de emergência do ônibus, assim, aquele vidro, consegui pular, o ônibus em alta velocidade, machuquei só um pouco assim, deu uns raladim. Mas mesmo assim fui preso também, que a polícia tava logo atrás. Que já tinha acionado, de dentro do ônibus, alguém já tinha acionado a polícia. (ENTREVISTADO 05)

Contudo, os relatos de roubos “*na sugestia*” não estão necessariamente associados a insucessos. Em significativa parte dos casos, a vítima não percebeu que o infrator estava fingindo estar armado ou, mesmo que tenha percebido, não teve coragem de reagir ao assalto. Um caso emblemático diz respeito a um entrevistado que roubou, em sequência, mais de nove pequenos estabelecimentos comerciais de bairros sempre com o mesmo *modus operandi*: entrava na loja, pegava um iogurte para observar o movimento do estabelecimento. Então, quando estava na fila para pagar pelo produto, apontava o dedo sob a blusa, fingindo estar armado, e dizia em voz baixa para o funcionário colocar todo o dinheiro do caixa na sacola. Assim feito, ele saía em fuga, a pé pela rua.

**Entrevistado:** Só cheguei, cheguei perto da moça, falei, enverguei o corpo assim [faz um gesto com a mão embaixo da camisa simulando uma arma com a mão] e falei assim:

‘oh, é um assalto, num faz muito gesto não’”, aí eu tava com um iogurte, aí dei uma nota de R\$ 2 assim e falei: “cê coloca junto na sacola o dinheiro que tá aí, dentro sacolinha”.

**Entrevistador: Era supermercado?**

**Entrevistado:** Não, era... era uma padaria. Na última vez... na última vez que eu fui detido, que eu fui detido mesmo, foi na padaria. (ENTREVISTADO 08)

De todo modo, apesar de os entrevistados alegarem que agir “*na sugestia*” dá a eles uma sensação de vulnerabilidade maior frente a um possível imprevisto, não foi possível verificar se isso tornava a forma de abordagem mais ou menos violenta com as vítimas. Independentemente do tipo de alvo, alguns, como no exemplo acima, usam uma entonação de voz baixa e discreta, já outros eram mais enfáticos na tentativa de subjugar vítima. Em quase todos os casos, diante de uma reação da vítima, a ação dos infratores foi sempre tentar sair rapidamente daquela situação de iminente confronto e fugir.

### **Arma de fogo**

Se os relatos sobre usar armas falsas ou armas brancas vão sempre na mesma direção da insegurança que tais instrumentos transmitem para o assaltante, os sobre arma de fogo vão na direção oposta. Vários entrevistados destacam a sensação de força, poder e o prazer de portar uma arma de fogo. A ideia é que ter um revólver eleva a confiança, a coragem e a disposição do infrator para enfrentar quaisquer tipos de imprevistos que possam acontecer na hora do assalto.

**Entrevistador: Mas me conta aqui desse primeiro, vocês ficaram lá usando droga até 23 horas, aí você pegou o revólver...**

Entrevistado: Isso, aí pegou e pus na cintura.

**Entrevistador: Qual a sensação?**

Entrevistado: A sensação é de muito poder. De muito poder. Só sei que com o revólver na mão você pode ser o pior cara do mundo, o mais bundão de todos. É um trem, uma coisa esquisita, você pegou, a coisa muda.

**Entrevistador: Você fica diferente.**

Entrevistado: Que que é isso! A diferença muito grande! Tenta pegar numa que você vai ver, vai pro meio do mato dar tiro. Arruma aí uma espingarda de chumbinho.

**Entrevistador: Já atirei de chumbinho. É gostoso.**

Entrevistado: Mas o revólver é mais ainda. Aquele trem pesado, você sabe que tem um coice. Eu dou um curso hoje de vigilante, eu trabalhei hoje em empresa também. Então ele falou “ó, é isso mesmo, ó, esse revólver é seu, aqui em diante nós só vamo roubar coisa grande”. (ENTREVISTADO 21)

Não por acaso, é o instrumento preferido e mais usado entre os entrevistados em seus relatos, especialmente em casos de roubos a veículos e a estabelecimentos comerciais. Os dados do REDS corroboram esses achados, indicando que a arma de fogo é o principal meio utilizado



nos assaltos (58%) em Belo Horizonte. Além disso, é o meio prioritário empregado em quase todas as modalidades criminais avaliadas, sendo usado com maior frequência nos casos de roubos de veículos (85%), estabelecimentos comerciais (75%), residência (65%), ônibus (53%) e transeuntes (48%).

A arma de fogo dá mais segurança para o infrator, porém, ele não pensa em querer usá-la à revelia. A ideia é sempre intimidar, causar impacto e iminência de morte para conseguir realizar o assalto sem resistência da vítima. Esse é um dos maiores trunfos da arma de fogo para os assaltantes: esse instrumento é interpretado e usado não somente para autoproteção e segurança do autor, mas como uma forma de conseguir mais facilmente uma maior intimidação e subjugação da vítima sem precisar usar de violência física. *“A vantagem da arma de fogo é que, pelo menos com a arma, a pessoa vendo a arma, ela não vai reagir, entendeu? Só que hoje em dia tem uns que reage, entendeu? E sem a arma outras pessoas já vê e já reage, entendeu? Com a arma cê tem a segurança que a pessoa não vai reagir e se reagir aí cê tem que meter bala”* (ENTREVISTADO 01).

Essa noção de ter uma arma para intimidar e não precisar usar violência agravada e, se precisar, estar preparado para reagir, foi algo comum nas narrativas dos assaltantes de todas as modalidades, seja ônibus, transeuntes, estabelecimentos comerciais, residências ou agências de valores. Nesse último caso, diferentemente dos demais respondentes que usaram revólveres comuns, o entrevistado indica a preferência e uso por armamento pesado na realização dos seus empreendimentos criminais e, mesmo portando armas tão poderosas, o planejamento era exatamente para evitar uma situação de troca de tiros e mortes.

Eu fazia assalto de fuzil, metralhadora, mas você chegava na minha casa, você não achava uma bala. [...] Mesmo eu estando errado, eu pedia a Deus: “Deus, eu não estou indo buscar sangue, eu vim buscar o dinheiro”. Então, eu planejava tudo o que eu pudesse evitar pra te dar um tapa, [até isso] eu evitava se fosse necessário. Eu fiz muito [assalto] e me arrependo. Mas... eu planejava tudo pra dar tudo certo, eu falava: pessoal, eu tô armado, não é brincadeira, não faz gracinha, eu não quero te machucar, eu não vim aqui, oh eu já sei disso, disso e disso, isso é assim, assim, e assim, você está entendendo? “-Ah, tô”. Então pronto, então me entrega. (ENTREVISTADO 41)

Embora deva ser evitado ao máximo, há uma expectativa ou consciência que se a vítima ou um *super-herói* reagir, o infrator dará uma resposta violenta e imediata a situação. Nesse cenário, foi comum relatos de casos em que os entrevistados trocaram tiros com policiais à paisana ou fardados que passaram no local no momento do roubo. Vários carregam cicatrizes e histórias quase cinematográficas de tiroteios que vivenciaram em vias públicas.

**Entrevistador: E arma de fogo, você precisou usar ela alguma vez?**

Entrevistado: Usei, uma vez só. Duas.

**Entrevistador: A ideia é nunca ter que usar.**

Entrevistado: Nunca usar, mas se for o caso do herói, o cara que não tem nada a ver, ou então o policial à paisana...

**Entrevistador: Foi dessa vez que você tomou tiro?**

Entrevistado: Dessa vez eu até tentei disparar, eu já tinha até sido baleado, né? O policial deu nas minhas costas e eu poupei o cara, a bolsa dele tava com dinheiro. Subi na moto que tinha um camarada meu me esperando. Aí eu passei por ele, ele tava agachado nos corredor de carro da Contorno. Aí fiz uns dez, quinze disparos, 16 horas.

**Entrevistador: Na contorno na parte da tarde?**

Entrevistado: Já deu aquele monte de tiro, aí eu pô, capacete, já escuto o barulho, falei que não é tiro, eu vou olhar e vou dar uma pra trás pra gente ir embora. Pelo menos pra gente tentar chegar em casa. Na hora que eu olhei, eu tirei o revólver da bolsa e tomei um aqui, pegou o nervo do pulmão. Fui alvejado, senti o choque dentro da medula.

**Entrevistador: Você caiu?**

Entrevistado: Caí. Pegou garganta, traqueia, narina. A mão já tava estourada, tinha pegado... aí o [mostra as cicatrizes para o entrevistador].

**Entrevistador: E seu parceiro?**

Entrevistado: Ele parou, me chamou, viu que eu não levantei, o cara deu tiro nele e foi embora. Eu no chão não consegui nem mexer, movimento, nada.

**Entrevistador: Você lembra de você cair?**

Entrevistado: Lembro. Só no hospital, quando eles me sedou que eu apaguei... Aí eu fui preso. (ENTREVISTADO 29)

Nessas cenas em que o assaltante reagiu violentamente, os relatos indicam duas situações distintas. Uma, e mais recorrente, em que o entrevistado disse que deu ou daria um tiro para o alto ou na direção da vítima ou *herói* apenas para assustá-lo e conseguir fugir em segurança. *“Mas meu modo de pensar não é atirar nele, é só pra ele ver que eu tô com uma arma de verdade, ficar com medo, alguma coisa, dar um tiro pra cima pra ele ver que é de verdade, ficar com medo”* (ENTREVISTADO 39). Já, em outros casos, o entrevistado revela que mirou na vítima que reagiu na intenção de acertá-la de verdade. *“Não. Eu mirei pra acertar mesmo! Mas aí eu acho que não pegou, porque ele saiu pra lá... aí nós pegou e foi embora. É que, quando a gente vai fazer uma coisa que dá errado, a gente vai embora. Porque as polícia vai aparecer, né?”* (ENTREVISTADO 09).

A discussão sobre o uso de armas de fogo pelos assaltantes traz outras questões interessantes, especificamente sobre as vantagens e desvantagens de ter uma arma própria ou alugá-la para realizar os roubos. Nessa direção, alugar um revólver é uma das formas que os entrevistados que não tinham arma de fogo própria encontraram para realizar os assaltos. A negociação varia bastante e depende, sobretudo, do tipo de arma e do tipo de relação de confiança e amizade que as partes envolvidas possuem. O valor pode ser pré-fixado – quando o assaltante aluga a arma por um valor definido – ou pode ser um valor variável – estabelecido em cima de um percentual sobre os lucros dos roubos. Conforme relata um respondente, “A

*gente alugava o revólver de um camarada. Tipo assim, vamos supor, o preço do revólver dele “pega tal dia, o que você pegar lá é meio a meio”. Aí, vai eu, meu irmão e mais um. Aí ao invés de dividir pra três, nós dividia pra quatro. Aí já era, ele colocava na nossa mão e a gente fazia os assaltos e acertava a dívida no final”* (ENTREVISTADO 34).

Apesar de ser um negócio aparentemente interessante para o infrator, houve poucos casos de armas alugadas na pesquisa. Esse tipo de procedimento é entendido por vários entrevistados como muito perigoso, pois, caso o assaltante perca a arma, ou seja, preso, ele terá que pagar pelo preço integral da arma ou tentar devolver outra nas mesmas condições ou melhor da que ele alugou. O valor estipulado da arma varia entre 350 e 12 mil reais e o infrator, de uma forma ou de outra, terá que quitar essa dívida mesmo estando preso ou quando for solto. Algumas vezes, a família do devedor é cobrada e obrigada a assumir a dívida. *“Aí você tá na cadeia lá, os caras vai saber e vai na sua família. Querendo ou não, uns vai querer cobrar da sua família ou então espera você sair. Aí, quando você sair, já tem o prejuízo do revólver pra pagar.”* (ENTREVISTADO 32)

Por outro lado, os entrevistados alegam que as maiores vantagens de possuir arma própria é a facilidade e autonomia para atuar quando, onde e da forma que quiser, além de evitar o risco de ser cobrado pelo proprietário (locatário do revólver), caso perca a arma ou seja preso. Contudo, alguns entrevistados chamam atenção para o fato de que possuir arma de fogo estimula o infrator a cometer roubos de forma reiterada. Em alguns casos, eles alegaram ter vendido a arma por perceberem que estavam se expondo demais ao risco, ao cometer tantos roubos em sequência.

**Entrevistado:** Tanto que eu comprei esse revólver foi por R\$ 350,00, aí eu fiquei uma semana mais ou menos com ele e eu vi que nós tava demais, tava roubando muito. Eu falei: “quer saber de uma coisa? Pode vender”, eu falei com meu irmão: “pode vender o revólver lá”. Aí eu comprei por R\$ 350,00 e o cara ofereceu R\$ 180,00, eu falei: “pode vender”.

**Entrevistador: Pode passar.**

**Entrevistado:** Só porque eu num tava querendo mais ele porque eu tava vendo que...

**Entrevistador: Estimulava você, né?**

**Entrevistado:** Ia dar muito, ia dar alguma hora, algum dia ia dar alguma coisa errada. Falei: “pode vender. É bom que nós divide logo esse trem, paga esses trem tudo...”, diminuir, né? (ENTREVISTADO 05)

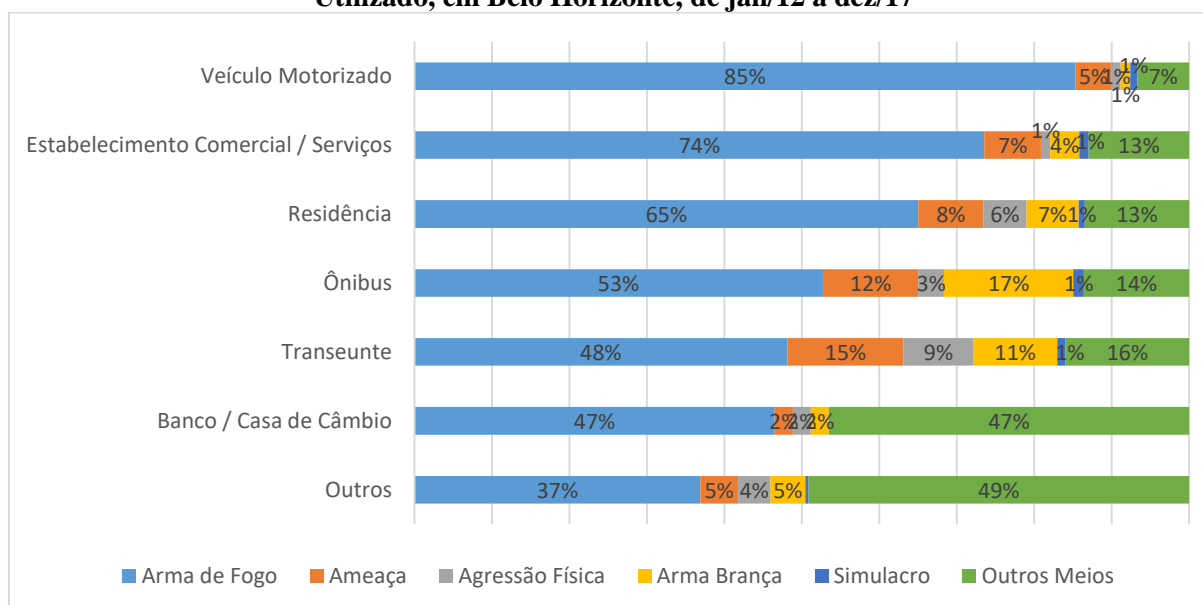
Por fim, o quarto elemento relacionado ao uso da força merece algumas considerações importantes. Conforme visto, a literatura reporta que o tipo de alvo influencia no grau de violência empregado nos eventos de roubos, demonstrando que os assaltos a transeuntes tendem a ser mais violentos que assaltos a estabelecimentos comerciais (MCCLUSKEY, 2013;

FEENEY, 1986: 64; DECKER, 1997; WRIGHT; DECKER (1997). Contudo, a partir dos dados disponíveis nesta pesquisa, não é possível verificar essa constatação de forma mais direta, apenas por meios indiretos.

Conforme verificado anteriormente, os dados da pesquisa revelam que o uso da força está, em grande medida, associado à forma como as vítimas reagem à abordagem do agressor. Nesse sentido, um argumento frágil de um ponto de vista empírico e baseado apenas na ideia de McCluskey (2013) é que vítimas de roubos comerciais tendem a entregar mais facilmente os bens, pois tais ativos não pertencem à pessoa, mas à empresa. Já as vítimas de rua, por serem donas dos bens desejados pelo infrator, têm um incentivo adicional para resistirem e não entregar seu patrimônio com facilidade.

Uma evidência relativamente mais firme empiricamente sobre a relação entre alvo e uso da força pode ser verificada através dos dados do REDS. Como vimos, assaltantes que portam arma de fogo tendem a se sentirem mais seguros e, conseqüentemente, menos sugestionados a agredirem a vítima, pois estas se subjugam com mais facilidade. Já os infratores que portam arma branca tendem a se sentir mais vulneráveis a reações das vítimas e, com isso, mais suscetíveis a usarem abordagens e reações mais violentas. Nessa direção, com base no Gráfico 07, é possível presumir que, como os roubos a estabelecimentos comerciais (74%) e de veículos (85%) são realizados com percentuais mais elevados de arma de fogo que nos casos de transeuntes (48%) e ônibus (53%), as duas primeiras modalidades tendem a ser realizadas com menor grau de violência física que as duas últimas. Tal evidência ganha mais força quando verificam-se que os percentuais de emprego de arma branca nos roubos de veículos (1%) e estabelecimentos comerciais (4%) é significativamente inferior aos de transeunte (11%) e ônibus (17%) e que, em termos efetivos, a proporção de eventos com registros de agressão física é muito maior nesses casos (9% e 3%, respectivamente) que naqueles (1% cada). Com efeito, esse tema merece maior atenção, visto que os dados não são conclusivos.

**GRÁFICO 7 - Distribuição dos Registros de Roubos Consumados e Tentados por Alvo e Meio Utilizado, em Belo Horizonte, de jan/12 a dez/17**



Fonte: Elaboração do Autor. Dados do Armazém SIDS\_REDS. Data de extração: 04/09/2018.

Nesta seção, buscou-se analisar os fatores associados ao uso da força e dos tipos de armas no cometimento dos roubos e do modo como essas questões são interpretadas pelos autores.

Embora seja um crime de contato entre vítima e autor, uma das questões mais interessantes é a ideia de que o principal foco de atuação dos assaltantes para conseguir o que desejam da vítima é a sua mente e não necessariamente seu corpo. Nenhum dos entrevistados, independente da modalidade e tipo de planejamento, afirmou que tinha atitudes violentas durante suas ações. A violência empregada nunca passava de ameaças verbais e psicológicas e, eventualmente, alguns empurrões e puxões para forçar a vítima que estava resistente às ordens ou paralisada. Mais que isso, significativa parte deles relatou eventos em que protegeram as vítimas de investidas violentas dos seus parceiros durante o assalto. Apesar de não invalidar os eventos narrados pelos respondentes, é preciso ter em mente que essa suposta aversão ao uso de violência grave pode ser, em alguma medida, um mecanismo de neutralização para tentar justificar ou amenizar os atos ilegais por eles cometidos – conforme alerta Sykes e Matza (1957).

Em uma resposta imediata, respondentes dizem que o grau de violência estaria associado à personalidade dos ladrões, de modo que alguns são naturalmente violentos e agredem as vítimas por covardia (*sangue no olho*) e outros, como eles, buscam apenas o dinheiro. Contudo, a pesquisa revela que, além da personalidade, outros quatro elementos estão associados ao uso

da força, quais sejam, i) o contexto ou a forma como a vítima reagiu ao roubo, ii) a maturidade do infrator na prática de roubo, iii) o tipo de arma que o infrator possui e iv) o tipo de alvo.

O primeiro elemento demonstra que a aversão ao uso de violência mais grave é apenas uma intenção e não necessariamente uma lei para os entrevistados. A partir do momento em que a vítima desobedece aos comandos ou, sobretudo, oferece algum sinal de reação ao roubo, o agressor se sente totalmente confortável em revidar, aumentando a gravidade do uso da força, inclusive usando a força letal. Em outras palavras, quando surge alguma alteração no evento que signifique um risco para a integridade física do assaltante ou para o sucesso da ação, o infrator entende que a vítima merece e deve ser penalizada, não gerando nenhuma espécie de culpa no criminoso – evidência verificada também nos estudos de Lejeune (1977: 141-145) e Sykes e Matza (1957: 668). Além disso, esse intuito de não agredir a vítima não se dá apenas por uma questão moral ou por uma aversão à covardia, mas por uma lógica utilitarista que visa minimizar os riscos de insucesso da ação criminal. Sabidamente, afirmam que, se o roubo evoluir para um latrocínio, as chances de ser preso e ter uma pena dilatada torna-se mais elevado.

Já o segundo elemento demonstra que a maturidade do infrator na prática de roubo pode influenciar o emprego do uso da força. Os entrevistados revelam que, com a prática, os assaltantes tendem a ficar menos ansiosos e, portanto, controlar melhor suas próprias emoções e a cena do crime como um todo, sem ter que usar de violência mais grave. Para eles, gritos exagerados e uso de violência gratuita podem elevar os níveis de tensão e as chances de que algo imprevisível ocorra, comprometendo o sucesso da ação (LUCKENBILL, 1980).

No que se refere ao terceiro elemento, os dados desta pesquisa confirmam a tese apontada por quase toda literatura avaliada: os empreendimentos com arma de fogo têm maior chance de serem menos violentos que os realizados utilizando com outros meios. Os dados do REDS mostram que é a arma de fogo é o meio mais utilizado nos roubos. Essa preferência por esse instrumento foi corroborada pelos entrevistados da pesquisa, que justificavam que esse tipo de armamento eleva a confiança, a coragem e disposição do infrator para enfrentar quaisquer tipos de imprevistos que possam acontecer na hora do assalto. Nesse contexto, enfatizam que ter uma arma eleva sobremaneira a sensação pessoal de poder e força. De forma oposta, a maior parte dos entrevistados revela que, quando porta outros tipos de armas – como facas, simulacros e força física – sente-se altamente vulnerável e tenso, pois tem medo que a vítima ou algum *super-herói* possa *desacreditar* que as ameaças são reais e tentar fugir, desarmar ou mesmo matar o infrator (MCCLUSKEY, 2013; WRIGHT; DECKER, 1997; FEENEY, 1986; LUCKENBILL, 1980; LEJEUNE, 1977).

Embora por evidências indiretas, o quarto elemento que influencia no grau e uso da força é o tipo de alvo. Com base em abordagens teóricas, nos roubos a estabelecimentos comerciais há menos resistência das vítimas que nos casos de roubos a transeuntes porque, no primeiro, o patrimônio pertence à empresa e não ao funcionário e, no segundo, o bem costuma pertencer a própria vítima (MCCLUSKEY, 2013). Como revelado na pesquisa e nos dados do REDS, a maioria dos roubos a estabelecimentos comerciais e de automóveis são realizados com arma de fogo e a minoria por arma branca; por consequência, tendem a ter menor uso de violência grave que os casos direcionados a transeuntes e ônibus. Esse fato é evidenciado de outro modo pelo REDS, onde os percentuais de vítimas de agressão física nos roubos de pessoas nas vias públicas e de passageiros e funcionários de transporte coletivo é bastante superior aos assaltos a estabelecimento comercial e de veículo (WRIGHT; DECKER, 1997; FEENEY, 1986; Gill, 2000, apud MCCLUSKEY, 2010: 422).

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese é compreender os mecanismos cognitivos e práticos que orientam a decisão, o planejamento e a execução e uso da força dos roubos, a partir da percepção dos próprios ladrões e de outras fontes de dados. Especificamente, buscou-se entender: i) quais os fatores foram considerados pelos ladrões como instigadores o suficiente para que eles cometessem o roubo pela primeira vez? ii) Como escolhem os alvos de sua ação e quais elementos são levados em consideração durante esse processo? iii) Em medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados? iv) Por fim, quais fatores estariam associados ao uso da força e de armas e como essas questões são interpretadas pelos autores?

Uma das primeiras evidências da tese e que, por si só, representa um achado basilar da pesquisa é o caráter extremamente fluido e diversificado da trajetória criminal dos assaltantes entrevistados. Nota-se que praticamente não há, dentre o universo pesquisado, um autor com o perfil de especialista, ou seja, alguém focado e dedicado a cometer apenas determinada modalidade criminal de forma reiterada. Com a exceção de um, todos eles estiveram envolvidos em modalidades diferentes de roubos e/ou de outros crimes, especialmente tráfico e furto. Além disso, vários deles também mesclavam o envolvimento em atividades criminosas com atividades legais, muitas vezes de forma simultânea. Dessa forma, é difícil e equivocado pensar categorias de roubos e/ou de assaltantes como caixas estanques, porque a dinâmica de vida e atuação dos seus autores é fluida e instável. Trata-se, portanto, de um objeto vivo, complexo e extremamente difícil de ser analisado.

Importante ressaltar que essa primeira constatação empírica desestruturou o planejamento inicial da pesquisa, que tinha como objetivo trabalhar apenas com os autores de roubos a transeuntes e a estabelecimentos comerciais e de serviços. Como percebeu-se que os entrevistados não tinham essa fidelidade por um único tipo de alvo, optou-se por trabalhar com todas as modalidades de roubos narradas e vivenciadas pelos próprios respondentes. Em outras palavras, a pesquisa foi reorientada no sentido de trabalhar com categorias que emergiram das próprias narrativas. O que buscou-se fazer foi tentar, a partir dos discursos dos entrevistados e outras fontes de dados, compreender os possíveis padrões e divergências nos processos de decisão, planejamento, execução e uso da força nos crimes de roubos em Belo Horizonte.

Posto isso, uma das primeiras questões investigadas na tese foi a fase inicial do roubo, buscando entender não o sentido etiológico do crime e sim as circunstâncias ou fatores



considerados pelos entrevistados como instigantes o suficiente para que eles cometessem o primeiro assalto. Apesar de ser um crime patrimonial, os dados indicam que os fatores catalizadores da decisão de cometer o roubo não estão associados unicamente a questões materiais, mas também a outras questões de ordem não material. Nesse contexto, os resultados desta pesquisa condizem, em grande medida, com os da literatura especializada, apresentando, porém, alguns pontos de divergência com essas teorias, bem como novos elementos para o debate.

Em termos analítico-metodológicos, os dados sobre motivação foram classificados em três grandes grupos: i) motivações materiais, ii) motivações emocionais e iii) motivações alheias à vontade. Cada um desses grupos é composto por temas e subgrupos que possibilitam compreender com maior detalhe as características que envolvem o fenômeno em questão. Mas quais seriam esses temas e quais suas implicações teóricas?

Os resultados revelam que as motivações materiais constituem a maior parte dos argumentos usados pelos entrevistados para justificar a sua ação. De fato, o ideal hedonista, ou seja, a busca por dinheiro e objetos de valor de forma fácil e rápida para o dispêndio com “*curtição*” (festas, álcool, drogas e mulheres) e com bens de consumo que dão prestígio (roupas, celulares, motos, veículos etc.) representa a maior parte das motivações para o roubo. Tais argumentos corroboram, em grande medida, com as ideias defendidas pelos teóricos da escolha racional do crime, notadamente Cornish e Clarke (2008: 25). Contudo, é importante destacar que a leitura dessas evidências empíricas da pesquisa se ajustam melhor quando interpretadas sobre a proposta da Cultura de Rua, no sentido que demonstram que o cometimento dos roubos está muito mais relacionado à lógica cultural imediatista e hedonista que regem o comportamento dos ladrões do que a cálculos e ponderações de custo e benefício da ação (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; WRIGHT, DECKER, 1997; JACOBS; WRIGHT, 1999; SHOVER; HONAKER, 1992).

Dentre as razões não materiais, destacam-se elementos relacionados a questões emocionais e culturais amplamente enfatizado nos trabalhos de Katz (1988), FitzGerald, Stockdale e Hale (2003), Wright, Brookman e Bennett (2006: 6-11) e Feeney (1986: 55-59), quais sejam, a busca por adrenalina e por aceitação dos pares com provas de coragem e masculinidade. Ainda dentro do escopo das razões não materiais, estão as motivações alheias à vontade individual, dentre as quais se sobressaem o roubo para satisfazer momentaneamente a dependência química de drogas, especialmente crack e álcool (CONKLIN, 1972), e duas formas não descritas na literatura: os casos em que os ladrões alegam ter sido incriminados injustamente pela polícia e justiça e os casos em que os infratores afirmam que foram

surpreendidos pelos amigos, que realizaram o assalto sem avisá-lo previamente. Nesse último grupo, o primeiro caso chama atenção pelo fato de a razão está relacionada a um fator que foge da esfera individual ou mesmo da segurança pública e dirige-se diretamente a um problema de saúde. Por sua vez, os dois últimos casos são interessantes não só porque são atípicos, mas porque evidenciam o fato de que nem toda roubo teria uma motivação pessoal prévia, bem como chama atenção para a questão da relação do condenado com seus colegas coautores e com o sistema de justiça criminal.

Diferentemente da literatura, esta pesquisa indica que não há evidências suficientes para se afirmar em que medida algum tipo de motivação está mais associada a uma modalidade criminal que a outra. A única relação mais evidente, nesse sentido, é que significativa parte dos entrevistados que roubou para saciar o vício em drogas direcionou sua ação para o transporte coletivo. Contudo, tal evidência deve ser interpretada com cautela, pois diz respeito a um quantitativo muito pequeno de casos.

Outra dimensão analisada na tese diz respeito aos processos cognitivos e práticos do planejamento e execução dos roubos. Especificamente, buscou-se entender como os ladrões se organizam para realizar os crimes, isto é, em que medida ou situação o planejamento do roubo é pautado pela impulsividade e oportunidade e em que medida ou situação é pautado por critérios mais organizados e estruturados.

A partir da análise das dezenas de eventos de roubos vivenciados e narrados pelos entrevistados, foi possível construir quatro tipos de configurações com base na forma como os entrevistados se organizaram para cometer os assaltos, a saber: i) os roubos nada planejados; ii) os roubos pouco planejados; iii) os roubos médio planejados e iv) os roubos muito planejados.

A primeira delas, definida como roubos nada planejados, não permite ser pensada enquanto uma lógica de cultura de rua e muito menos da escolha racional. Nessa configuração, se enquadram os casos em que o entrevistado realizou o roubo sob forte abstinência ou efeito de drogas, de modo que ele teve dificuldade até de lembrar com detalhes o que fez naquele momento. São casos, portanto, que envolvem um nível de impulsividade extrema, realizados num momento em que o infrator não tinha consciência dos seus atos, extrapolando qualquer noção mínima de racionalidade. Casos similares foram verificados, também em número pequeno, nos trabalhos de De Haan e Vos (2003) e Petrović; Deljkić e Mujanović (2011) e encontram uma correlação muito grande com as descobertas de Conklin (1972), classificados por esse autor como Ladrões Viciados e Ladrões Alcoólatras.

As configurações de roubos definidas como Pouco Planejada (Clarke; Felson, 1998; Alaridl; Burton; Hochstetler, 2009; Wright *et al.*, 2006) e Médio Planejada (De Haan e Vos,

2003; Hochstetler, 2001: 744, Feeney, 1986; Wright *et al.*, 2006) encontram uma aderência muito grande com a literatura especializada. São os chamados por Conklin (1972) e outros autores de roubos oportunistas, ou seja, assaltos em que o impulso e o imprevisto ocupam posição central dentro de processo de decisão, planejamento e execução do crime, independente da modalidade de roubo. Contudo, embora próximas em termos analíticos e metodológicos, as configurações pouco e médio planejada foram classificadas nesta pesquisa como diferentes porque, no primeiro caso, o infrator não estava motivado e o surgimento repentino da oportunidade é o que “motiva” esse autor a cometer o assalto. Já na segunda configuração, o infrator queria cometer o crime e foi a um determinado local à procura de uma oportunidade para concretizar seu objetivo. Embora aparentemente sutil, esse tipo de distinção foi importante para não colocar no mesmo grupo eventos relativamente diferentes. Em termos de organização e planejamento, por exemplo, não é razoável supor que uma situação em que um grupo de jovens, ao voltar de uma festa à noite, numa fração de segundos, veem, decidem e tomam o celular de uma mulher na rua é muito similar a outra situação em que uma dupla de assaltantes que foi a um determinado bairro de classe alta com o objetivo de ficar à espreita de um morador que entrava ou saía de casa para realizar um roubo à residência. Posto isso, os roubos classificados como de baixo e médio planejamento correspondem a mais da metade dos casos avaliados tanto no presente estudo quanto em outros contextos.

Por fim, a configuração de roubos Muito Planejados abarca os eventos em que a oportunidade e impulsividade constituem uma parte pequena da ação, pois há um processo mais estruturado de decisões e análise dos custos e benefícios do empreendimento criminal. Tais casos coincidem como o estilo de atuação definida por Conklin (1972) como ladrão profissional e é onde a ideia de racionalidade do crime encontra sua expressão mais evidente (CLARKE; FELSON, 1998; COHEN; FELSON, 1979: 591; CLARK, 2012). Eventos com essa configuração corresponderam a aproximadamente um quarto dos casos analisados na pesquisa. Importante destacar a presença de um evento de roubo à instituição financeira com nível de planejamento extremamente sofisticado, envolvendo grandes investimentos financeiros e técnicos e altos retornos financeiros, nos moldes dos ladrões estudados por Aquino (2008; 2010a; 2010b). No entanto, casos como esse foram relatados apenas por um entrevistado e em um contexto que a pesquisa ainda não estava totalmente formatada. Tal evento, portanto, compõe a discussão da pesquisa apenas como uma ilustração da possibilidade de verificação de uma configuração pautada por uma racionalidade extrema, em que a mitigação dos riscos e a potencialização dos benefícios extrapolam todos os casos trabalhados na pesquisa. Todavia, não há evidências empíricas suficientes para que ela fosse analisada de modo adequado na tese.

Embora a construção desses quatro modelos configuração para explicar as formas de planejamento dos roubos possa sugerir uma forma de engessamento dos eventos, é importante destacar que eles devem ser entendidos apenas como um recurso analítico e metodológico para melhor compreender o fenômeno. Paradoxalmente, essa forma de organização das informações empíricas permite mostrar o quão caótico, fluido e dinâmico é o comportamento do fenômeno dos roubos. Nesse contexto, a pesquisa traz contribuições bastante interessantes para o debate.

A primeira, e mais geral, demonstra que o roubo constitui uma categoria extremamente complexa e, portanto, difícil de ser analisada em uma perspectiva ampla e comum. Tal crime abarca não somente diferentes modalidades de roubos, mas também diferentes configurações de planejamento e execução. Os dados indicam que uma mesma modalidade de roubo pode ser realizada por configurações diferentes. Nesse contexto, os grandes destaques correspondem aos assaltos a transeunte e a estabelecimento comercial e de serviços, os quais foram realizados de quatro formas de organização diferentes, isto é, de modo nada, pouco, médio e muito planejados. Esse tipo de variação também foi verificado em outras modalidades, como roubos a ônibus e residências. Tais evidências demonstram que não é a modalidade de roubo que explica o seu modelo de planejamento. Roubos tipicamente marcados por imprevisto e oportunidade, como a transeuntes, foram realizados também de modo mais estruturado e roubos a estabelecimento comercial e de serviços, que são tradicionalmente executados com maior organização, foram realizados de modo mais rudimentar.

Já a segunda demonstra que, de maneira semelhante às modalidades, essa fluidez foi observada no que se refere aos indivíduos, especificamente à trajetória criminal dos entrevistados. Praticamente todos os respondentes da pesquisa transitaram entre diferentes modalidades de roubos e crimes, bem como de diferentes tipos de configurações de planejamento e execução dos assaltos. Essa característica extremamente dinâmica e pouco especializada da trajetória criminal dos respondentes se torna ainda mais complexa quando se observa que grande parte deles estavam trabalhando durante o cometimento desses atos ilegais. Ao contrário do que se imaginava, não houve histórias lineares e progressivas da carreira criminal desses atores, isto é, alguém começa realizando pequenos roubos a transeuntes e vai progredindo para roubos maiores a estabelecimentos comerciais e residências ou mesmo instituições financeiras. O que se percebe é quase sempre um processo descontínuo e pouco especializado, muito estabelecido pelo conjunto de oportunidades oferecidas pelo contexto e pela interação com a rede de amigos exatamente no momento ou pouco tempo antes da realização do crime. Com foi possível notar, a maioria dos casos analisados na pesquisa ocorreu de forma bastante intempestiva e rudimentar, de modo que todo processo de decisão,

planejamento e execução levou poucos minutos ou mesmo segundos. Esse caráter caótico e impulsivo do estilo de vida dos ladrões da tese é corroborado fortemente pela abordagem da Cultura de Rua (WRIGHT; BROOKMAN; BENNETT, 2006; JACOBS; WRIGHT, 1999; WRIGHT; DECKER, 1997).

Por fim, a tese explorou uma dimensão transversal fundamental na definição do crime de roubo: a questão do uso da força. Especificamente, teve-se como objetivo entender quais os fatores estariam associados ao uso da força e dos tipos de armas durante os assaltos e como essas questões são interpretados pelos infratores.

A pesquisa demonstra que a intenção dos autores é quase sempre pautada por uma ideia de não agredir fisicamente a vítima, mas criar uma intenção de morte iminente para que ela entregue tranquilamente tudo que o infrator solicitar. Revela ainda que, além da personalidade, outros quatro elementos estão associados ao uso da força: i) o contexto ou a forma como a vítima reagiu ao roubo, ii) a maturidade do infrator na prática de roubo, iii) o tipo de arma que o infrator possui e iv) o tipo de alvo.

Em síntese, isso significa que os dados correspondem a questões evidenciadas por grande parte da literatura. Nota-se uma ideia de gradação situacional da força, onde a desobediência ou quaisquer sinais de risco para o infrator faz com que ele eleve o nível de violência do evento. A experiência na realização dos roubos torna os infratores mais seguros e, conseqüentemente, menos suscetíveis a terem impulsos violentos durante suas ações. De forma oposta a armas brancas, simulacros e a força física, a arma de fogo é o instrumento favorito dos ladrões, porque ela assusta e subjuga a vítima com mais facilidade e, ao mesmo tempo, aumenta a sensação de segurança do infrator para reagir a um imprevisto. E, por fim, roubos a transeunte e de ônibus tendem a ser mais violentos que a estabelecimentos comerciais e de serviços e veículos. Isso ocorre em virtude das vítimas do primeiro, em tese, oferecerem maior resistência que as do segundo e porque, estatisticamente, os roubos a estabelecimentos comerciais e de veículos são realizados em maior proporção com emprego de arma de fogo e menos agressão física que os roubos a transeuntes e ônibus.

Para além desses resultados, o tema chama atenção pelo caráter controverso como os entrevistados refletem sobre o uso da força, sobre os roubos e seus atos. Foi possível perceber que, para eles, a violência verbal e psicológica não é considerada um ato violento. Além disso, como a intenção inicial não era machucar ninguém, os infratores atribuíram a culpa à própria vítima de qualquer fato que porventura causasse um ferimento inesperado em alguém. Nesse contexto, em suas narrativas, afirmavam entusiasmados que até já protegeram as vítimas de investidas dos colegas mais incoerentes e violentos, quase como um ato heroico. Tais

narrativas revelam os mecanismos psicológicos usados pelos agressores para suspender ou inverter a moralidade da culpa e tornar seus atos sabidamente ilegais como legais e justificáveis (SYKES; MATZA, 1957; GRILLO, 2013: 149). “*Sempre roubei, mas nunca machuquei ninguém*”, “*meu objetivo é só o dinheiro*”, “*No roubo você trabalha na mente da vítima*”, “*atirei porque vi que o cara ia reagir*” e outras expressões similares compõe o mosaico de justificativas que torna o roubo um crime moralmente mais virtuoso ou mais legítimo aos olhos dos seus autores.

Para finalizar, é importante destacar algumas limitações e, conseqüentemente, possibilidades de avanços da tese. De um ponto de vista teórico, a pesquisa consegue demonstrar em que medida as abordagens que enfatizam a ideia de racionalidade da ação e as abordagens que destacam os elementos culturais e impulsivos da ação conseguem explicar os processos de decisão, o planejamento e a execução dos roubos vivenciados e narrados pelos entrevistados da pesquisa. Contudo, os resultados da pesquisa indicam a necessidade e possibilidade de novas abordagens para o aprimoramento do conhecimento do fenômeno. Em princípio, é possível sugerir duas linhas de pesquisa: a primeira seria analisar de modo mais criterioso o curso de vida e trajetória criminal desses autores de roubos com o objetivo de entender como e quais os eventos estariam associados à entrada, saída e permanência dos ladrões nos crimes de roubos e às outras atividades criminais verificadas na pesquisa (LAUB; SAMPSON, 2004). A segunda seria pautada numa abordagem mais etnometodológica e teria como objetivo explorar questões relacionadas ao saber prático, ao aprendizado e os modos pelos quais os atores interagem com os seus pares para realizar os roubos. Além disso, seria interessante explorar questões relacionadas a como os autores de roubos refletem sobre suas práticas e dos outros autores de roubos de forma ampla, para além das evidências encontradas sobre o uso da força (HOCHSTETLER, 2001, COULON, 1995, GARFINKEL, 1967).

De uma perspectiva metodológica e empírica, por mais que se trabalhe com a triangulação de informações quantitativas gerais dos roubos de Belo Horizonte, com dados de Pesquisa de Vitimização e evidências teóricas, a capacidade de expandir ou de extrapolar os achados qualitativos da pesquisa ainda é limitado a sua amostra. Importante lembrar que se trata de um recorte que carrega vários vieses oriundos tanto do sistema de justiça, que direciona sua atenção a um determinado perfil de pessoas e tipo de roubo, quanto do próprio pesquisador, que escolheu de modo arbitrário uma determinada cidade e local para realizar a pesquisa (obviamente, por entender que esse era o meio melhor e mais viável para acessar os autores de roubos). Nesses termos, trata-se de um estudo que traz uma contribuição mais preocupada em compreender os roubos na capital do que estabelecer proporções e outras métricas para o

fenômeno como um todo. Talvez novas pesquisas ampliando a amostra e incluindo autores de roubos que não passaram pelo sistema e/ou já cumpriram medidas restritivas de liberdade, bem como a aplicação de *surveys* autorreportados com esse público sejam alguns caminhos para a realização de uma pesquisa mais robusta nesse sentido.

De todo modo, a presente tese buscou contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno dos roubos no contexto nacional. A despeito de suas limitações, buscou iluminar e qualificar um pouco esse crime que tanto afeta a população e, via de regra, é debatido quase exclusivamente com base em estatísticas criminais oficiais e/ou ideias do senso comum. Espera-se que as informações aqui construídas possam contribuir para o desenvolvimento de novas perguntas, hipóteses, proposições teóricas e/ou metodológicas para o campo científico, bem como auxiliar no aprimoramento de políticas públicas de prevenção e controle desse tipo de crime no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 43, p. 45-63, nov. 1995.
- AKERS, Ronald L. Rational choice, deterrence, and social learning theory in criminology: The path not taken. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), v. 81, n. 3, p. 653-676, 1990.
- ALARID, Leanne Fiftal; BURTON, Velmer S.; HOCHSTETLER, Andy L. Group and solo robberies: Do accomplices shape criminal form? *Journal of Criminal Justice*, v. 37, n. 1, p. 1-9, 2009.
- ALTIZIO, Alicia; YORK, Diana. *Robbery of Convenience Stores*. Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guide No. 49. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2007.
- ANDRESEN, Martin A.; FELSON, Marcus. Co-offending and the diversification of crime types. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, v. 56, n. 5, p. 811-829, 2012.
- ANSELIN, Luc *et al.* Spatial analyses of crime. *Criminal justice*, v. 4, n. 2, p. 213-262, 2000.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes de. *Príncipes e castelos de areia: Um estudo da performance nos grandes roubos*. São Paulo, Biblioteca 24x7. 2010a.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes de. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Vol. 3, no 10, pp. 75-100, 2010b.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes de. Performance e empreendimento nos assaltos contra instituições financeiras. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, no 25, pp. 139-158, 2008.
- BARTOL, Anne M.; BARTOL, Curt R. *Criminal behavior: A psychological approach*. Boston: Pearson, Pp. 441-450. 2014.
- BEATO F., Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, Junho de 2004.
- BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e Das Penas*. Ed. Ridendo Castigat Mores. 1764.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, R. F. *Criminal Investigation*. (2nd ed.). London: Jones and Bartlett. 2005.
- BENTHAM, Jeremy. Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. São Paulo: Abril, 1979. (1789).
- BLUMER, Herbert. *Symbolic interactionism: Perspective and method*. University of California Press, 1986.



CHANBONPIN, Kim D. Robbery. In: ALBANESE, Jay S (ed.). *The Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice*, First Edition. 2014. Pp.1-4

CLARKE, R. Opportunity makes the thief. Really? And so what?. *Crime Science* 2012 1:3.

CLARKE, Ronald V.; FELSON, Marcus. Opportunity makes the thief: practical theory for crime prevention. *Great Britain: Home Office, Policing and Reducing Crime Unit*. London, 1998.

CLARKE, Ronald V.; CORNISH, Derek B. Modelling Offenders' Decisions: A Framework for Research and Policy'. In: MICHAEL, T.; MORRIS, N. (eds) *Crime and Justice. An Annual Review of Research*, vol. 6. Chicago, IL: The University of Chicago Press. pp. 147–85, 1985.

COELHO, Edmundo Campos. A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967. Dados: Revista de Ciências Sociais, v. 29, n. 1, p. 61-81. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 1986. In: COELHO, Magda Prates (org). *A oficina do diabo e outras histórias*. Rio de Janeiro: Record, 2005. Pp. 303-336.

COHEN, S. Crime and Politics: Spot the Difference. *British Journal of Sociology*. 47(1): 1–22. 1996.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, p. 588-608, 1979.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CONKLIN, J. E. Robbery and the Criminal Justice System. Philadelphia: J.B. Lippincott Company, 1972.

COPEL, H. Streetlife and the rewards of auto theft. *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal* 24: 309–332, 2003.

CORNISH, Derek B.; CLARKE, Ronald V. Introduction. CORNISH, Derek B.; CLARKE, Ronald V. (Ed.). *The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending*. Transaction Publishers, 2014.

Cornish, Derek B.; Clarke, Ronald V. The rational choice perspective. In: WORTLEY, Richard; TOWNSLEY, Michael (Ed.). *Environmental criminology and crime analysis*. Routledge, 2008. Pp. 21-44

CRIME IN THE UNITED STATES 2012. Washington, DC: Federal Bureau of Investigation, 2012.

CURTIS, Lynn A. Contemporary Sociology: A Journal of Reviews. *American Sociological Association*. Vol. 3, No. 4, Jul. 1974. pp. 356-357.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DATAFOLHA; CRISP. *Relatório da Pesquisa Nacional de Vitimização*. Ministério da Justiça - SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

DE HAAN, Willem; VOS, Jaco. A crying shame: The over-rationalized conception of man in the rational choice perspective. *Theoretical Criminology*, v. 7, n. 1, p. 29-54, 2003.

DUNN, Christopher S. *The patterns and distribution of assault incident characteristics among social areas*. US Dept. of Justice, Law Enforcement Assistance Administration, National Criminal Justice Information and Statistics Service: for sale by the Supt. of Docs., US Govt. Print. Off., 1976.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. *Crime in the United States 2010*. 4 ed. Bernan Pres, 2010.

FEENEY, FLOYD. Robbers as Decision-Makers. In: *CORNISH, DEREK B.; CLARKE, RONALD V. (eds.). The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending*. New York: Springer-Verlag, 1986. p.53-71.

FELSON, Marcus. The natural history of extended co-offending. *Trends in Organized Crime*, v. 12, n. 2, p. 159-165, 2009.

FELSON, R. B.; BAUMER, E. P.; MESSNER, S. F. *Acquaintance robbery*. Journal of Research in Crime and Delinquency, 37, 284–305, 2000.

FITZGERALD, Marian; STOCKDALE, Jan; HALE, Chris. *Young people and street crime: research into young people's involvement in street crime*. Youth Justice Board for England and Wales. January, 2003.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, Egberto R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas [Saturation sampling in qualitative health research: theoretical contributions]. *Cad saúde pública*, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FORTUNE, Eddyth P.; VEGA, Manuel; SILVERMAN, Ira J. A study of female robbers in a southern correctional institution. *Journal of Criminal Justice*, v. 8, n. 5, p. 317-325, 1980.

GAGNON, R.; LEBLANC, M. Police responses in armed robbery cases. *Canadian Police College Journal*, v. 7, n. 4, p. 297-309, 1983.

GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall, 1967.

GIBBS, John J.; SHELLY, Peggy L. Life in the fast lane: A retrospective view by commercial thieves. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 19, n. 2, p. 299-330, 1982.

GRILLO, Carolina Christoph. *Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. 280f. Tese (Doutorado Antropologia Cultural) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HEINONEN, Justin A.; ECK, John E. *Home Invasion Robbery*. Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guide No. 70. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2012.

HESS, Kären M.; ORTHMANN, Christine Hess. *Criminal investigation*. (9th Edition). Cengage learning, 2010. pp. 376-398.

HOCHSTETLER, Andy. Opportunities and decisions: Interactional dynamics in robbery and burglary groups. *Criminology*, v. 39, n. 3, p. 737-764, 2001.

JACOBS, Bruce A. Serendipity in robbery target selection. *British Journal of Criminology*, v. 50, n. 3, p. 514-529, 2010.

JACOBS, Bruce A.; WRIGHT, Richard. Moralistic street robbery. *Crime & Delinquency*, v. 54, n. 4, p. 511-531, 2008.

JACOBS, Bruce A.; WRIGHT, Richard. Stick-up, street culture, and offender motivation. *Criminology*, v. 37, n. 1, p. 149-174, 1999.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 169-183, maio de 1997.

KATZ, Jack. *Seductions of crime: Moral and sensual attractions in doing evil*. Basic Books, 1988.

LAUB, John H.; SAMPSON, Robert J. Strategies for Bridging the Quantitative and Qualitative Divide: Studying Crime Over the Life Course. *Research in Human Development*, 1: 81-99, 2004.

LAVIGNE, Nancy; WARTELL, Julie. *Robbery of Pharmacies*. Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guide No. 73. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2015.

LEJEUNE, Robert. The management of a mugging. *Urban Life*, v. 6, n. 2, p. 123-148, 1977.

LUCKENBILL, David F. Patterns of force in robbery. *Deviant Behavior*, v. 1, n. 3-4, p. 361-378, 1980.

MCCINTOCK, F. H.; GIBSON, E. *Robbery in London*. London: MacMillan and Company, Ltd. 1961.

MCCLUSKEY, John D. A comparison of robbers' use of physical coercion in commercial and street robberies. *Crime & Delinquency*, v. 59, n. 3, p. 419-442, 2013.

MILLER, Jody. Up it up: Gender and the accomplishment of street robbery. *Criminology*, v. 36, n. 1, p. 37-66, 1998.

MILLER, Walter B. Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. *Journal of Social Issues*, v. 14, n. 3, p. 5-19, 1958.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal. Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. *Lua Nova* (Impresso), v. 79, p. 15-38, 2010.

MONK, Khadija M.; HEINONEN, Justin A.; ECK, John E. *Street robbery*. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2010.

MORRISON, S.; O'DONNELL, Ian. An analysis of the decision-making practices of armed robbers. *The politics and practice of situational crime prevention*, p. 159-188, 1996.

MCCLINTOCK, F. H.; GIBSON, E. *Robbery in London*. London: Macmillan, 1961.

NEWMAN, Isadore e Carolyn R. BENZ. *Qualitative-Quantitative Research Methodology: Exploring the Interactive Continuum*. Carbondale e Edwardsville, IL: Southern Illinois University Press, 1998. cap. 1, 2 e 3.

NORMANDEAU, A. *Trends and Patterns in Crimes of Robbery*. Ph.D. Dissertation, University of Pennsylvania, Philadelphia, Pennsylvania, 1968.

O'FLAHERTY, Brendan; SETHI, Rajiv. Racial stereotypes and robbery. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 68, n. 3, p. 511-524, 2008.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 1982. p. 63-85

PETROVIĆ, Borislav; DELJKIĆ, Irma; MUJANOVIĆ, Eldan. The Identifying Characteristics of the Robbery Crimes and its Perpetrators in the Canton Sarajevo. *Journal of Criminal Justice and Security*. year 13, no. 2. 2011. pp. 129-144.

PIOTROWSKI, Przemysław. Street robbery offenders: Shades of rationality and reversal theory perspective. *Rationality and Society*, v. 23, n. 4, p. 427-451, 2011.

PORTER, Louise E.; ALISON, Laurence J. Behavioural coherence in group robbery: A circumplex model of offender and victim interactions. *Aggressive Behavior*, v. 32, n. 4, p. 330-342, 2006.

PETROSINO, Anthony J.; BRENSILBER, Diana. The motives, methods and decision making of convenience store robbers: Interviews with 28 incarcerated offenders in Massachusetts. *Crime Prevention Studies*, v. 16, p. 237-264, 2003.

POTERNOSTER, Raymond & IOVANNI, Leeann (1996). "Perspectiva da Rotulagem e Delinquência: Uma Elaboração da Teoria e uma Avaliação das Evidências." In *Readings in Contemporary Criminological Theory*, org. Peter Cordella & Larry Siegel. Ed. Northeastern University Press.

RIBEIRO, Ludmila; SILVA, Klarissa. Fluxo do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: Um balanço da literatura. In: *Cadernos de Segurança Pública*. Ano 2, n. 1, Agosto de 2010. P. 16-26.

REISS, A. J., Jr. Understanding changes in crime rates. In: FIENBERG, S. E.; A. J. REISS Jr, A. J. (Eds.), *Indicators of crime and criminal justice: Quantitative studies* (pp. 11-17). Washington, DC: Bureau of Justice Statistics, 1980.

REISS, Albert J.; FARRINGTON, David P. Advancing knowledge about co-offending: Results from a prospective longitudinal survey of London males. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), v. 82, n. 2, p. 360-395, 1991.

SAPORI, Luís Flávio; DE ANDRADE, Scheilla Cardoso P. Integração policial em Minas Gerais: desafios da governança da política de segurança pública. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 3, p. 428-453, 2009.

SAMENOW, Stanton; YOCHELSON, Samuel. *The criminal personality: a program for change*. New York: Aronson, 1976.

SCOTT, Michael S. *Robbery at Automated Teller Machines*. Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guide No. 8. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2001.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry Donald. *Social factors in juvenile delinquency*. Government Press, 1931.

SHOVER, Neal; HONAKER, David. The socially bounded decision making of persistent property offenders. *The Howard Journal of Crime and Justice*, v. 31, n. 4, p. 276-293, 1992.

SMITH, Jonathan. *The nature of personal robbery*. London, UK: Home Office, 2003.

SMITH, Martha J. *Robbery of Taxi Drivers*. Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guide No. 34. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2005.

SUTHERLAND, Edwin H. *The Professional Thief by a professional thief*. Chicago: University of Chicago Press, 1937.

SYKES, Gresham M.; MATZA, David. Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American Sociological Review*, v. 22, n. 6, p. 664-670, 1957.

TRUMAN, Jennifer L.; LANGTON, Lynn. National crime victimization survey: Criminal victimization, 2014. *Bureau of Justice Statistics Bulletin*, August 2015, nº NCJ 248973, Washington, DC: US Department of Justice, 2015. Disponível em: <<https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cv14.pdf>> acesso dia: 28/04/2017

TRUMAN, Jennifer. National crime victimization survey: Criminal victimization, 2010. *Bureau of Justice Statistics Bulletin*, September 2011, nº NCJRS 235508, Washington, DC: US Department of Justice, 2011. Disponível em: <<https://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cv11.pdf>> acesso dia: 28/04/2017

VARGAS, J. D. "Indivíduos sob Suspeita: A Cor dos Acusados do Estupro no Fluxo da Justiça Criminal". *DADOS*, vol. 42, nº4, 1999. pp. 729-760.

VARGAS, Joana Domingues; RIBEIRO, Ludmila. Estudos de fluxo da justiça criminal: balanço e perspectivas. *Anais do XXXII Encontro anual da ANPOCS*. Caxambu, Anpocs, 2008.

WALSH, Dermot. *Heavy business: Commercial burglary and robbery*. Taylor & Francis, 1986.

WARR, Mark. Organization and instigation in delinquent groups. *Criminology*, v. 34, n. 1, p. 11-37, 1996.

WEERMAN, Frank M. Co-offending as social exchange: Explaining characteristics of co-offending. *The British Journal of Criminology*, p. 398-416, 2003.

WEISEL, Deborah Lamm. *The Problem of Bank Robbery*. Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guide No. 48. Washington, DC: Office of Community Oriented Policing Services, 2007.

WELLFORD, C. F.; MACDONALD, J.; WEISS, J. C. *Multistate study of convenience store robberies*. Justice Research and Statistics Association, Washington, 1997.

WEISS, Robert S. Learning from strangers. *The art and method of Qualitative Interview Studies*, 1994.

WILSON, Derek Alan. *Target selection in robbery: an exploratory investigation*. Tese de Doutorado. Simon Fraser University. 1984.

WRIGHT, Richard; BROOKMAN, Fiona; BENNETT, Trevor. The foreground dynamics of street robbery in Britain. *British Journal of Criminology*, v. 46, n. 1, p. 1-15, 2006.

WRIGHT, Richard; DECKER, Scott. *Creating the Illusion of Impending death: Armed Robbers in Action*. Harry Frank Guggenheim Review, v. 2, p. 10-18, 1997.

YOCHELSON, S.; SAMENOW, S. E. *The criminal personality: A profile for change*. Vol. 1. New York: Jason Aronson. 1976.

ZIMRING, Franklin E.; ZUEHL, James. Victim injury and death in urban robbery: A Chicago study. *The Journal of Legal Studies*, v. 15, n. 1, p. 1-40, 1986.

## ANEXOS

### ***ANEXO 1 – Roteiro de Entrevistas***

**Esse instrumento serve apenas como norteador da entrevista e não pretende, necessariamente, engessar a conversa com as perguntas e a sequência que estão postas. Outras questões e formatos podem e devem ser introduzidos no momento da entrevista observando o *timing* e tipo de relação de estabelecido entre o entrevistador e entrevistado.**

**Origem, família, escola e outros aspectos da vida.**

Quantos anos você tem? Onde você nasceu e onde você mora?

Quantos irmãos você tem? Vocês viviam com seu pai e sua mãe?

Como foi sua infância? O que você fazia quando era criança? [brincadeiras preferidas]

Gostava de estudar? Estudou até que série? Como era na escola? Quantos anos saiu da escola e por que?

E como foi sua adolescência? O que você fazia e mais gostava de fazer quando jovem?

#### **Motivação:**

Como se deu sua entrada o seu envolvimento com o crime? Estimular detalhes sobre como, quando, com quem, por que e os tipos de crimes.

E o roubo? Quais os motivos te levaram a cometê-lo? Como você se sentiu? Motivos são sempre monetários, ou seja, para ter dinheiro? O que você fez ou pretendia fazer com esse dinheiro?

Trabalhava ou estudava enquanto cometeu o crime ou vivia inteiramente no crime?

#### **Planejamento**

##### **Escolha do alvo**

Vocês planejaram? Como foi? O que pensaram? Como escolhem seus alvos? Vocês tinham um alvo definido? Tiveram medo de alguma coisa? O que levam em consideração (prisão, morrer, envergonhar a família etc?)?

Perfil de vítima ideal [Pessoa e/ou estabelecimento Comercial ideal]?. Hora, dia da semana e ambiente ideal. Perto ou longe de casa (vantagens e desvantagens). Por que?

Qual a sensação antes, durante e após cometer um roubo? Uso de bebida e outras drogas antes, durante e ou depois do evento.

Participou de outros tipos de roubos? Estimular mesmas perguntas para cada tipo de caso citado.

Explorar o aprendizado? Todo roubo é ensaiado? A experiência conta, ajuda a fazer ou roubo? Como?

##### **Uso de força e armas**

Como escolhem o tipo de arma usar e em que circunstâncias usá-la? O que preferem? Quais vantagens e desvantagens de cada uma? Ter uma arma é ter disposição para atirar? Quando ou porque alguns assaltantes são mais violentos e agridem as vítimas e outros não?

##### **Escolha dos Parceiros:**

Como escolhem seus parceiros? De onde eram? Prefere agir sozinho ou acompanhando? Por que? Qual a quantidade ideal de parceiros e qual a melhor qualidade e o pior defeito eles podem ter? Por que? Os parceiros são fixos ou você muda de parceiro a cada tipo de assalto? Por que?

**Execução**

O que é um assalto bem sucedido?

Vocês imaginavam que ia ter mais ou menos valor que o que vocês conseguiram com o assalto?

Você costumava repetir o mesmo padrão ou estilo em todos os roubos que você cometeu ou mudava a forma de agir em cada caso? Se algo deu errado em um roubo, você mantinha esse mesmo tipo de ação ou tinha isso como lição aprendida e não repetia mais? [Estimular exemplos.]

Vício? A sensação de roubar é boa? E o pós-roubo? Sentia-se culpado naquela época? Já sentiu piedade ou culpa por ter roubado ou agredido alguém? O que você pensava na época?



## ANEXO 2 – Autorização Uso dos dados do REDS

Dados do Pedido	
Protocolo	01690000203201875
Solicitante	Diogo Alves Caminhas
Data de abertura	22/08/2018
Orgão Superior Destinatário	Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	11/09/2018
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Parcialmente Concedido (Parte do pedido é genérico)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	<p>Solicita-se à Secretaria de Estado de Segurança Pública dados do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) referentes aos crimes de roubos, ocorridos em Belo Horizonte - MG, no período de janeiro de 2012 a julho de 2018. Nesse recorte, adicionalmente, requisita-se que constem as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação: número do registro de evento de defesa social;</li> <li>- Dados Temporais: data e hora de registro da ocorrência; ano, mês (número e nome abreviado), dia do mês, dia da semana (número e nome) e horário do fato;</li> <li>- Dados de Classificação: código da natureza, descrição da natureza, indicador de consumado ou tentado, classe da natureza, grupo da natureza;</li> <li>- Dados de Descrição: grupo e subgrupo de complemento da natureza (código e descrição), causa presumida (grupo e descrição) e meio utilizado;</li> <li>- Dados Geográficos: município (código e nome), coordenadas (latitude, longitude, X e Y);</li> <li>- Dados de Endereçamento: logradouro (tipo, nome, número, número complementar, tipo e nome de cruzamento), complemento de endereço, bairro;</li> <li>- Dados Organizacionais: RISP, ACISP, AISP, unidade de registro (código e nome), unidade militar (código e nome), unidade civil (código e nome);</li> <li>- Dados do Material Roubado: origem, grupo (código e descrição), material (código e descrição), quantidade, status;</li> <li>- Dados dos envolvidos: idade, sexo e raça da(s) vítima(s) e autor(es) (também vinculado ao número do REDS).</li> </ul> <p>Tal pedido tem como objetivo atender a uma finalidade estritamente acadêmica. O solicitante é aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Minas de Minas Gerais, e precisa dos dados para composição da parte empírica da sua tese de Doutorado. Para mais informações sobre a pesquisa, ver Projeto anexo. Por fim, ressalta-se a pesquisa atende a rigorosos padrões éticos. A proposta é aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFMG -ver parecer anexo.</p> <p>Certos de vossa compreensão, pede-se deferimento.</p>

**Dados da Resposta**

Data de resposta	04/09/2018
Tipo de resposta	Acesso Parcialmente Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Parte do pedido é genérico
Resposta	<p>Prezado Senhor Diogo Alves Caminhas,</p> <p>Encaminhamos bases de dados para atendimento do pedido realizado via protocolo 01690000203201875, através do seguinte link:  <a href="https://drive.google.com/open?id=1815Muv7VqYwgvRdzZvrYxUbz_kRRdhy1">https://drive.google.com/open?id=1815Muv7VqYwgvRdzZvrYxUbz_kRRdhy1</a></p> <p>A fonte dos dados é o banco de informações dos Registros de Evento de Defesa Social (REDS - populamente conhecido como "boletim de ocorrência").</p> <p>Destacamos que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Tendo em vista os preceitos da Lei de Acesso à Informação sobre a proteção de informações pessoais (art. 31), destacamos que logradouro, número do logradouro do fato, Latitude e longitude do fato são sigilosos. Destes apenas município e bairro podem ser disponibilizados de forma a não afetar a segurança dos indivíduos envolvidos, bem como a identificação dos mesmos.</li> <li>2) Não foi possível interpretar o que seria "origem", além de não ter ficado claro quais informações deveriam ser enviadas.</li> <li>3) As informações ACISP e AISP não estão disponíveis por problemas de sistema.</li> <li>4) Sobre Subgrupo Complemento da Natureza - Foi realizada uma Revisão de Tabelas do Armazém de forma que, a partir de Maio de 2013, os complementos ou alvos passaram a ser preenchidos com nomenclatura BENS E VALORES. Anteriormente, o Alvo ou Complemento da Natureza tinha os mesmos itens de Local Imediato o que acarretava erros de identificação do alvo.</li> <li>5) O Dicionário de Dados encontra-se no mesmo link citado acima.</li> </ol> <p>Responsável:</p> <p>Camila Xavier  Diretora de Produção, Gestão e Integração de Informações - DGI  Observatório de Segurança Pública Cidadã - OSPC  Subsecretaria de Integração de Segurança Pública - SINSP  Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP</p> <p>Importante: Caso entenda que a informação solicitada não foi fornecida, você tem 10 (dez) dias para entrar com recurso à autoridade hierárquica imediatamente superior através do e-SIC.</p> <p>Portal da Transparência: <a href="http://www.transparencia.mg.gov.br/">http://www.transparencia.mg.gov.br/</a>  Fale com a Controladoria-Geral do Estado pelo telefone (31) 3915-9822.</p>

**Classificação do Pedido**

Categoria do pedido	Defesa e Segurança
Subcategoria do pedido	Segurança pública
Número de perguntas	10

**Histórico do Pedido**

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
22/08/2018	Pedido Registrado para o Órgão Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP	SOLICITANTE
04/09/2018	Pedido Respondido	Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP

## ANEXO 3 – Autorização do Comitê de Ética e Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Análise da trajetória de vida e dos processos de motivação, decisão, planejamento de autores de roubos em Belo Horizonte

**Pesquisador:** CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 83332218.3.0000.5149

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.616.643

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa de doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas de Minas Gerais.

O objetivo da pesquisa é "analisar em profundidade o fenômeno dos crimes de roubos em Belo Horizonte - MG. Especificamente, busca-se compreender as nuances que envolvem diferentes etapas para o cometimento dos roubos - tais como as circunstâncias em que os infratores se tornam motivados a roubar, os aspectos gerais e específicos do planejamento (tais como a escolha do alvo ideal, dos parceiros para realização do crime e do tipo de arma e grau de violência a ser usado) e a execução/modus operandi dos autores".

Segundo o proponente "pesquisas de vitimização mostram que as taxas de roubo tendem a ser significativamente altas nas principais cidades do mundo. Em média, 1,4% dos moradores de grandes metrópoles mundiais foram vítimas de assalto em 2004. Embora essa modalidade criminosa seja alta em cidades de países ricos como Nova Iorque (EUA) e Londres (Inglaterra) - 2,3% e 2,6%, respectivamente – os roubos são ainda mais frequentes em metrópoles dos países em desenvolvimento, em especial da América Latina. Nas cidades brasileiras Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, os percentuais de vitimização ultrapassaram os 5% e em Lima (Peru) 7,4%. A recordista é Buenos Aires, capital da Argentina, onde 10% da população alegou ter sido vítima de assaltos (UNICRI; UNODC, 2007: 74)".

O pesquisador afirma que "a visão do roubo a partir dos olhos de quem os comete também

**Endereço:** Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2ª Ad S/N 2005  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@orpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 2.616.643

constitui tarefa importante para a compreensão do fenômeno. Como em outras situações da vida cotidiana, para cometer um roubo o indivíduo precisa tomar uma série de decisões. Logicamente, o processo cognitivo e social que envolve essas decisões não é elementar, pois envolve o passado do indivíduo e sua situação atual. Contudo, se considerarmos o ladrão como um ator racional – que pensa antes de agir, ainda que apenas por um momento, levando em conta alguns benefícios e custos ao cometer a ofensa –, conforme descreve expressiva parte da literatura, é possível construir caminho lógico a seguir. [...] Mas será que essa descrição do processo de motivação, planejamento e execução de crimes de roubo corresponde realmente ao modo como os ladrões pensam, elaboram e realizam suas ações, de uma forma geral? Se não, como os ladrões decidem, planejam e executam os roubos? E, de forma comparativa, esse processo seria diferente se considerarmos os autores de roubos a transeunte e roubo a comércio? Como esses indivíduos decidem cometer crimes ou em que situações esses indivíduos se sentem motivados a roubar? Uma vez decididos, como eles planejam o crime? Como escolhem seus alvos? Como escolhem o tipo de arma usar e em que circunstâncias usá-la? Como escolhem seus parceiros e por que alguns agem sozinhos? Como levam a cabo ou executam os roubos? Tais questões constituem o eixo fundamental deste projeto de pesquisa. Volta-se, portanto, não para os fatores etiológicos do roubo, mas para os processos e percursos que tem como ponto de partida a decisão de cometer o crime e que culminam na consumação do delito. Em outras palavras, não se tem a pretensão de discutir as causas dos roubos, mas compreender os mecanismos práticos e cognitivos que envolvem a execução dessa modalidade criminal – comparando diferentes tipos de alvos".

A metodologia proposta prevê "duas abordagens metodológicas distintas, porém trabalhadas de forma complementar. A primeira, de natureza quantitativa, tem como foco o crime em si e busca compreender, sob uma perspectiva macro, os aspectos relativos à distribuição dos roubos no tempo e no espaço, bem como os principais alvos, perfil das vítimas, modus operandi dos autores e outras questões relevantes trazidas pelo banco de dados de Registro de Eventos de Defesa Social (REDS). A segunda etapa possui caráter qualitativo e pretende compreender, por meio de aproximadamente 40 entrevistas em profundidade com os adultos que respondem ou já responderam legalmente por crime de roubo, quais os mecanismos que envolvem a execução de modalidades diferentes de tipos de roubos. Em outras palavras, de um ponto de vista empírico, procura-se, no primeiro momento, entender o que os crimes – ou o que os registros oficiais de roubos – podem dizer sobre os ladrões, analisando os padrões agregados de comportamento do fenômeno que mostram como, onde, o que e quando os roubos ocorrerem. Tais informações serão

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Si 2005  
 Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE  
 Telefone: (31)3409-4592 E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 2.616.643

combinadas, no segundo momento da pesquisa, à coleta e análise dos dados primários, em que se procura investigar o que os infratores dizem sobre os crimes, ou seja, o modo como são construídos os processos contextuais, sociais e cognitivos que ajudam a compreender as decisões, percepções e estratégias que envolvem os roubos".

O pesquisador esclarece que as etapas de trabalho prevêem "Para acessar os usuários do PrEsp que respondem especificamente por crimes de roubos, utilizaremos duas estratégias: (1) Os nomes dos usuários com esse perfil seriam previamente assinalados a lápis no caderno de assinatura. O pesquisador acompanharia as assinaturas e, quando identificado o usuário alvo da pesquisa, ele respeitosamente perguntaria se o usuário gostaria de participar voluntariamente da pesquisa. Se aceito, o entrevistador e entrevistado iriam para uma sala reservada para realizar a entrevista individual, essa seria a forma de coleta preponderante; (2) Já a segunda forma, e não menos importante, seria quando, no atendimento individualizado, a equipe do PrEsp (Programas de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional) identificar um usuário que cometeu crime de roubo, o servidor pergunta se esse usuário estaria disposto a participar da pesquisa e, caso ele aceite, indique-o para o pesquisador. Para a realização das entrevistas será utilizado um roteiro semiestruturado com as principais questões a serem abordadas na entrevista e um gravador digital para registrar a conversa. Acredita-se, que para atender os objetivos da tese serão necessárias em torno de 40 entrevistas, sendo aproximadamente 20 entrevistas com ladrões de rua e 20 com ladrões de estabelecimentos comerciais".

#### **Objetivo da Pesquisa:**

##### **Objetivo Primário:**

Segundo o proponente o objetivo primário "é analisar em profundidade o fenômeno dos crimes de roubos. Especificamente, busca-se comparar os processos que envolvem e diferenciam a decisão, o planejamento e a execução dos roubos a transeuntes e a estabelecimentos comerciais em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em outras palavras, procura-se compreender - a partir dos registros oficiais e, sobretudo, da percepção dos próprios ladrões - as nuances que envolvem diferentes etapas para o cometimento desses dois tipos de roubos - tais como as circunstâncias em que os infratores se tornam motivados a roubar, os aspectos gerais e específicos do planejamento (a escolha do alvo ideal, do tipo de arma e grau de violência a ser usado e dos parceiros para realização do crime) e a execução/modus operandi dos autores".

##### **Objetivos secundários:**

Como objetivos secundários o pesquisador lista:

"• Analisar, quantitativamente, a distribuição das ocorrências dos crimes de roubos (a transeunte e

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad SI 2005  
 Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE  
 Telefone: (31)3409-4592 E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 2.616.643

a estabelecimentos comerciais) no tempo e no espaço, bem como os principais alvos, meios utilizados, perfil das vítimas e modus operandi dos autores.

• Compreender, a partir da combinação de informações quantitativas e qualitativas, os mecanismos que envolvem e diferenciam a decisão, planejamento e a execução das diferentes modalidades de roubos estudadas".

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Segundo o proponente "Toda pesquisa apresenta riscos e, no caso desta pesquisa, eles são mínimos e dizem respeito a constrangimentos causados pela vergonha de falar sobre atos cometidos por eles que são bastante reprovados pela sociedade e sobre a vida no sistema prisional, bem como de possíveis quebras de sigilo e confidencialidade. Para reduzir esses riscos, as seguintes medidas são tomadas: entrevistas realizadas em local tranquilo, sem a presença de outras pessoas, para assegurar a confidencialidade das e reduzir os constrangimentos; somente os pesquisadores responsáveis terão acesso às gravações e aos nomes dos participantes; garantia de anonimato na divulgação dos resultados, com respostas não associadas ao nome real do participante; e direito de não responder às perguntas que causem desconforto".

**Benefícios:**

O pesquisador esclarece que "O benefício esperados direta ou indiretamente ao sujeito participante da pesquisa é o conhecimento que ele estará ajudando a gerar a respeito de comportamentos e problemas sociais importantes que impactam fortemente na qualidade de vida na sua cidade, bem como sobre a vida de pessoas que sofrem muita discriminação da sociedade pelos atos que cometeram e que raramente tem a chance de serem ouvidas: as que passam pelo Sistema de Justiça Criminal. Importante lembrar que o participante poderá se recusar a participar, retirar seu consentimento, interromper a entrevista ou não responder a alguma questão a qualquer momento, sem nenhum problema ou penalização para o mesmo. Além disso, os resultados da pesquisa serão divulgados em trabalhos científicos relacionados a esta pesquisa e os dados e informações do participante são confidenciais e o sigilo e anonimato são garantidos, ou seja, ao conceder a entrevista sobre sua trajetória de vida, o participante gerará uma grande contribuição para a construção do pensamento científico sem necessariamente expor e/ou comprometer sua integridade física e moral, pois a sua identidade não será revelada".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Considera-se, com base na bibliografia apresentada, que haja pertinência e valor científico no estudo proposto.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005  
 Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE  
 Telefone: (31)3409-4592 E-mail: coep@prpq.ufmg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 2.616.643

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados todos os documentos obrigatórios, listados no final deste formulário, devidamente assinados.

- folha de rosto
- projeto completo
- projeto Plataforma Brasil
- Termo de compromisso
- Parecer da Câmara Departamental
- TCLE alterado
- Declaração de anuência da instituição co-participante
- Roteiro preliminar da entrevista

As pendências foram resolvidas: foi apresentada a Carta de Anuência autorizando a pesquisa nos espaços e com o Público do PRESP com a assinatura da responsável legal do Programa, e o TCLE foi modificado alterando a linguagem para uma forma mais acessível e coloquial.

**Recomendações:**

Tendo sido as pendências atendidas sou, S.M.J, a favor da aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Tendo sido as pendências atendidas sou, S.M.J, a favor da aprovação do projeto.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o COEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1067714.pdf	03/04/2018 15:15:17		Aceito
Outros	Carta_Resposta_Pendencias_Parecer.pdf	03/04/2018 15:14:28	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Si 2005  
 Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE  
 Telefone: (31)3409-4592 E-mail: coep@jrpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 2.616.643

Outros	Decl_Anuencia_CoParticipante.pdf	21/03/2018 17:32:56	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Alterado.pdf	21/03/2018 17:29:12	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito
Outros	Parecer_Camara_Departamental.pdf	19/02/2018 18:56:54	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito
Outros	Roteiro_Preliminar_Entrevista.pdf	19/02/2018 18:56:32	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TESE.pdf	31/01/2018 16:46:37	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Claudio_Orestes.pdf	31/01/2018 16:45:31	CLAUDIO CHAVES BEATO FILHO	Aceito
Outros	833322183aprovacaoassinada.pdf	24/04/2018 10:31:50	Vivian Resende	Aceito
Outros	833322183parecerassinado.pdf	24/04/2018 10:31:57	Vivian Resende	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELO HORIZONTE, 24 de Abril de 2018

Assinado por:  
Vivian Resende  
(Coordenador)

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Si 2005  
 Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901  
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE  
 Telefone: (31)3409-4592 E-mail: coep@prpq.ufmg.br



## **ANEXO 4 – Autorização Pesquisa de Campo no PRES-SESP**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
SUBSECRETARIA DE POLÍTICA DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

### DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE

Eu, Andreza Rafael Abreu Gomes, responsável legal pela Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade/Secretaria de Estado de Segurança Pública, sob o CNPJ 26.245.509/0001-98, situada no endereço Rodovia João Paulo II, 4143 – Prédio Minas, 3º andar, lado ímpar – Serra Verde, Belo Horizonte, CEP: 31630-900, responsável pela coordenação e manutenção dos Centros de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, inclusive pelo Centro de Alternativas Penais e Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, equipamento público situado na rua Espírito Santo, 466 – 9º e 10º andar – Centro; Belo Horizonte, CEP:30160-916, declaro estar ciente que o Projeto de Pesquisa “O que os roubos dizem dos ladrões e o que os ladrões dizem sobre os roubos: um estudo comparativo dos processos de decisão, planejamento e execução dos assaltos a transeuntes e comércios” será avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e concordar com o parecer ético emitido por este CEP, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Autorizo o pesquisador Diogo Alves Caminha a realizar recrutamento dos participantes e as entrevistas, se assim for necessário, nos espaços do Centro de Alternativas Penais e Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional de Belo Horizonte, MG.

Belo Horizonte, 21 de março de 2018

Andreza Rafaela Abreu Gomes  
Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade  
Secretaria de Estado de Segurança Pública